



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Brazão José Luís Catopola

**Estratégia para aquisição e manutenção do poder político em Moçambique
entre 1975-2016: Princípios e problemas**

Rio de Janeiro

2017

Braazão José Luís Catopola

**Estratégia para aquisição e manutenção do poder político em Moçambique entre
1975-2016: Princípio e problemas**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Soares

Rio de Janeiro

2017

Brazão José Luís Catopola

**Estratégia para aquisição e manutenção do poder político em Moçambique entre
1975-2016: Princípio e problemas**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 20 de abril de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Eduardo Soares (Orientador)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Bernardo Medeiros Ferreira da Silva
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof^a. Dra. Regiane Augusto de Mattos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Beluce Belluci
Universidade Cândido Mendes

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS

C366 Catopola, Brazão Luís Jose.
Estratégias para aquisição e manutenção do poder político e Moçambique entre
1975-2016: Princípios e problemas / Brazão José Luís Catopola. – 2017.
218 f.

Orientador: Luiz Eduardo Soares.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Sociais.

1. Antropologia política - Moçambique – Teses. 2. Poder (Ciências sociais) -
Moçambique – Teses. I. Soares, Luiz Eduardo. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 572.027(679)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Notas Prévias

A presente tese foi produzida no âmbito do convénio entre o Governo Brasileiro e Moçambicano, CAPES, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, sendo que ela foi produzida de acordo com a norma – padrão de língua portuguesa usada no Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a minha mãe, a minha esposa, meus filhos, meu pai e irmã Suzete

AGRADECIMENTOS

Este trabalho resulta de várias horas de pesquisa, leituras, entrevistas viagens e vários encontros com Professores, amigos, familiares, profissionais de diversas áreas entre vários outros cuja menção não faço aqui, mas que de uma forma ou outra foram determinantes para que este trabalho chegasse ao fim, ou, melhor abrisse caminho para outras abordagens. Assim sendo, quero deixar meus agradecimentos aos demais “amigos” que tornaram realidade esta pesquisa.

Primeiro de tudo quero agradecer a Deus por tudo que tem feito por mim sua proteção, amparo e consolo em todos os momentos que fizeram parte desta pesquisa. Muito Obrigado pela saúde, força, esperança que sempre tive graças a Si.

Um agradecimento a Coordenação e Aperfeiçoamentos do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) por tornar este sonho possível.

Quero expressar os meus agradecimentos ao meu Orientador, Amigo Professor Doutor Luiz Eduardo Soares. Professor, grandes homens vêm-se nos momentos em que eles têm de aparecer e tornarem-se não só úteis aos demais, mas também determinantes. Quero agradecê-lo por primeiro de tudo ter aceito ser meu orientador num momento de pressão face ao tempo que tínhamos para que pudéssemos chegar a qualificação e a defesa da Tese. Quero agradecer pela bibliografia que sempre me disponibilizou e a orientação de leituras, bem como as críticas construtivas que sempre foi fazendo durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Segundo, expresso aqui o meu sentimento de gratidão pelos ensinamentos que me deu, pela dedicação ao meu trabalho e, sobretudo por me fazer conhecer mais um pouco de Moçambique. Kanimambo.

Quero agradecer a Professora Doutora Mária Clara Mafra (falecida) quem sempre acreditou em mim desde o primeiro dia que pudemos manter o contato até a minha vinda aqui para o Brasil, seu apoio moral, acadêmico foi fundamental desde o primeiro momento do nosso contacto. O seu apoio, amparo foi e é incomensurável quero agradecer por tudo que fez por mim, se aqui cheguei em parte deve-se ao seu apoio. Obrigado e tenho-a no coração como uma Professora e amiga.

Quero aqui deixar o meu sentimento de gratidão para com todos os Professores do Curso de Ciências Sociais coerente que muitas vezes, senão sempre nos transmitiram seus conhecimentos e permitiram-nos que refletíssemos sobre vários aspectos da vida acadêmica e não

só. Obrigado pela amizade, confiança e sobretudo por me fazer sonhar que era possível e ajudar a chegar ao final desse sonho.

Este caminho tortuoso foi feito em conjunto com outros amigos por quem tenho uma larga admiração, respeito, carinho e muita amizade. Quero assim expressar os meus agradecimentos aos meus colegas da turma de 2013/2017. Muito obrigado. Mas é sempre injusto falar no coletivo quando cada um deles foi sempre uma pessoa destacável em cada momento. Permitam-me sem fazer nenhuma distinção agradecer a Patricia, obrigado amiga pelo suporte, amizade e disponibilidade.

Em meu país e na minha aldeia diz-se que um verdadeiro amigo é o irmão escolhido pelo coração. Tarciso, você foi um irmão escolhido pelo coração para fazer parte desta caminhada dura, com bons e maus momentos, mas acima de tudo unidos e amigos. Obrigadão por tudo.

Como se pode descrever horas e noites afins de debate, de discussão sérias, das zangas que na manhã seguinte era apenas a manhã seguinte, nada mesmo abalava a amizade. Vocês, Francisco da Conceição “Coach”, Luís “Sardan”, Cossa “Marrão”, Brunão, José Hossi “Mangolê”, Morreira “Charmoso”, Lucas”, Maura, Gudo, Belchior, Jenny, Maya “O cara”, Roberta. O meu agradecimento é tão profundo quanto ao amor que tenho por vocês. Foram anos de vivência na mesma casa que jamais se apagarão na memória. Nada disto seria, de verdade, possível se não fosse vosso apoio tremendo. Segundo Coach *“é na diáspora que se fazem as nações”*, eu tenho a certeza que uma nasceu em nós.

A Ana Lúcia não tenho como expressar tudo de bom e gratidão por mim e nós. Você merece a felicidade e benção de Deus.

A dona Amélia, essa senhora amiga, carinhosa, paciente e, sobretudo mãe. Obrigado, Obrigadão por tudo. Que Deus a abençoe e.. Desculpe as festas eram mesmo necessárias.

Saudades! Na vontade de desistir de tudo descobri o que significava. Aprendi que amar alguém é cuidar dessa pessoa e querer sempre que ela esteja bem. Umbelina, obrigado por tudo que você fez por mim. Deus te pague. Não sei escolher as palavras que serviriam para descrever o meu sentimento de gratidão, acho que não cabe aqui dizer tudo, mas sei que cabe-me fazer tudo para que você seja muito feliz. Te amo e muito obrigado por tudo e principalmente pela mãe que você é.

Nill e Nick apenas muito obrigado!!! Nada neste mundo vos substituirá. Pela alegria, risos e boa disposição que vocês sempre me deram. Obrigado por compreenderem sempre, mesmo quando estive errado, mesmo sem questionar...

Não sei como se agradece ao amor, carinho, dedicação confiança e sobretudo a proteção de uma mãe. Não sei como expressar isso, mas vou deixar aqui uma frase sobre o que sei “*sem você mãe, não sou ninguém*” obrigado, lembro me da tua preocupação comigo e de repente você me disse: meu filho vai correr tudo bem eu rezei a Deus para que te protegesse. Obrigado por tudo.

Aos meus irmãos (Madalena e Marcos) vai não apenas um Muito Obrigado, mas também um sentimento de reconhecimento do vosso amor, amizade e sobretudo do cometimento que entre nós sempre houve.

Ao meu Tio Brazão Mazula tenho a dizer OBRIGADO, você tem sido um segundo pai para mim. Sempre disposto a ensinar-me, corrigir, criticar manter-me em desafios. “*Ainda estou a um passo, mas como lhe prometi vou chegar lá*”.

A Lissungo Mazula, não sei como te dizer obrigado, pelas noites e dias que te fiz sofrer obrigando te a fazer cópias e leituras para me enviases ao Brasil. Obrigado, Prima.

Nunca estive tão longe e tão perto dos meus amigos. Quero agradecer a família Ferro (Juvêncio vs chica) pela amizade pelos emails, por vos fazer andar com inquéritos e acima de tudo pelo apoio a minha família. Quero agradecer a Família Sérgio (Sergio e Ihelena) pela amizade e por sempre cuidarem dos meus amores. Quero agradecer a família Bonfácio (Cesár e Jubia), irmão você vale mesmo o que eu sempre te disse. Você é um irmão camarada. Obrigado por tudo. Jubia você é um amor de pessoa.

Ao meu irmão de coração, conselheiro de todas as horas Pedro (PETER) Muhate, não tenho palavras para agradecer, sei que deus um dia te compeensará

Aos Mabus (Domingos, Quim, Stelio, Manel, Azael, Viriato, Sisqo, Nelito) obrigado pela companhia e pelos emails.

BTC será que há algo mais valioso que ter amigos? Tenho a certeza que não, quantas vezes discutimos horas e horas na internet? Quantas vezes foi guardado o numero 6 e as estatísticas para mim? Quantas vezes não me senti em casa, só de ver as fotos que vocês me mandaram? Só de participar das discussões mesmo sem estar presente em campo? Vocês foram

mais do que amigos e companheiros de longas jornadas de futebol, churrascos AG's, vocês foram o presente que deus me deu para dizer "AMIZADE VALE A PENA".

Não é possível mencionar a todos que direta ou indiretamente participaram e contribuíram para que este trabalho chegasse ao final, porém vai o meu muito obrigado por tudo que fizeram por mim e por este trabalho.

RESUMO

CATOPOLA, Brazão Luís José. *Estratégias para aquisição e manutenção do poder político em Moçambique entre 1975-2016*: Princípios e problemas. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Moçambique como estado-nação novo, constituído, sobretudo no último quarto do século passado, rapidamente foi, à velocidade das mudanças do contexto histórico-político, se metamorfosando pressionado pela inércia de forças exteriores a adotar as novas tendências das posturas político-econômicas. Este aspecto não relega para o plano secundário o papel das forças internas nas mudanças. O que na verdade acontece é um caminhar em articulação. Na presente tese procuramos entender como se configurou o processo de constituição do poder político em Moçambique, num contexto de mudanças permanentes e rápidas. Assim, entender o político, a aquisição e a manutenção do poder político nestas novas configurações constitui o ponto central desta tese. Todavia, esta questão não é isolada da necessidade de compreensão da conjuntura histórica, cultural, social de Moçambique no período colonial e presente. Deste modo, faremos aqui uma análise tendo em consideração a necessidade de diálogo permanente entre o passado e presente do país na construção do político.

Palavras-Chave: Antropologia Política. Aquisição, Manutenção e Poder.

ABSTRACT

CATOPOLA, Brazão José luís. *Strategies for acquiring and maintaining political power in Mozambique between 1975-2016: Principles and problems*. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Mozambique as a new nation-state, constituted, especially in the last quarter of last century, was rapidly, at the speed of changes in the historical-political context, metamorphosed by the inertia of external forces to adopt the new tendencies of political-economic positions. This aspect does not relegate to the secondary plane the role of internal forces in change. What actually happens is a joint movement. In this thesis, we try to understand how the process of constitution of political power in Mozambique has been configured in a context of permanent and rapid changes. Thus, understanding the political, the acquisition and maintenance of political power in these new configurations constitutes the central point of this thesis. However, this issue is not isolated from the need to understand the historical, cultural, and social conjuncture of Mozambique in the colonial and present period. In this way, we will make an analysis here taking into account the need for permanent dialogue between the country's past and present in the construction of the political.

Keywords: Political Anthropology. Acquisition, Maintenance and Power.

SIGLAS

III CONG – Terceiro Congresso da FRELIMO

IV CONG – Quarto Congresso da FRELIMO

AGP – Acordo Geral de Paz

AMETRAMO - Associação dos Médicos Tradicionais

ARA- SUL Administração Regional das Águas – Sul

BCM – Banco Comercial de Moçambique

BM – Banco Mundial

BPD – Banco Popular de Desenvolvimento

CANPM (Centro Associativos dos Negros da Província de Moçambique), a Associação África entre outros.

CEI - Casa dos Estudantes do Império

CCADR -Caixa de Crédito Agrário e de Desenvolvimento Rural

CONCP -Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

CNE – Comissão Nacional de Eleições

COREMO - Comitê Revolucionário de Moçambique

CRPM – Constituição da República Popular de Moçambique

EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros

EUA – Estados Unidos da Améric

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FUMO – Frente Unida de Moçambique

FMI – - Fundo Monetária Internacional

GD – Grupo Dinamizado

GPIE - Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro

IDH – índice de Desenvolvimento Humano

MANC - Congresso Nacional Africano de Moçambique

MANU - Mozambique African National Union

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINEC – Ministério da Educação e Cultura

NATO – Organização Tratado Atlântico Norte

NESAN – Núcleo dos Estudantes Africanos
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA - Organização da Unidade Africana
PRE - Programa de Reabilitação Económica
PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
STV – Televisão SOICO
SNASP – Serviço Nacional de Segurança Pública
UA - União Africana UA
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI União Nacional Africana de Moçambique Independente
RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução: Problematizando o contexto do surgimento do poder político em Moçambique -----	16
1.1. Localização Geográfica e Mapa-----	16
1.2. Contexto de Surgimento do Estado Nação Moçambique-----	18
1.2.1 Quem não chora não mama -----	39
1.2.1.1. Delimitação do problema-----	39
1.3. Questionamentos prévios -----	43
1.4. Objetivos -----	43
1.5. Metodologia-----	46
1.5.1. Procedimentos Metodológicos -----	50
Capítulo II: Trilhando Horizontes de Poder Político -----	52
1.1. Por uma Breve Apresentação de Moçambique: O Percorso de Moçambique Colonial ao Pós-Colonial.-----	52
1.2. Quem vai Cedo a <i>Machamba</i> tem a melhor sobra-----	55
1.3. A Invenção da “Questão Nacional” como veia de ação e poder político -----	82
1.4. Da Sacralização à Onipresença-----	89
1.5. O Nascimento: A Idéia E Concepção Do Moçambicano -----	104
1.6. Novos Conhecidos, Velhos inimigos, Novos amigos!-----	117
Capítulo III. Natural Não Treme -----	126
1.1. Nascer Outro com a mesma Essência-----	132
Capítulo IV – Outra Vez: A Melhor Sombra é para Quem Madruga -----	146
1.1. A Transição-----	147
1.2. Três Pilares do Poder no Moçambique Democrático -----	153
1.3. Recriando a Obtenção e Manutenção do Poder Político -----	163
Capítulo V. Democracia no Poder ou Poder na Democracia: Problemas e Conceitualização na Luta Pelo Poder -----	179
Considerações Finais -----	192
REFERÊNCIAS -----	197
ANEXOS -----	206

Introdução: Problematizando O Contexto Do Surgimento Do Poder Político Em Moçambique

“The winner takes all”

(Dambisa Moyo, 2012)

1.1 Localização Geográfica e Mapa

Moçambique é um país localizado no Sudeste do continente africano, onde a Norte faz fronteira com a República Unida da Tanzânia, a Este as Repúblicas da Zâmbia e do Zimbábue, no Sul com a República da África do Sul e o Reino da Swazilândia, e a Oeste é banhado pelo Oceano Indico. A sua costa é a terceira mais extensa do continente africano, com cerca de 2 600 km². Esta compreende entre os paralelos 100 27' S (Rio Rovuma) e 260 52' S (Ponta do Ouro), nas fronteiras com a República da Tanzânia e com a República da África do Sul, a Norte e Sul respectivamente (fontes).

Figura 1: Mapa da África Austral



Fonte: ARA-Sul, Administração Regional de água Sul (2010).

Figura 2: Mapa de Moçambique



Fonte: Guia Geográfico de Moçambique

1.2. Contexto de Surgimento do Estado Nação Moçambique

O grande propósito da colonização portuguesa era supostamente o assimilacionismo e através dele um processo civilizatório das sociedades africanas existentes em Moçambique. Como aponta Douglas (1976 apud Cabaço, 2009), “*o sistema colonial pode ser visto como um sistema dualista que se constrói na oposição ‘pureza-impureza’*”. No entanto é sabido que o grande propósito era o de exploração da mão de obra e dos recursos existentes. Kuper (2002) faz um percurso que demonstra a natureza da relação entre colono e colonizado e em sua percepção “*os colonos ao usarem o terno nativo, aplicam-no como eufemismo de primitivo*”. Foi neste contexto, que em sua ótica, surgiu a *apartheid*¹ onde a todos os nativos foram negados os direitos civis sob pretexto de serem supostamente diferentes sob ponto de vista cultural dos “civilizados”. Para Kuper (op.cit. 215-217) o uso de termo nativo traz a separação entre o mundo “civilizado” e “primitivo”, entre quem tem e que não tem direitos civis. Esta visão colonial determinou o lugar de explorador e explorado que na verdade era o propósito da colonização, isto é, através de um processo de exploração dos nativos foi possível obter matéria prima, mão de obra barata, produção a baixo custo.

È neste modelo que é feita, praticamente, a relação entre “africanos” e “europeus”. Através do assimilacionismo aos nativos são supostamente dadas as oportunidades de se tornarem cidadãos. Neste processo, os assimilados deviam comportar-se como os europeus (no caso de Moçambique, como europeu português). No entanto, esta era uma realidade sob o ponto de vista legal e não fatural, uma vez que estes sujeitos assimilados eram considerados cidadãos de 3ª categoria - veremos mais adiante, em Zamparoni (1998), o desenvolvimento desta categoria de assimilado.

Através deste “assalto”² aos seus valores africanos, os assimilados tinham aparentemente acesso às mesmas condições dos cidadãos europeus (escolas, hospitais, serviço militar, trabalhar em postos de prestígio, praticar a religião “civilizada”, usar e falar a língua portuguesa). Deste modo, de acordo com Macagno, a população africana da colônia dividia-se em “assimilados” e “indígenas”. Assim, segundo Macagno³ (2009, p. 224):

¹ Sistema político que consiste em uma discriminação social baseada na cor e/ou tonalidade da pele dos indivíduos.

² Vide Albert Adu Boahen (2010; p1). *Historia Geral da África*. Unesco.

³ Lorenzo Macagno. *Multiculturalism in Mozambique? Reflections from The Field*. UFRJ. Disponível online:

“The assimilado was characterized, in general, as an individual who, by emancipating him/herself from the uses and customs, had managed to acquire Portuguese cultural values (of which the language was one of the most important). The aim was to demonstrate through proofs – not always meticulous – how far the individual in question was emancipated from his/her system of local values, and able to convert him/herself into a second or third category Portuguese citizen”.

Zamparone (1998) sobre a categoria distintiva “assimilado” faz uma profunda reflexão acerca do impacto desta, assim como do seu processo evolutivo. É neste contexto que Zamparoni⁴ (1998, p. 467) afirma que:

“Diversos códigos e regulamentos procuraram definir as características necessárias à criação de uma identidade subordinada para o outro - o indígena - como um não-cidadão e, ao mesmo tempo, traçar fronteiras identitárias entre a grande massa de africanos que seria enquadrada nesta categoria e os poucos africanos que dela estariam isentos, além de regular a vida de ambas as categorias diante do colonialismo”.

A propósito da política de assimilação e sobre a forma de pensar colonial Fry (2003, p. 293) advoga o seguinte:

“Enquanto os engenheiros sociais da África do Sul traçaram um caminho explícito de segregação racial e étnica e de celebração das diferenças culturais, seus equivalentes em Moçambique imaginaram uma época em que todos os moçambicanos teriam abandonado seus “usos e costumes” e seus “dialetos”, a favor da “civilização” e da língua portuguesas. Isto seria realizado através da influência supostamente moralizadora do trabalho, incluindo o trabalho forçado, da educação e da conversão ao cristianismo”.

Como podemos verificar, estas afirmações permitem-nos entender que este período foi de implementação do processo político, administrativo e cultural. Assim, para Cabaço (2009, p. 38) afirma que *“Na sociedade colonial em África estarão, frente a frente, bem demarcados, não só “branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia do mercado e economia de subsistência” etc., todos eles conceitos marcados pela hierarquização, em que uns se apresentam como negação dos outros e, em muitos casos, como sua “raison d’être”.*

<http://pt.scribd.com/doc/40382557/Multiculturalism-in-Mozambique>

⁴Zamparoni, Valdimir. Op. Cit

No entanto, a política assimilacionista das potências europeias não foi pacificamente aceita pelos “outros”.

Dois posições apontam para a contradição entre as pretensões europeias e a realidade africana. Cabaço (2009) advoga que a colonização nos séculos XIX e XX demonstrou que a apropriação dos valores da cultura europeia por parte dos africanos limitou-se a melhorar a prestação de serviço no mercado de trabalho sem transformar a ordem existente e sem diminuir a polarização social. Seguindo a mesma ordem de análise, Boahen (2010) afirma que não se pode falar em “colaboradores” quando se refere a africanos que adotaram as práticas europeias, ou até mesmo ajudaram os europeus, pois eles procuravam a melhor forma de evitar que, muitas vezes, seus estados fossem destruídos. Assim, assumir certas práticas era conveniente e não colaborativo.

Este período, porém, não foi somente de implantação do sistema colonial na África. Em contraste a este processo assimilatório, assiste-se também, em paralelo, lutas de resistências e o surgimento de pequenos focos de intelectuais africanos muitas vezes fruto da assimilação. Esta situação trouxe uma nova forma de compreender as “nações africanas” por parte dos africanos. Para Boahem o surgimento do nacionalismo africano tem a seguinte particularidade:

“Na Europa, o nacionalismo representou, para as comunidades que aceitavam a realidade de identidades culturais e de um passado histórico comuns, a aspiração a uma existência soberana dentro de organizações políticas (Estados) próprias. A luta tinha como objetivo garantir a coincidência entre a nação cultural e a organização de sua vida política como Estado. Conforme demonstram os exemplos grego, italiano e alemão, o resultado definitivo da criação de Estados Nacionais. Na África, as aspirações dos Estados e dos grupos que, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, combateram contra as potências imperialistas europeias e se esforçaram para impedir o estabelecimento do sistema colonial eram essencialmente as mesmas que animavam os movimentos nacionalistas europeus”. (Boahen, 2010, p.258)

No entanto, antes da divisão político-administrativa resultante da Conferência de Berlim, as sociedades africanas eram constituídas de diferentes grupos étnicos e culturais, o que levou à necessidade de uma redefinição em termos de territórios e nações para os africanos. Assim, a identidade em África passou a ter uma nova configuração, onde ao invés de uma definição baseada em critérios culturais, históricos, lingüísticos à semelhança de muitas nações europeias (vide Hobsbawn 1984) passou pela definição do espaço de ocupação colonial.

As tendências nacionalistas africanas constituíam-se em função da relação espacial entre o

colonizador e o colonizado, por exemplo, os movimentos “*protonacionalistas*” moçambicanos, lutavam a favor de todo espaço territorial sob dominação colonial portuguesa, por essa razão em muitos casos estes movimentos foram considerados movimentos pan-africanistas onde segundo James Coleman⁵:

“[...] em muitos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; e representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu”.

É neste sentido que para vários estudiosos o nacionalismo africano tem uma base racial e espacial. No entanto, há que ressaltar que esta condição do nacionalismo a partir de uma base espacial e racial tem duas vertentes: a primeira, é que mesmo antes da ocupação efetiva das colônias na África não se podia definir os estados como homogêneos na sua constituição baseada em uma cultura, língua, religião, etc única. Casos como os Impérios de Gaza e Mwenemutapa em Moçambique demonstram que esses impérios abarcavam diferentes grupos étnicos.

A segunda questão é que esta condição do nacionalismo de base racial e espacial tem suas raízes na Conferência de Berlim, razão pela qual não existiam condições para uma luta de resistência sem que esta fosse desta origem, pois, na verdade, não existiriam condições para um nacionalismo que não fosse por meio de delimitações dos espaços sob domínio do colonizador (salvo, se se pensasse em um movimento que pretendesse a “pureza” nacionalista na questão das nações após a descolonização). Assim, segundo Boahen (2010), havia os grupos nacionalistas cuja ação se estabelecia dentro de condições definidas a partir do exterior. Deste modo, o nacionalismo africano foi se definindo em função do que lhe era apresentado como estratégia colonial de colonização.

A propósito da identidade africana, Mbembe (2001) discute as condições da sua criação apresentando um conjunto de fatores que também contribuíram para o falhanço permanente das tentativas de estabelecê-la. Para Mbembe (op.cit171), “*as formas africanas de descrever o “self” são inseparavelmente conetadas à problemática da autoconstrução e da moderna filosofia dos sujeitos*”.

⁵ Citado em Albert Adu Boahen (2010, p. 658). História Geral da África. UNESCO.

A questão da autoconstrução relaciona-se com a visão que o próprio indivíduo define para si mesmo, ao mesmo tempo em que reivindica uma visão do outro sobre si. Paralelamente a esta, a moderna filosofia dos sujeitos direciona a questão da identidade para a sua não substancialização. É neste sentido que Mbembe procura discutir a “identidade africana” como um processo em construção. Ela é constituída de variadas formas, através de uma série de práticas, notadamente a prática do *self*.

Segundo Mbembe (2001) o esforço para determinar as condições nas quais o sujeito africano poderia adquirir sua subjetividade, cedo encontrou duas formas de historicismo que o liquidaram: por um lado, o economicismo, com sua bagagem de instrumentalismo e oportunismo político. Esta perspectiva procurava se apresentar como democrática, radical e progressista, utilizando o marxismo e o nacionalismo para desenvolver um imaginário de cultura e política, no qual a manipulação da retórica do outro, a resistência e a emancipação, serviam como únicos critérios para determinar a legitimidade do discurso do “africano” autêntico. Por outro lado, o fardo da metafísica da diferença, aqui desenvolveu um discurso a partir da ênfase na condição “nativa”. Ela desenvolve a idéia de uma única identidade africana, cuja base é o pertencimento à raça negra, embora, a condição negro não seja de todo uniforme. É importante salientar que segundo Mbembe (op.cit. p. 172) na base dessas concepções estão três eventos: a escravatura, o colonialismo e o “*apartheid*”.

Estes eventos têm sido bastante usados nas argumentações dos grupos nacionalistas africanos. No entanto, estas duas correntes de pensamento africano pactuam a idéia geral de uma identidade baseada na questão racial, sem abrir hipóteses para uma África com uma ancestralidade diversificada. A África é vista e simbolizada numa perspectiva de unidade, o que leva a uma substancialização da identidade africana. Mbembe, contrapondo essa visão de identidade única afirma:

“Não há nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida a uma única categoria. A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self (cf. Biaya, 2001, e no prelo; ver,

também, Malaquais, no prelo). Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis, e instáveis. Posto isto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem se reduzir à tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando”. (Mbembe, 2001.p.198).

No entanto, a situação do africano localmente situado face à Conferência de Berlim e seu reordenamento político-administrativo no processo de colonização clamava por uma intervenção que pudesse permitir identificar quem lutava contra o colonialismo e onde. Assim, na perspectiva de Diop (2010), se a I guerra Mundial veio consolidar a hegemonia das potências colonizadoras sobre as suas colônias, a ponto de alguns historiadores designarem esta época como a “*idade de ouro do colonialismo*”, a II Guerra Mundial teria efeitos contrários à hegemonia das potências colonizadoras. Com efeito, após a Segunda Guerra Mundial assistiu-se a um despertar da consciência política dos africanos e a um reinício de campanhas que visavam à descolonização.

No contexto moçambicano, Portugal, como afirma Cabaço (2009), assistia a um crescimento de eventos contra a ordem colonial, paralelamente à sucessão das independências de Gana e da Guiné Conakry. Além disso, a União Soviética saía da guerra como líder das idéias socialistas e bastião dos processos de descolonização para os grupos nacionalistas e também para a independência de várias colônias. Paralelamente, nas colônias, as lutas de resistência anti-colonial iam se desenvolvendo, ainda que sem uma unidade organizacional, o que muitas vezes contribuía para o seu próprio fracasso. Citando Cabaço (op.cit.216), “*os protestos e reivindicações dos ativistas e intelectuais africanos que clamavam contra as injustiças e por uma participação nos governos dos seus próprios territórios, tinham sido, até então, confinados ou sufocados pelos poderes coloniais*” devido à falta de uma estratégia organizacional.

Assim, os primeiros sinais de uma organização e estratégia de luta contra o colonialismo português em Moçambique de forma organizada e numa perspectiva política iniciaram a partir da área limítrofe entre Moçambique e Tanzânia. Em 1958 foi fundada a “Tanganika-Moçambique Makonde and Makua Union”, no mesmo ano na ilha de Zanzibar foi fundada a “Zanzibar-Mozambique Makonde and Makua Union”. Cabe ressaltar que tais associações tinham como objetivo a interajuda mútua e a defesa dos interesses comuns. Outrossim, segundo Cabaço

(op.cit.387), “*se na primeira organização estamos a falar de uma organização cuja característica base era a similaridade etnolinguística a segunda associação teria mais um cunho geográfico (norte de Moçambique e sul da Tanzânia)*”.

Em face a esta realidade quatro importantes aspetos tornam-se fundamentais para a conscientização e organização dos africanos na luta anti-colonial, a saber: a) no âmbito da diáspora, intelectuais, estudantes e outros simpatizantes da causa africana iam travando debates a vários níveis sociais sobre a necessidade da independência dos países africanos, através de intervenções em congressos, universidades, da criação de núcleos de estudantes e associações académicas; b) no âmbito das duas grandes guerras e da depressão que se abatia sobre a Europa evidenciava um abalo na confiança dos ocidentais, ao mesmo tempo em que, com o final da I Guerra Mundial e o surgimento da Sociedade das Nações, ainda com um papel menos forte, algumas vozes começavam a discutir a colonização e a descolonização num âmbito global; c) o pretexto ocidental da ocupação colonial, a civilização, constituiu em si um fundamento para o seu próprio declínio, uma vez que criaram-se condições para um debate interno com base na maturidade já desenvolvida dos assimilados e, finalmente d) no âmbito interno uma classe de assimilados moçambicanos através de diversos instrumentos, sobretudo literários e jornalísticos, começou-se a denunciar e reivindicar tratamento igual aos “nativos”.

Assim que seguindo esta mesma onda, com o final da II Guerra Mundial, como afirma Appiah (1997, p. 12), muitos africanos que direta ou indiretamente participaram da guerra puderam unir-se e reivindicar contra as atrocidades do sistema colonial e ao mesmo tempo, nascia uma consciência política africana, com forte apoio da cooperação com a União Soviética que pretendia manter e alargar a sua hegemonia em África surgem os grupos nacionalistas africanos.

Neste contexto, o apoio e a política expansionista da União Soviética aos países “em colonização” viria a ser fundamental para o fortalecimento dos grupos nacionalistas, que contariam com seu posterior apoio na luta pela independência. Esta conjuntura de fatores a favor dos africanos acelerou o processo nacionalista em África. Mondlane (1995, p. 251) afirma que: “*a afirmação nacionalista não nasceu de uma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, econômica, territorial e linguística. Em Moçambique foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica fundamentada na experiência de discriminação, exploração, trabalho forçado e outros efeitos do*

sistema colonial". Esta visão é também partilhada por Andrade⁶ (1976, p. 8) que afirma que os movimentos nacionalistas e a geração a ela ligada, a "geração utopia" (Pepetela), são frutos da própria evolução do tempo e da época histórica. Estas afirmações levam-nos a compreender o nacionalismo como um produto do processo de territorialização colonial e, esta por sua vez, como o objeto de luta e reivindicações para uma autonomia político-administrativa nos territórios de ocupação colonial. Aqui aparece o fundamento do nacionalismo moçambicano: o domínio e controle do território por parte de agentes externos a Moçambique, aliando-se a isso as práticas discriminatórias impostas aos "nativos" pelo sistema colonial.

As décadas de 50 e 60 foram fundamentais para a criação de premissas de todo o processo de formação do Estado-Nação Moçambique. Neste período, os intelectuais moçambicanos (majoritariamente assimilados) começaram a fazer questionamentos sobre o seu papel, direitos e deveres nas esferas socioeconômicas, culturais e políticas e é neste âmbito que nascem os primeiros movimentos culturais e recreativos que buscavam denunciar os abusos, imoralidades e injustiças. Destes grupos podemos destacar o Instituto Negrófilo, que mais tarde veio a chamar-se Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, de onde surgiu uma grande parte dos membros dirigentes do posterior movimento de libertação de Moçambique.

Houve assim um despertar de uma consciência da condição humana do nativo, assimilado ou não. É nesta perspectiva que, concordando com Meszaros (2004), podemos afirmar que a formação das nações modernas surge de determinantes históricos e sociais sob a liderança da classe burguesa⁷ (assimilada), neste caso, uma burguesia específica em relação aos demais, majoritariamente não assimilados. Este despertar e o surgimento dos movimentos nacionalistas

⁶Pinto de Andrade, nacionalista Angolano um dos fundadores do Movimento Para Libertação de Angola

⁷ Para o período entre 1950 a 1960 deve-se levar em consideração que este conceito de classe⁷ burguesa aplicado à realidade moçambicana sob a colonização portuguesa sofreu uma transformação semântica alargando o sentido para a classe de "nacionais" assimilados que constituíam um grupo oposto ao do campesinato e dos operários (não assimilados) integrados dentro do sistema colonial civilizado. Isto implica em aceitar que o conceito de nacionalista deverá ser visto, neste caso, numa profunda relação entre colonizador e terra e, ao mesmo tempo na relação entre os assimilados (considerados como catalisadores das lutas pela independência, mesmo fazendo parte do grupo privilegiado do sistema de produção capitalista) e colonizadores, pois foi deste modo e neste propósito de garantir a soberania sobre a terra que se empreendeu a luta pela independência política, financeira e econômica.

tiveram uma forte influência da perspectiva leninista⁸ (1922) que propunha o direito à completa autonomia, pois enfatizavam a necessidade da completa igualdade de todos os grupos nacionais.

Apresenta-se a questão: que critérios são usados para considerar estes grupos de nacionalistas? Esta é uma questão que vai se tornando cada vez mais importante na discussão e análise dos movimentos pró-independência em Moçambique, pois o seu gênese terá reflexos na atualidade política deste país. Torna-se neste sentido importante que possamos compreender até que ponto estes movimentos se colocavam como movimentos nacionalistas.

Ao discutir os conceitos de nação e nacionalismo, verificamos que muito pouco existe de substancial que permita rotular, como apontam diversos estudos, os diferentes movimentos de movimentos nacionalistas. Assumo desde já a posição segundo a qual considera que até a formação da FRELIMO⁹ em 1962, os diferentes movimentos seriam melhor definidos como sendo movimentos pró-independentistas/protonacionalistas e não nacionalistas, uma vez que a particularização das suas ações se restringia à liberdade regional/étnica e também a uma liberdade fechada em detrimento de uma libertação do espaço de dominação e ocupação colonial.

É importante realçar que não nos cabe aqui fazer um debate sobre os conceitos de nação e nacionalismo, no entanto, a título de orientação, trazemos a discussão apresentada por Hobsbawm¹⁰ para nos inserirmos em diferentes contextos do seu surgimento, embora em nossa perspectiva as

⁸Cabe mencionar, no entanto, que esta perspectiva leninista considerava nacionais os diferentes grupos etnolinguísticos que constituíram tardiamente a Confederação das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

⁹Frente de Libertação de Moçambique

¹⁰A palavra nação provém do latim “natio”, de natus (nascido), é uma comunidade estável, historicamente constituída por vontade própria de um agregado de indivíduos, com base em um território, em uma língua e com aspirações materiais e espirituais comuns. Segundo Hobsbawm (2013) é bastante redutora a discussão sobre a nacionalidade baseada na questão da vontade dos indivíduos de constituir uma nação, pois neste sentido bastava que indivíduos assim o pretendessem e, de pronto, ter-se-ia uma nação. No entanto Gellner, citado por Hobsbawm (op.cit.18) define o nacionalismo como um princípio que sustenta que a unidade política nacional deve ser congruente [...] porém Hobsbawm (op.cit. 19) assinala a necessidade das nações e seus fenômenos serem analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências. Neste sentido se questionaria até que ponto os movimentos de libertação anteriores à criação da FRELIMO poderiam ser considerados nacionalistas. Primeiramente concordaríamos com Hobsbawm (op.cit.21) quando afirma que a “consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país. Assim podemos depreender que a consciência nacional é um processo de construção dentro do qual os autores precisam compreender o seu envolvimento, indo ao encontro à posição de Renan que afirmou que a “nação é um plebiscito diário”, isto é, é uma pregação ou ainda uma

condições do nacionalismo africano em geral e moçambicano em particular surjam da relação, como vimos antes, do colonizador vs colonizado, colonizador vs assimilado e do controle dos espaços de colonização.

Os contextos africanos de formação de estados evoluíram de circunstâncias culturais e lingüísticas nas quais estas realidades foram relegadas a uma posição subalterna pela conferência de Berlim, ou seja, este encontro europeu criou condições estruturais e objetivas para o surgimento dos futuros novos estados-nações na África. No entanto, não é suficiente a questão da divisão pela conferência de Berlim e a consequente ocupação efetiva das colônias para classificar os diferentes movimentos como nacionalistas em função somente do espaço do colonizador, na medida em que, como pudemos verificar, nos contextos africanos e no caso específico de Moçambique, os primeiros movimentos eram de base étnica, o que limitava o seu espaço de intervenção.

Dos movimentos unificados e com o objetivo de uma independência nacional no espaço de ocupação colonial surge o nacionalismo moçambicano. Como afirmaram Mario Pinto de Andrade e Eduardo Mondlane as lutas pelas independências (aqui se apresenta a idéia de estados-nações e sua auto-determinação) nascem das condições históricas, isto é, segundo Marx e Engels¹¹ do contexto histórico, social e político de uma época. É neste contexto que vale classificar esse movimento – FRELIMO - como nacionalista, através da percepção de uma luta de classe por ele desenvolvida ao longo de todo o espaço da presença político-administrativa colonial em

construção em processo. Como veremos mais adiante, mesmo com a formação da FRELIMO ainda houve muitas ações particulares dos movimentos integrantes desta formação, até se atingir o ponto de inserção “total” na idéia da questão nacional. Não obstante cabe salientar que uma das questões fundamentais deste pensamento é a idéia das pessoas se unirem por solidariedade, o que lhes permite o sacrifício por uma causa maior, ou seja, há neste processo um horizonte de expectativa em relação à nação, intrínseca, em cada membro dessa mesma nação. A questão que colocaríamos é: até que ponto os diferentes movimentos de liberdade em Moçambique se enquadravam numa escala de Moçambique inteiro ou pelo menos no espaço de ocupação colonial português. Os movimentos em causa não pretendiam a criação de nações diferentes da que existe hoje em Moçambique? Para podermos nos situar neste debate, faremos um percurso sobre os principais movimentos de libertação, embora, segundo Hobsbawm (2013) nenhum critério satisfatório possa ser achado para decidir quais dentre as numerosas coletividades humanas devam ser rotuladas deste modo. De acordo com o autor vários critérios substantivos como língua, etnia e cultura, que de forma combinada foram usados para definir a existência da nacionalidade e da nação apresentaram falhas, já que muitas vezes podemos encontrar exceções. No entanto, uma definição subjetiva de nação como a apresentada por Renan_uma nação é um plebiscito diário_ seja ele coletivo ou individual levaria a uma interpretação de que para criar uma nação seria preciso somente a vontade de criá-la. Hobsbawm (op.cit. p. 16).

¹¹ Marx, Carl e Engels, Friedrich. A Ideologia Alemã. 2001. Trad. Costa, Luiz Claudio de Castro. Editora Martins Fontes. São Paulo. Brasil

Moçambique, ou seja, o nacionalismo produz-se na luta de classes, no espaço definido como Moçambique, cuja dinâmica de luta é traduzida pelos assimilados que compunham a elite moçambicana na época, presentes ou não no território.

É importante questionar o que seriam as diferentes nações, cultural e linguisticamente encontradas neste espaço de colonização. Analisar o nacionalismo em Moçambique requer entender a sua origem. Assim o nacionalismo, ou melhor, o discurso nacionalista surgiu como resultado de uma luta de classes. Entretanto ressalve-se que esta luta de classes não deve ser vista como uma relação somente econômica e financeira, pois aqui a noção de classe é construída numa relação de estreita interação entre nativos (incluindo os assimilados) e colonos, pretos (sujeitos pretos ou brancos, porém com fraco poder econômico) e brancos, isto é, olhando para a percepção marxista de luta de classes, esta, aqui, tem de ser entendida como o conjunto de contradições que se estabelece entre os homens resultantes de condições econômicas, históricas, sociais e culturais, aliás, como aponta Chauí (op.cit.82)

“a luta de classes não é apenas confronto armado de classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais e ilegais de que a classe dominante lança a mão para manter sua dominação, indo desde o modo de organizar o processo de trabalho (separando os trabalhadores uns dos outros e separando a esfera de decisão e de controlo do trabalho da esfera de execução e pela exclusão dos trabalhadores do usufruto dos bens que produziram) até as normas do Direito e do funcionamento do estado. Ela está presente em todas as ações dos trabalhadores da cidade e do campo para diminuir a dominação e exploração, indo desde a luta para diminuição das jornadas de trabalho, o aumento de salários, as greves, criação de sindicatos até à formação de movimentos políticos para derrubar a classe dominante.

Assim, a idéia de nação, para o caso de Moçambique, não poderá ser vista como anterior ao discurso sobre o que é Moçambique face à Conferência de Berlim, pois esta idéia de nação como espaço territorial, administrativamente político, nasceu somente depois da conferência de Berlim (repare-se que não está aqui a ser posto em análise se houve ou não logo após a conferência, a ocupação efetiva das colônias). Deste modo, o nacionalismo moçambicano deverá dar conta de um discurso dentro desse espaço delimitado na conferência.

Importa ressaltar que as questões de carácter cultural, linguístico e religioso não poderão ser vistas como capazes de formar uma nação moçambicana. Sendo assim, podemos afirmar que o único critério capaz de abranger a noção de nação dentro do contexto das nações modernas é a questão do espaço de ocupação territorial e as dinâmicas intrínsecas das relações dos seus

ocupantes, quer pela via administrativa-política, quer pelas vias culturais e linguísticas, enquanto pertencentes a um espaço preciso, mesmo que elas atravessassem fronteiras, aliás, o que é uma realidade nas condições etnolinguísticas de muitas partes da África.

Deste modo, o nacionalismo moçambicano deve ser entendido como um processo de construção e reinvenção permanente, que teve o seu momento de partida com a limitação da fronteira na Conferência de Berlim. No entanto, com a formação da FRELIMO em 1962 temos um espaço nação bem delimitado, território sob ocupação colonial portuguesa em oposição, como vimos antes, aos territórios somente étnico/regional defendidos pelos primeiros grupos “*nacionalistas*”. Não querendo dizer, contudo, que dentro desta organização, como veremos mais adiante, houvesse um acordo tácito e aceito de uniformização, mas que a formação da consciência nacional foi experimentada e construída no decurso e no discurso sobre a guerra colonial com a gestão da FRELIMO e não só. Repare-se, no entanto, que manifestações de cunho literário, jornalístico, recreativo já apelavam para esta consciência de luta contra a presença colonial portuguesa, todavia o nosso foco aqui está nos movimentos pró-independência.

Há quase que uma unanimidade nos diferentes autores sobre a origem dos três movimentos cuja união formou a FRELIMO¹². Segundo Gomez (1999), os “principais”¹³ nasceram da seguinte maneira: em 1959 na Tanzânia surge a Mozambique African National Union (MANU), liderada por Mateus Mole; em 1960 nasceu na Rodésia do Sul a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), liderada por Adelino Gwambe; finalmente em 1961, surgiu a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente) na região da Niassalandia (atual Malawi), descendente da Associação Nacional Africana de Moatize criada em 1959, liderada por Baltazar Chongoga. Observe-se que independentemente da origem dos movimentos, a palavra “nacional” aparece como um dos denominadores comuns a todos eles. O que se compreendia como nacional?

Em Moçambique como aponta Marcelino dos Santos (2012) havia muitas associações e grupos recreativos, o que o levou a pensar que o MANU também o fosse. Santos¹⁴ (2012),

¹²Frente de Libertação de Moçambique

¹³Principais movimentos de Moçambique no sentido de maior visibilidade no contexto de formação do novo Estado-Nação Moçambique”

¹⁴Marcelino dos Santos in <http://comunidademocambicana.blogspot.com.br/2012/09/marcelino-dos-santos-nao-perdoa-aos.html> visitado em 14/09/2014

falando a propósito da criação da FRELIMO afirmou o seguinte: *“inicialmente ela se chamou associação dos makondes de Moçambique e mais tarde união dos makondes [...] Inicialmente, pensávamos que era uma organização tribalista (eticista) a MANU tinha muita inserção em Moçambique, sobretudo em Cabo Delgado”*. Como podemos inferir pelo nome inicial, este movimento se restringia ou criava a sua identidade nas questões etnolinguísticas dos membros do grupo.

Todavia, Santos reconhece que existiam outros membros que não faziam parte desta identidade etnolinguística, estendendo-se mais para a província de Cabo Delgado. Ora, mesmo reconhecendo esta inserção, isto nos leva ao contexto de uma inserção regional dentro de Moçambique, já que Santos afirma que existiam outras associações em Moçambique. Podemos compreender que a menor notoriedade de alguns grupos/movimentos em termos de abrangência pode tê-los reduzidos a “pequenas associações” sem muita expressão no contexto político, e deste modo não serem considerados nacionalistas pela literatura corrente.

Se analisarmos o conceito de nação em sua origem e no âmbito da questão da solidariedade, podemos questionar ainda mais a classificação destes movimentos como nacionalistas, fato que pode ser sustentado com a posição de Chissano (2012) quando afirma que *“... Antes da fundação da FRELIMO, houve movimentos clandestinos que culminaram com a criação da UDENAMO, MANU e UNAMI. Antes do surgimento da UDENAMO, havia no país um movimento denominado MANC (Congresso Nacional Africano de Moçambique), liderado por Khamba Simango. Este movimento não teve muita expressão e o resultado final foi o seu desaparecimento”*. Ou seja, esses movimentos clandestinos só ganham uma dimensão maior quando passam a ser vistos dentro de uma dimensão “maior”.

O que questionaríamos é o sentido do maior. Acreditamos que o sentido de maior é relativo a abrangência em termos de espaço de reivindicação das independências. Aliás, segundo Darch e Hedges (1999) *“Estes agrupamentos eram fundados e movidos pelos imigrantes moçambicanos nestes países e tinham - pelo menos em termos moçambicanos - um aspecto regional, mas nem sempre uma agenda de caráter semelhante e abrangente”* o que corrobora a idéia de que, numa primeira fase, estes grupos tivessem sido regionais. Aqui entramos em contradição quanto ao verdadeiro perfil dos chamados movimentos nacionalistas em nossa ótica.

Se estes movimentos eram nacionalistas por terem maior abrangência, é certo que tinha a ver com o número de integrantes e com a respectiva representatividade na causa e nos princípios da organização. No entanto, a questão primária é: cobriam estes movimentos o território de Moçambique ou eram nacionalistas por terem muitos integrantes de Moçambique? Se a questão tem a ver com integrantes moçambicanos, então todos estes movimentos e até mesmo os considerados “*sem expressão*” eram movimentos nacionalistas.

Se a questão é a cobertura territorial dos movimentos em relação à integralidade da extensão de Moçambique, nenhum destes movimentos cobria o território nacional, não podendo, deste modo, ser classificado como nacionalista. E se tem a ver com o fato do movimento estar no território moçambicano, então cada uma das associações existentes era também nacionalista e no caso teríamos que fazer o percurso da história de Moçambique, sobretudo desde a conferência de Berlim.

Se recorrermos ao pensamento de Renan, segundo o qual a nação é um plebiscito diário, seremos levados implicitamente a considerá-la em função de um desejo permanente de construção, ficando então os movimentos mais distanciados do conceito de nação, na medida em que os mesmos pretendiam uma independência apendiculada a uma região específica ou ligada aos grupos etnolinguísticos.

Neste sentido a FRELIMO aparece como sendo o único movimento capaz de abranger as diferentes linhas de constituição de um movimento nacionalista, quer em termos de abrangência, quer em termos de integração, quer em termos do plebiscito diário. Aliás, Eduardo Mondlane, em entrevista ao jornal *Africa Today*¹⁵ afirmou o seguinte:

“I was interested in the nationalist struggle against the Portuguese for many, many years back. I could trace it to my own childhood, when my mother, who was a traditional woman insisted that I go to school in order to equip myself to be able to face the Portuguese because my father had died trying to recover the power of the traditional people in Mozambique”.

Ao afirmar que estava interessado em uma guerra nacionalista contra o colonialismo, de alguma forma reconheceu que os outros movimentos, mesmo os de moçambicanos e para moçambicanos, mesmo os contra o colonialismo português, não podiam empreender uma luta de

caráter verdadeiramente nacionalista. Assim, a FRELIMO nasceu como um movimento pela independência que ao longo do seu percurso foi construindo a esfera do nacional e através desta, a nação moçambicana, que se foi elaborando em função das condições contextuais e possibilidades de inserção no país (plebiscitando-se) diariamente.

É assim que se molda a FRELIMO dentro da criação de um horizonte de expectativa dos seus membros que era, necessariamente, a libertação de Moçambique do colonialismo português. Essa construção passava por fundamentos que permitissem consolidar a crença de uma nação. Esta foi produzida dentro de categorias discursivas e símbolos que garantissem a identificação do que era numa primeira fase lutar por Moçambique e, numa segunda, ser moçambicano.

Assim o fundamento primário, segundo Cabaço (2009) foi a necessidade do povo moçambicano se desfazer do colonialismo português. Santos¹⁶, em uma entrevista afirmou o seguinte:

The struggle against colonialism is a historical necessity for our people. The experience on this just struggle shows that in the present conditions Portuguese colonialism can be destroyed for all time only by force of arms. During the long night of colonialism we repeated occasions and various forms to express our disagreement with foreign rule. We have now passed from the stage of passive resistance to resolute actions to overthrow the Portuguese yoke. Our goal is: destruction of colonial relations in every guise, abolition of exploitation of people and resources in our countries by foreign monopolies. We want to become the masters of our own destiny and enjoy the fruit of our labor”.

Esta visão de Santos enquadra-se num processo de construção e afirmação da FRELIMO como instituição que pretendia abranger a luta contra o sistema colonial português. Assim sendo, a FRELIMO corporiza a necessidade de luta anti-colonial e surgiu como o guia deste desejo, isto faz “*jus*” ao pensamento Foucaultiano segundo o qual nas condições de exploração e luta contra a burguesia, o proletariado (nativos/explorados) deseja que alguém conduza essa luta atribuindo-lhe o poder de conduzi-los, sem com isso excluir as diferentes lutas de interesses no seio do grupo. A FRELIMO surgiu com as condições de exercer o poder desejado, para que fosse

¹⁵ Jornal Africa Today. Nr 12. 1965 entrevistado por Ronald Chilcote

¹⁶WMR Interview, "The Voice of the Awakened Continent", by Marcelino dos Santos.(World Marxist Review v. 7, no. 1, p. 55-58, (January 1964) no site <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/1884/show/1880/rec/4> visitado em 12/05/2013

exercido em nome das massas. Segundo Foucault(1984):

“Quando se luta contra a exploração é o proletariado (Explorados/nativos) que não apenas conduz a luta, mas define os alvos, os métodos, os lugares e instrumentos de luta. Aliar-se ao proletariado é unir-se a ele em suas posições, em sua ideologia, é aderir aos motivos do seu combate é fundir-se com ele. [...] acontece que as massas no momento de fascismo (exploração), desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundam com elas, visto que o poder se exerce sobre elas e em detrimento delas até a morte, o sacrifício e o massacre delas, e, no entanto, elas desejam este poder, desejam que esse poder seja exercido”.

Há a necessidade de fazer um reparo em relação esta reflexão de Foucault que na verdade refere que os explorados podem desejar a opressão de si mesmos, como no caso de fascismo, por delegarem determinados líderes o poder de conduzi-los. O caso de Moçambique em colonização, pressupõe uma similaridade não em relação a condição fascista, que não era o da FRELIMO, mas na condição de se livrar de um mal que estava exposto.

É assim que a FRELIMO se foi forjando à medida em que o movimento do proletariado e a guerra “revolucionária” avançavam. No entanto, como mencionamos anteriormente, a FRELIMO resultou da comunhão de vários movimentos e este aspeto nos leva a tentar entender esta fusão, pois, como pudemos verificar estes movimentos, de modo e/ou tendência regional, defendiam cada um as suas independências dentro do território de Moçambique, aliando-se ao fato de cada um deles seguir uma orientação sobre o pan-africanismo muito específica. Segundo Cabrita¹⁷ *“De fato, a idéia de unir-se os dois movimentos surgiu em Dar es Salam face à política do governo tanzaniano em favorecer mais o MANU (essencialmente makonde e com fortes raízes no Tanganyika e que até advogava uma grande região makonde independente, integrada neste país) do que a Udenamo, por este movimento estar mais identificado com o Gana de Nkrumah, rival de Nyerere em questões nacionalistas. (A África Austral era como que zona exclusiva do Nyerere, tendo como ideologia o socialismo africano, o que se chocava com o pan-africanismo de Nkrumah).*

Este aspeto é importante na medida em que a narrativa sobre a formação da FRELIMO torna-se conflituosa face à existência de duas correntes pan-africanistas com consequências

¹⁷Disponível em: (<https://delagoabayword.wordpress.com/category/historia-mocambique/joao-cabrita/> visitado em 12/05/14)

diretas, quer na formação da FRELIMO, quer na gestão deste movimento. Numa primeira fase, o fato de escolher uma destas duas versões, diretamente ligadas, respectivamente, a Nyerere e a Nkrumah, viria a significar, posteriormente, estar dentro ou fora do movimento.

Para analisar a questão da formação da FRELIMO (movimento que assume o poder de gerir a luta pela independência) começaremos questionando a sua estória oficial que afirma que este movimento teria sido fundado à 25 de Junho de 1962 em Tanzânia, contrapondo uma outra versão na qual o movimento teria sido fundado em 2 de Fevereiro de 1962 em Gana.

Para discutir estes posicionamentos começaremos por apresentar a Declaração de Acra¹⁸. Segundo a mesma no seu primeiro parágrafo podemos verificar que há um encontro para discutir a unificação dos dois movimentos (MANU e a UDENAMO) em um só na luta contra o colonialismo português e o imperialismo em Moçambique. Poderíamos questionar e a UNAMI? Cabaço (2014) afirma que “*UNAMI se juntou tardiamente aos outros dois*”. Este posicionamento ajuda a responder a não presença de um representante seu neste “acordo”.

Assim, segundo a declaração, primeiro temos um encontro no qual se pretende discutir as estratégias, objetivos da unificação, o que ocorre no fim da conferência dos combatentes pela libertação (Freedom Fighters), ou seja, se olharmos para esta periodização ficaremos certos de que existe um plano anterior no qual já se discutiu a unificação, isto é, podemos questionar quando a FRELIMO foi de fato idealizada e questionar se este fato constitui a sua origem ou fundação. b) No segundo parágrafo da mesma declaração afirma-se o seguinte “*On February 2, 1962, mozambican people, people of Africa and of the world have witnessed the desire of mozambican people to form a united front known as FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, Mozambique Liberation Front (FRELIMO)*”). Dois elementos pode-se extrair deste trecho: o primeiro é que decorreram pelo menos cerca de 5 meses, desde a conferência dos combatentes pela libertação em Acra, o que faz supor que houve todo um conjunto de encontros de consertação até o dia 2 de Fevereiro de 1962 quando se “materializou” o desejo de se formar a FRELIMO.

A palavra ‘desejo’ aqui pode ser entendida como vontade ainda não materializada, porém abre a possibilidade igualmente de referir-se, face ao contexto, a uma realidade recentemente

¹⁸ Anexo IV

criada, como podemos verificar no parágrafo a seguir, ao se afirmar que; *“Membership: the present members of UDENAMO and MANU are automatically members of FRELIMO.”* Isto é, os membros da UDENAMO e MANU estão inclusos em algo já existente, FRELIMO.

Assumir esta posição contradiz a narrativa de construção da nação oficialmente conhecida, segundo a qual, a FRELIMO teria sido fundada em junho de 1962 na Tanzânia, com a participação de Eduardo Mondlane, conhecido como o arquiteto da unidade nacional. Aliás, Joaquim Chissano afirmou em palestras sobre os 50 anos da existência da FRELIMO o seguinte:

“...À medida que as idéias de unidade corriam, falava-se, na altura, de uma frente unida. Eduardo Mondlane é convidado pela UDENAMO, ao que acedeu. Isso foi em Junho de 1961. Adelino Guambe e Mateus Mole (da MANU) haviam-se deslocado a Acra, Ghana, para participar num encontro sobre os movimentos de libertação e quando tomaram conhecimento de que Eduardo Mondlane chegaria a Dar-es-Sallam, no quadro do convite que lhe fora formulado, trataram de forjar um documento, assinado por eles próprios, que dava a indicação de que a FRELIMO já havia sido fundada.”

Ora, podemos entender com o pensamento de Joaquim Chissano que a Declaração aqui apresentada e assinada por Gwambe e Michinji, entre outros, na presença de testemunhas, não teria validade e que a mesma seria o resultado de uma suposta pressão, além de interesses pessoais. No entanto, não descarta a idéia segundo a qual já havia pelo menos essa proposta de fundação da FRELIMO, ademais Mondlane chega a Moçambique muito tempo depois da declaração ou seja, o princípio fundacional já estava presente.

A este propósito Fanuel Mahluza¹⁹ afirma o seguinte: *“Dizem que Eduardo Mondlane é que uniu os três movimentos antes da fundação da FRELIMO, o que é mentira. Eduardo Mondlane foi convidado por nós para vir a Dar-es-Salaam testemunhar a integração dos três movimentos de libertação, pois já tínhamos fundado a FRELIMO. Eduardo Mondlane não é o fundador da FRELIMO, ele é o primeiro presidente da FRELIMO”*. Aqui entramos no dilema sobre o que é considerada a FRELIMO.

¹⁹Fanuel Mahluza footnote é natural de Lhovukazi, distrito de Xai-Xai, província de Gaza. Nascido em 1943, dos quais 40 anos foram passados fora de Moçambique, onde pertenceu a diversos movimentos de libertação nacional. Foi um dos fundadores e vice-presidente da UDENAMO, em 1960 em Bulawayo, foi a pessoa que sugeriu o nome “FRELIMO” ao movimento resultante da união entre UDENAMO e MANU, em 1962 em Acra, e foi adjunto de Marcelino dos Santos na chefia das Relações Exteriores da FRELIMO, em Dar-es-Salaam, em Junho de 1962, foi secretário da Defesa do COREMO e foi secretário de Relações Exteriores da Renamo, já nos anos 80. Esteve em várias cadeias, incluindo na de Moçambique “D”, em Cabo Delgado, onde diversos compatriotas nossos foram executados nos anos 70 e 80.). In: Revistas Macuas Blogs (ver todos dados)

Olhando para os dados acima, verificamos que a idéia da unificação dos movimentos em FRELIMO em Acra (Gana), é anterior à formação oficial da FRELIMO. No entanto, a grande questão se prende a ‘quando’ é que se considera a formação da FRELIMO como legítima. A narrativa da formação da FRELIMO tem como base o seu primeiro congresso e a presidência da FRELIMO, aqui se adicionando o fato da integração (mencionada por Muhlaza). No entanto, a versão corroborada por Guambe e Muhlaza, tem como fundamento ter-se desenvolvido e assumido o desejo desta união depois da conferência *Freedom Fighters* em junho de 1961 e a sua posterior assinatura em 2 de fevereiro de 1962.

A propósito desta discussão sobre a fundação da FRELIMO, António Disse Zengazenga²⁰

20 António Disse Zengazenga, antigo combatente da Luta de Libertação Nacional, in <http://d101589010207184652.typepad.com/blog/2012/07/fundadores-da-FRELIMO-quem-s%C3%A3o.html> visitado em 28/05/2014. Segundo este “Como espero reações dos autores dessas afirmações, vou definir o que quer dizer fundar, descrever o processo que decorreu até à fundação da FRELIMO, onde Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlane estiveram durante todo esse tempo. O que quer dizer fundar? Fundar significa pôr os primeiros e principais elementos materiais ou morais numa construção; estabelecer as bases de uma nova ordem ideológica; lançar os fundamentos de uma nova instituição moral, política, religiosa, comercial, recreativa, etc. Todos sabemos que a FRELIMO resultou da união dos partidos que se formaram, depois do massacre de Mueda em 1960. Estes partidos eram Manu, Udenamo e Unami. Quem propôs esta união não foi Eduardo Mondlane, que tranquilamente ensinava numa das Universidades de Nova Iorque nem Marcelino dos Santos que assiduamente conferenciava em Rabat com amigos de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde bem como de S. Tomé e Príncipe. Por conseguinte, quem apresentou a ideia de união dos três partidos, foram eles próprios, depois de terem observado o que se passava em Angola com os dois partidos e daí concluído que lutando separadamente cada um teria poucos soldados. Além disso, os presidentes Kwame Nkrumah e Julius Nyerere aconselhavam o mesmo. Enquanto na fundação de um partido político requer-se sempre mais de uma pessoa que vêem a solução dos problemas prementes na sua sociedade da mesma maneira, procuram adeptos e juntos escrevem os estatutos, na fundação de uma ordem religiosa, congregação, sociedade, etc. O fundador é sempre uma pessoa, que vendo igualmente uma lacuna na Igreja, querendo preenche-la, muitas vezes retira-se para um convento, sanatório, deserto, montanha, etc. onde formula a sua ideologia e fins a atingir. Estes estatutos religiosos, que geralmente chamam-se Regras de Fé, são pregados muitas vezes a jovens que o podem seguir. Constrói-se, primeiramente, uma casa onde vivem e aprendem em comunidade até á maturidade de começarem a desempenhar aquelas funções previstas nas Regras. Na política existe a votação da Direção enquanto na Igreja não existe. O fundador é o chefe único e indiscutível. Tendo ouvido Marcelino dos Santos que, em Dar-es-Salaam, havia um partido moçambicano chamado Udenamo deslocou-se de Rabat para essa cidade com estatutos neutros ou simulados, apresentando-os à Udenamo. Além disso, afirmou que tinha promessas do Reino de Marrocos que o ajudaria com armas caso começasse com a luta armada, o que nunca chegou a realizar-se. Uma vez seduzida a Udenamo por Marcelino dos Santos, nomeou-o Secretário dos Assuntos Exteriores. Alcançado o que queria, regressou a Rabat, não tomando parte, portanto, nas negociações de união que tinham lugar ora em Tanganica, Mombaça ora em Zanzibar. Foram estas negociações que levaram os três partidos a aceitar os termos da unificação dos seus respectivos partidos, donde nasceu a FRELIMO. Portanto, Marcelino dos Santos não deve ser considerado o fundador da FRELIMO. Porém, deve ser visto, de longe, como um dentre muitos, como um dos fundadores da FRELIMO, porque era um dos oficiais da Udenamo no período das negociações; por a Udenamo adoptar os estatutos ainda não acabados, elaborados em Rabat, quando ainda não pertencia a nenhum partido. Deve ser visto como um dos fundadores por estar presente aquando da assinatura do documento de união em Winneba, em Gana, durante a reunião de All Freedom Fighters Conference em 25 de Maio de 1962. Marcelino dos Santos é, de longe, um dos fundadores da FRELIMO. Os negociadores da união, os intermediários, são uns dos fundadores da FRELIMO. Os que assinaram o documento de união, são os fundadores da FRELIMO. Por conseguinte, o fundador da FRELIMO não é Marcelino

tem uma posição semelhante à de Muhlaza, dando também condições de questionamento sobre a FRELIMO e mostrando que esta organização política tem a sua fundação anterior à anunciada oficialmente.

Desta intervenção podemos verificar que Zengazenga entende a formação da FRELIMO como um processo desde os encontros até à sua declaração de existência e nesta sua linha de pensamento, a fundação sempre será anterior à data anunciada, conseqüentemente rejeitando Mondlane como o fundador e colocando a fundação como um processo que parte desde o ato intencional (a idéia de criar, os debates sobre a criação, até a sua formação efetiva), ou seja, a sua visão recai sobre o que causa o efeito e não o efeito causado.

A segunda questão, referente ao pensamento de Zengazenga é o seu apoio à posição de Muhlaza, quanto ao fato da FRELIMO ter sido criada ou ainda fundada a partir de Acra, recuperando assim o que é expresso na Declaração de Formação de Acra, segundo a qual, depois da conferência dos *Freedom Fighters*, houve desejo por parte de moçambicanos de criar uma frente unida, o que significa que houve de fato passos ou ainda uma autoria moral na fundação da FRELIMO.

É preciso ter em mente que Chissano, ao afirmar, como mostramos anteriormente, “*À medida que as idéias de unidade corriam, falava-se, na altura, de uma frente unida*” reconhece existirem essas idéias. Finalmente, o terceiro aspeto que nos traz a posição de Zengazenga é o fato de Mondlane não ser fundador da FRELIMO e sim o seu primeiro presidente, acatando a colocação de Muhlaza. Segundo Cabaço (2014) as idéias iniciais de se criar uma frente de unidade poderá ter surgido nos encontros de Gana, embora a fundação da FRELIMO tivesse ocorrido em Dar-es-Salaam (Tanzânia) em 25 de Junho de 1962. Este posicionamento de Cabaço tem o seu fundamento no ato constitutivo formal, ou seja, só passa a existir o movimento quando

dos Santos. É um dos fundadores de longe da FRELIMO. Entre Eduardo Mondlane e a fundação da FRELIMO não existe nenhuma relação. Na verdade, não posso negar mais claramente e melhor do que a sua própria esposa quando diz, no Prefácio do *Lutar Por Moçambique*: “Alem disso, anos mais tarde...foi eleito presidente da FRELIMO. Era um cargo que ele nunca ambicionara, pois estava fazendo aquilo que mais gostava de fazer na vida...Ele nunca ambicionou ser presidente dum partido político senão ensinar os ideais dos homens aos estudantes de uma Universidade de renome”. Daqui se deduz que ela só reconhece a eleição para presidente da FRELIMO e não o fundador desta. Como fundar uma instituição é mais importante do que ser seu presidente, ela não teria esquecido esta função.

ele é institucionalmente formado. No entanto, quer a sua formação em Acra á 2 de Fevereiro de 1962, quer a sua formação em Tanzânia a 25 de Junho 1962 a avaliar pelas declarações e pelo congresso ambas são e estão formalmente constituídas e deste modo o importante é levantar é fazer o grande questionamento: O que significa assumir cada uma destas narrativas nesse contexto? Desenvolveremos esta questão com maior profundidade mais adiante, ressaltando que cada uma delas significou um tipo de relação com a futura gestão dos destinos do país.

1.2. 1. Quem Não Chora, Não Mama

1.2.1.1 – Delimitação do Problema

Esta tese pretende analisar as estratégias pela quais o poder político em Moçambique foi alcançado e mantido após a sua independência e, oferecer a partir desta análise, alguns subsídios para compreensão do exercício do poder em Moçambique. O seu objecto de estudo é as diferentes estratégias usadas pela FRELIMO ao longo de cerca de 40 anos de exercício de pleno poder político, cuja origem é a luta de libertação colonial por este, antes movimento, conduzida.

O presente trabalho visa oferecer subsídios para a compreensão do exercício do poder político ao longo dos anos, por intermédio, das diferentes estratégias de controle dos meios que possibilitam a manutenção desse poder pelos diferentes sujeitos ao longo da história. Assim, compreender o que mantém esses indivíduos no poder como uma unidade constitui também um dos aspectos a serem tratados nesta tese.

Assim, para que possamos alcançar esses objectivos é importante entender como se compreende a FRELIMO e o que isto significa. Dissemos antes, que a FRELIMO resultou da unificação de três movimentos: UNAMO, UDENAMO E MANU, no entanto, a história da formação da FRELIMO até aqui apresentada cinge-se a dois movimentos (UDENAMO e MANU). Qual seria o papel da UNAMO neste processo?

Uma das grandes dificuldades na literatura sobre a formação da FRELIMO prende-se ao fato da UNAMO ser um partido que praticamente se uniu à UDENAMO e ao MANU na Tanzânia, vindo de Zâmbia, país vizinho de Moçambique que neste período ainda não gozava da independência e toda atividade política referente a ações nos países vizinhos ainda eram clandestinas. Não obstante, segundo Mahluza, Urias Simango teria chegado à Tanzânia em 1962 a fim de juntar o seu partido UNAMO aos que já se encontravam em funcionamento na Tanzânia, nomeadamente UDENAMO e MANU.

Todavia, devido à sua capacidade de influência e boas relações, Simango mais tarde viria a ser o vice-presidente da FRELIMO. Isaacman e Isaacman (1984, p. 81) trazem uma abordagem próxima da oficial, no entanto, diferem sobre o próprio projeto de unificação da FRELIMO. Segundo estes autores a FRELIMO fundou-se baseada na proposta de Julius Nyerere e Nkwane

Nkrumah: *“Em um esforço para superar a desconfiança mútua que os (os movimentos MANU, UDENAMO e UNAMI) separava. O Presidente Nyerere da Tanzânia convidou os três em 1962 para estabelecer sua sede em Dar es Salaam e trabalhar para a criação de um movimento unificado. Incitado por Nyerere, Kwame Nkrumah (presidente do Gana), e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), os três movimentos concordaram em fundir-se e sob a liderança do Dr. Eduardo Mondlane”.*

Podemos observar a existência de dois discursos sobre a formação da FRELIMO, surgindo assim alguns questionamentos pertinentes: o que significa a aceitação de uma narrativa em detrimento da outra, no contexto da formação da FRELIMO e que implicações uma narrativa teria nas relações de poder em Moçambique? Não se está aqui analisando se a narrativa seria expressão da verdade ou não, e sim quais seriam as consequências de se assumir uma perspectiva em vez de outra, dentro do panorama político moçambicano da época.

Para podermos analisar e discutir estas questões, começaremos por examinar em primeiro lugar Arendt²¹ (p.283, 1954) quando diz que *“jamais alguém pôs em dúvida que a verdade e a política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém que eu saiba, incluiu entre as virtudes da política a sinceridade. Sempre se consideram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou demagogo, com também do estadista”.* Desta concepção de Arendt podemos inferir que para esta autora a categoria “mentira” é constitutiva das necessidades políticas. Podemos questionar se em política existe verdade?

A resposta a esta questão pode ser encontrada na obra de Arendt (op.cit). O que está em jogo de fato para política não é a realidade, mas sim a verdade. No entanto esta se situa em dois níveis racionais ou filosóficos e fatuais. Nós, nos ateremos à verdade fatural, aquela que se relaciona sempre com as outras pessoas e que diz respeito a eventos e circunstâncias onde muitos estão envolvidos, estabelecida por testemunhas e dependendo de comprovação. Ela existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. A política por natureza é racional. Todavia Arendt (op.cit. p. 285) afirma que *“o conflito platônico entre o que conta a verdade e os cidadãos não pode ser explicado pelo adágio latino ou por qualquer das subsequentes teorias que, implícita ou explicitamente, justificam a mentira, entre outras transgressões quando está em jogo a sobrevivência da cidade”.*

Ora neste pensar, começasse a desenhar o que está por detrás da produção de “verdades” políticas, pois presume-se que exista uma causa maior (entenda-se ‘cidade’ no contexto platônico como o lugar onde o poder era exercitado). É a partir deste fato que a autora vai discutir a verdade na política ligada à questão da própria necessidade de exercer o poder e de governar, pois estes sobrevivem pela opinião (e aqui acrescento, pelas decisões), citando Arendt (op.cit. 287) “...visto que fatos e eventos – o resultado invariável de homens que vivem e agem conjuntamente – constituem a verdadeira textura do domínio político [...] permitimo-nos desconsiderar a questão do que é verdade, contentando-nos em tomar a palavra no sentido em que os homens comumente a entendem.”.

Podemos verificar que aqui se abre a possibilidade da verdade ser construída em função da compreensão dos demais, mas a questão permanece. Que entendimento da verdade é usado em política? Só esta questão nos pode levar a entender o que levou a história oficial a ocultar (ou pelo menos não dar valor à pré-existência da fundação da FRELIMO) a existência ou tentativa da criação de uma frente em Acra, ou ainda, porque sobrevive a narrativa de fundação da FRELIMO a partir de Tanzânia?

Na percepção de Arendt (op.cit) os fatos informam opiniões e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda ser legítima quanto à sua verdade fatural, *assim*, a verdade fatural informa o pensamento político e mais, segundo Arendt (op.cit.299) “... a verdade fatural, como qualquer outra verdade, pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate, e o debate constitui a própria essência da vida política. [...] o pensamento político é representativo”. É aqui que se situa um dos maiores triunfos da construção e entendimento da verdade, pois, de acordo com autora, procura-se abarcar um maior número de indivíduos na medida em que se procura criar uma identidade do sujeito através do outro não presente, no mais, o sentimento de pertencer a uma maioria em determinadas circunstâncias pode até encorajar o falso testemunho. Assim, podemos compreender que a questão das narrativas sobre a formação da FRELIMO passa por este dilema de entendimento que os homens têm da verdade.

O que significou o surgimento da FRELIMO e a elaboração de um discurso oficial sobre a sua origem? Denominei este percurso introdutório de *As Luzes do Além Próximo*

²¹ Hannah Arendt (1954). Entre Passado e o Futuro. Perspectiva. Coleção Debates. São Paulo. Brasil

propositadamente pela problemática dos distanciamentos próximos e distantes de diversos fenômenos sociais e políticos observados como fundamentos para o nosso objeto de pesquisa: *“As Estratégias de Aquisição, Manutenção de Poder Político em Moçambique entre 1975 a 2014”*. Vale fazer menção discriminatória da periodização que tem a ver com o fato de Moçambique ter-se tornado independente em 1975 e foi a partir deste período que surgiu o primeiro governo pós-independência de Moçambique e, por conseguinte, a partir deste período se estabeleceu o primeiro governo de Moçambique no novo Estado. Por outro lado, o ano de 2010, porque basicamente correspondeu ao período em que estive presente em Moçambique e, portanto, creio ter condições face à minha experiência de vida em Moçambique, de discutir as questões políticas até a data.

Entretanto a denominação do capítulo tem uma forte relação com o fato dos acontecimentos que se desenrolaram desde a formação da FRELIMO até independência determinarem a plataforma do poder em Moçambique. Assim, a citação de Dambisa Moyo *“The Winner takes all”* é aqui trazida para fazer *jus* ao fato de que o domínio e os espaços de poder em Moçambique tenderam a ser determinados a partir do vencedor da luta de libertação de Moçambique e da sua respectiva de narrativa dos fatos, isto é, pelo vencedor tanto dos conflitos internos na FRELIMO como do conflito com o colonialismo português.

É deste modo que para a nossa pesquisa, face aos elementos trazidos anteriormente, temos como hipótese de trabalho a seguinte:

Hipótese1: *O domínio e poder sobre as narrativas históricas da luta de libertação nacional determinaram o lugar dos diferentes agentes do poder, permitindo a inclusão e exclusão dos sujeitos da história no exercício do poder político em Moçambique.*

O primeiro fator que teremos em conta na nossa análise tem relação com que narrativa sobre a formação da FRELIMO iremos assumir para o nosso estudo. Ora, neste caso, não nos deteremos sobre qual das versões é a verdadeira, mas sobre o que significa assumir uma versão, neste caso a oficial e a partir daí procuraremos entender a questão relativa ao poder.

1.3. Questionamentos Prévios

Antes procuramos mostrar o processo histórico para a criação do estado moçambicano em 1975. Este processo envolveu a luta de libertação nacional com a participação de diferentes autores. No entanto, em 1975 com a declaração da independência nacional a Frente de Libertação de Moçambique assume o poder. Face a esse assumir o poder algumas questões importantes ressaltam, a saber:

- Porque a FRELIMO assumiu o poder exclusivamente se a luta de libertação teve outros intervenientes não da FRELIMO ou que saíram deste movimento?
- Como foi que a FRELIMO conseguiu mudar a estrutura política de Moçambique a partir da independência?
- Que factores determinaram a “aceitação” da FRELIMO pela população?
- Como ficaram os “outros” actores políticos não da FRELIMO?

Resumidamente estas questões podem ser enquadradas em um problema único: *Que estratégias a FRELIMO usou para a aquisição e manutenção do poder político em Moçambique entre 1975-2014?* Responder a esta questão constitui o principal desta tese.

1.4. Objectivo

Assim, objetivamente, no nosso estudo nos propusemos a descrever e analisar as estratégias para a aquisição e exercício do poder político em Moçambique pela FRELIMO entre 1975-2016. Neste sentido importa frisar que em Moçambique existem outros poderes tais como os religiosos, tradicionais, domésticos etc. cujo debate é claramente interessante até mesmo numa perspectiva de cruzamento entre estes outros poderes e o poder político. Todavia, fica aqui clara a nossa centralidade no poder político e de uma maneira mais específica no poder exercido pela FRELIMO como o único partido detentor do mesmo.

Assim, para atingirmos o objetivo acima proposto o nosso estudo constituir-se-à das seguintes partes: *Na primeira*, procuraremos entender em que circunstâncias a FRELIMO alcançou o poder. Para que tal aconteça, nós iremos discutir os processos de formação da

FRELIMO, sua visão sobre Moçambique futuro. Isto requererá um debate sobre a “origem” da FRELIMO que será desenvolvido através da bibliografia existente e algumas entrevistas. Este percurso nos permitirá entender como esta organização forjou-se até atingir o poder e como o entendeu; *Na segunda*, Procuraremos descrever e discutir o processo de exercício do poder em Moçambique pela FRELIMO desde a sua aquisição, praticamente com a instalação do Governo de Transição em 1974 até 2010, isto é, analisaremos as diferentes formas pelas quais a FRELIMO implantou-se e exerceu o poder.

Neste particular, nos deteremos três principais parâmetros ligados ao exercício do poder em Moçambique pós-independente pela FRELIMO, nomeadamente: a) Instalação da máquina administrativa estatal em paralelo com a máquina político-ideológica da FRELIMO. b) A produção da idéia do moçambicano “ideal” e, finalmente c) as metamorfoses socioeconômicas, políticas que o país sofreu no processo de estatização. Importa fazer menção ao fato de que estes três parâmetros não serão analisados de forma isolados, isto é, estes estão em permanente diálogo e interação entre eles no texto. *Na terceira* e última parte da pesquisa, nós analisaremos o poder político e sua aquisição num contexto da democracia. Aqui debateremos sobre o percurso da transição do socialismo até a instauração da democracia em Moçambique e, basicamente, a manutenção do poder pela FRELIMO.

Resumidamente podemos apresentar três fios condutores desta pesquisa. No primeiro que se dá atenção a formação da FRELIMO e seus dois pressupostos fundamentais, nomeadamente a unidade nacional e a luta anti-colonial. Aqui debatermos a formação da FRELIMO, As suas concepções para a unidade nacional. No segundo fio condutor, olharemos para construção do estado-nação Moçambique e instauração do poder político pela FRELIMO. Neste, iremos focar para instauração da máquina administrativa estatal e o modelo político-econômico. Debatermos este processo, as políticas, decisões e as consequências das mesmas para o exercício do poder e sua manutenção. Finalmente debatermos o início do processo transitório do socialismo para o Neoliberalismo, as suas decisões nesse processo e as consequências para manutenção do poder e procuraremos também descrever, analisar as diferentes formas como a FRELIMO reconfigurou-se para manter o poder desde o neoliberalismo à democracia.

Que fique claro que não nos estamos debatendo as decisões da FRELIMO (certas ou erradas) para Moçambique, mas como essas decisões garantiam a aquisição e manutenção e

exercício do poder da FRELIMO, melhor dizendo será, estamos analisando as conseqüências de posicionamentos políticos para a manutenção e exercício do poder.

1.5. Metodologia de Pesquisa (Contextualização dos Métodos e Técnicas)

O nosso estudo desenvolveu-se baseado no recurso à entrevistas, pesquisa documental e revisão bibliográfica sobre o tema. Realizamos também entrevistas a diferentes autores do processo de instalação do poder político em Moçambique independente. Usamos, citando, extrato de entrevistas obtidas nas diferentes fontes, nomeadamente livros, revistas, jornais, rádio.

O nosso estudo recai sobre a estratégia para a aquisição e manutenção do poder político em Moçambique discutindo o seu exercício e manutenção. No entanto, é sabido que o poder político não é o único existente no país e nesse sentido nossa pesquisa compreende esses outros poderes como importantes e, aliás, como afirma Mazula (1995) “*mesmo que a partir de 1975 a FRELIMO tenha querido eliminá-los não foi capaz, sendo que em alguns casos teve mesmo que dialogar com eles mesmo que em posição superioridade*”.

Compreendemos que estes poderes embora se relacionem com o poder político e o influenciem, na perspectiva que nós analisamos o poder político não são determinantes, pois, o carácter do socialismo-científico assumido pela FRELIMO relega-os a um plano secundário, estando estes confinados a uma ação “*doméstica*”, mesmo que em alguns casos pudessem atuar em domínios institucionais como, por exemplo, escolas, hospitais, comunidade; isto pode ser explicado recorrendo aos conceitos de Regras Normativas e Regras Pragmáticas de comportamentos apresentadas por Bailey²² (1969). Para este autor, as pessoas não são marionetas controladas e pelo quadro institucional; são agentes ativos, fazedores de escolha, trancados em uma luta competitiva. Tão pouco a estrutura social é unificada e estática, sendo continuamente remodeladas pelas alianças cambiantes, as coalizões e conflitos que caracterizam a interação humana. Assim, as regras normativas serão aquelas que estabelecem regras públicas, formais, ou ideais da sociedade e, as regras pragmáticas são desvios das regras ideais; consistem em estratégias aos quais os indivíduos recorrem a fim de alcançarem seus objectivos.

Desta feita, estaremos neste caso preocupados com as regras normativas aquelas que estruturam o externo (regras normativas) das relações e poder político e não com as estratégias internas (regras pragmáticas), embora, muitas vezes tenhamos que nos socorrer dela para

entender o processo.

Outrossim, a aquisição e manutenção do poder pela FRELIMO não está em relação ou em disputa com estes outros poderes em particular, mas está em relação a sua própria capacidade de determinar o fluxo de energia necessário para determinar as ações dos outros e ao mesmo tempo estruturar o estado-nação Moçambique, isto é, mesmo que esses outros poderes tenham suas formas de estar/ser agem ou se reinventam secundo as circunstâncias determinadas pela FRELIMO que governava o estado, alias, segundo Meneses at all²³ (2003;p.413) “O *Estado moçambicano tem uma fraca implementação e capacidade de intervenção em grande parte do país, especialmente em meios rurais[...]*”²⁴. É neste contexto que, muitas vezes, as autoridades tradicionais sobreviveram como alternativas na gestão do social mesmo que oficialmente se propusesse novas estruturas.

Com efeito, é deste modo que os curandeiros, pela fraca capacidade e implementação de hospitais, continuaram a funcionar; os casamentos tradicionais pela inexistência de serviços notariado continuaram a realizar-se; os conflitos de terra continuaram a ter nos régulos os seus “juízes”, etc. no entanto, estes poderes estão em relação ao que lhes é permitido pela inoperância do estado, fazendo deste modo valer o pensamento de Meszerus (op.cit) segundo o qual nenhum estado consegue controlar todo o seu território e cidadãos. No entanto, no caso de Moçambique não se tratava apenas de uma questão de inoperância do estado mas também de uma conjuntura

²² Bailey, F G (1969). *Strategems and Spoils*. Oxford. Blackwell

²³ Meneses, Paula Maria; Fumo Joaquim; Mbilina Guilherme e Gomes Conceição (2003). *As Autoridades Tradicionais no Contexto do Pluralismo Jurídico*. In Santos, Boaventura Souras e Trindade, João Carlos (2003). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Edições Afrontamento. Centro de Estudos Africanos. Maputo. Moçambique

²⁴ “[...] este vazio de poder foi preenchido, na época colonial, através de um sistema de co-optação de autoridades locais, na perspectiva indirect rule. Isto explica a presença dos régulos e seus subordinados, cuja autoridade é legitimamente reconhecida no campo e, por vezes, mesmo em ambientes Peri-urbanos. Assim desde o período colonial as ATs (autoridades tradicionais) têm sido um poder subalterno, uma forma de poder subordinado pelo qual se regem populações subordinadas. Sendo um poder subalterno é limitada a sua capacidade de resistência à interferência de poderes dominantes. Na pós-independência, a tentativa da FRELIMO instituir um estado moderno, livre de compromissos com o Estado colonial, levou ao afastamento das ATs (enquanto instâncias administrativas locais) que foram substituídos por vários outros organismos locais, especialmente os Grupos Dinamizadores (GDs). Convém, contudo, como alguns casos de estudo aqui analisados, notar que a política hostil da FRELIMO fez-se sentir com mais incidência nas zonas urbanas ou próximos dos centros do poder, onde o Estado estava mais implantado. Isto explica o fato dos régulos (e outras instâncias do poder local) terem conseguido manter-se a funcionar, desenvolvendo mecanismos próprios de reprodução social, à margem dos discursos e práticas oficiais. Se a oposição do governo da FRELIMO em relação às ATs enfraquecera a penetração do Estado nas comunidades, a guerra civil veio inviabilizar militarmente a sua presença”. Meneses ET. All (2003) Isto demonstra em paralelo, ao poder oficial sempre existiram os outros poderes que foram se reconfigurando em função do que o poder político lhes oferecia como alternativas de sobrevivência.

econômica, social e cultural.

No mais as carências a vários níveis e ausências de serviços criavam condições para as populações se reinventassem como forma de sobrevivência criando uma tensão/conflito permanente entre o estado –como conjunto de instituições formais – e/ou perspectiva governamental e a vida quotidiana dos governados. Ademais, como aponta Gluckman²⁵ (1956) o conflito é intrínseco à interação social, ao invés de raro e anormal. Além disso, segundo o autor, a sociedade atinge o equilíbrio, mas este não é resultado de qualquer tendência intrínseca ou natural em sistemas sociais, é produto de nada mais nada menos do que um conflito onipresente.

Para a FRELIMO, partido fortemente influenciado pela perspectiva de Amílcar Cabral²⁶, no que tange a esses outros poderes, a luta anti-colonial, *era de resistência cultural* que, num dado momento podia assumir formas novas para lutar contra a dominação estrangeira. Nesta óptica, segundo o mesmo autor, “*a síntese desse processo conflitual geraria formas culturais renovadas, que seriam expressão da adequação endógena das culturas tradicionais às exigências do mundo contemporâneo*”. É, então, que para a FRELIMO, como aponta Cabaço (op.cit.296) “*estava consciente das persistência temporal das estruturas [...]A concepção defendida para a FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciadas na unidade ideológica do movimento, na unidade entre guerrilheiros e o povo, na unidade entre as elites e as massas, trabalho intelectual e manual, cidade e campo.*

A nossa pesquisa recai sobre essa “*nova cultura no político*” resultante das transformações da luta anti-colonial.

Assim, propomo-nos a analisar, descrever as Estratégias para a Aquisição e Manutenção do Poder Político, e neste contexto, por forma a situarmo-nos adotamos as seguintes definições: *Estratégia* definiu-se aqui como ato que visa a criação, o desenvolvimento e a utilização adequada de meios de coação política, econômica, psicológica e militar à disposição do poder político para se atingir os objetivos por este fixados; *Aquisição*, ato ou efeito de adquirir, alcançar, conquistar e *Manutenção* como o ato de manter, guardar, assegurar (Dicionário de Língua Portuguesa, 2012).

Face a esta definição de estratégia há várias formas de fazer a sua abordagem. No nosso caso, procuraremos demonstrar a partir das ações e posições políticas da FRELIMO e como cada uma dessas constitui uma estratégia que visava quer a aquisição quer a manutenção do poder. Deste modo frisamos que não fazemos um escalonamento de estratégias, mas ao longo do texto procuraremos demonstrar como decisões e posicionamentos serviram para adquirir e manter o poder.

²⁵ Gluckman, Max (1956). *Custom and Conflict in Africa*. Oxford. Basil Blackwell

1.5.1. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho elege a pesquisa qualitativa que permite compreender profundamente os dados que serão a base de análise e interpretação dos significados dados pelos diferentes autores para a realidade do contexto de estudo. Assim, baseada na perspectiva da fenomenologia durante a coleta de dados e vai se apoiar numa análise da dialética para os fins da análise dos relacionamentos com o contexto social.

Isto só é possível, segundo Muinatele (2004), porque este modelo de análise permite que se chegue às camadas mais significativas, não só nas definições e apresentações de conceitos, mas também na descoberta das manifestações, porque a fenomenologia permite a percepção da essência dos fenômenos, o que, aliás, para Chizzotti (2002; p2-3):

“Por isso a fenomenologia se anuncia como uma atitude e um método estritamente filosófico que busca, pela auto-reflexão radical, as evidências reveladoras do que as coisas são e assume uma atitude aberta e livre para que as coisas se manifestem na sua originalidade e, assim, possa ser descrita na manifestação da sua realidade fática e na sua essencialidade”.

Partindo desta, a pesquisa remete-nos a percepção de um trabalho de investigação entendido como de intervenção, no qual se procura chegar mais próximo dos sujeitos e seus mundos, construindo, deste modo, uma relação tridimensional – observador, observado e o mundo – que agem em permanência e, constrói-se, deste modo, o conhecimento. Assim, esta pesquisa permitiu conhecer os significados dados pelos diferentes autores aos momentos e atitudes por si tomadas.

Para compreender esses significados e formar os sentidos que se dão a esses momentos foi fundamental que se realizasse entrevistas aliás, esta que é uma técnica da fenomenologia, que segundo Merleau ponty, apud, Martins (1992, p 59-60) é constituída por três momentos importantes, durante a realização de entrevistas:

- a) *“a descrição fenomenológica parte da percepção que é fundamento da consciência do vivido;;*
- b) *Procede-se à redução, quando são selecionadas as partes da descrição consideradas*

²⁶ Amílcar Cabral (1976). *Arma da Teoria I*. Lisboa. Seara Nova. Portugal

essenciais e, por meio da variação, extraem-se os significados; através da comparação e eliminação reduz-se a descrição às partes que são essenciais para consciência da experiência:

- c) Faz-se a interpretação quando se especifica o significado do que é essencial procurando compreender o significado pela interpretação do significado essencial de descrição e redução. “Para isso recomenda reduzir o conjunto de asserções significativas dos informantes que expressam consciência que têm do fenômeno, traduzida em unidades de significados”.*

Na seção anterior fizemos um percurso pelas condições em que nasceu o nacionalismo moçambicano, delimitamos o nosso problema e apresentamos também a metodologia de trabalho que usamos para a realização do estudo. Na seção que se segue, faremos uma incursão sobre a FRELIMO e suas dinâmicas internas. Este aspecto nos permitirá compreender a conjuntura na qual a dominação da FRELIMO sobre os diversos grupos ou movimentos paralelos de luta de libertação ocorreu.

Capítulo II: Trilhando Horizontes de Poder Político

1.1. Por uma Breve Apresentação de Moçambique: O Percurso de Moçambique Colonial ao Pós-Colonial.

A historiografia de Moçambique mostra que os povos aqui habitantes são os diferentes povos bantu provindos da conhecida expansão bantu pela região da África Austral. É neste contexto que vários grupos etnolinguísticos vão se instalando ao longo deste território através de várias vagas de ocupação constituindo vários reinos.

No final do século XV assiste-se o primeiro contato entre estes povos e os portugueses que viria perdurar até aos dias de hoje, passando elas por várias mudanças e transformações. Numa primeira fase a presença portuguesa pautou pela busca de matéria prima e a medida que os tempos passavam a ambição colonial foi aumentando pretendendo deste modo não só a aquisição de matéria prima, mas também o controlo dos pontos de origem, aquisição de mão de obra barata, controlo das rotas quer das matérias primas quer da venda dos escravos, isto é, passou a um processo claro de exploração dos povos existentes.

Esta exploração colonial ao longo dos anos foi sofrendo alterações de acordo com a capacidade interna de Portugal em dar resposta quer ao seu crescimento económico quer em satisfazer seus compromissos com outros países explorados. É sob a condição de incapacidade interna de satisfazer os diferentes aspetos económicos que Portugal opta em alguns casos em passar os territórios sob seu domínio a grandes companhias internacionais para a sua exploração e que as mesmas pagavam por esses contratos.

Até segunda década do século XX a presença colonial portuguesa era sentida na área litoral de Moçambique e alguns pontos específicos no interior. Esta situação viria mudar, sobretudo após acordos de exploração entre Portugal e várias companhias, pois isso exigiu que Portugal não só se expandisse por Moçambique como também montasse a sua máquina administrativa colonial à luz dos acordos da Conferência de Berlim. Como aponta Bellucci²⁷ (2007, p17) o processo de ocupação durou as duas primeiras décadas do século XX e apenas com o Estado Novo (1926) em Portugal é que foi delineado um projeto coerente com acumulação de

²⁷ Beluce e Bellucci. Economia Contemporânea em Moçambique. Educando. Rio de Janeiro. Brasil. 2007

capital na metrópole baseada na exploração da colônia.

Este processo se por um lado viria tornar a presença portuguesa efetiva em Moçambique, por outro lado teve efeitos que mais tarde viriam a ser benéficos para a independência de Moçambique, nomeadamente a formação da elite Moçambicana provinda do processo de assimilação. No entanto, este período foi de intensificação do trabalho forçado, do pagamento dos diferentes impostos ao estado colonial português. Por outro começa assistir-se diferentes manifestação de insatisfação dos moçambicanos (a partir de greves e escritos literários) que contestavam as ações portuguesas de discriminação e exploração dos moçambicanos. No entanto, vale lembrar que a maior parte da população não era assimilada e estava exposta a muitos e diferentes tipos de abusos e exploração.

A partir da década de 50 e 60 novas apostas foram feitas para as colônias portuguesas passando a ser consideradas províncias ultramarinas portuguesas e é neste contexto que se verifica uma maior aposta de Portugal no desenvolvimento econômico relativo nas colônias. No entanto, o modelo de economia para uma larga maioria permanecia doméstico e é graças, como aponta Bellucci (op.cit.18), a grande exploração que esteve submetida às sociedades domésticas que foi possível e ainda, quanto mais se insistiu nos processos de desenvolvimento –pré e pós independência – mais se avançou na desorganização social. A miséria das populações se contrapôs a riqueza das companhias colônias. (Bellucci, op.cit.19)

Foi este cenário de exploração e discriminação das populações de Moçambique que levaram a que alguns moçambicanos comessem a agir de forma a organizarem-se para pôr a término a colonização portuguesa e isto foi possível através da insurreição armada que ocorreu entre 1964-1974.

Atualmente Moçambique, segundo o IDH de 2012²⁸, ocupava a 4ª posição dos países menos desenvolvidos do mundo, onde cerca de 70% da população vive abaixo da linha da pobreza e cerca de 60% do seu orçamento para funcionamento depende de ajuda externa. Segundo Bellucci (op.cit.24) a profundidade da crise da sociedade contemporânea moçambicana justifica-se pela confluência de três eixos. O primeiro eixo trata da crise na sociedade doméstica; o segundo trata da crise na sociedade moderna de origem industrial e urbana; e o terceiro, da crise

²⁸ PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano. ONU. 2012

provocada pelos fatores da globalização e da revolução técnico-científico levados a cabo pelas políticas neoliberais. Cada eixo atua em mecanismos econômicos específicos e particulares. O autor apresenta os argumentos que o levam a tomar este posicionamento, no entanto, para nosso estudo nos cingiremos a apresentar apenas as luzes por este trazidas.

Moçambique tem uma população estimada em cerca de 24.000.000 de habitantes segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (2009). Distribuídas por onze províncias e compostas por diferentes grupos etnolinguísticos perfazendo, segundo Gregório (2002)⁴⁴ grupos etnolinguísticos. Tem a língua portuguesa como a oficial.

Entre 1975 a 1990 o país viveu um sistema político socialista de partido único, sendo que no ano de 1990 com a nova constituição foi possível abrir se ao multipartidarismo. No entanto, durante cerca de 20 anos passou por uma guerra civil que fez mais de 1.000.000 de vítimas entre mortos e deslocados de guerra. Esta viria terminar em Outubro de 1992 com a assinatura dos Acordos Geral de Paz, assinado entre os Presidente da Republica de Moçambique Joaquim Chissano e o Presidente da RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) Afonso Dhlakama em Roma. Hoje o país vive num sistema multipartidário e democrático resultante da revisão constitucional de 1990.

1.2. Quem Vai Cedo A *Machamba* Tem A Melhor Sobra

Antes de tudo é necessário entender que os primeiros movimentos associativos e recreativos tinham como objetivo denunciar um conjunto de anormalidades e injustiças que sofriam os designados de “*Homem de cor*”, aliás, como afirma Cabaço:

“Pugnava por um espaço de liberdade, pelo acesso a novos conhecimentos, pela dignidade do Homem de cor, pela defesa dos seus bens. Defendiam respeito pelos valores locais, participação na administração colonial, uma autonomia que garantisse uma agenda local e não subordinada aos imperativos da metrópole, a promoção social e econômica dos africanos, a possibilidade de possuir e usufruir das próprias riquezas do território. Denunciavam o racismo, a marginalização, a prepotência, a injustiça de a maior parte do trabalho nesta cidade.”

A FRELIMO impunha-se com novos propósitos, de um modo geral, a independência total de Moçambique. Neste sentido, o primeiro desafio da própria organização era ser capaz de mostrar-se refletida em todo território moçambicano, ou seja, devia ser capaz de ser o mais abrangente possível, aliás, um dos fundamentos por nós apresentado para a legitimação da FRELIMO, como sendo o único movimento nacionalista. Assim, a FRELIMO ao ser constituída por diferentes membros, ou pelo menos por ter uma grande representatividade junto aos diferentes grupos etnolinguísticos de Moçambique, contribuía por si mesma para as condições de unidade. Cabaço (2004, p.240) afirma que:

“A concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo. [...] Esta unidade forjar-se-ia na participação na liberdade nacional e no comportamento quotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos da luta, pelo estabelecimento das ‘relações de tipo novo’ que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional”

Cabaço (2009) ao fazer esta afirmação apresenta-nos uma compreensão, segundo a qual, a unidade deveria ser um processo relativo aos objetivos da luta de libertação nacional regida pela FRELIMO. No entanto, muitos autores discutem essa noção de unidade aqui apresentada, entre os quais Brito (1993), Newitty (1997), Cahen (2005;2008) e, paradoxalmente, o próprio Cabaço (2009, p.293-296) afirma o seguinte:

“O poder tradicional era acusado pela FRELIMO de representar um obstáculo à ação unitária e de se ‘opor à ciência, à técnica e ao progresso’, preconizando meios e práticas insuficientes para fazer frente ao poder do ocupante – ou seja, a FRELIMO não aceitava estruturas locais – a partir de então, foi classificado, na análise da direção do movimento, como parte do aparelho do poder colonial; ele representaria o poder dos colaboradores que tinham assegurado a ligação dos ocupantes com as populações rurais e que, por conseguinte, se tornavam igualmente alvos da luta ideológica.

Esta afirmação questiona a “unidade,” antes afirmada por Cabaço (2004), pois nos parece que o conceito de unidade e a unidade em si, pressupunham de antemão abdicar de outros valores, pois foi definida em função de critérios assumidos pela direção da FRELIMO e não pela adesão ao movimento na luta de libertação, fato este que mais uma vez é demonstrado por Cabaço (2009, p.293), quando afirma que *“a prática evidenciou o abismo que, sob a aparente convergência das motivações emancipatórias, separava as cosmologias tradicionais e o projeto de ‘modernidade’ de que os jovens guerrilheiros eram portadores [...] Os Chairmen acusam a direção da FRELIMO de não respeitar as tradições; os dirigentes acusavam-nos de pretenderem recriar uma estrutura de exploração igual à dos portugueses substituindo-se somente os colonos”*.

Fica aqui a idéia, mais uma vez, de que os diferentes sujeitos se juntaram de forma a lutar contra o colonialismo português. Todavia, estes diferentes intervenientes viam-se, mutuamente, incompatíveis em seus ideais e em seus *“modus operandi e vivendi”*, criando condições de conflito no meio de um movimento que se pretendia unitário nas suas diferentes variáveis como vimos em Cabaço (2009, p.240).

Na verdade o que está aqui posto em causa é a autoridade dos Chairmen, que como aponta Arendt (op.cit.127) teria desaparecido do mundo moderno na medida em que hoje está presente em outros modelos não naturalizados, pois, de acordo com Arendt *“historicamente, podemos dizer que a perda da autoridade é meramente a fase final, embora decisiva, de um processo que durante séculos solapou basicamente a religião e a tradição.”* É esta (autoridade tradicional) que era rejeitada pela FRELIMO, sobretudo por Mondlane, exatamente como vimos antes, que considerava essas estruturas um embaraço para a luta anti-colonial e um reflexo do feudalismo. No entanto, no fundo não era uma questão de unir-se à FRELIMO, mas aliar-se às convicções da FRELIMO e deste modo instaurar novas relações de poder.

No entanto, a concepção do conceito de unidade²⁹ viria a ser o ponto decisivo para a consolidação de um processo de construção do nacionalismo moçambicano, bem como a plataforma de entendimento do propósito da FRELIMO. Alias, segundo Newitt (1997, p.522) *“Of its first congress, held in September 1962, FRELIMO itself stated officially that it “defined the basic role played by unity in the process of national liberation. It showed that division was the major cause of weakness of the historical resistance of our people to colonialism. The First congress is the Congress of Unity”.*

Esta idéia de unidade é um complexo de vários sentidos que interagem mutuamente perfazendo um grupo, ao mesmo tempo em que se distanciam e contradizem esses mesmos sentidos produzidos. Vejamos a posição de Mondlane³⁰:

“The mulatto and black question we have also solved. The real problem is how to integrate white Mozambican-born nationalists. This is the real problem, which we must be cautious with, because the settler class is overwhelmingly against us. The settler class of Mozambique is like the white Rhodesians. They are racists, obviously, and they have been privileged for so many years. (...) In principle FRELIMO has no discrimination against whites; we accept them to work in technical jobs, but not at the top level of politics. They can be members of FRELIMO, they can work in any job, but they cannot be members of the Central Committee, and so on. The problem doesn't arise concerning mulattoes. Any mulatto who wants to be a member of FRELIMO can be, and he may be elected to the highest levels of FRELIMO's structure”.

Esta posição de Mondlane entra na contramão dos postulados enunciados pela FRELIMO e contradiz Cabaço, que afirma que no movimento não havia discriminação. Deste modo, podemos afirmar que, por um lado, a unidade visava juntar diferentes sujeitos na luta contra o sistema colonial instaurado e nem todos estes sujeitos tinham direito ao acesso à direção do movimento e, por outro, o centralismo democrático (aspecto temático recuperado mais adiante) pelo qual a FRELIMO se orientava, segundo Mondlane, era contraditório em si mesmo, determinando que nem todos podiam ser e estar no mesmo grau, dependendo, sobretudo, da cor da pele, ou seja, podiam se unir mas não podiam ficar em pé de igualdade. Aliás, à guisa de

²⁹ Sobre a unidade, veremos mais adiante em Brito (1993) ao introduzir neste processo o conceito de unicidade ao invés de unidade.

reclamação de seu papel secundário na FRELIMO, dos Santos apud Shubin (2008, p120) afirma o seguinte “*Todo mundo sabe e nós sabemos que na FRELIMO o presidente Eduardo Mondlane é um americano [...]. Afinal, ele é [preto] moçambicano, e não um branco ou mulato, como eu sou*”.

Vale lembrar que o fator unitário, como aponta Cahen³¹, tinha a opressão colonial como o fundamento da unidade. No entanto, como iremos abordar em seguida, esta unidade requer dois parâmetros distintos de análise. O primeiro diz respeito a uma comunhão de idéias sobre o opressor, isto é, havia uma idéia generalizada da necessidade de libertar-se das amarras coloniais, aliás, esse era o propósito dos diferentes movimentos (UDENAMO, MANU, UNAMI), no entanto, cada um dos movimentos entendia este aspeto de libertação de um modo específico. Isaacman e Isaacman (op.cit.83) apontam que a FRELIMO reunia grupos ideologicamente divergentes na base de um patriotismo. Para Estes autores, Isaacman e Isaacman (op.cit.83)

“Strains within the Front quickly surfaced. As official FRELIMO documents acknowledged, “The early days of FRELIMO were marred by mutual recriminations, expulsion, withdrawal, ... [and] futile in-fighting of an irrelevant brand of nationalist politics.” Although personal ambitions and ethnic rivalries certainly contributed to this divisiveness, deep-seated strategic and ideological differences concerning the propriety of protracted armed struggle seem to have been the underlying cause”

O segundo parâmetro, diz respeito a uma unidade diversificada, isto é, constituída por diferentes aspectos e propósitos, a saber: a direção da formação, a diversidade cultural e necessariamente o pós-guerra.

O que pudemos verificar é que existia uma contínua problemática quanto aos propósitos dos diferentes movimentos na adesão à luta de libertação e sobre isto nada de estranho, uma vez que o movimento estava em fase de formação e amadurecimento, sendo estes aspectos

³⁰Excerto de entrevista publicada em «Portuguese Colonies: Victory or Death». Instituto Cubano del Libro, Havana, Cuba. Abril 1971

³¹Publicado em *Africana Studia* (Porto, Faculdade de Letras, Centro de estudos africanos), VIII, 2005 [publicado em Outubro de 2006], 339 p., dossiê « Os Estados Lusófonos em África – 1975-2005 »: 39- 67, rés. port. et fr. 326-327 [tradução de Raquel Cunha].

naturalmente parte desse processo. Cahen³² (2006) afirma que os movimentos que integraram a FRELIMO durante um período de cerca de três anos após a sua formação, ainda compreendiam movimentações de alguns membros fundamentais fora da FRELIMO.

A formação da FRELIMO implicou num conjunto de aspetos, entre eles a organização de uma estrutura diretiva. Vamos recorrer aqui à noção de ação instrumentalmente racional de Weber, na qual se procura a obtenção dos fins do próprio ator, racionalmente perseguidos e calculados. Neste sentido, estes, designados de agentes corporativos por Archer³³ (1995), se organizam em torno de certos interesses a fim de perseguir objetivos estratégicos. Eles, geralmente, articulam interesses comuns, organizam-se para a ação coletiva e podem muitas vezes ser o alvo das atenções nas arenas de tomada de decisão. Esta prerrogativa permite um plano vertical de lugares na organização, criando condições de hierarquização capazes de produzir efeitos causais entre os diferentes sujeitos envolvidos nesse campo, isto é, poder.

Esta hierarquização obriga a uma relação de poder em que temos dois agentes, um é superior e o outro inferior ou subalterno. Ou seja, uma relação entre “estabelecidos” e “outsiders” (Cf. ELIAS & SCOTSON, 2004³⁴). Nesta relação, o superior exercita o poder, enquanto o subalterno é afetado pelo poder do superior, o que requer uma dupla compreensão dos respetivos lugares.

³² On the other side, Manu, which officially participated in the foundation of FRELIMO, had not succeeded in federating all the Maconde Clubs. As well as the Tanga refusal and difficult late reorganization (see note 20) in Zanzibar, in fact there was a split within the club between those who accepted Manu and those who preferred A. Gwambe's Udenamo. This split nevertheless did not produce two separate organizations but rather two factions within the club: the fact is, eighteen months later, Z-Manu did not participate in the foundation of FRELIMO and strongly protested against the decision of M. Mmole to join it. In Mombassa too, where TMMU had never had a branch, the Manu was refused at the beginning, and MAA continued to have a local existence there, not joining Udenamo; later, it created a Manu, but a «Kenyan only» Manu supervised by a Kanu Maconde-rooted MP (even given that, it seems that some MAA remained in Mombassa, led by Daudi Atalupi). Furthermore, if Manu officially participated in the founding meeting of FRELIMO, what did this behavior represent within the very Dar Manu nucleus? Did it represent any internal discussion or political maturing process? In fact, M. Mmole accepted the creation of FRELIMO «without consulting anybody»— as he wrote in a letter justifying himself to Z-Manu – and even without meeting or knowing « Senhor. Eduardo » (sic, that is to say... Eduardo Mondlane). His main aim, apart from obeying Tanu orders, was to adjust with Udenamo and, above all, with Gwambe who had betrayed him at Casablanca. Actually, Gwambe had suddenly left Tanganyika a few days before 25th June – to avoid the last working session with Mondlane, before the foundation, when Mondlane had accepted to join Udenamo to make the process easier –, But he did want to come back and to talk to the meeting, addressing it against the creation of a new organization. However, the Tanganyikan government prevented him from coming back, and Udenamo was represented only by Uria Simango (and T. Makalika), and by Marcelino dos Santos (who had not been elected for that) – that is to say the pro-Mondlane wing within Udenamo. Ingenuously, Mmole thought that his personal decision could give him the leadership of FRELIMO a short time later. The number of Manu members present at the foundation meeting was not big and Mmole managed only to be the treasurer, after Mondlane (who received most votes and became president) and Uria Simango (who came second and became secretary). Socially speaking, despite Gwambe's defection, the foundation meeting was above all an Udenamo one, with a number of individuals without any former membership.

³³ Archer, Margaret. *Realist Social Theory: A Morphogenic Approach*. Cambridge, Cambridge University Press.

Assim, o subalterno e/ou *outsider* reconhece que o superior e/ou estabelecido tem a influência sobre ele num modo de dominação, enquanto que o superior reconhece a sua capacidade de domínio sobre o subalterno. Existem, assim, nestas condições dois tipos de poder, os de influência corretiva e os de influência persuasiva. Nesta parte do nosso estudo nos interessa o segundo.

O poder de influência persuasiva, segundo Scott³⁵ (2006) depende do uso retórico dos argumentos, apelos e razões que levarão os subalternos, em virtude de sua socialização, a agir de determinado modo e não de outro. Neste sentido, as duas formas de influência persuasiva são a significação e a legitimação, que operam respetivamente por meio de significados cognitivos e compromissos de valor compartilhado. Estas fazem com que determinadas condutas pareçam necessárias ou emocionalmente adequadas a outros atores. No caso da FRELIMO, o poder de influência por legitimação baseava-se nos objetivos gerados para o seu propósito, era necessário, antes de tudo, encontrar os atores que pudessem exercer esse poder e, o fato de, como designa Archer os agentes corporativos neste caso serem mais instruídos facilmente podiam criar condições de dominação.

Como resultado o I Congresso da FRELIMO serviu para este efeito de legitimação, tanto do poder da organização como dos órgãos diretivos da mesma, com um propósito de manter a unidade na luta contra o colonialismo português, embora, o tipo de luta que se propunha a existir fosse ainda desconhecido. Neste contexto, Eduardo Mondlane foi eleito presidente desta organização, mesmo não sendo, segundo Newitt (1997) uma pessoa consensual na mesma. A propósito, Santos apud Shabin (op.cit.120) afirma o seguinte:

“Todo mundo sabe e nós sabemos que Eduardo Mondlane Presidente da FRELIMO é um americano, mas agora não há nenhum [outro] homem em Moçambique, que poderia levar a luta e em torno do qual as forças, lutando pela independência poderiam se unir ... Mondlane até agora é o único homem - educado, que tem conexões e influência no exterior. Afinal, ele é moçambicano, e não um branco ou mulato, como eu sou. Não se deve esquecer também que Mondlane é capaz de obter dinheiro. É verdade, eles dizem, ele está recebendo - o do governo dos EUA, mas esse dinheiro vai para a luta ... Decidimos isso desde o início deixar Mondlane estar na cabeça do movimento, e vamos

³⁴ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. A obra “Os estabelecidos e os outsiders”. 1965

³⁵ Scott, John (org) 2006. Sociologia: Conceitos-Chaves. Zahar. Rio de Janeiro.

trabalhar dentro do movimento e guiá-lo. Mais tarde será possível substituir Mondlane”

E esta percepção de que por um lado Mondlane não era capaz de um exercício político ativo e, sobretudo, de levar adiante a luta contra o colonialismo, mas que, no entanto, ele possuía um potencial para a unidade, entre outros é também perceptível fora de Moçambique. A Rússia mostrou essa preocupação através de Latyp Maksudov³⁶ e lhe foi dada a seguinte resposta por Mario de Andrade apud Shubin (120-121) *“Mondlane is an honest man, however he is not a politician, but a missionary ...Mondlane doesn't hamper dos Santos's work, and here a lot can be done. Dos Santos is working, therefore FRELIMO exists and acts”*.

Estes aspetos teriam suas consequências internas na FRELIMO, como a seguir apresentamos. No entanto ressalve-se que a escolha de Mondlane tem a ver, sobretudo, com o fato dele não pertencer a nenhum dos movimentos regionais de independência, bem como ao fato de ter maiores contatos, pela sua trajetória política e acadêmica, embora não possuísse legitimidade, no entender de alguns membros, para ser o representante de todos, muito provavelmente porque ele não fazia parte do núcleo fundador de nenhum dos movimentos..

No entanto, pese embora os órgãos diretivos tivessem sido eleitos nem sempre foram bem recebidos, gerando muitos conflitos internos no seio da FRELIMO que segundo Cabaço (2014), muitos conflitos se verificaram devido, por um lado, à ambição ao poder de alguns membros, que julgavam ter o direito de serem chefes e que o fato do congresso não os ter elegido para os cargos pretendidos, acabou por gerar entre eles este tipo de comportamento. Esta posição é realçada também por Newitt (1997) e Cahen (2005). Cahen aponta, igualmente, para o desagrado gerado, sobretudo, no seio da comunidade makonde, que se negava a fazer a substituição de um explorador por outro, o que levou muitos makondes ligados ao MANU, durante um longo período de tempo, a se manterem fieis ao MANU e não à FRELIMO, como uma unidade de vários movimentos, entre os quais o próprio MANU.

Podemos depreender que estes conflitos, de uma forma geral, giraram em torno das possibilidades de comando da organização e do futuro do país. Por um lado os problemas da subalternização *versus* os que se consideravam legítimos para o comando de um grupo social e por outro lado os receios de grupos que entreviam a possibilidade de ocorrer a substituição de um

³⁶Representante soviético na AAPSO (Afro-Asian People's Solidarity Organisation)

opressor por outro.

Como dissemos anteriormente, a figura de Eduardo Mondlane nunca chegou a ser consensual, embora a sua liderança tenha sido um marco crucial para a coesão e efetivação do movimento de guerrilha Newitt (1995, p. 522). A situação conflituosa agravou-se logo após o seu regresso aos EUA. Neste período, novas lutas internas foram travadas no seio da organização. Não obstante, os aspetos anteriormente mencionados como causas das disputas, o I Congresso da FRELIMO, tido como congresso da unidade não chegou a definir que estratégias de combate deveriam assumir.

Neste particular havia três perspetivas sobre as estratégias a serem tomadas: uns pretendiam uma insurreição urbana, outros eram pela rebelião popular e, segundo Newitt (op.cit.52) apenas uma pequena minoria era por uma campanha de guerrilha intensiva, posição esta que viria a predominar. Estes conflitos viriam a agravar-se na escolha dos guerrilheiros que viriam a tomar as diferentes frentes de combate cujo treinamento se tornou imperioso.

Nesse processo houve muitos desentendimentos, pois, como vimos na entrevista com Cabaço, havia muita contradição de interesses. Um grupo que ficou gostaria de ter ido à Argélia e a outros locais de treinamento, outro grupo que foi a Argélia gostaria de ter ficado. Segundo Cabaço, “... vários eram os motivos destas disputas. No entanto, havia percepções que ficando havia maiores condições de se atingir um lugar de poder na estrutura da organização e é do mesmo modo, que para outros, havia uma esperança de que indo ao treinamento e voltando haveria maior oportunidade de se atingir esses lugares”. Este foi um tipo de conflito no qual Mondlane teve um papel importante nos debates internos para a compreensão do grupo sobre o dilema da guerra. Todavia, os problemas não se resumiam a esta questão. Um grande aspeto a se ter em conta era a dimensão multiétnica que caracterizava a FRELIMO.

Como pudemos observar em Cahen (op.cit.2005), uma das grandes questões levantadas pelos Makondes era relativa à sua compreensão sobre a substituição de exploradores. Muitos Makondes acreditavam que o propósito da luta era o de mudar apenas de um grupo de exploradores por outro, melhor dizendo, a substituição dos portugueses por moçambicanos da FRELIMO.

Vários autores, entre eles Newitt (1997), Adam (1997), Cahen (2003, 2005,2008) e

Cabaço (2009), justificam os conflitos ocorridos no seio da FRELIMO, entre os dirigentes das zonas libertadas e especificamente com Kavandame, pelo fato deste ser tradicionalista, federalista e com ambição ao poder.

Este posicionamento embora aborde de alguma forma a causa dos conflitos dentro da FRELIMO acaba não se reconhecendo que a presença da FRELIMO significou a alteração do “*modus operandi e vivendi*” das diferentes comunidades, afetando sobremaneira as suas estruturas sociais e relações de poder, uma vez que no seio das mesmas se convivia anteriormente com uma dualidade de lógicas sociais, culturais, políticas e econômicas: makonde e europeia (portuguesa), ou especificamente inglesa, no caso da Tanzânia.

Esta realidade traz-nos a superfície dois aspetos importantes: o primeiro, como aponta Cabaço (2009;p.293) a FRELIMO abriu-se aos chefes tradicionais e membros de linhagens prestigiadas desde a sua fundação e, atribuiu-lhes responsabilidades numa tentativa de construir pontes que ligava a ação nacionalista à história pré-colonial e à tradição de resistência de vários grupos etnolinguísticos. O segundo aspeto é que, citando novamente Cabaço (op.cit.293)

“a prática evidenciou o abismo que, sob aparente convergência das motivações emancipacionistas, separava as cosmologias tradicionais e o projecto de “modernidade” de que os jovens guerrilheiros eram portadores. Os Chairman e os guerrilheiros divergiam em tudo: na concepção do poder, na perspectiva da organização económica e social, na estratégia militar e no método de treinamento dos combatentes da liberdade, na participação da mulher nos esforços de guerra, na forma de tratar os prisioneiros, na própria definição do que seria “um moçambicano”.

Antes da entrada da FRELIMO nestas áreas existia uma relativa convivência, não interessa se pacífica ou não, com a presença colonial. Deste modo, a estrutura social e política mantinham-se em funcionamento e os lugares de poder eram baseados no prestígio, isto é, na autoridade, embora comesçassem a ser notadas as primeiras realidades pré-capitalistas na presença desse dualismo de lógicas, isto é, por um lado os modelos tradicionais de vida e por outro, as lógicas impostas pelo sistema colonial.

A entrada da FRELIMO significou a introdução de novas lógicas nos seus mecanismos de reprodução em todos os níveis, entre eles, a do poder. Sendo assim, este fato, com maior incidência nas zonas libertadas, procurou transformar as comunidades e permitiu a reestruturação dos mecanismos de reprodução, bem como a invenção e reinvenção de outros. Este viria a ser o

ponto de mudança estrutural destas sociedades e é em face ao historial do processo de colonização que se levantam suspeitas de que a FRELIMO queria na verdade substituir um explorador por outro, ao substituir um sistema de representações por outro, afetando sobremaneira o conjunto de valores e símbolos desta comunidade e isto, segundo Bourdieu (2003, p.9) “*os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimentos e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados*”. Na verdade, o que estava aqui em causa era o sistema de representação e conhecimento estruturados que estas sociedades tinham, o qual com o aparecimento da FRELIMO levaram as mesmas a entrarem em choque com as novas pretensões. Assim, segundo Bourdieu:

“O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo que Durkheim designa de o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências [...] É enquanto instrumentos estruturantes e estruturados de conhecimento e comunicação que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação (alargamos para o campo de solidariedade) que contribuem para assegurar a dominação”.

A grande questão em Bourdieu³⁷ é o fato da realidade e da representação serem dois aspectos distintos, que devem ser permanentemente religados. Não é possível separar o signo do real. É nesta ótica que para Bourdieu “*ainda vivemos no mundo dos símbolos e eles são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: ‘enquanto instrumentos de conhecimento e*

³⁷A análise de Bourdieu sobre as representações é feita recorrendo a três categorias fundamentais: sistemas de posições, habitus e reprodução social. Junqueira (2005) analisa da seguinte forma: “O sistema de posições é premissa básica do estruturalismo, segundo o qual o objeto não deve ser buscado como substantivo, portador de uma essência particular, mas definido dentro de uma perspectiva relacional. É a partir de uma rede de relações que aparece o objeto sociológico. O conceito de habitus mostra como as aprendizagens sociais (formais e informais) inculcam modos de percepção e de comportamento aos agentes sociais. O habitus é o conjunto das disposições adquiridas no contexto e momento social particular. Por outro lado, o habitus é produtor de práticas novas: É uma matriz, uma gramática geradora, espaço a partir do qual torna-se possível uma exteriorização da interiorização, de modos diferentes ou novos. O habitus é um conceito fundamental para entender a idéia de representações sociais em Bourdieu porque é o conceito que articula os dois elementos da oposição dentro da qual a idéia de representações aparece no pensamento filosófico e sociológico: as idéias e as práticas sociais. Se de um lado ele permite prever uma determinada maneira de agir, por outro ele é o lugar do “vago e do fluido” (BOURDIEU, 1990, p. 98), onde é possível o confronto entre a regra e o improvisado. Em cada situação da vida cotidiana a realização destas disposições é diferente, já que ela se adapta à irregularidade do imprevisto. A reprodução social é o fenômeno segundo o qual os princípios de distinção e modos de conhecimento são assegurados. Essa reprodução não se limita aos fatos tradicionais econômicos, mas sobretudo explora as consequências da reprodução cultural”. Lilia Junqueira. A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea. Estudos de Sociologia. Araraquara. 2005

de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração 'lógica' é a condição da integração 'moral'” (1990, p. 10). Se quisermos ser mais precisos, essas ordens, seus símbolos (chefes tradicionais) e seus valores, constituem uma forma estruturada de ser. O poder simbólico é fundado no reconhecimento pelos sujeitos e pela sociedade da norma e do consensos.

Ressalva-se que é necessário ver este conflito a partir de lugares distintos em função dos intervenientes. Para a FRELIMO era necessário que ocorresse a transformação estrutural da sociedade nos tipos de relações entre os membros desta, pois, as antigas formas de vida contribuíam para perpetuação da exploração do homem através de sistemas tradicionais (feudal) e também através de moçambicanos que pretendiam assumir “o lugar dos antigos colonos”, como afirma Cabaço (2009;p295) “*o poder tradicional era acusado pela FRELIMO de representar um obstáculo à ação anti-colonial unitária e de se “oposta à ciência, a técnica e ao progresso” preconizando meios e práticas insuficientes para fazer frente ao poder ocupante*”.

É, contudo, também, necessário compreender que a transformação pretendida pela FRELIMO ocorria em uma comunidade onde por um lado já existia todo um “*modus vivendi e operandi*” com lideranças próprias que também perderiam seus poderes.

Ora o que estava aqui em jogo nestes conflitos era uma disputa entre o velho constituído de seus próprios valores simbólicos e o novo, na qual pretendia impor novos valores (trazidos pela FRELIMO). É nesta base que afirmamos que não se pode, como reza a historiografia minimizar estes conflitos somente nas lideranças tradicionais, mas em todo um contexto de transformação social e resistência.

Estamos cientes de que as sociedades não funcionam dentro de uma ordem normativa consensual conforme propõe Habermas, no entanto, o fato de elas existirem como sociáveis implica na criação dessa normatividade. É nesta medida que a presença da FRELIMO e seus propósitos levavam obrigatoriamente a novos símbolos, isto é, sistemas de representação. Para aquelas populações a presença da FRELIMO significava mudança na forma de vida e até mesmo nas suas relações de poder que até então eram baseadas na autoridade. Pierre Clastres³⁸ (1979)

³⁸Pierre Clastres. 1979. Sociedade Contra o Estado. Afrontamento. Porto

define esta autoridade como baseada no prestígio e Arendt como um comando baseado numa relação sem imposição de violência e persuasão. No entanto, é necessário ter a consciência que a realidade tradicional é múltipla, podendo ser descrita de forma genérica e homogênea, mas há inúmeras perdas quando assim se aborda, ou seja, a oposição FRELIMO-visão gerada pela sociedade tradicional não pode ser como mais do que uma abordagem aproximada, uma espécie de tipo ideal de oposição. Isto porque a visão citada não é necessariamente uma e homogênea ainda que apresente características comuns, e a sociedade tradicional tampouco é homogênea.

Nesta fase os principais dirigentes da organização viriam na sua maioria do sul do país, pertencentes anteriormente às organizações NESAM e CEI (Casa dos Estudantes do Império, 1944 - 1965) e, também, havia um pequeno grupo de assimilados. Melhor dizendo, seria, que com o passar do tempo, o poder relativo dos membros fundadores dos movimentos anteriores à FRELIMO começou a desaparecer. Destarte, os lugares de poder existiam em função de alianças anteriores aos movimentos recreativos culturais. No entanto, um dos aspetos importantes a se ter em conta é que devido aos elevados conflitos entre Mondlane e os militares, houve a necessidade de se extinguir dois importantes departamentos: o da defesa e o da segurança interna.

Quando Eduardo Mondlane regressou dos EUA foi notória a desistência ou expulsão de um número considerável de membros do movimento, entre os quais Adelino Gwambe e Gumane. Estes conflitos que levaram ao afastamento de muitos dos membros criaram condições para que novos movimentos políticos emergissem à semelhança da FRELIMO. Para Isaacman e Isaacman (op.cit.86) sobre a origem desses conflitos apontam o seguinte: “*conflito surgiu em debates sobre a resolução das três questões básicas que enfrentam FRELIMO:(1) Quem era o inimigo? (2) Quais são as melhores táticas para travar uma luta armada? (3) Que tipo de sociedade alternativa devia ser construída nas zonas libertadas?*” Foi assim, nessa base, que surgiram as exclusões, deserções e foi nesse contexto que com apoio e origem em Zâmbia, nasceu o Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO).

È necessário levar em consideração aqui é que estes movimentos sempre foram criados de fora para dentro. E a sua legitimação, também, obedeceu a essa ordem. Foi dentro desta lógica que a legitimação da nova estrutura diretiva da FRELIMO ganhou substância. Os dirigentes do movimento, na sua maioria, tiveram melhores oportunidades de relacionamento com o exterior, devido ao seu capital social adquirido, por um lado a partir das organizações onde estiveram e por

outro, devido ao seu melhor grau de formação, muitas vezes devido seu estatuto de assimilado ou a melhores oportunidades de escolarização. Como dissemos antes, em alguns dos seus lugares de origem, nomeadamente Maputo, estavam concentradas em maior número as instituições de sociedade civil que apoiavam os moçambicanos.

No caso particular de Mondlane, o fato de ter sido funcionário das Nações Unidas, professor universitário nos EUA e casado com uma mulher americana deu-lhe mais possibilidade de visibilidade no campo das relações exteriores da FRELIMO. Como reconhece Santos, Mondlane era o único homem formado e capaz de levar o propósito avante, mesmo que tivesse sido convenientemente escolhido. Recorde-se que inclusive os Estados Unidos da América teriam dado apoio a Moçambique. Segundo Cabaço (2009) *“as primeiras armas com que combatemos eram americanas. Porém é preciso lembrar que nesta altura os EUA e Portugal já pertenciam à NATO e os EUA não podia dar um apoio direto à FRELIMO”*.

Estes aspetos contribuíram para que a FRELIMO, em fase de consolidação, pudesse se movimentar com mais flexibilidade nas relações exteriores, criando condições para sua legitimação e apreciação pelos diferentes “amigos,” na esperança de conseguir mais um aliado nestas disputas pelo domínio geopolítico.

Como havíamos dito no início, a FRELIMO até pouco depois do segundo congresso, não tinha ainda assumido uma corrente ideológica. Joaquim Chissano, em entrevista à revista *Afrique Australe*, afirmou o seguinte:

“Não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países [...] certas pessoas pensam que como recebemos o auxílio de países socialistas seremos forçados a seguir a política de um ou outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos para a nossa independência (como já afirmamos), lutamos pela livre escolha da nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento”. Cabaço (2009;p314)

E ainda, de acordo com Cabaço (2014) *uma das maiores virtudes da FRELIMO desde a sua origem foi ter conseguido sempre ganhar mais amigos – refere a se a apoios de outros países – e relacionar-se com eles num campo horizontal, pois não tinha se limitado a uma opção política*.

Newitt (1997) afirma que até por volta de 1969, antes da morte de Eduardo Mondlane, a FRELIMO ainda não tinha mostrado nenhuma tendência ideológica, não concordamos com esta

posição, pois, como veremos no próximo capítulo, a ideologia sempre esteve presente na FRELIMO, alias, Cabaço (2009) afirma que a posição socialista- marxista da FRELIMO foi desde cedo ensinada aos guerrilheiros da FRELIMO nas zonas libertadas. No entanto, o que tem de diferente a FRELIMO dado ao contexto mundial de bipolarização política socialismo *versus* capitalismo é que este movimento teve maturidade suficiente para ser “*camaleão*” no contexto das relações internacionais. Mondlane teve ajuda dos EUA para vários eventos, e também o apoio da União Soviética, como podemos verificar em Shubin (2008).

Ademais, se por um lado progressistas como Santos, Monteiro, Rebelo e Machel optavam pela posição marxista, como podemos ver nas ações afirmativas do movimento nas zonas libertadas, por outro lado existia Mondlane, pró-capitalista, que optava por um posicionamento capitalista, razão pela qual, conforme vimos em Janet Mondlane, seu esposo considerava muitas das idéias de Santos como ridículas. Destes fatos fica claro que a FRELIMO navegava em marés, sabendo das correntes e se ajustando a essas, no entanto, se mostrando em um discurso apático a elas e tirando proveito disso.

A posição da FRELIMO neste período era de convencionalismo, através de um processo de “*diplomacia de conveniência*”³⁹, que consistia em, internamente, agir como marxista-leninista e no espírito do centralismo democrático e, externamente, ser indiferente face aos apoiantes do processo da luta de libertação ou seja, se destrinçarmos esta situação veremos que internamente, já nessa altura havia a convicção de um grupo e somente esse devia ser a “vanguarda”, no entanto, era preciso para não afastar os “amigos” manter a imagem de um movimento em fase de decisão na opção política.

Todavia, não obstante a esse “neutro” posicionamento o pensamento socialista-marxista estava presente sob diversas influências e é assim que a FRELIMO foi também muito influenciada por Amílcar Cabral⁴⁰ no que diz respeito à luta de libertação nacional, tida por Cabral⁴¹ (1999) como a expressão política organizada da cultura do povo em luta. A direção do movimento de libertação deveria centrar o foco na defesa do valor da cultura, no contexto de luta

³⁹Badie, B. La Diplomatie de Connivence. Les Derives Oligarchiques du System International. La Découverte, Paris. (2011)

⁴⁰ Líder nacionalista africano. Nascido na Guiné-Bissau, filho de pais cabo-verdianos, fundador do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). É uma figura incontornável no que concerne a formação dos nacionalistas africanos, sobretudo, nos países de língua oficial portuguesa.

e no reconhecimento profundo da cultura do povo. Era fundamental, portanto, reconhecer a sociedade como portadora e criadora de cultura, bem como o caráter popular desta cultura.

Esta perspectiva de Cabral, no que concerne a participação popular na luta, através de uma coordenação com os movimentos de libertação, torna-se importante na medida em que a luta de libertação nacional de Moçambique contou com um forte apoio da população, aliás, este fato vai se revelar cada vez mais importante com a abertura das Zonas Libertadas⁴² pela FRELIMO, que se tornaram pontos de apoio logístico ao movimento, na medida em que serviram para alimentar a guerra popular até a independência de Moçambique, e foi onde se fez o primeiro ensaio das duas futuras formas de governação que já se manifestavam, socialista e marxista.

As idéias cabralianas iam além da perspectiva do movimento de libertação em si, mas também olhavam para os países após as independências. Neste sentido, segundo Cabral (1999), a cultura deveria estar presente em todas as fases do desenvolvimento, como um processo dinâmico e inacabado. Assim, segundo Cabral (op.cit.113):

“A cultura, fruto da história, reflete a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do homem-indivíduo e do homem-ser-social, face aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida comum. Daí, que qualquer cultura comporte elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos e negativos, fatores de progresso e estagnação ou regressão. Daí igualmente que a cultura – criação da sociedade e síntese dos equilíbrios e soluções que elabora para resolver os conflitos que a caracterizam em cada fase da história.”

Esta visão foi usada pela FRELIMO em várias fases, seja no processo de luta de libertação nacional, seja nas zonas libertadas com seus respectivos procedimentos de gestão, sendo um dos reflexos dessa tentativa de envolvimento comunitário e sempre focando a cultura como instrumento de salvaguarda e coesão social. A propósito, sobre este aspeto Adam (1997, p4) afirma:

“No processo de luta, a FRELIMO criou as ‘zonas libertadas’, áreas no interior do território moçambicano fora do controle da administração portuguesa, funcionando como um ‘Estado dentro de um Estado’, com um sistema próprio de administração. À medida que a guerra avançava, as ‘zonas libertadas’ foram

⁴¹Amílcar Cabral. (1999) Nacionalismo e Cultura. Santiago de Compostela: Laivento

⁴²Zonas Libertadas, aquelas áreas que durante o processo de luta libertação nacional iam sendo gradativamente libertadas do domínio colonial passando ao controle político-administrativo da FRELIMO. Sobre o conceito de Zonas Libertadas, consulte FRELIMO, Rumo ao Socialismo. 3º Congresso. 3 a 7 de Fevereiro de 1977. Maputo, Moçambique.

nascendo sucessivamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete. A sua forma de organização é uma ilustração dos esforços tentativos feitos pela Frente de Libertação de Moçambique para criar uma alternativa à sociedade colonial, com uma economia sem 'exploração do homem pelo homem', com formas coletivas de produção e de comercialização e a implantação de bases democráticas. O modelo idealizado pela FRELIMO, acabou por ser mais uma utopia do que uma realidade, tendo porém, pelo menos até certo ponto, servido de inspiração para traçar o modelo socialista de desenvolvimento implantado em Moçambique depois da independência, onde se pretendia negar quer os modelos de desenvolvimento coloniais, quer os neo-coloniais”.

A permanência do movimento sem uma linha ideológica definida, ou se quisermos ser mais precisos, assumida, teria seus dias contados por diversos fatores. Internamente a FRELIMO era constituída de indivíduos oriundos de diversas perspectivas ideológicas, cujo suporte foi fundamental para a sua criação. Por um lado havia a necessidade de se ter em conta a visão socialista de Kwame Nkrumah que deu apoio em muitos momentos aos membros da UDENAMO, inclusive a Marcelino do Santos. Nkrumah olhava para a questão africana de forma unitária, ligada aos seus valores tradicionais (Cf. Nkrumah, 1977).

Por outro lado, Julius Nyerere, através da Tanzânia, constituiu a base das operações da FRELIMO através do campo de treinamento dos militares e de ajudas logísticas, pelo fato de nessa altura a base central da FRELIMO estar sediada na Tanzânia. Aqui se juntam os fatores externos à FRELIMO. Nyerere era pró Partido Comunista Chinês, o que significaria uma relação, por extensão, da FRELIMO com a China. Por outro lado, para Nyerere era patente a idéia de um “socialismo africano” baseado na realidade contextual (Cf. Benot, 1981).

Estas duas correntes que pretendiam de alguma forma criar “um socialismo africano” baseavam-se no fundamento do caráter coletivo e unificado das comunidades africanas. Alguns autores como Tempels⁴³ (1945) e Lévi-Strauss (1973) advogam que a opção pelo socialismo, resulta das características culturais do continente, onde existe uma tendência geral para o regime de partido único e este aspeto baseia-se nos elementos de natureza cultural e conjuntural das sociedades negro-africanas. Para eles, aqui seguindo a mesma linha de idéias de Clastres⁴⁴ (1979) as questões relativas às desigualdades sociais são ultrapassadas garantindo uma ordem e estabilidade sociais.

⁴³ TEMPELS, P. (1993): La Philosophie Bantu. Paris.

⁴⁴Op.cit

No entanto, estas posições implicavam, também, assumir compromissos ideológicos. É nesta ótica que são chamados outros intervenientes. É assim que a China viria a ser um parceiro estratégico da FRELIMO, sendo que muitos dos seus militantes puderam obter na China uma preparação militar. No entanto, nesse período, a União Soviética acabava de sair da Segunda Guerra Mundial como superpotência vencedora. Surgia assim a União Soviética como uma alternativa segura de ajuda a Moçambique, que estrategicamente se encontrava bem situado em termos geográficos, uma vez que a África do Sul tinha apoio dos EUA e estávamos em plena guerra fria, sendo então os espaços de influência econômica e militar muito disputados.

Até esta altura a relação entre os Estados Unidos da América e a FRELIMO era saudável. Segundo Cabaço (2014), as primeiras armas usadas pela FRELIMO tinham também proveniência americana. Aliás, os EUA teriam condenado severamente Portugal devido aos acontecimentos de 16 de Junho em Mueda, que ficaram historicamente conhecidos como o Massacre de Mueda, tendo mesmo exigido que Portugal desse a independência. Outrossim, segundo Cabaço, depois dos contatos entre alguns departamentos de estado dos EUA e Mondlane, os EUA disponibilizaram-se a apoiar a causa da FRELIMO, porém este suporte teria sido recusado pelo senado americano, pois Portugal fazia parte da NATO, sendo assim um aliado americano. Entretanto, os apoios viriam a acontecer como vimos nos anexos sobre esta questão e ademais, a Fundação Ford viria a servir como ponto de trânsito das ajudas à FRELIMO.

Todavia a FRELIMO passou por situações em que tanto os EUA como a USSR pararam de fornecer ajuda logística. Deste modo a FRELIMO se encontrou em uma situação muito complicada com a guerra, atravessando momentos críticos, havendo uma necessidade urgente de definir que caminhos percorrer. Mondlane, ainda que por sua trajetória de vida tivesse tido uma experiência democrática e liberal, não se desvinculava também do lado social. Este aspeto terá feito com que durante muito tempo, mesmo rodeado de diferentes escolas de pensamento político, sobretudo a marxista-leninista, não tenha definido a linha ideológica do partido, situação essa que viria acontecer após a sua morte em 3 de fevereiro de 1969.

A morte de Mondlane viria a ser o ponto de viragem da FRELIMO no que concerne aos conflitos internos. Segundo Cabaço (2014) “*com a morte de Mondlane o partido se reuniu e deliberou sobre a nova direção do movimento bem como as novas estratégias de luta e orientação política, o que viria criar melhores condições de coesão interna*”. Este aspeto vem

corroborar a posição avançada de Newitt e Cahen, segundo a qual Mondlane não era uma figura de agrado de uma maioria, pelo menos no nível da direção do movimento.

Após a morte de Mondlane, Samora Machel, Urias Simango e Marcelino viriam a ser o trio que dirigiria o movimento até a nomeação de Samora Machel como segundo presidente da FRELIMO. Vale lembrar que numa primeira fase Simango foi presidente do movimento, mas posteriormente o Comitê Central decidiu pela criação de uma direção tripartida.

Há que retomar um ponto anterior. Antes da morte de Mondlane, houve dois acontecimentos fundamentais para a questão do poder no movimento. O primeiro foi que, devido à pressão externa para uma tomada de uma posição político-ideológica, a FRELIMO passou por uma crise armamentista porque alguns dos aliados não enviaram ou retardaram o envio de auxílio logístico militar e apoio financeiro, pois cada um deles, sobretudo a China e a Rússia, queria pressionar a FRELIMO para que se mantivesse como aliada ideológica. Isto veio agravar os conflitos internos na FRELIMO, além das enormes perdas sofridas ao tentar atravessar o Zambeze vindo de Zâmbia.

Por outro lado, no ano de 1968 iria ocorrer o II Congresso da FRELIMO. O lugar de realização deste congresso se mostrou fundamental para os rumos que o movimento tomaria daí por diante. Na perspectiva de Lázaro Kavandame, o congresso deveria se realizar na Tanzânia, pois ali se encontrava a maior comunidade makonde diretamente envolvida na luta. Este fato dava-lhe uma maior possibilidade de ser eleito como presidente do partido, uma vez que na Tanzânia além da enorme presença de makondes havia líderes tradicionais que lhe davam um grande suporte político.

Vale lembrar que Kavandame era, segundo Newitt, um social-conservador, africanista, tradicionalista e federalista, em oposição a Mondlane que era um revolucionário, republicano e democrático. No entanto, o congresso viria a ser realizado pela primeira vez em Moçambique, onde Mondlane tinha todo apoio por parte da direção e da parte mais radical do movimento, que defendia a idéia de luta armada. Kavandame não foi eleito, e anos mais tarde seria apontado como espião e conseqüentemente expulso do movimento. O mesmo destino teria Urias Simango.

Como afirmam Isaacman e Isaacman (1984.p79) foi neste contexto de conflitos, que vem desde a sua criação, que os líderes do movimento tiveram de lidar com muitas questões políticas,

sociais e culturais que acabaram por radicalizar o movimento. Aliás, Cabaço (2014) foi muito peremptório ao afirmar que “*é necessário entender que a FRELIMO tem uma alma militar e a alma militar requer organização, obediência, regras e definição clara de quem é o inimigo*”. Sobre quem é o inimigo discorreremos no próximo capítulo. Entrementes, a partir destes fatos, podemos afirmar que, coincidentemente ou não, nove anos após a formação da FRELIMO e sete após o início da luta de libertação, a direção da FRELIMO era composta quase que exclusivamente (com exceção de Alberto Chipande e Domingos Pachinuapa), por antigos membros do NESAM, CEI e assimilados do sul de Moçambique.

Foi neste contexto que a FRELIMO, sob comando de Samora Machel declarou-se um movimento marxista-leninista. Todavia, vale lembrar que, como pudemos observar em Joaquim Chissano (op.cit), até o início da década 70 a FRELIMO não tinha uma opção político-ideológica assumida abertamente, mesmo que, como apontamos em relação a Mondlane, a tendência desta organização se movesse pelo centralismo democrático⁴⁵ que, desta forma, criou condições aparentes para a idéia de participação de todos no contexto da tomada de decisões, o mesmo se passando com as assembléias populares, embora na verdade existisse um conhecimento por parte do comando da realidade da linha política centralizada.

De alguma forma isto questiona as perspectivas segundo as quais a FRELIMO não possuía uma orientação política entre 1962 a 1970, pois fica presente a idéia de que o centralismo democrático foi estrategicamente escolhido como forma de controle social, através de uma estrutura de vigilância e hierarquia militarizada.

⁴⁵Para compreender a posição da FRELIMO partindo do Centralismo Democrático, e necessário entender os seus fundamentos obtidos através da compreensão de Lenine. Segundo este, os movimentos revolucionários devem ser liderados por “cabeças inteligentes”, os revolucionários profissionais, estudantes ou operários, não importando a origem, pois seria impossível haver um movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho. [...] a centralização do Partido Comunista não deve ser formal e mecânica; deve ser uma centralização da atividade comunista, isto é, a formação de uma direção poderosa, pronta para o ataque e, ao mesmo tempo, capaz de adaptação. Uma centralização formal ou mecânica será apenas a centralização do “poder” nas mãos de uma burocracia para dominar aos outros membros do partido ou as massas do proletariado revolucionário exteriores ao partido. [...] Uma democracia puramente formal no partido não pode descartar as tendências burocráticas nem as tendências anárquicas, pois é precisamente sobre a base da democracia que a anarquia e a burocracia se desenvolvem no movimento operário. Por esta razão, a centralização, isto é, o esforço para obter uma direção forte, não pode ter sucesso se tentar obtê-la no terreno da democracia formal. É então indispensável antes de tudo, desenvolver e manter contato vivo e relações mútuas entre o Partido e massas do proletariado que lhe pertencem.

Ora, nas zonas libertadas operava-se neste nível de assembléia popular e centralismo democrático. Porém as orientações provinham da base e da hierarquia central do movimento de libertação, FRELIMO, razão pela qual, como dissemos antes e aponta Cabaço (2009), um dos fundamentos de rejeição e antipatia à FRELIMO era, segundo a compreensão popular, que se estava num processo de troca de um colonizador por outro, ainda que através de processos diferenciados. Assim podemos dizer que a FRELIMO não tinha uma orientação ideológico-política declaradamente escolhida, no entanto, agia e ainda tinha a convicção de que o poder devia estar num meio cujo acesso era vetado. Aliás, existiam de fato duas perspectivas ideológicas.

A primeira, seguida por Mondlane, determinada pela sua vivência nos Estados Unidos e pela colaboração e apoio deste país à FRELIMO, e a segunda, socialista, seguida pela ala que detinha controle do poderio militar, sobretudo a partir de 1966 após a morte de Magaia. Esta ala, a favor de um projeto marxista, era liderada por Marcelino dos Santos, Oscar Monteiro, Jorge Rebelo, Samora Machel e Joaquim Chissano, entre outros.

Esta situação era tão profunda, que em 1967, durante a crise militar que se caracterizou pela falta de condições logísticas, a Rússia se recusou a prestar apoio a Mondlane, sendo a situação somente ultrapassada com a intervenção e negociação de Marcelino dos Santos na Rússia. Podemos então dizer que desde o processo de sua formação até a morte de Mondlane, em 1969, a FRELIMO sempre se guiou por essa bipolaridade ideológica fazendo *jus* ao seu interesse de fazer o maior número de “amigos” possível.

Como podemos ver, em Janet Mondlane,⁴⁶ muitas idéias de Marcelino dos Santos, que era um progressista e marxista assumido eram tidas por Mondlane como sendo absurdas e, ao mesmo tempo, Mondlane era visto por Marcelino dos Santos, Oscar Monteiro e outros, como prestador de serviços a interesses imperialistas. No entanto, mais uma vez estamos perante a seguinte questão: “o que significava assumir que desde sempre a FRELIMO tinha tido essas duas perspectivas?”.

Em primeiro lugar isto põe em questão o preceito fundamental do I Congresso, o congresso da unidade. Em segundo lugar, assumir que havia duas correntes, implica em assumir que no seio da direção da FRELIMO não havia unidade e que os propósitos de luta eram

⁴⁶Janet Mondlane. In MANGHEZI, N. O meu coração está nas mãos de um Negro: uma história de Janet Mondlane. Maputo. CEA. 1999

diferentes, sobretudo no que tange a detenção do poder depois da independência e as formas de adquiri-lo, ou seja, já havia na direção deste movimento a percepção de que na luta armada um certo grupo deveria deter o poder e que aceitar este discurso significava perder o apoio dos “muitos amigos”, pois a FRELIMO seria descredibilizada, uma vez que se estava no auge da guerra fria. A despeito disto, como veremos mais adiante, a FRELIMO, para sua legitimidade interna, sempre dependeu de uma legitimidade e legalização vindas de fora para dentro de Moçambique.

Então assumir a idéia do centralismo democrático era o meio termo existente, pois este requer antes de tudo um núcleo pensador e orientador, que neste caso começou com os “*cabeças inteligentes*”⁴⁷ com a frente de libertação e posteriormente com o partido FRELIMO, o partido da vanguarda. No entanto, a propósito deste processo de envolvimento popular na luta de libertação nacional Isaacman e Isaacman (op.cit.89) afirmam que:

“Em 1966 os líderes intimamente engajados na luta tinha chamado para uma nova estratégia baseada na mobilização popular e fé nas massas rurais. Tratava-se de forjar laços permanentes entre os guerrilheiros e camponeses, baseadas no respeito mútuo, os objetivos políticos compartilhados, e a participação popular em todos os aspectos da luta. FRELIMO primeiro abordou esta questão publicamente em um editorial na Voz da Revolução (Voz da Revolução), o órgão interno da Frente, em abril 1966: “A mobilização política consiste em explicar às pessoas porque é que estamos lutando e para que é que estamos lutando. As pessoas devem saber que estamos lutando pela expulsão dos colonialistas portugueses, e pela libertação de Moçambique, para que o progresso, liberdade e igualdade deva retornar ao nosso país. Um fim à miséria, escravidão e discriminação”.

Como se pode notar, o surgimento das primeiras zonas libertadas trouxe a necessidade de se ter uma estratégia de direção. Aliás, Samora Machel afirma que a formação de cooperativas agrícolas, a participação popular na luta, a distribuição equitativa da produção foram forjando a direção e a ideologia política da FRELIMO. Segundo Isaacman e Isaacman (op.cit.95), “*The collectivization of labor, however limited, reinforced the sense of common purpose, of identity, and of class solidarity among the peasants and between the peasants and the army. In this sense, the work experience became an important source of new values, which helped to shape FRELIMO's emerging ideology*”

⁴⁷Expressão para designar a direção do movimento revolucionário, segundo Lenine, numa perspectiva vanguardista

No entanto, Cabaço (2009, p.312) falando sobre a socialização política⁴⁸ dos militantes da FRELIMO afirma o seguinte:

“...o contacto com os idéias socialistas ocorreu por várias vias; uma das mais importantes foi sem dúvida, a leitura dos textos sobre a guerra revolucionária, em particular os livros de Mao Tse Tung e do general vietnamita Nguyen Giap, distribuídos a muitos quadros dos movimentos, foram esses textos sobre a revolução socialistas levadas a cabo pelos camponeses que encontraram ressonância nos combatentes. Eles descreviam experiências concretas de luta e de organização da vida das populações às quais os guerrilheiros podiam reconduzir com facilidade muitas das situações militares, sociais e políticas que viviam na guerra no interior de Moçambique”.

Isaacman e Isaacman (op.citi79) também concordam com esta posição, pois, afirmam que foram estes processos de lutas e decisões que criaram condições para o movimento seguir no sentido socialista após a sua independência. Disse Samora Machel⁴⁹: *“antes de tudo, a classe operária –camponesa precisava obter todo o poder político estatal. Mas para nós, socialistas, o poder é apenas meio. O fim para qual precisamos utilizar o poder é a transformação radical da situação econômica como um todo.”*. Nesta perspectiva a FRELIMO representava o povo e as suas ações estavam dentro daquilo do que se definiu como socialismo. É neste sentido que se priorizava a presença dos órgãos do partido nas diversas instituições, uma vez que somente sob a sua orientação política se concebia o desenvolvimento de Moçambique.

⁴⁸A expressão Socialização política é usada para indicar o conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições. Tendências, emoções, atitudes perante os vários objetos da política, aptidões cognitivas e expressivas necessárias ao agir político, tudo isto é, portanto, considerado como resultado de um processo de formação-aprendizagem social que, embora se estenda por todo o decurso da vida, tanto quanto qualquer outro processo similar, passa, todavia, por etapas especialmente significativas, influências particulares, momentos de aceleração e momentos de afrouxamento. É objeto dos estudos de Socialização política descrever as modalidades de tal processo, bem como identificar seus conteúdos mais importantes, suas etapas e as influências decisivas. Se a relação indivíduo-instituições políticas é importante em qualquer tipo de formação política e em qualquer situação histórica, ela se torna fundamental nos sistemas democrático-representativos, cujo funcionamento regular exige a ativa participação dos cidadãos no processo político e, por conseguinte, a existência neles de motivações, valores, aptidões e conhecimentos que favoreçam tal participação. Por isso, nestes sistemas, a Socialização política não é apenas um problema de maior relevância que em outras formas de Governo historicamente existentes, mas também um fenômeno mais complexo, levados em conta pelo menos dois aspectos que, embora conexos, se podem considerar analiticamente distintos: o da aceitação ou não aceitação do sistema, ou seja, o problema da sua legitimidade, e o da formação de indivíduos-sujeitos políticos, capazes e dispostos a participar no processo político democrático. É, sobretudo por isso, e não porque as respectivas pesquisas tenham sido realizadas por estudiosos preferentemente interessados no modo de funcionamento das democracias representativas, que as questões teóricas e os resultados da pesquisa empírica respeitante à formação da identidade política dos indivíduos se mantêm quase que exclusivamente dentro de um universo que tem como ponto de referência essencial a forma democrático-representativa de Governo.

⁴⁹Trecho do discurso de Samora Machel, na 7ª sessão do Comitê Central da FRELIMO. In Datas e Documentos da História da FRELIMO. 2ª edição. Lourenço Marques. Imprensa Nacional. 1975

Com uma legitimação a partir do exterior, era necessário que a mesma se expressasse também dentro de Moçambique. Neste sentido e no decorrer da guerra no norte do país, algumas áreas foram ficando livres da presença colonial portuguesa e passaram a ser geridas de modo próprio por moçambicanos. É neste contexto que se criaram as zonas libertadas, as que escapavam completamente e de forma duradoura do controle político e administrativo colonial. Estas áreas tornaram-se vitais para a FRELIMO na medida em que foram os primeiros lugares onde se verificou a sua gestão e o relacionamento com a maioria da população.

Nestes campos a FRELIMO, estrategicamente, numa primeira fase optou por deixar os chefes tradicionais e as lideranças saídas do MANU como os responsáveis localizados, ao mesmo tempo em que estas lideranças obedeciam a um comando central vindo da direção da FRELIMO, aliás Mondlane (1995) afirmava que “*a FRELIMO se orienta pelo centralismo democrático*”, isto é, chama-se centralismo democrático um sistema de organização interno no qual, diante de uma determinada questão programática, as bases do partido têm direito à discussão livre da mesma questão, eventualmente podendo até mesmo constituir facções (Dicionário de Ciências Políticas, 2003). Ressalva-se porém, que o centralismo democrático permite o debate e as divergências, mas exige obediência a linha que venha a ser adotada pela direção, após debate.

Esta posição ressalva de alguma forma as estruturas e modelos tradicionais de gestão e manutenção da comunidade, o que é uma contradição entre o centralismo democrático e a prática política. No entanto, os desafios da FRELIMO neste seu processo de formação e consolidação não se restringiam somente à relação de comando e/ou poder. Estas estavam também associadas ao caráter sociocultural e etnolinguístico variado na qual ela se inseria.

Desta feita, era preciso ser delineadas estratégias que contribuíssem para uma união do grupo. Em primeiro lugar Moçambique, à semelhança de muitos países africanos, constituiu-se num mosaico cultural e linguístico muito diversificado. Várias eram as línguas que os diferentes integrantes do movimento tinham como língua materna, aliando-se ao fato do português ser até então muito reduzido em seu contexto de uso. Porém, segundo Firmino (2002), o português era a única língua capaz de garantir uma interação entre todos os membros do movimento. Este autor afirma que a “*FRELIMO decidiu adotar a língua portuguesa com a finalidade de preservar a unidade entre os moçambicanos, de diferentes origens, envolvidos na sublevação*”. Este propósito é muito assinalado em vários autores.

Appiah⁵⁰ (1997) justifica que o uso das línguas dos colonizadores pelos movimentos nacionalistas e posteriormente a sua oficialização após as independências, deveram-se ao fato de internamente estes países não possuírem uma língua que fosse capaz de ser comum a todos os habitantes desses novos estados-nações, primeiro pelo seu caráter particularizado, segundo pelo fato destas, embora capazes de poder transmitir qualquer pensamento, estarem ainda em um nível abaixo no que diz respeito à produção científica, didática etc. Portanto, o uso da língua do colonizador legitimava-se pelo fator unificador. Todavia, pelo menos no caso de Moçambique, o uso desta mesma língua significou a exclusão também de muitos do acesso ao poder político durante a construção do estado-nação.

A língua é por excelência um meio de comunicação e instrumento para acesso aos diversos aspetos do nosso quotidiano. O seu domínio e uso, *a priori*, viabiliza esse acesso. Ngunga⁵¹ (2014) afirma que um dos motivos da não participação de muitos deputados na Assembleia da República em Moçambique teve uma estreita ligação com seu fraco domínio da língua de comunicação oficial, o português e ainda menciona que *“não pode existir coesão e igualdade social enquanto persistir um tratamento diferenciado em que apenas os que dominam a língua portuguesa é que participam no jogo democrático e limita-se a usar apenas o português para a sua prática diária. O não uso das línguas locais nos 619 órgãos de comunicação social existentes no país, aliado ao desconhecimento do número das línguas nacionais e a sua secundarização por parte dos órgãos governamentais decisórios são os principais fatores que minam a consolidação e efetivação da democracia em Moçambique”*.

Assim, remontando ao período de luta de libertação nacional onde o número de falantes da língua portuguesa era muito baixo em geral, aliás, até à independência, apenas 7% da população moçambicana falava português, sendo este reservado ao grupo de assimilados e a uma minoria de funcionários da administração pública. A possibilidade real dos diferentes membros da FRELIMO e líderes comunitários de participarem de um debate com os mesmos instrumentos argumentativos que os que tinham o domínio da língua portuguesa era bastante reduzida, isto é, os indivíduos com melhor domínio do português tinham mais condição de prevalecerem e se fazer ouvir neste campo de debates.

⁵⁰ Appiah, Kwame Anthony. Na casa do Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro. Contraponto.1997

⁵¹ Entrevista ao Jornal Verdade. In 14.03.2014. in<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/44892-lingua-veda-participacao-de-mais-de-80-de-mocambicanos-nos-processos-democraticos>. Visitado em 29.07.2014

Deste modo, a participação efetiva nas discussões de base dentro do quadro do centralismo democrático reduzia-se a uma classe muito menor, ou seja, a escolha da língua portuguesa apresentava-se com duas facetas paradoxais frente aos propósitos de unidade da FRELIMO. Firmino (op.cit.1, 2008) afirma o seguinte: *“a sua (do português) nacionalização e também oficialização, do português é, em si, um processo contraditório, por conduzir à projeção de uma nação-estado unificada, ao mesmo tempo que acaba tendo efeitos de exclusão social, face às características da diversidade linguística prevalecente em Moçambique”*.

Deste modo, o uso da língua foi um processo contraditório, pois a relação entre os que falavam português e os que não falavam, abriu espaços para uma desigualdade, embora o objetivo primeiro tivesse sido não exaltar a diferença e sim a unidade. Neste sentido, podemos falar em unidade na medida em que a FRELIMO procurou juntar os diferentes grupos etnolinguísticos em termos de inclusão no projeto de nação e não em termos de igualdade de acessos, sobretudo ao poder político no nível das estruturas centrais. Para uma grande parte de moçambicanos, além do fato de ser moçambicano e de lutar contra a opressão colonial, se exigia, no caso de acesso ao poder, o domínio pleno da língua portuguesa.

É necessário, porém, nestas abordagens sobre o uso da língua, ter sempre em consideração, como afirma Nguenha (2014, p21), que:

“Muitas considerações poderiam ser feitas sobre esta persistência das línguas coloniais como veiculares do saber, e sobre o papel que as línguas locais têm e podem vir a desempenhar na filosofia. Há porém que considerar, que o estado atual, de difusão das línguas europeias é a única alternativa para um diálogo interafricano e intercontinental. Por isso, não obstante ao arbítrio e o passado sombrio, que comporta o uso dessas línguas, pode-se considerar, que a crítica do seu uso deve ser atenuado e a sua discussão reportada. Pois, na ausência de uma língua veicular consensual, de uma língua franca africana, a nossa riqueza linguística constitui um obstáculo para circulação de idéias. Em suma, as línguas coloniais sobrepõem-se, mas não se substituem aos espaços lingüísticos propícios para o debater”.

Portanto, a escolha destas línguas configurou-se como o fenômeno de uma *“escolha trágica”*, isto é, se por um lado elas asseguravam o diálogo e agregavam todos numa plataforma uniforme, por outro lado, constituíam um fator de exclusão, na medida em que não abrangiam uma grande parte de africanos falantes majoritariamente de línguas locais. Porém, a grande

questão aqui, no que tange à união dos moçambicanos, foi o fato da FRELIMO ter minimizado a importância da diversidade das características etnolinguísticas em todo país, por considerá-las na ocasião como obstáculos à unidade da nação.

Vários acontecimentos que marcaram o início da década 70 foram cruciais para o alcance da independência, entre eles a morte de Mondlane, que trouxe harmonia ao grupo, o fracasso da operação *Nó górdio*, que desmoralizou uma grande parte do exército português e o golpe de estado ocorrido em Portugal em 25 de Abril de 1974, conhecido como a *Revolução dos Cravos*, que precipitou assim os acordos de Lusaka entre os líderes da FRELIMO e o novo governo português, esboçando-se um plano de independência para Moçambique, porém antes disto foi criado o governo de transição.

Uma pergunta fica: quem fez parte do primeiro governo e onde se situou o poder em Moçambique? Ao citarmos Moyo “*the winner takes all*” trazemos à superfície o ônus de participar no movimento de libertação nacional e ser vencedor da luta. Os dirigentes que se foram forjando ao longo deste percurso tomaram o poder, pois possuíam o capital político-militar e, sobretudo, o histórico-histórico que de acordo com Bourdieu⁵² (2003.p12):

“A base por excelência do poder não deriva apenas da riqueza material e cultural mas da capacidade que estas têm em transformá-los em capital social e simbólico [...] O capital simbólico é uma dádiva atribuída a aqueles que possuem a legitimidade para impor categorias de pensamentos, portanto, uma visão do mundo. Propriedade de poucos, o capital simbólico e o capital social são recursos conseguidos à custa de muito investimento, tempo, dinheiro e disposição social. [...] O poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”

É preciso notarmos aqui, que a FRELIMO saiu vencedora da luta de libertação contra o colonialismo português e nesse contexto teve de enfrentar não só os “inimigos internos”, que segundo a sua percepção eram todos os que não aderiram as convicções políticas deste movimento – reacionários – como são os casos de outras formações políticas, como conflitos com inimigos externos casos específico da África do Sul, Malawi e, mais uma vez em sua percepção os imperialistas, EUA sobretudo. Saindo vencedor destas lutas ganhava legitimidade para poder torna-se símbolo da unidade e de luta pela nação. É neste contexto que a FRELIMO

⁵² Pierre Bourdieu. A Produção de Crenças: Contribuição Para Uma Economia dos Bens Simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2001.

tornou-se a representação do povo moçambicano, transformando o seu capital histórico-político em capital simbólico. Segundo Giddens (2011 p. 13): “*Os filósofos do Iluminismo observam um preceito muito simples mas obviamente poderoso. Quanto mais formos capazes de compreender racionalmente o mundo, e a nós mesmos, mais poderemos moldar a história para os nossos propósitos. Temos de nos libertar dos hábitos e preconceitos do passado a fim de controlar o futuro*”.

Destarte são importantes as narrativas da luta de libertação nacional desde a sua origem até o momento, pois, como podemos notar, o poder de uma forma geral foi legitimado pela história político-militar, por sua vez, moldada por aqueles que possuem a dádiva, segundo Bourdieu, de criar categorias e formas de pensamento, ou seja, criar uma visão do mundo.

Nesta seção procuramos trazer aspetos que levaram à formação da FRELIMO e o processo de construção de Moçambique como um Estado-Nação moderno. Neste sentido foi necessário entender os contornos que envolveram a formação da FRELIMO, movimento revolucionário contra o colonialismo português. Este fato levou-nos a um debate sobre a origem da FRELIMO, bem como do nacionalismo, seus atores, suas dinâmicas e, sobretudo, a formação de uma elite dirigente e dos futuros gestores do país. No próximo capítulo, vamos discutir as implicações das posições anteriores e, sobretudo, o que significou assumir o discurso de formação da FRELIMO a partir da Tanzânia, uma vez que este posicionamento criou condições para o esboço do que é ser moçambicano e o que é Moçambique e para o nosso caso de estudo, quem deve deter e exercer o poder.

1.3. A Invenção Da “Questão Nacional” Como Veia De Ação E Poder Político

“A História é contada pelos vencedores” George Orwell (s/d)

“Pode o subalterno falar?” Gayatri Chakravorty Spivak

Terminamos o capítulo anterior com a FRELIMO sob a direção de Samora Machel declarando-se um movimento marxista-leninista, ou seja, sob um ponto de vista de ideais que refletiam os princípios do movimento. O que é o socialismo, marxismo e leninismo? A melhor forma de entender este pensamento é recorrer à forma como Lenine concebia uma organização política (partido⁵³). Há várias formas de abordar estes conceitos, no entanto para o efeito que pretendemos é fundamental que comecemos por separar os conceitos diretórios deste termo com vista a não naturalizar as categorias universais dentro do contexto moçambicano, não querendo com isto dizer que estes não se apliquem a Moçambique, mas sim, tentar perceber como estas categorias se adaptaram ao contexto moçambicano, e isso nos leva a priorizar a compreensão desse conceito dentro deste contexto.

Dissemos que não concordávamos com Newitt (1995) quando afirmava que a FRELIMO até 1969 não possuía uma ideologia, aliás, posição também assumida por Chissano. Segundo Chauí (2012, p.) *“a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”*. Portanto, em nosso entender, a ideologia é uma construção através do qual se implanta nos sujeitos desigualdades em diversos níveis e aspectos sociais e o mais importante neste fenômeno é que a sua produção, como afirma Chauí (op. cit. 12), *“necessita de uma explicação em que os autores dessas idéias que passam a ser produzidas e reproduzidas em condições históricas, sociais e políticas permanecem fora dessa construção, criando assim condições de alienação⁵⁴”*. Ora, as Zonas Libertadas foram, como afirmam alguns

⁵³Lenine, ao lançar os princípios de organização de um novo tipo de partido do proletariado afirma o seguinte: um partido cuja estratégia era luta revolucionária pelo poder, dotado de uma estrutura conspirativa apta para ação tanto nos períodos de legalidade como nos de clandestinidade; daí a sua estrutura centralista-democrática; uma férrea disciplina para ação, construída a partir de democracia interna e de um centro político dirigente do conjunto do partido, constituído de quadros profissionais; um partido de vanguarda formado exclusivamente de militantes, ou seja, pelos membros ativos que participavam disciplinarmente dos organismos partidários. [...] é preciso entender por “cabeças inteligentes” em material de organização, como já mencionei em várias ocasiões, unicamente os revolucionários profissionais, estudantes ou operários de origem, pouco importa.

⁵⁴Alienação: quando a interiorização não ocorre, isto é, quando o sujeito não se reconhece como produtor das obras e Sujeito da história, mas toma as obras e a história como forças estranhas, exteriores, alheias a ele e que o dominam e perseguem. Marilena Chauí (2012);

autores como Adam (1992) e Cabaço (2009), os primeiros locais onde a FRELIMO esboçou o marxismo e socialismo. É neste contexto que se criaram as primeiras relações de poder estruturadas numa perspetiva política da modernidade e não baseadas na autoridade “natural”, que segundo Arendt, não é questionável, aquela em que a autoridade é dada como resultado de relações “*naturais*”, por exemplo, a autoridade do professor sobre o aluno, não é questionável, na medida em que cada um dos agentes conhece seu lugar. Pode-se questionar os métodos do exercício da autoridade, mas não os lugares de cada um, aliás, razão pela qual dissemos antes que o posicionamento relutante dos makonde em relação à FRELIMO não pode ser reduzido a um indivíduo. No entanto, as causas desse conflito devem ser imputadas às novas formas de estar que lhes eram impostas por um sistema ideológico.

O fracasso da operação “*Nó górdio*” criou condições, por um lado, para que a FRELIMO se fortalecesse em termos de convicções sobre a estratégia militar a seguir e a morte de Eduardo Mondlane eliminou, como afirma Newitt (op. cit), corroborado por Cabaço (2014), os conflitos internos na FRELIMO. Segundo Vine⁵⁵ (1996) “*em 1970 a facção radical⁵⁶ tinha triunfado sobre os seus adversários mais conservadores e unira o partido sob a sua liderança, ou pelo menos, decidira adiar as divergências da obtenção da independência*” e é neste contexto que a FRELIMO, em 1971, através de seu segundo presidente, Samora Machel, declarou-se um movimento marxista-leninista, ou seja, assumiu-se, dizemos assumiu-se, porque na prática já era evidente, com a criação das cooperativas nas zonas libertadas, eliminação e controle de atividades comerciais por privados, os discursos que visavam o combate da exploração do homem pelo homem, ou seja, os princípios marxistas e socialistas estavam presentes antes do assumir-se formalmente como uma linha ideológica e orientadora do partido. O modo como isto se efetivou, discutiremos mais adiante.

A conjuntura internacional, sobretudo as independências que ocorriam em larga escala na

⁵⁵ Vines, A. Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique? Londres. James Currey, 1996.

⁵⁶ A facção radical, segundo Sumich (2008) A facção radical se assentava numa aliança entre uma pequena coligação de assimilados urbanos do Sul, mulatos, brancos e indianos e uma elite emergente, mais rural, de moçambicanos do Norte educados em missões, excluindo frequentemente muitas elites do Centro do país que tinham antecedentes sociais diferentes (Hall e Young, 1997)5. Embora os nortenhos, mais rurais, representassem uma secção importante da elite governante, concentrar-me-ei aqui nos assimilados do Sul, já que grande parte da ideologia da elite de Maputo é o resultado das experiências deste grupo, constituindo a base do «campo unificador» dentro do qual a elite tem operado. Sumich, Jason (2008). Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. *Análise Social*. Vol. XIII

África e a formação de blocos econômicos, ideológicos e políticos, criavam condições para que muitos países se interajudassem na luta contra o colonialismo. Havia o crescimento do movimento internacional socialista de sustentação político-ideológica, como afirma Meszaros⁵⁷ (2004, p. 29-31):

“O patriotismo não significa a identificação exclusiva com os interesses nacionais legítimos do país, quando ameaçado por uma potência estrangeira ou pelo comportamento capitulacionistas da classe dominante do próprio país [...] significa também total solidariedade com o patriotismo dos povos oprimidos [...]. O internacionalismo socialista é inconcebível sem o total apoio e respeito pelas aspirações dos trabalhadores de outras nações”,

Estes aspetos aceleravam as condições de luta contra o colonialismo português em dois níveis: no plano interno, havia, como afirma Newitt (op. cit) um forte desgaste das tropas colônias e ao mesmo tempo a África do Sul, principal parceiro econômico de Moçambique, passava por um processo de isolamento político, o que complicava a capacidade de Portugal produzir e reproduzir capital financeiro através de Moçambique. Em Portugal, no plano externo, cresciam os movimentos políticos e sociais contra a guerra colonial e a ditadura, atingindo o auge em 25 de Abril de 1974, com o golpe de estado. Estes fatos precipitaram as condições para a independência de Moçambique, criando condições para a realização dos acordos de Lusaka⁵⁸ em 7 de setembro de 1974 e a posterior criação do governo de transição.

Começamos o capítulo anterior com a frase de Dambisa “*The winner takes all*” querendo trazer umas das grandes questões que abordaremos neste capítulo, a formação do novo estado-nação Moçambique. Esta formação do novo estado-nação necessitava de uma forma moderna de ser, ou seja, precisava da presença do estado e o estado moçambicano, deveria ser feito por moçambicanos. Este processo de sua criação começou com o governo de transição que saiu dos referidos acordos.

Este governo encarregar-se-ia de preparar todos as condicionantes da passagem de testemunho do governo e administração portuguesa para o governo e a administração pública

⁵⁷ Meszaros, Istvan (2004). O Poder da Ideologia. Biotempo Editorial. São Paulo. Brasil

⁵⁸ Os acordos de Lusaka foram assinados entre o Estado português e a FRELIMO, visando a transferência do poder político e administrativo de Moçambique para a FRELIMO.

moçambicana. No entanto vale ressaltar o seguinte: no artigo número 1 do acordo de Lusaka⁵⁹ faz-se a seguinte menção: “*O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados*”. Na primeira frase deste trecho vemos que o Estado Português reconhece a existência de um povo, assim como o seu direito à independência. No entanto, não o reconhece como portador da capacidade de decidir sobre si mesmo baseado numa escolha livre, na medida em que na frase seguinte, aceita o acordo com a FRELIMO para a transferência de poderes que detém sobre o território moçambicano, ou melhor, sobre o povo. Este acordo logo *a priori* estabelece uma ordem hierárquica nas decisões sobre o território na medida em que o Governo Português e a FRELIMO pelo acordo estão em substituição no exercício do poder.

Assim, se num momento esses poderes eram determinados pelo Estado e Governo Português, a partir dos acordos de Lusaka, o “direito” de dominação do povo moçambicano passava para a responsabilidade da FRELIMO. As questões que se colocam aqui são: 1) *Haveria outra alternativa que não fosse a passagem desse poder diretamente para a FRELIMO?* 2) *Que tipo de poder o Estado Português passava para a FRELIMO?* A FRELIMO saía da luta contra o colonialismo português como vencedora, isto é, a ala radical, que entendia que a guerrilha persistente e sistemática era o caminho para a vitória, foi a vencedora.

Os outros movimentos, como o COREMO, que não participaram da luta armada apesar de ativos numa luta ideológica clandestina, embora identificados pelo colonialismo, não puderam ser reconhecidos pelo Estado Português como sendo parte do processo de libertação nacional e da independência e, ademais, este movimento, como outros, atuavam fora de Moçambique em termos de ações práticas, o que lhes conferia pouca visibilidade e reconhecimento interno sem com isso querer dizer que fossem menos importantes no que diz respeito à construção do estado-nação Moçambique.

É neste contexto, que a FRELIMO tendo negociado o processo de independência de Moçambique foi responsável pela parte moçambicana da constituição do governo de transição e,

⁵⁹ Publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210, de 9 de Setembro de 1974. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06> visitado a 02/09/2014

posteriormente, em 25 de Junho de 1975 Samora Machel declarou a independência nacional e, assim se forma o primeiro governo de Moçambique, que se compunha da seguinte representantes: Joaquim Chissano, Rui Baltazar, Gidion Ndombe, Mário da Graça Machungo, Armando Emilio Guebuza, Joaquim Paulino, Alberto Chipande, Alcântara Santos, Batista Picolo, Sebastião Mabote, Jacinto Veloso e Mariano Matsinhe, anteriormente pertencentes, na sua maioria, a grupos de assimilados e que segundo Sumich (p.323): *“A grande parte da liderança baseada na FRELIMO mantém unida através de laços de lealdade mútua de amizade, e por vezes de parentesco, bem como por meio de um sentido de identidade partilhada, resultante de experiências similares e reforçada por uma base ideológica [...] a ideologia da modernidade defendida pelos membros da elite da FRELIMO está intimamente relacionada com seus antecedentes sociais e a sua situação dentro do sistema colonial”*, Ou seja, com a instalação do Estado Moçambicano, fizeram parte do governo os indivíduos cujas relações antecederam a luta de libertação nacional, através de pertencimentos a núcleos ou grupos recreativos e também à elite moçambicana de assimilados, bem como as alianças com a elite emergente do norte vide Sumich (op.cit. p.325).

Aqui recuperamos parte da anterior questão: O que significava aceitar o discurso da fundação da FRELIMO a partir da Tanzânia e não de Gana. Aceitar o discurso que assume a fundação deste movimento a partir da Tanzânia garante pertencer à uma elite política cujas ligações antecedem a formação do movimento FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) o que, alias, vale lembrar que a maioria dos dirigentes desta formação depois de 1962 já se conheciam pelos diferentes instituições que pertenceram como o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique, Associação dos negros de Moçambique, Casa dos Estudantes do Império, etc - , no entanto, importa frisar que abriu-se a esta questão a excepcionalidades devido as própria luta armada cuja intensidade foi maior na região norte e parte do centro do país ou seja, a esta aliança entre a elite do sul composta por negros com formação em missões cristãs, mulatos, indianos, goeses, mestiços, alguns brancos e a nortenha, resulta de condições político-históricas determinantes do contexto de colonização da África em geral e de Moçambique em particular.

Vale nestas circunstâncias referir que estas elites puderam aperceber-se que em muitas partes de África com o final da II Guerra Mundial assiste-se a um despertar de consciência sobre

a africanidade e, no mais, com a realização da V Conferência Pan-Africana exigiu-se a total e completa descolonização dos países africanos e o seu direito à autodeterminação. É assim que anos mais tarde, a Organização da Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA), através da conhecida Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (Nairóbi, 28 de Junho de 1981), também conhecida como Carta de Banjul, reconheceu as fronteiras determinadas pela Conferência de Berlim em 1895, como as que iriam vigorar no contexto dos novos Estados-Nações africanos, o que significava que a luta pela independência estava circunscrita ao plano particular e à singularidade do espaço de ocupação colonial, ou seja, ao lutar pela independência de Moçambique dever-se-ia estar na extensão territorial de presença portuguesa.

No entanto, a presença colonial portuguesa em Moçambique não se encontrava disposta de forma diferente e com uma estrutura de classe também diferenciada. Sendo que no norte e centro se encontrava uma grande parte operária e o sul, precisamente em Maputo, se encontrava a elite política e administrativa. É assim que a luta de libertação nacional conheceu formas de intervenção diferente na luta de libertação nacional. Enquanto a luta armada, de facto, se observou no norte e centro do país, na região sul, viu-se evoluir uma frente clandestina e diplomática muito ativa.

Deste modo as regiões norte e centro de Moçambique reuniam melhores condições para início da guerra, através da criação de movimentos que pretendiam lutar por uma independência regional e mais ainda, nesta região, as alianças etno-linguísticas eram mais extensas e todas elas com este propósito de se libertarem do colonialismo português com forte apoio da Tanzânia de Julius Nyerere que já estava independente.

A região sul do país, por outro lado, era a menos afetada em termos de guerra colonial, embora as condições de exploração estivessem muito presentes através da exploração da mão-de-obra, sobretudo nas minas da África do Sul. Não obstante estes fatos, a região sul oferecia menos condições para uma guerra contra o colonialismo português, diferente da norte, que recebia apoio do país vizinho, a Tanzânia. No sul de Moçambique, pelo fato de fazer fronteira com a África do Sul aliada de Portugal que controlava quase a totalidade desta região, não existiam condições para uma guerra revolucionária, razão pela qual os movimentos culturais e recreativos se limitavam a atividades de afirmação dos valores culturais e denúncias contra injustiças e não esboçavam sequer uma luta de libertação, pelo menos, através de movimentos que pretendessem

a independência. Deste modo, eram necessárias alianças, o que iria buscar a facção radical.

Esta facção tinha inculcado nas pessoas, através do processo histórico de condução da luta pela libertação do país, a idéia de que era a condutora do processo de emancipação dos operários e dos camponeses. Neste sentido, se existia alguma possibilidade de outro movimento poder também participar no processo negocial da independência, com a dominação da história de libertação, bem como da sua narrativa, escapava-lhe qualquer possibilidade, por ter a própria FRELIMO excluído quaisquer adversários políticos da esfera de intervenção pública.

Destarte, a escolha da ideologia marxista-leninista significou o encerramento do debate sobre abertura política, assumindo o movimento e colocando-se posteriormente o partido, como o único capaz de dirigir e conduzir os destinos das massas. É nesta ótica que Genro⁶⁰ (1982, p. 25) aponta no contexto de Moçambique que *“a função do partido, junto a um proletariado politicamente atrasado e sem nenhuma experiência de luta, não é simplesmente “estar atento” ao que as massas pensam, mas é também lutar para que elas pensem, acompanhem os fenômenos políticos locais, nacionais e internacionais, mormente as revoluções africanas e compreendam a “batalha de produção” que delas – as massas – exige sempre os maiores sacrifícios e as maiores responsabilidades”*, criando assim condições para que os interesses da FRELIMO se tornassem gerais para toda a extensão do território moçambicano e para os moçambicanos, ou seja, não se tratava de uma questão partidária em si, mas de um movimento e ações intrínsecas ao desenvolvimento do moçambicano e de seu estado, ou seja, uma *“Questão Nacional”⁶¹*.

Como se estava num processo de instalação do Estado moçambicano, isto significava que o governo saído desta facção radical devia assumir o controle do Estado moçambicano e, simultaneamente, construí-lo segundo as suas convicções, que passaram a ser gerais, do que seria melhor para Moçambique. É neste ponto que entramos para a segunda questão acima colocada: *que tipo de poder o Estado Português pretendia passar à FRELIMO?*

1.4. Da Sacralização à Onipresença:

Com a independência nasce o Estado e, a FRELIMO passa a dirigi-lo através do governo por ela criado em Junho de 1975 já ensaiado durante o processo de transição político-administrativa do território moçambicano.

Era então, necessária a existência do estado-nação Moçambique e isto implicava uma construção dentro do que se definiu como o que é ser moçambicano. Á semelhança de Massino d'Azeglio no seu discurso de proclamação da Itália unificada em 1860 quando se pronunciou nos seguintes termos “*acabamos de criar a Itália, cabe-nos agora criar italianos*”, era importante e determinante criar o moçambicano, e isto implicava um duplo exercício: o primeiro, criar e estabelecer as instituições do Estado e o segundo, criar e estabelecer a categoria moçambicano, que implicava também, e simultaneamente, em dois outros discursos, respetivamente: sobre a estatização do moçambicano, através da performance de suas instituições e, outro, sobre o ser moçambicano sob ponto de vista socio-cultural, histórico e político o estado moçambicano após 25 de junho de 1975.

Assim, primeiro de tudo era necessário compreender o que é o estado. Este foi compreendido e estabelecido dentro da perspectiva de Meszaros (op.cit.19) onde este “*é essencialmente uma estrutura hierárquica de comandos*”, o que pressupõe que qualquer que seja, há contido nele uma ordem escalonada de imposição de demandas. Deste modo, no que diz respeito a Moçambique, o contexto era, completamente, novo às comunidades existentes. Segundo Cabaço (2014) “*esses termos como partido, nação, estado, bandeira, nacional, hino nacional eram novos e sem significado para as populações o que obrigava a um esforço de procurar fazê-los entender e compreender a nova dinâmica social, política e econômica*”⁶², ou seja, era necessário inseri-los nas novas estruturas sociais, políticas e culturais e, sobretudo, submeter o povo a compreensão segundo a qual as suas necessidades eram conhecidas pelas novas estruturas hierárquica de comandos e que estes existiam para as resolver.

⁶⁰ Genro, Tarso Fernando (1982). Moçambique a Caminho do Socialismo. Movimento. Porto Alegre. Brasil.

⁶¹ Definido aqui em termos de formação do estado nacional moçambicano na sua extensão territorial

⁶² Seria interessante discutir esta posição de Cabaço, pois nos pode submeter a idéia de que as pessoas eram desprovidas de saberes em relação aos eventos. Vale lembrar que existiam países vizinhos já com independência e isto poderia de certa maneira contribuir para que as pessoas tivessem conhecimento de alguma forma sobre estas realidades, no entanto, como nos centramos a nova realidade, de um estado Novo, dirigido pela FRELIMO esta

Desta forma, como dissemos, anteriormente, um dos exercícios do governo da FRELIMO era criar e estabelecer as instituições do Estado e para que tal ocorresse deu-se prioridade à implantação das estruturas de reconhecimento do estado com a montagem e instalação da sua máquina burocrática, reestruturação das existentes dado o novo contexto e, também, priorizou-se a formação do exército, aliás, como afirma Machado (2000, p.15), o *"Estado erige-se em polo centralizador do poder com função precípua da integração e unificação política e territorial [...] a filosofia do estado toma como fulcro o problema moral da desigualdade dos homens [...] o Estado Legal - conceito platônico - elege como sua principal responsabilidade a manutenção da justiça, a despeito da anuência da estrutura social servil e de vassalagem"* portanto, era necessário que os sujeitos do estado soubessem e sentissem a sua existência e, sobretudo, que era a partir deste que se emanavam as novas formas de ser e estar no novo contexto social, político, econômico e cultural, ao mesmo tempo que este lhes garantisse melhores condições de existência e paz. É nesta ótica que se pretende criar, segundo a FRELIMO *"um Estado do povo , forjada através de uma aliança entre operários e camponeses , guiados pela FRELIMO e defendida por forças populares para a Libertação de Moçambique, um Estado que anula a exploração e libera a iniciativa criadora das massas e das forças produtivas"*⁶³ ou seja, um Estado dentro do que nos apresenta Machado.

No entanto, como vimos no início desta seção, o governo de Portugal nos acordos de Lusaka criou condições de transferência do poder sobre Moçambique à FRELIMO através da formação do Governo de Transição, assim, se existiram condições para formação do Estado Moçambicano, isto e, houve condições objetivas para a criação desse estado, pois, segundo Groppali Alessandro⁶⁴ para a existência do estado requer-se um povo, território e soberania, onde o povo se constitui por indivíduos sujeitos à sua soberania e a ele ligados pelo vínculo de cidadania. O território compreende o solo, o subsolo, o supra-solo e o mar territorial, cujo direito é concebido como um "verdadeiro e autêntico direito real de natureza pública", representando o substrato do estado, a condição da sua própria existência. Território é o objetivo primacial da soberania, configurado como o poder supremo do domínio do estado - vide Machado (op. cit. 42). No entanto, o estado não se restringe a essa objetividade, pois o mesmo requer a existência

posição de Cabaço é válida na medida em que eram opacas em relação a governação da FRELIMO ao nível de todo território.

⁶³ João M. Cabrita, Mozambique: The Tortuous Road to Democracy, (Basingstroke: Palgrave, 2000), p108.

⁶⁴Groppali, Alessandro 1966. Doutrina do Estado, São Paulo, Saraiva

do desejo de se viver como um estado pelos seus habitantes e que o mesmo seja reconhecido não somente no plano interno como nas relações externas interestatais. Essa vontade foi construída de forma gradual e assimilada, sobretudo a partir dos anos 1950 atingindo o seu auge no I Congresso da FRELIMO, o Congresso da Unidade.

O conceito de soberania, segundo Machado (op. cit. 42) foi usado pela primeira vez em 1557 por Jean Bodin querendo significar poder perpétuo do Estado. Groppali traduz este termo como "*o domínio, a senhoria, que constituem a quinta essência do Estado considerado como pessoa, tanto no direito interno como no direito internacional [...] o conceito de soberania constitui um dos fundamentos de toda a sistematização do direito público privado [...] A soberania é o elemento constitutivo estrutural do Estado, em qualquer regime. O seu conceito estrito variou no tempo, porém não perdeu seu sentido de preservação dos agrupamentos humanos sob égide de uma estrutura, o Estado, que lhe confere uma continuidade histórica*". "Machado (op. cit, p. 43)". Todos elementos estavam presentes nessa passagem do poder, o que significava que desde esse momento cabia à FRELIMO a materializá-la. É assim que segundo Machel⁶⁵:

*"experiência do nosso povo em relação ao Estado, ao Governo a experiência de todos os trabalhadores e de que o Estado Governo são estruturas de repressivas, forças hostis que nos obrigam a submetermo-nos e resignarmos a dominação estrangeira, a dominação dos grandes estrangeiros [...] o povo moçambicano tem assim um instrumento –**Meio pelo qual se materializa as vontades do povo** - capaz e pronto para fazer frente aos graves problemas da fase presente: Governo dirigido pela FRELIMO e de que fazem parte antes temperados no duro combate pela libertação nacional, na luta política e armada na luta clandestina"*.

Deste modo, fica aqui presente a idéia de que os Governos de Moçambique (tanto o de transição como os pós-independência) dirigidos segundo o estabelecido seriam instrumento inovador para a compreensão do povo sobre o que é estado e ao mesmo tempo em que colocariam a FRELIMO como a responsável pela condução do povo.

A opção marxista-leninista da FRELIMO implicou em duas questões fundamentais: a primeira tem uma relação com as características do marxismo da FRELIMO, que consistiu como

⁶⁵Samora Machel. 1974, Mensagem ao Povo de Moçambique, por ocasião a tomada de posse do governo de transição em 20 de Setembro de 1974

pressupõem os princípios marxistas, num conhecimento profundo do contexto histórico onde ele acontece. Alguns teóricos da concepção ideológica da FRELIMO, entre eles Sergio Vieira, Oscar Monteiro, Jorge Rebelo e Cabaço (2009) assumem que a opção histórica do marxismo provém das experiências da guerra e do processo de lutas contra a dominação colonial. Neste contexto, de acordo com Machel, o grande propósito da luta de libertação era destruir a máquina colonial na sua plenitude, de forma a gerar novas dinâmicas de relacionamento baseadas na igualdade, respeito e não exploração do homem pelo homem na medida em que os povos de Moçambique sempre foram submetidos a condições contrárias.

Com efeito, para que tais objetivos acontecessem era necessária a materialização do Estado e Governo moçambicano. Segundo Mosca (op.cit.69) *“com a independência foram priorizadas as questões de implementação do poder, o que significava, principalmente, a reestruturação das instituições e implementação das burocracias da FRELIMO em todo território, a libertação e a afirmação política e cultural, a formação do exército, e a mobilização das pessoas para garantir o apoio popular e evitar surgimento de iniciativas étnicas e para resistência do já embrionário conflito regional”*. Isto só foi possível graças a uma estrutura mobilizadora muito forte da FRELIMO, através da criação de Grupos Dinamizadores (GD) como órgãos de base da FRELIMO nas empresas e nos bairros, os conselhos de produção como embriões de sindicatos e também, graças ao carisma que Samora Machel possuía junto à população. No entanto, essa presença da FRELIMO na vida do Estado faz parte de uma estratégia deste movimento como forma de salvaguardar a sua ideologia política e, ao mesmo tempo, passar a mensagem e assegurar o estatuto da FRELIMO como o guia do povo, o que aliás é dito por Machel (op.cit.8):

“...a solução dos problemas das massas e do país, antes de ser administrativo, é política. Por isso é a linha da FRELIMO forjada na luta intransigente pela defesa dos interesses das massas, que deve guiar a ação do Governo, é a FRELIMO que deve orientar o Governo e as massas [...] Ao nível de cada fábrica, de cada repartição, de cada serviço, de cada estabelecimento comercial, ao nível de cada empresa agrícola deve constituir-se Comitês do Partido que ponham em aplicação as palavras de ordem da FRELIMO e do Governo de Transição [...] Assim, a democracia real que constitui o princípio essencial da FRELIMO e pelo qual se tem guiado a vida política no seio da organização e a reconstrução nacional nas zonas libertadas”.

No trecho acima citado fica patente a idéia de que o país se devia, necessariamente, reger pela percepção política da FRELIMO (leninista), na medida em que não interessava a origem da questão, esta devia ser entendida e solucionada dentro de um quadro ideológico- político assumido pelo Partido. Machel (op.cit.8) acrescenta que:

“A ação do nosso Governo deve ser em primeiro lugar dirigida pela nossa política. Nunca devemos sobrepor a técnica à política. Isto significa que em cada unidade produtiva, em cada ministério, em cada serviço público através de todo nosso país, o nosso esforço principal deve ser o de desenvolver a consciência do povo no seu destino [...] queremos chamar a atenção ainda sobre um aspecto fundamental: a necessidade de os dirigentes viverem de acordo com a política da FRELIMO...”

Outrossim, fica aqui expressa a subordinação não do Estado mas da idéia de Estado à FRELIMO, pois só deste modo se concebe o governo (dirigido e guiado pela FRELIMO), o povo (os indivíduos sob tutela da FRELIMO), o território (espaço sob a jurisdição da FRELIMO) e, finalmente, a soberania (como elemento constitutivo estrutural do estado garantido pela FRELIMO). Isto só é possível pela percepção do Estado vista em Mezsaros (op.cit) como, essencialmente, uma estrutura hierárquica de comandos. Assim, a estrutura de comandos do estado Moçambicano acaba se concentrando nos comandos exercidos e decididos pela FRELIMO. É neste âmbito que a FREIMO procura como diria Worf (op.cit) não só dirigir só emitir e dirigir o rumo da energia como, também, estruturar o campo de ação dos atingidos por esta.

Ora, neste contexto, este sujeito coletivo, o Estado, é gerido por um grupo restrito que determina a ação coletiva partindo de ideologias onde, segundo Arendt⁶⁶, as ideologias pretendem conhecer mistérios de todo o processo histórico – os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro – em virtude da lógica inerente de suas respectivas idéias.

Assim, cria-se a percepção de que é este grupo que forma o governo, se quisermos, o instrumento do povo, como disse Machel, tem todo o poder de decidir, definir e escolher o que se percebe e se deve perceber como melhor para as massas através da transformação das idéias particulares em gerais. Desta forma vale lembrar que estes sujeitos são do Estado,

⁶⁶Arendt, Hannan (2005). Nos passos de Hannah Arendt. Biografia. Ins Laure Adler (2014). Record. 5ªedição. São Paulo e Rio de Janeiro.

desempenhando funções estatais sob comando da FRELIMO e submetendo o Estado à FRELIMO, fazendo aqui valer o pensamento de Chauí (op.cit.76-77) segundo o qual

“É justamente desta contradição entre o interesse particular e o suposto interesse coletivo que este último, toma na qualidade de estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais[...] o Estado aparece como a realização do interesse geral, mas na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade ganha aparência de interesse de toda a sociedade”.

Assim, as posições assumidas no contexto de decisão governamental passam hierarquicamente, a pertencer a todos, na medida em que o governo é o guia e representante do povo e que as estruturas de controle de base difundem as suas posições como sendo de consenso geral criando, deste modo, a idéia geral da democracia popular, e é neste contexto que se implementa tanto o governo de transição como o primeiro governo pós -independência de Moçambique.

Mosca (op.cit. p.60) procura mostrar que as linhas de comando estavam rigidamente hierarquizadas, onde o centralismo e o autoritarismo prevaleciam nas formas e métodos burocráticos⁶⁷. Estabeleceram-se mecanismos para a instrumentalização das populações naquilo que se designava por democracia popular, com o objetivo fundamental de operacionalizar a aplicação das decisões hierárquicas. Segundo Mosca (op.cit. p.77), *“o debate e as decisões fundamentais eram tomadas ao nível dos órgãos centrais da FRELIMO, principalmente no seu órgão máximo, o Comitê Político Permanente, que posteriormente se designou de Bureau Político”*. Esta posição é de alguma forma compartilhada por Cabaço (2014), que afirma que é preciso compreender que a alma da FRELIMO é militar e, neste contexto, as situações de comando são bem definidas, dando a cada sujeito o seu lugar e o dever a ser cumprido, ou seja, a democracia popular neste contexto, no nosso entender, não tem uma relação com a questão de decisão ou tomada de posições a partir da base, mas através de um processo inverso no qual por estratégias políticas de comunicação (grupos dinamizadores, núcleos partidários, rádios, jornais politizados) se transmitia às populações as decisões tomadas através de uma estrutura de comandos de poder, ou seja, as decisões já eram tomadas ao nível mais alto das estrutura de

⁶⁷Cabaço (2009) já tinha afirmado sobre esta questão relativa a ordem, autoritarismo, obediência na FRELIMO fruto da sua alma militar

poder, sendo que a capacidade de produção de discursos, sobretudo, que produzissem a idéia de “nosso”, nosso poder.

A legitimação destas decisões passava por determinantes do relacionamento entre o Estado, FRELIMO e Povo: o primeiro relacionava-se diretamente com a formação do próprio Estado, o que pressupõe, logo *a priori*, o direito ao uso exclusivo da força num dado território sob seu domínio, ou seja, o Estado moçambicano possuía direitos de uso da força sobre qualquer dos seus membros, e esta era materializada pelos seus diferentes órgãos constitutivos, dirigidos pelos membros da FRELIMO, que controlava todas as ações e orientações e defendia o que era certo ou errado, segundo sua ótica partidária. O segundo aspeto era Partitocracia⁶⁸. Este fenômeno

⁶⁸O fenômeno não é novo, já que tanto a Alemanha como a França e a Itália souberam o que eram os partidos de massa, radicados e constituídos, desde o início deste século, com o fortalecimento dos partidos socialistas. Ele assume um caráter insólito, pois, por um lado, os pequenos partidos moderados ou foram varridos ou drasticamente redimensionados em seu efetivo peso político e, por outro, os partidos de massa conquistaram o quase monopólio da atividade política. Partitocracia significa, de fato, mais que Governo dos partidos, seu domínio ou expansão da ambição de domínio. Estudiosos e políticos visam neste momento criticar, mais ou menos conscientemente, não tanto os partidos em si, mas uma nova fase política que tem sido definida como irrupção das massas na cena política. É uma fase caracterizada pelo aparecimento e de integração social. Contudo, na própria palavra-definição "Partitocracia" há uma possível crítica implícita que diz justamente respeito à ambição ou até mesmo ao êxito dos partidos em monopolizar não só o poder político como também a própria vida política organizada. A Partitocracia se identifica então, antes de mais nada, com o predomínio dos partidos em todos os setores: político, social e econômico. Caracteriza-se por um constante esforço dos partidos em penetrar em novos e cada vez mais amplos espaços. Culmina no seu total controle da sociedade. É então que a Partitocracia é deveras domínio dos partidos, com a necessidades e impedir todo o movimento potencialmente desestabilizador dos equilíbrios políticos tradicionais. Mas então a crítica possuía uma nova marca política: provinha agora da esquerda (do próprio seio dos partidos da esquerda, conquanto preocupados em manter as suas posições de poder) e se erguia como representante de uma sociedade civil transformada e com vontade de mudar, contra os próprios partidos ou, de qualquer maneira, sem eles ou à margem deles. Os dois principais instrumentos da Partitocracia, adequadamente utilizados na sua manutenção e expansão, são, por um lado, o financiamento público dos partidos e, por outro, a atribuição de cargos em vastos setores da sociedade e da economia segundo critérios predominantemente políticos (fenômeno que, no caso italiano, é apropriadamente definido como loteamento). Ambos os instrumentos fortalecem os partidos, envolvendo amplas e, às vezes, importantes camadas de cidadãos. Em quase todos os sistemas políticos ocidentais existem formas de financiamento público dos partidos. São as modalidades que diferem com frequência, indicando filosofias políticas diversas como base de tal escolha e envolvendo consequências várias. O máximo reforço da Partitocracia se dá, quando os fundos vão diretamente à caixa dos partidos e não são previstos pagamentos a cada um dos

em Moçambique constituiu-se como a primeira manifestação de intolerância política, negligência das tradições socioculturais. Estas questões têm uma relação direta com o tipo de orientação socialista, o “socialismo real⁶⁹” que os dirigentes da FRELIMO tinham ou almejavam ter.

Houve uma necessidade grupal de assumir o leninista que implicava a existência de um grupo considerado como sendo o mais apto para dirigir os destinos do proletariado, rumo a uma sociedade ideal. Vale lembrar que esta não é a única opção socialista, aliás, Rosa Luxemburgo, uma das maiores pensadoras e seguidoras de Marx insurgiu-se contra esta opção vanguardista trazida e traduzida para a política por Lenine. Segundo ela, as sociedades têm condições de permanentemente encontrar pessoas ou grupo de indivíduos capazes de levarem a sociedade para o estágio pretendido, comunismo. Outrossim, a opção política de Moçambique resulta, também, do fato de a maior parte dos países recém independentes e sob ajuda da Rússia e China tomaram essa opção política de forma estratégica com a finalidade de garantir apoios na construção do país, alias, Machel (1978) afirma que a opção política resulta do facto apoio dado pelos “amigos”.

No contexto moçambicano a opção política ou melhor, outra alternativa política fora do socialismo não foi cogitada, uma vez que qualquer posição diferente da assumida pelos órgãos centrais da FRELIMO era considerada reacionária e, muitas vezes, levou os ditos “reacionários” ou “inimigos do povo” a serem julgados e condenados à morte, inclusive.

A opção leninista, vanguardista não dá opção de concorrência de forças de poder e muitas opções socioculturais são consideradas como, também, uma afronta ao poder. É neste contexto que as organizações religiosas, os movimentos e/ou partidos políticos, os direitos de associação passaram a ser proibidos, pois constituíam, na ótica da FRELIMO, instituições que ameaçavam o estado e não eram vistas como seria de esperar, como outras alternativas de pensar e agir e, sobretudo, como instituições que perpetuavam a exploração do homem, bem como o sistema feudal.

candidatos, nem financiamento de atividades específicas, nem concessões, como espaços publicitários, salas, imprensa, propaganda radio-televisiva.

⁶⁹Esta idéia de socialismo real constituirá em si um paradoxo nos processos de desenvolvimento do País, como veremos mais adiante, a Rússia, rejeita a entrada de Moçambique a CAMECO em 1983 sob alegação do país não ser socialista mas sim, de orientação socialista. In Gorbatchov (1988)

Finalmente, o terceiro aspeto tem uma relação com os pressupostos trazidos por Mauss na sua teoria da dádiva – dar, receber e retribuir – como fenômenos inerentes às dinâmicas sociais e de socialização. Estes três elementos inseridos na noção de “reciprocidade”⁷⁰ (1997):

“A reciprocidade é uma condição de troca em interação social, sem a qual a pessoa tende a perder interesse e se retrair. Numa conversa, por exemplo, quando uma pessoa fala, a outra geralmente dá algo em troca sob a forma de atenção – olhando para a pessoa que fala, murmurando – sem o que o indivíduo que fala tenderá a ter a impressão de que alguma coisa está faltando ou até achar difícil continuar a falar. Tão importante é essa troca, que em muitas situações, vigora a norma da reciprocidade, pela qual se espera que —complete-se o círculo, seja em conversa, em fornecimento de um presente ou em declarações de compromissos, como ‘eu te amo’. Por essa razão, dar um presente ou prestar serviços a alguém que não está em condições de corresponder da mesma maneira, cria problemas”.

Estes três elementos (dar, receber, retribuir) traduzem-se também no ciclo de socialização política dos moçambicanos onde a FRELIMO através de suas ações pragmáticas e história da guerra ia passando para o povo um discurso marxista-socialista, a idéia de que lutou para dar ao povo a independência, acabar com a exploração colonial e do homem pelo homem, acabar com a exploração do homem à mulher, permitindo assim a emancipação da mulher e que, o mais importante, estava a dar o poder ao povo. Foi assim que ocorreram as nacionalizações que tiveram dois propósitos, por um lado o econômico-político, no qual se criava o patrimônio do Estado, bem como certas formas de captação de receitas para este, procurando-se assim encontrar melhores formas de capitalizar as potencialidades do Estado-Nação.

Por outro lado, materializava o socialismo como a melhor opção das sociedades, isto é, com as nacionalizações o povo passava a ter conhecimento e considerava-se (ou faziam-no crer que o era) possuidor de bens na medida em que os aspetos nacionalizados passavam a pertencer ao povo. Machel⁷¹ na televisão zimbabweana na qual afirmou o seguinte:

“Nacionalizamos a terra que esteve quinhentos anos sob a dominação colonial portuguesa e demos aos camponeses, nacionalizamos a habitação, educação, a saúde e demos ao povo em menos de um ano. Demos ao povo porque é defendido pelo povo e o povo defende coisas concretas: o hospital, a escola, a terra, a educação são concretos”.

Neste discurso, quando Samora afirmou que “demos ao povo” , isto levou o receptor da

⁷⁰Johnson, A G. Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

dádiva à obrigatoriedade de retribuir esse gesto, o que se fez através da legitimação da FRELIMO como guia, como esperava a própria FRELIMO, visto que se considera um partido de vanguarda⁷², o que impunha um confinamento restrito a um grupo de indivíduos capazes de pensar o bem e o mal, o bom e mau, o melhor e o pior para os demais membros da sociedade moçambicana, ou seja, o que Gramsci denominava de *classe hegemônica*, isto é, uma classe que além de deter a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado, que seria, necessariamente, o controle judicial, político e policial da sociedade, também possuía e criava idéias e valores para a sociedade, a serem mantidos pelos dominados até mesmo quando lutassem contra a dominação.

Daí veio a necessidade de implementação do Estado e a necessidade de se conceber este como patrimônio público e/ou coletivo, integrante e, sobretudo, pertencente a todos os moçambicanos. Havia uma necessidade de conscientizar as populações sobre as diferenças entre o Estado moçambicano pós-colonial e o português. Assim, era necessário um discurso e práticas que fossem capazes de patentear o ponto mais importante do processo histórico de pertencimento, nomeadamente, a luta contra a exploração colonial, a luta contra a discriminação e a falta de acessos ao poder.

Deste modo, na materialidade do domínio – no sentido de pertença ao povo – a propriedade do estado utilizava categorias e/ou expressões integrativas como por exemplo: “povo”, “inimigo do povo”, “poder do povo”, “poder popular”, “justiça popular”, “unidade

⁷¹Entrevista à Samora Machel (1980) ao Jornal Zimbabueano. Pode ser visto no site seguinte:

<http://www.youtube.com/watch?v=bvj0Feg5vpl> visitado em 14.09.2014

⁷²Cruzar aqui o duplo pensamento de Lenine, Marx e Rosa Luxemburgo... Esta última nega o partido de vanguarda assumindo que a revolução significa e se faz com o povo assumindo e exercitando o poder... Lenine assume a ditadura do proletariado, onde um pequeno grupo se compreendia como a massa pensante e orientadora do povo, na medida em que estes é que tinham o domínio sobre o que é melhor para o povo. Por outro lado Marx acreditava que as revoluções se dão pelo domínio da classe operária sobre o seu papel na transformação plena das sociedades... Assim se faz o leninismo e o marxismo em Moçambique. A questão é como a FRELIMO definiu a classe operária e quem era essa classe com todas as implicações dos conceitos marxistas de controle dos meios e condições de trabalho, da força do trabalho.

nacional” (do Rovuma ao Maputo), “a luta continua”, “luta contra a exploração e dominação burguesa”, “revolução”, “poder do proletariado”, “força da sociedade”, “unidade, trabalho e vigilância”, “democracia popular”, “o socialismo vencerá”, “organizações democráticas de massa”, “homem novo”, “cooperativas de consumo”, “aldeias comunais”, etc. Desta feita, o discurso marxista foi usado pela FRELIMO não só como meio de afirmação do estado novo, mas também como instrumento de acesso e controle do poder, o que garantiria a dominação da FRELIMO sobre a sociedade dentro da percepção marxista explicitada no *Manifesto Comunista* (Marx & Engels, 1998), que explicava que na passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista, havia um período de transformações revolucionárias na primeira, até que essa integrasse a segunda.

Este período correspondia, também, a uma transição, na qual o Estado não poderia ser senão a “*Ditadura revolucionária do proletariado*”, ou seja, se quisermos ser mais precisos, durante o dar-receber-retribuir ocorriam, intrinsecamente, a este, processos de transformação sociais conduzidos e impostos por forças controladoras e detentoras do poder (através de discursos políticos) e, ao mesmo tempo, este poder se estabelecia.

Este processo de estabelecimento do poder consubstanciou-se a partir da percepção macheliana (1980) segundo a qual qualquer problema em Moçambique era primeiro político e depois administrativo. Esta é uma percepção marxista e estava presente no pensamento da FRELIMO quanto às necessidades do povo moçambicano. É por esta razão que Machel⁷³ afirmou: “*antes de tudo, a classe operária –camponesa precisava obter todo o poder político estatal. Mas para nós, socialistas, o poder é apenas meio. O fim para qual precisamos utilizar o poder é a transformação radical da situação econômica como um todo.*”

Aqui se situa a dominação de uns pelos outros. Na verdade o que estava em causa era, necessariamente, a possibilidade de dispor do poder político para conduzir aos demais a uma percepção sobre o que é, ou pelo menos como devia ser uma sociedade, a sociedade moçambicana. No entanto, esta percepção não é uma percepção genérica dos socialistas. Rosa Luxemburgo, apesar de marxista e socialista, mostrou-se contra Lenine e seus demais seguidores. Segundo as suas percepções, esta seria outra forma de dominação, uma vez que se excluía

⁷³Slogan do discurso do primeiro presidente de Moçambique na abertura da 7ª Sessão do C.C., In “*Datas e documentos da história da FRELIMO*”, 2ª ed, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1975. pp.433.

outros atores do processo de participação e transformação do Estado através da criação dos Partidos da Vanguarda⁷⁴, circunscrevendo-se os destinos da sociedade ao comunismo, a um grupo restrito de indivíduos.

Assim sendo, o discurso marxista serviu também de instrumento de dominação e obtenção de poder e não somente da retórica voltada para o propósito da luta contra a exploração da classe dominada, mesmo que se cogitasse e se anunciasse o advento de uma sociedade comunista.

No entanto, o cerne da questão situa-se na estratégia discursiva com a contemplação do ‘nós’ no exercício do poder, através do “agir estratégico” entendido por Habermas⁷⁵ (2001. p.509) como “interações em que ao menos um dos participantes pretende ocasionar com suas ações de fala efeitos perlocutórios em quem está diante dele”. Assim, ao mesmo tempo em que se criava a idéia de participação coletivamente na tomadas das decisões, garantia-se a aceitação do

⁷⁴Este termo, ligado historicamente à teoria de uma Vanguarda, é obra de uma escolha subjetiva de homens conscientes que falham ou triunfam segundo a linha política e a obra que realizam dentro de um movimento de massa. Na sua mais ampla acepção, indica o grupo mais consciente e ativo de um movimento de massa. O aspecto da consciência é, portanto fundamental na definição de Vanguarda: ele é também o aspecto discriminante que distingue o partido das Vanguardas espontâneas ligadas a um específico movimento de massa. O partido do proletariado se distingue dos outros grupos da classe operária antes de tudo porque é o compartimento da Vanguarda, o compartimento consciente que possui o conhecimento das leis da luta de classes e que é capaz, por isso, de guiar a classe e dirigi-la na luta, dotado, em última análise, da teoria marxista-leninista. O partido não é apenas o compartimento consciente de Vanguarda da classe operária mas é também o compartimento organizado da classe operária com uma disciplina própria obrigatória de seus membros. O partido, enquanto Vanguarda consciente e organizada do proletariado, não pode ser confundido com a classe operária em geral. Todavia, ele é parte integrante da classe operária e exprime a ligação da sua Vanguarda com os estratos mais amplos da classe operária tornando próprios os interesses de classe do proletariado. O partido pode na verdade dirigir a luta da classe operária e orientá-la para um único escopo, mas só quando seus membros se organizam num único reduto, ligados pela unidade de vontade de ação e pela disciplina. Por isso, a Vanguarda consciente e organizada aplica na sua estrutura interna os princípios do centralismo democrático. As situações específicas onde existe luta de massa contêm sempre elementos de uma Vanguarda interna que vão somando maior experiência prática, que se colocam na frente e dirigem aquele setor específico do movimento de massa e são tendencialmente reconhecidos por todos. Eles estão ligados, entretanto, às vicissitudes do movimento de massa e por isso passam por altos e baixos. A Vanguarda consciente e organizada, o partido, está em estreita relação com a vasta rede capilar dos elementos ativos que constituem a Vanguarda interna e caracterizam o nível alcançado pelas lutas e o seu grau de unidade. Ela age para reforçar a sua capacidade de direção e para tornar estas minorias uma força revolucionária dirigente reconhecida pela maioria das massas.

⁷⁵Habermas, Jürgen. (2001). *Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalização Social*. UNESP. SP.

exercício do poder pelo mesmo grupo a que se pertencia. Não obstante, esse grupo detentor do poder era mais restrito na prática e no seu exercício, enquanto que alargado no discurso do exercício do poder.

A grande questão se situa a nível de controle do fluxo de energias sobre os cenários de ação e transformação social, como aponta Wolf (1989) sobre os diferentes tipos de poder. Trata-se neste caso de poder estrutural, aquele que não só funciona dentro de cenários de domínio, mas, também, organiza e orquestra os próprios cenários e especifica a distribuição e direção dos fluxos de energia. Aqui nos aproximamos da definição de poder de Foucault (1984; p 428) como a capacidade de estruturar o campo possível de ação dos outros. Segundo Wolf (op.cit.226) “o poder estrutural molda o campo social da ação de forma a tornar possível alguns tipos de comportamentos, enquanto dificulta ou impossibilita outros”. Este poder era adquirido e legitimado através de uma comunicação e discursos estratégicos ligados a lutas de libertação colonial.

Este tipo de ação e poder só é possível graças ao capital simbólico do indivíduo ou coletividade adquirido em lutas anteriores (política, militar, ativismo entre outros), pois, segundo Bourdieu (2004; p.166-169) o capital simbólico⁷⁶ provem de processos passados que legitimam essas percepções. Assim o poder simbólico permite, nesse sentido, a construção do mundo e, segundo Nelson Goodman apud Bourdieu (2004) pode " separar e unir, freqüentemente na mesma operação", e realizar uma decomposição, uma análise, e uma composição, uma síntese, freqüentemente, graças aos rótulos.

Vale lembrar que uma vez que se trata de imposição de visão do mundo no contexto de Moçambique e não só, esta pode e, muitas vezes entrar em confronto com as realidades

⁷⁶Pelo fato de que o capital simbólico não é outra coisa senão o capital e conômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social. Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente. As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomenclatura legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido

existentes, aliás, vimos no capítulo anterior a posição dos makondes em relação à FRELIMO nas zonas libertadas, onde se impuseram novos modelos de vida cotidianas. Portanto, o ponto fulcral se situa na tentativa, através do poder estrutural da FRELIMO criar condições através das quais o povo reinterpreta o mundo, e deste modo, cria uma o mundo social segundo a sua percepção de estrutura social. De acordo Bourdieu (2004;p166)

“isto é, um poder de conservar ou transformar os princípios objetivos de união e separação, de casamento e divórcio, de associação e dissociação que atuam no mundo social, um poder de conservar ou transformar as classificações atuais em matéria de sexo, nação, região, idade e estatuto social, e isso através das palavras que são utilizadas para designar ou descrever os indivíduos, os grupos ou as instituições. Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos. O poder simbólico, cuja forma por excelência é o poder de fazer grupos (grupos já estabelecidos que é preciso consagrar, ou grupos a serem estabelecidos, como proletariado marxista), está baseado em duas condições. Primeiramente, como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico. O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores. O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo”.

A grande questão é: haveria alternativa a instalação a essa nova visão do mundo? De alguma forma acabamos respondendo esta questão mais acima. O processo histórico de luta pela independência de Moçambique foi realizado por diversos atores e assumido no final como propriedade de um movimento anti-colonial. Este aspeto permitiu que a FRELIMO tivesse um total domínio político-militar e, desta feita, eliminasse qualquer ação que visasse contrariar seus idéias no processo de dominação, recriando-se como um regime totalitarista, aliás, o discurso do presidente Machel de Proclamação da Independência de Moçambique já mostrava esta tendência de centralização do poder na FRELIMO na qualidade de guia do povo moçambicano.

Com esta afirmação de Machel⁷⁷: *“Moçambicanas e moçambicanos, operários e camponeses, combatentes, povo moçambicano em vosso nome a zero hora de hoje 25 de Junho*

⁷⁷Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=b1AUc-OGIW>s visto a 14.09.2014

de 1975o Comitê Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique”, aqui se consolida a idéia de que a FRELIMO era a estrutura hierárquica de comando que generalizava as idéias particulares (Chaui) criando o Estado ou pelo menos a idéia de ser um pensamento de todos.

Ao dizer “*em vosso nome*”, assume-se como representante e ao mesmo tempo o próprio povo moçambicano, uma vez que o discurso não permitia visualizar limites na sua abrangência se (o mesmo pertencia ao Estado ou à FRELIMO e/ou ao Governo). Assumindo todo esse poder, a FRELIMO “sacralizava-se” ao nível de toda a sociedade moçambicana, com todas as respectivas consequências, sobretudo, com o ônus da oposição: sacralização *versus* profanação.

1.5. O Nascimento: A Idéia E Concepção Do Moçambicano

Como dissemos anteriormente, um dos grandes desafios da FRELIMO, além da montagem do aparelho administrativo e da sua máquina burocrática, era a necessidade de criar o moçambicano, ou seja, uma identidade moçambicana e, para isso, segundo Chauí (op.cit.132) “*a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social (não há exploradores, nem dominação –no caso de Moçambique na concepção frelimista) encontrando certos referenciais indicadores de todos e para todos*”. Desta forma, ideologicamente a FRELIMO procurou criar o moçambicano desta vez, não como um plebiscito diário, mas sim como um produto acabado e ajustado ao país, “*O Homem Novo*”.

Este Homem Novo, com base nas definições trazidas no III Congresso da FRELIMO (III CONG, 1974), era produto da concepção que a FRELIMO tinha sobre o que era o Homem colonial (explorador), que foi definido em função contextual do colonialismo, entendido por este partido como sinônimo de: “*exploração, opressão, humilhação, discriminação social e econômica, o racismo, o tribalismo, o regionalismo, o suborno, o roubo, o nepotismo, o amiguismo, o compadrio, o individualismo, a ambição, o servilismo, a subserviência, a prostituição, a vagabundagem, o banditismo, o desemprego, a marginalidade, a mendicidade, a orgia, o bacanal, a bebedeira, a droga, a destruição da família, a desagregação social, a insegurança, o medo são sinônimos do colonialismo*” Machel⁷⁸ (1980. p16).

Esta visão de alguma forma prepara a sociedade para uma certa envagelização futura através da recusa dos valores ou “*modus vivendus*” colonial e apresentando alternativas ligadas ao novo modelo social, cultural, político e econômico desejados pela FRELIMO.

Neste contexto, o Homem Novo e a Mulher Emancipada tinham que pertencer a uma sociedade socialista, marxista e leninista, onde se entendia o socialismo como o bem-estar de todos. Segundo Machel (op.cit.19) “*o socialismo significa o bem-estar de todos, o direito ao trabalho, o direito à escola, à saúde sem discriminação, direito de cada cidadão ter uma habitação condigna, ter transporte decente, ter manteiga, ovos, manteiga, ter lugar de repouso para os trabalhadores, festejar as festas com vinho, cerveja, é revolucionário*”. No entanto, um

⁷⁸Samora Machel. Declaramos Guerra ao Inimigo Interno. Editora Quilombo Ltda. SP. Brasil

aspecto ficou patenteado neste discurso de Machel, quando estabeleceu que para tal efeito, o Homem Novo deveria ser conduzido pela FRELIMO, que com base na oposição colonialismo *versus* socialismo definiu, também, o seu inimigo interno⁷⁹, o qual deveria ser combatido sem tréguas, segundo Machel, através da luta armada. Mais do que isso, havia uma percepção de que o poder não deveria ser dividido e sim centralizado. Machel (op.cit, p. 53) afirmava que nessas ações para o bem-estar impunha-se a luta de classes e não se compartilharia o poder com o inimigo, não haveria complacência, nem sentimentalismo, ou seja, o poder deveria ser exercido pela FRELIMO e dentro das concepções marxista-leninista, e qualquer ação contrária a esta, era entendida como ação inimiga e, com efeito, as outras organizações políticas (COREMO, FRECOMO, FUMO, MIMO, MONIPAMO e Convergência Democrática, entre outras) foram destruídas e seus membros presos, enviados para os campos de reeducação ou mortos por fuzilamento pois, estes não eram “Homens Novos”.

O “Homem Novo” é “aquele que, embora consciente das suas limitações, trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reacionárias que herdou”; “aquele que constrói o Socialismo e mobiliza as massas, pela sua dedicação, disciplina e entusiasmo” (III CONG, 1977, P. 94). O “Homem Novo” é “o Homem que é capaz de se organizar para pôr o seu trabalho político a serviço da revolução” (MEC, 1977, p.19). O “Homem Novo” é “um processo” (Vieira, 1977, pp. 24-25), eminentemente cultural, porque implica, segundo Graça Machel, uma nova concepção de mundo, de nação, de povo, o cultivo de novos valores de “aldeia comunal, direção coletiva, liberdade da mulher, nos conselhos de produção e na nova consciência” (Tempo, 1978, p. 68).

O “Homem Novo” é produto da revolução socialista e marxista, aquele sujeito despido de valores feudais de exploração entre os homens e fundamentado na “unicidade de estado⁸⁰”. É assim que dentro deste conceito se procurou configurar aquilo que deveria ser a identidade nacional e o Estado-Nação moçambicano. Assim, como afirma Vieira⁸¹ (1978, p34) “*Eu deixei de*

⁷⁹ Todo aquele indivíduo que não compactuasse com as idéias da FRELIMO era tido como inimigo, sujeito reacionário, por reeducar para viver em sociedade, inimigo do povo e da revolução. Não estava em causa aqui o grau de sua razão, mas o dever de obediência política. É nest ótica que através dos grupos dinamizadores, grupos de vigilância muito indivíduos foram excluídos da sociedade e se impunha o medo de pensar diferente e sobretudo de falar sobre esse pensar.

⁸⁰ Aprofundaremos esta perspectiva trazida por Brito (1994)

⁸¹ Coronel Sergio Vieira, oficial do Exército, um dos principais ideólogos da FRELIMO

desprezar aquele porque é changana, porque é Makonde, porque é Yao, porque é Nyungwe ou Sena... Começa-se a entrar nesta noção de que do Rovuma ao Maputo somos um só povo. E não há Tribo (povos ou grupos étnicos⁸²) grande nem pequeno. Não há tribo, somos o povo Moçambicano”. Esta percepção do novo social-cultural de Moçambique enquadra-se no esforço da unidade.

Catopola (2011, p. 47) afirma que o discurso de Vieira acima mencionado demonstra uma contradição no que concerne a formação da identidade nacional e a necessidade de uma unidade em torno dela, pois nos sugere que olhemos para o país como uma nação linear, mesmo que reconhecendo a existência de vários grupos étnicos. No discurso de Vieira (1978) vimos que a idéia da diferença é tida como um elemento a ser ultrapassado a favor de uma unidade não diversificada, ou seja, o povo moçambicano, com características resultantes de uma pré-definição política. Aliás Macagno e Fry analisam o discurso de Vieira num paralelismo com o discurso de Machel, que parece concordar também com Vieira ao afirmar que: *“Somos um só povo, uma só nação e uma só cultura”*. Segundo Macagno (2005), este discurso de alguma forma nos remete à idéia de tentativa de uniformização. Essa tentativa de uniformização da cultura nacional e identidade nacional é salientada por Howana⁸³ quando afirma:

“Após a independência, tenta-se criar um novo quadro folclórico, no qual se incorpora, por exemplo, numa dança tipicamente aqui do sul, mistura-se com elementos do centro e do norte e assim, fazem-se várias misturas. Mas este é um trabalho feito de propósito por pessoas conhecedoras, por pessoas que foram preparadas como coreógrafas na União Soviética e na República Democrática Alemã. Então eles faziam todos estes arranjos. Misturavam aquilo que constituía o folclore típico de uma região, misturavam com folclore de outra região de constituí-la aquilo que queriam que fosse a cultura moçambicana”.

As ações tinham seu fundamento na percepção que se tinha e se dava a conhecer sobre a história recente da luta de libertação colonial. Como dissemos antes, a FRELIMO saiu como a única vencedora da guerra colonial, herdou um estado no qual tinha direito exclusivo ao uso da força (note-se que não é o Estado que tem esse direito, mas a FRELIMO, ou na melhor das hipóteses, a FRELIMO e o Estado) e foi legitimada como a melhor opção pela história de

⁸² O sublinhado é de minha autoria

libertação, segundo Mosca (op.cit.77): “o centralismo, a concentração do poder e o autoritarismo eram características da burocracia da FRELIMO que se estenderam ao estado e aos órgãos de direção da economia e empresas estatais que, mesmo com o centralismo democrático (que funcionava sobretudo ao nível da base, no que tange a auscultação dos problemas sociais, na discussão de questões localizadas e sobretudo na disseminação de decisões centrais)”, no entanto, os debates e decisões fundamentais se restringiam ao âmbito da Comissão Permanente da Assembléia Popular, sob a proposta do Comitê Central da FRELIMO (art 44, CRPM, 1975) onde também estavam instalados os poderes: legislativo, executivo e judiciário.

A visão segunda a qual se procurou criar uma cultura nacional por uma parte da elite estatal, leva De Brito (1991) a falar em “nacionismo”, em oposição ao nacionalismo (concernente ao que politicamente já é nacional). Assim, segundo Brito, “*O nacionismo no caso de Moçambique traduz social e culturalmente um Nacionalismo de Estado*”, isto é, a tentativa de se criar um nacionalismo idealizado por um grupo de pessoas pertencentes à elite estatal. Foi esta elite que “elaborou” dentro do contexto Moçambique, segundo Macagno (2005), a oposição existente entre as identidades do homem velho baseada na tradição, religião e do homem novo assentado na modernidade e na ciência.

De acordo com Macagno (op.cit. 291) para a criação dessa identidade nacional e geração do “Homem Novo” constituiu-se o estereótipo da nova identidade. Neste contexto os slogans seguintes foram criados:

“Abaixo o feudalismo”, “Abaixo o colonialismo”, “Abaixo o capitalismo”, “Abaixo o obscurantismo”, “Abaixo o tribalismo” e “A luta continua” marcaram o fim do passado colonial e tradicional e o nascimento do “homem novo socialista”. A luta contra o “feudalismo” envolveu a deposição dos régulos e sua substituição pelas “estruturas” do partido, secretarias e “grupos dinamizadores” compostos, em sua maioria, por jovens militantes. O “capitalismo” devia ser substituído pela socialização dos meios de produção; a indústria e o comércio deviam ser nacionalizados e a população rural devia deixar seus lares para morar em “vilas comunitárias” e trabalhar nas antigas fazendas coloniais, agora nas mãos do Estado. O “obscurantismo” — por outras palavras, as cosmologias “tradicionalistas” —, o cristianismo e o islã deviam ser reprimidos e substituídos pelo “socialismo científico”. Cada escola

⁸³ Raul Howana entrevistado por Lorenzo Macagno em Outubro de 1996

e fábrica adquiriram um santuário, enfeitado com fotografias de Marx, Engels, Lenine e Samora Machel e frases didáticas das suas obras. “Abaixo o tribalismo” significava a eliminação das diferenças e divisões étnicas. Cabaço (2009. p. 208.

Estes slogans foram necessários para a criação da oposição entre o “Velho” e o “Novo”, para criação de campo de relacionamento entre o “amigo” e “inimigo”. Subuhana (2002, p. 84), na mesma linha de pensamento de Macagno e Fry, citando a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 afirma:

“o então governo de Moçambique, de tendência marxista-leninista (socialismo real) via no culto aos antepassados e na prática de qualquer tradição cultural local um caráter obscurantista, ou seja, um entrave para o desenvolvimento. Nos termos da constituição da República Popular de Moçambique (1978 – Neste período houve uma revisão da Constituição), um dos objetivos fundamentais do Estado era a eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais, das tradicionais e das mentalidades que lhes [fosse] subjacente. Segundo essa concepção, claro que aspectos vitais da tradição foram acoplados aos males sociais que deveriam ser combatidos, não fazendo assim parte da cultura. Seja como for, o aparelho de Estado não teve mecanismos para que a sua ideologia se disseminasse no seio da população rural, eminentemente menos alfabetizada”.

É nesta ótica que seguindo a mesma forma de pensar Macagno (1996) e Fry (2003) advogam que os intelectuais da FRELIMO acreditavam que o Homem Novo surgiria não tanto da conversão individual, mas das mudanças no que foi chamado de “realidade objetiva”. É neste contexto que Fry cita Sergio Vieira:

“O Homem Novo, na perspectiva que nós definimos, não pode surgir na sociedade burguesa ou na sociedade feudal. Retiramos a base econômica para a continuação do homem feudal e do homem burguês. A partir daí, e porque destruímos isso e destruímos também a base para a continuação do homem colonizado, poderíamos fazer um esforço rentável e não um esforço de catequese, podíamos fazer o esforço de transformação da mentalidade, porque tínhamos transformado a realidade objetiva. Podíamos fazer o esforço de introdução de novos critérios e de novos valores”. (Vieira apud Fry, 2003, p. 293)

Portanto, de acordo com Fry e Macagno, a nova identidade requeria um desligamento das práticas culturais precedentes à independência nacional nos diversos níveis político,

administrativo e cultural. Deste modo, o Moçambique novo deveria construir a sua identidade afirmando-se como uma nação com novos valores marxista-leninistas. Isto se enquadra no que Peter Berger e Thomas Luckmann apontam como aspectos da construção social da realidade. Estes autores distinguem três processos, apontam como fazendo parte da construção da realidade social, nomeadamente: socialização – formação original da identidade, em determinado contexto social; ressocialização, a mudança dessa identidade ou readaptação e, finalmente, a alteração, metamorfose radical via identificação de novo contexto de pertencimento e linguagem/valores/afetos, símbolos, etc e este último vincula-se a instituições totais.

Acadêmicos como Macagno (1996), Fry (2003) e Cabaço (2009) advogam que a diferença entre o processo de assimilação colonial e o processo de criação do “*Homem Novo*” na política da FRELIMO reside no fato de que no período colonial havia uma possibilidade de escolha, enquanto a formação do homem novo era determinada como orientação nacional de forma a garantir uma identidade e a construção da unidade nacional. A nova identidade, nessa perspectiva, requeria algum desligamento das práticas culturais anteriores à independência nacional nos diversos níveis político, administrativo e cultural.

A questão da formação da identidade nacional em Moçambique foi marcada por um debate em que vários discursos mostravam este processo, no período compreendido entre 1975 a 1990, bastante contraditório na medida em que ações e discursos eram contrastantes. Para a demonstração de algumas ações de preservação da cultura moçambicana pela FRELIMO apresentamos de forma sumária alguns exemplos: o uso das rádios locais como preservadoras das línguas nacionais, a partir do uso oficial das línguas nacionais, a realização de festivais nacionais de dança e música tradicional, a campanha de levantamento do patrimônio cultural de Moçambique, a apresentação de ritmos e danças moçambicanas em comícios.

Todavia, os meios de comunicação de massa, em especial as rádios provinciais, nas suas emissões em línguas locais, eram basicamente voltados para os noticiários, contos ou programas culturais que evocassem o nacionalismo. Vejamos alguns pontos de vista que problematizam as variadas interpretações desse contexto de formação da identidade nacional:

Cahen (1995) afirma que o nacionalismo moçambicano não existe, pois Moçambique é produto da concepção e da presença portuguesa. Neste sentido, se não fosse a presença colonial

portuguesa ainda encontraríamos neste espaço terrestre povos distintos sem consciência nacional, e mais, cuja história não se consolidaria para fazer essa consciência. Este posicionamento de Cahen, como afirma Macamo peca por conceber as nações como produtos acabados. Por outro lado, nem sempre a história se constituiu como um elemento fundamental e indispensável ao surgimento da consciência nacional. Apesar desta colocação, Cahen aponta para o fato do suposto nacionalismo moçambicano ter emergido de grupos crioulos – assimilados – que descontentes com o sistema colonial a ele se opuseram.

No entanto estas divergências abrem espaço para outra linha de abordagem, que oscila entre as diferentes posições. Macamo (1995; p355-364) faz uma abordagem na qual afirma o seguinte: *“É certo que a FRELIMO (Frente de libertação de Moçambique), no seu fervor unificador, tenha assumido uma atitude facilmente comparável a uma negação étnica”*. Macamo sustenta-se baseado no fato de que no período após a independência, não tendo o país nem condições financeiras, nem capital humano, capaz de fazer mais em prol da cultura, realizavam-se, entretanto, festivais de cultura (nomeadamente de canto e dança).

No mesmo contexto Macamo reconhece que a identidade de Moçambique é um elemento em permanente construção, que vem desde as lutas contra o colonialismo português até nossos dias. Neste sentido, Macamo (op.cit.258) afirma que a nação *“implica um processo permanente de construção ou, por outra, um plebiscito permanente”*. Na mesma linha de pensamento, Macamo embora não use o conceito de *“nacionismo”* de Brito (1991) reconhece que o processo de nacionalismo moçambicano tenha sido criado por um grupo de indivíduos (dirigentes do estado) no âmbito do conceito de Anderson sobre as comunidades imaginadas. Neste sentido Macamo (op.cit.361) afirma que:

“Em nenhum ponto do mundo os camponeses, ou as populações rurais, ou mesmo a população iniciou um movimento nacionalista. Foram sempre as elites, não importa sob que capa, que inventaram as nações e, no processo, respondendo a preocupações pontuais das massas, envolveram o resto da população[...]Da mesma maneira, a proclamação da independência de Moçambique em 1975 e, simultaneamente, duma nação moçambicana não carecia da pré-existência duma nação. A vontade de criar uma satisfaz”.

Podemos assim verificar que Macamo procura estabelecer um meio termo em relação à construção da identidade moçambicana. Por um lado reconhece a necessidade de inventar-se a

identidade, aliás, razão pela qual a nação foi e é permanentemente inventada e reinterpretada, por outro lado, reconhece que essa identidade inventada, embora comparável à negação, não constitui em si uma negação. É neste aspeto que, segundo Catopola (2011) a FRELIMO procurou através de vários mecanismos criar a cultura nacional. Recorde-se que nesse âmbito foram criados vários grupos abrangendo diversas dimensões, como os Grupos Musicais da Rádio Moçambique, a escola Companhia Nacional de Canto, basicamente em sua estratégia de nacionalismo de estado⁸⁴ cujo objetivo era disseminar o que se considerava positivo culturalmente.

Esta situação permite, segundo Macagno (op.cit. p.291), a criação da identidade nacional e a geração do “Homem Novo” que constitui um estereótipo da nova identidade. Assim se vai criando e recriando a idéia de um estado-nação único e uniforme. Aliás, Sergio Vieira⁸⁵, dentro da concepção ideológica do socialismo afirma o seguinte:

“Eu deixei de desprezar aquele porque é changana, porque é Makonde, porque é Yao, porque é Nyungwe ou Sena... Começa-se a entrar nesta noção de que do Rovuma ao Maputo somos um só povo. E não há tribo (povos ou grupos étnicos ⁸⁶) grande nem pequena. Não há tribo, somos o povo Moçambicano”. Sergio Vieira⁸⁷ (1978, p34)

O discurso de Vieira acima mencionado mostra contradição no que concerne à formação da identidade nacional em relação àquilo que era a realidade de Moçambique. No mesmo campo, no dizer de Machel “*é preciso matar a tribo - etnia - para que nasça uma nação*”, o que nos conduz a duas questões. Na primeira, está assente que se reconhece a existência de diferentes grupos “etnicolinguísticos” e na segunda fica claro que será necessário ultrapassar a idéia de pluralidade etnicolinguística e partir para a percepção de uma nação, não unida pela sua diversidade, mas pelo seu propósito de se constituir como nação.

Ao olhar-se para o país como uma nação não diferenciada etnolinguística e culturalmente, mesmo reconhecendo ou sabendo da existência de vários grupos étnicos, a idéia de “*différence*”, aquilo que nos torna diferentes (Hall, 1992), no discurso de Vieira (1978) é tida como elemento

⁸⁴ Brito (1993) estabelece uma posição entre o nacional e nacionalismo, onde o nacional diz respeito ao que já é nacional e o nacionalismo refere-se ao que se torna nacional por uma questão política do estado.

⁸⁵ Sergio Vieira, combatente da Luta de Libertação Nacional, coronel do exército, sociólogo, um dos principais, senão mesmo o mais influente ideólogo do país entre 1947 e 1988

⁸⁶ O sublinhado é de minha autoria

⁸⁷ Coronel Sergio Vieira, oficial do exército, um dos principais ideólogos da FRELIMO

ultrapassado. Aliás, Macagno e Fry analisam o discurso de Vieira num paralelismo com o discurso de Samora Machel, que parece concordar também com Vieira ao afirmar que: “*Somos um só povo, uma só nação e uma só cultura*”. Segundo Macagno (2005), este discurso de alguma forma nos remete à idéia de uma tentativa de uniformização e, conseqüentemente, à criação de uma identidade única.

Se percebermos que na identidade há um diálogo constante, de um lado, entre aquilo que se concebe como realidade e aquilo que os outros concebem como realidade e do outro, o termo de relacionamento entre o indivíduo e a sociedade, então podemos concordar com Ferreira⁸⁸ (op.cit. 44) que advoga que “*tanto o indivíduo quanto as suas concepções de realidade são construídas nas relações interpessoais. É esta concepção da realidade construída mutuamente que permite a universalização* (entenda-se num contexto dos membros inseridos nesse contexto) *de valores e regras num jogo de referências*”.

Este jogo de formação de valores para a construção de referências permite que se possa criar uma identidade. Por essa razão, Ferreira (op.cit.47) afirma que “*falar de identidades é falar de atores sociais voltados à construção. Assim, a identidade será uma referência na qual a pessoa se constitui*”.

Nesta mesma perspectiva, Taylor⁸⁹ (1994) já tinha discutido o conceito de identidade, que diferentemente de Ferreira, no seu conceito já não faz menção ao papel da experiência do indivíduo na construção da identidade. Assim, para Taylor (1994), a “*identidade*” constrói-se no diálogo que o indivíduo mantém com a compreensão que as outras pessoas têm de quem é ele, e mais, segundo Sokefeld⁹⁰ (1999; p417-423), nesta perspectiva o “*termo identidade expressa uma relação mútua na medida em que denota tanto uma “mesmice” persistente e dentro do indivíduo e de partilha de algum tipo de características essenciais com outras pessoas*”. Portanto, o conceito de identidade nesta visão surge de uma sintonia entre o ser individual e o ser coletivo.

⁸⁸Ferreira, Ricardo (2004). Afrodescendente: Identidade em construção. Rio de Janeiro/São Paulo.Pallas.

⁸⁹Taylor, Charles. Multiculturalismo. Instituto Piaget e Epistemologia e Sociedade. 1994

⁹⁰Sokefeld, Martin. Debating self, Identity and Culture in Anthropoly.Current Anthropology. Volume 40. 1990

Desta maneira, podemos ver a identidade como uma instância que sobrevive ao confronto entre o que o indivíduo é em face de sua experiência pessoal, aquilo que o assemelha aos outros, em contraposição à existência do que ele não é e os outros do seu contexto também não são.

É nesta ótica que Woodward⁹¹ (1997, p.9) afirma que “*a identidade é relacional(...) ela depende, para existir de algo de fora dela*”. Woodward mostra-nos que para podermos falar de uma identidade devemos necessariamente falar do que ela não é. Ainda segundo Woodward (1997), essa mesma identidade fornece condições para que a outra exista, sendo que, desta forma, a identidade é marcada pela diferença. Essa diferença é sustentada pela exclusão e marcada através de símbolos. Por exemplo, os ritos de iniciação representam nas comunidades Yao e Makonde a maturidade, a preparação do indivíduo para a vida (Cf. Subuhana, 2002).

Na mesma linha de pensamento Woodward (op.cit17) advoga que “*só podemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas (de representações), se tivermos alguma idéia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior*”. Para compreender o que é ser moçambicano, devemos compreender os significados e a representação que um moçambicano tem de si. Essas representações são signos cujos valores vão variar no discurso de cada indivíduo, construindo, deste modo, posições em que os sujeitos vão se posicionar, ao mesmo tempo em que posicionam os outros e possam falar.

São esses posicionamentos em relação aos outros que vão marcar a diferença que, como vimos, pode ser tanto por meio de sistemas simbólicos de representações quanto por meio de formas de exclusão social. (Woodward; op.cit39). Neste contexto, a diferença não deverá ser vista como oposta à identidade, mas a identidade depende da diferença. Assim sendo, nos apropriamos para este estudo da definição proposta por Woodward (op.cit41), segundo a qual, a diferença “*é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções*

⁹¹Woodward, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In, Da Silva, Tomaz. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Editora vozes. 1997

frequentemente na forma de oposições no qual as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre nós e eles”.

Esta *diferença*, de acordo com Sokefeld (op.cit.418), aponta para aspetos contrastivos da identidade e, portanto, enfatiza a condição implícita de pluralidade. Só pode existir identidade se existir mais do que uma identidade. Podemos aqui verificar que a identidade em si não poderá se constituir como elemento de conceitualização, pois ela se torna objetivamente abstrata, na medida em que a sua *práxis* conceptual depende da existência de fatores a ela externos.

Esta questão da diferença foi, amplamente, discutida e desenvolvida por Derrida (1981), que usou o termo “*différence*” para conceitualizar a identidade e os processos neles envolvidos. De acordo com Derrida, se a “*différence*” é o que torna o significado perceptível e o conhecimento possível, então, a “*différence*” é o que se torna uma eventual diferença. Melhor dizendo, a diferença surge da existência da “*différence*” usada para nos levar para dentro da oposição fundamental entre o sensível e o intangível e explorar como esses dois estão no processo de significação. Assim, a “*différence*” é a pré-condição para a significação e a Conceitualização. A significação só é possível se um elemento presente referir-se a outro ausente. É neste contexto que se constitui “O Homem Novo”.

Este constrói-se em oposição ao “Homem Velho” que era feudal, obscurantista, burguês, a- científico, não unificado, tribal/eticista, capitalista e que não adería aos princípios da “hegemonia⁹²” da FRELIMO.

Estes pronunciamentos obrigam-nos a uma maior reflexão sobre o processo de formação da identidade nacional, na medida em que várias contradições podem se levantar no decorrer da análise da construção da identidade nacional moçambicana. Porém, apesar destes debates e posições é preciso compreender que o “Homem Novo” também era uma necessidade da afirmação e exercício do poder sobre ele (necessariamente sobre quem era dominado) e do mesmo modo, a idéia de socialismo científico eliminava qualquer possibilidade de disputa entre

⁹²Conceito gramsciano que aponta para um poder tanto no campo político como no das ideias do grupo que tem o domínio ideológico e político da sociedade.

os poderes paralelos (religiosos, costumeiros, associativos – embora fossem permitidas associações desde que elas fizessem parte das chamadas organizações democráticas de massa), ou seja, criava-se um novo homem obediente ao regime e eliminava-se a possibilidade de competição com o poder. Nguenha (2014) afirma que a história do povo moçambicano é cheia de deveres e obrigações, mas desprovida de direitos, constituindo-se sobretudo de submissões.

Assim sendo, o partido vanguardista, FRELIMO, tinha absoluto controle dos instrumentos de dominação e submissão, quer pacífica (através dos discursos estratégicos sobre as pretensões universalizadas como vontade geral), quer coerciva dos demais membros da sociedade (através do controle das instituições da lei, da ordem e da segurança pública). Podemos então apresentar o nosso ponto de vista concernente a questão da construção do estado-Nação Moçambique. Diga-se que era necessária a presença de um estado forte para que fosse possível conceber e implementar o ideal da FRELIMO sobre o estado-nação. Neste particular foi claramente bem conseguida a estratégia do governo da FRELIMO.

O grande senão aparece quando o estado é consumido pelo partido, ou seja, o estado passa existir somente pela existência da FRELIMO e, conseqüentemente qualquer indivíduo cujo pensamento se distanciou do da FRELIMO foi sujeito a exclusão social, pois a FRELIMO através do poder estrutural podia definir que fazer deste sujeito reacionário, senão mesmo inimigo da revolução. Deste modo, a FRELIMO conseguiu claramente deter o poder, pois consegue estruturar a sociedade do modo que pretendia. Isto estará de acordo com a perspectiva vanguardista sobre o Estado e deste modo, fazendo *jus* ao conceito de Estado de Mezserus onde se tem o Estado como estrutura hierarquia de comandos. Aqui a FRELIMO fez uma brilhante implementação deste conceito que em correlação com o pensamento de Chauí, para que um estado sobreviva é necessário que um conjunto de idéias de pessoas se tornem universais. Neste caso é o conjunto de idéias da FRELIMO.

Nas duas últimas seções pudemos verificar que o capital simbólico adquirido pela FRELIMO como resultado da luta de libertação colonial, lhe vai também conferir o capital político-militar que permite que esta formação pudesse sempre construir concepções particulares e as generalizasse como um ideal por todos assumidos para uma sociedade moderna. È partindo desta premissa que os discursos produzidos sobre a sociedade ideal recaem, na sua maior, para a

transformação da estrutura social existente e se configure outra a medida e ao pensamento definido por esta formação e neste sentido criam-se bases para não disputa do poder. Podemos assim dizer, existe aqui um tipo de decisões cujo teor era estruturar um modo de ser. No entanto, quando olhamos para o que estaria por detrás dessas decisões verifica-se sem dúvida que elas buscavam também dar sustentabilidade à existência de um núcleo diretório.

Podemos afirmar aqui que as decisões tinham duplo papel: moldar a estrutura e relação social desejada e, a partir da estrutura e relação social desejada garantir o poder a quem propunha a transformação da estrutura e relação. Neste segundo papel faz-se valer a definição de ideologia proposta por Chaui na qual faz se menção a ocultar a verdade ou o verdadeiro propósito de uma posição. Isto é verificável na medida em que sob pretexto de construção de uma nação ideal criava-se na verdade condições para manutenção e exercício do poder só pela FRELIMO o que, aliás, eram os princípios da vanguardista leninista que se assume uma vanguarda de intelectuais revolucionários que conspiram o poder do Estado usando as revoluções populares como a força que conduz até ele, e daí assegura a condução das massas.

Fica aqui claro o exercício de dois tipos poder, o de influência persuasiva que depende do uso retórico dos argumentos, apelos e razões que levarão os subalternos, em virtude de sua socialização, a agir de determinado modo e não de outro e este está diretamente ligado ao capital simbólico adquirido pela luta de libertação colonial que o legitima, e que por conseguinte, através deste poder de influência persuasiva foi-se instalando o poder estrutural, aquele em que não só se controla o fluxo de energia para um determinado grupo como também se configura esse mesmo grupo, ou seja, a FRELIMO consegue deste modo impor-se a idéia de Estado e procura moldar um Estado a medida da sua compreensão sobre ele.

1.6. Novos Conhecidos, Velhos Inimigos, Novos Amigos!

“Só se pede a quem se acredita que nos pode oferecer”

Na seção anterior fizemos um percurso sobre os aspetos ligados à construção do Estado-nação Moçambique, no domínio da sua constituição identitária sócio-cultural e política. Nesta seção iremos fazer um percurso sobre as condições de administração e a política econômica.

Neste aspeto há que realçar que Moçambique, logo após a independência, viveu um período de relativa desconfiança por parte de muitos parceiros e investidores nas diversas áreas, os quais julgavam que a política da FRELIMO iria acabar com várias atividades econômicas, sobretudo a privada. Este aspeto fez com que uma grande parte dos industriais, comerciantes e empresários saísse do país, provocando a fuga de capitais, tanto de investimento, como de reservas, e que muita indústria diminuísse a sua capacidade produtiva ou mesmo encerrasse as portas e que a pouca mão de obra qualificada existente se evadisse.

Com a fuga de investimentos, fuga de mão de obra qualificada e a política socialista da FRELIMO, o parque industrial do país começou a dar sinais de incapacidade de produção, o que levou o governo a nacionalizar muitas destas empresas e indústrias. É preciso entender que o processo de nacionalização ocorreu de dois modos: através da nacionalização dos serviços sociais – terra, saúde, educação, saneamento, infra-estruturas sociais, habitação, etc – e, através da nacionalização das empresas e indústrias ocorreram como resultado do abandono dos seus proprietários⁹³, com o objetivo de garantir que o funcionamento desses setores socioeconômicos fosse contínuo.

Este aspeto é apresentado por Newitt (1995) como controverso na medida em que, se por um lado houve motivos objetivos para sua nacionalização, motivos esses apontados por Machel (op.cit, entrevista1) como fuga dos comerciantes, capitais, mão de obra qualificada etc, por outro, segundo a autora, esta era a posição de muitos quadros da FRELIMO mesmo antes de acontecerem os eventos acima mencionados.

⁹³ Muitos proprietários fugiram devido por um lado a percepção segundo a qual a política da FRELIMO não permitia atividade privada e o medo de serem tidos como explorados

A terra foi declarada propriedade do Estado. A educação e a saúde foram nacionalizadas. Em 1976, todo o parque imobiliário de arrendamento foi, igualmente, transformado em propriedade pública e o negócio imobiliário de arrendamento ficou reservado para o Estado. (Decreto nº 5/76, de Fevereiro, art. 6.). O Banco e os Seguros foram os primeiros setores econômicos de serviços a serem nacionalizados, criando-se dois bancos, a saber: o Banco de Moçambique com funções de um Banco Central e o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), com funções relacionadas às poupanças e com o crédito para os agentes econômicos. Foi criada a EMOSE, EE (Empresa Moçambicana de Seguros, E.E).

No entanto, é preciso entender que o processo de nacionalizações teve suas particularidades relativas às relações econômicas entre o Estado moçambicano e outros Estados, senão mesmo interesses ou grupos de interesse, que de alguma forma ajudaram a FRELIMO, em particular e Moçambique em geral.

É nesta ordem de idéias que as nacionalizações foram seletivas, segundo M. Anne Pitcher⁹⁴, muitas empresas privadas não foram nacionalizadas ou foram nacionalizadas parcialmente, pois pertenciam a indivíduos com boas relações com Moçambique ou o seu capital era de proveniência “amiga” e, por último, no caso das empresas privadas com capital sul-africano, estas tiveram outro motivo para sua não nacionalização. A África do Sul teria dito que caso ocorresse a nacionalização, eles cortariam todas as relações econômicas e financeiras com Moçambique, o que poderia complicar a balança de pagamento de Moçambique.

Estes aspetos conjugados com um nível baixo de mão-de-obra qualificada, a falta de matéria prima, a planificação centralizada da economia, o pouco conhecimento dos processos produtivos, a quase ausência da propriedade privada e a percepção de que os problemas existentes eram primeiro de cunho político e somente a seguir de carácter técnico administrativo, fez com que em poucos anos o Estado moçambicano entrasse em colapso técnico. Mosca⁹⁵

⁹⁴ M. Anne Pitcher (2003). Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. University of Colgate. Department of Political Science. Vol. XXXVIII. Pg (793-820)

⁹⁵ Os objetivos de construção do socialismo exigiam grandes esforços de investimentos públicos para a transformação estrutural da economia e para edificação de setores capazes de romperem com o subdesenvolvimento, na perspectiva de construção de um país “forte e próspero”. [...] internamente o modelo socialista necessitava do apoio e da mobilização popular em torno ao projeto. Optou, por um lado, pela mobilização e consciencialização da população sobre a importância do sacrifício do consumo privado para concentrar os recursos internos na formação do capital fixo, nos incentivos morais para o aumento da produtividade e do trabalho voluntário, por outro lado, pelo controle ideológico das burocracias, dos quadros e da população e pela repressão das vozes e forças não concordantes com o

(op.cit. 82-83) apresenta um conjunto de condições objetivas que levaram a um esforço governativo que implicava maiores despesas nas ações de investimento público, quer ao nível de infra-estruturas, quer ao nível do político-ideológico. Em suma dois tipos de investimentos foram feitos a nível político entendia-se, como escreve Bellucci, que neste modelo se fazia a ruptura com o modelo capitalista, como um modelo explorador e ao nível económico ao mesmo tempo que se decretava o fim da concorrência e instituiu a planificação central da economia.

Cedo esta estratégia começou a mostrar-se incapaz de resolver os problemas e atingir as metas desenhadas pelo governo da FRELIMO, pois a centralização das ações e a economia planificada levaram ao menosprezo da economia de pequena escala, a não consideração do mercado privado como importante e, sobretudo, à incapacidade do estado de produzir capitais fixos, o que gerou uma crise interna de capitais, aliás, segundo Mezserus, um dos grandes problemas da centralização é que nenhum estado tem a capacidade de controlar e envolver-se em todos os espaços, pois isso exigiria um esforço muito maior, no que tange aos investimentos necessários para esses fins e, não obstante a isso, Moçambique não estava sendo capaz de produzir o suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas pelas razões acima.

Por outro lado, durante muito tempo, a FRELIMO contou com o apoio das internacionais socialistas, que pretendiam ter Moçambique como exemplo na África, porém, essa ajuda começou a escassear devido à crise do sistema de capitais do modelo socialista, o que implicava de alguma forma na redução de investimentos, sobretudo da URSS, Bulgária e Romênia em Moçambique.

Cabe aqui lembrar que os propósitos da FRELIMO quer no processo de estruturação da sociedade moçambicana, quer no processo de estabelecimento do estado era de que Moçambique fosse um país livre da exploração capitalista e sobretudo um país igualitário e moderno que para tal, como afirma Belluce (op.cit.141) “[...] *tudo seria planejado racionalmente por um Estado forte, centralizador, executor e distribuidor, dirigido por um partido único. Estas pareciam melhores alternativas para se sair da periferia económica mundial e entrar num processo de desenvolvimento*”

projeto político. [...] o autoritarismo surge, não só como consequência das formas de organização e dos métodos militares próprios do período da guerra de libertação, mas como um elemento intrínseco à aplicação do modelo de sociedade e economia.

Nessa percepção, não foi aventada outra saída por razões da conjuntura econômica e política do mundo no geral e de Moçambique em particular e isso levou a que dois aspetos cujos controles não dependiam do governo de Moçambique reconfigurassem as relações entre o país e outros estados. O Governo de Moçambique deparou-se com: a) um conjunto de calamidades naturais (entre cheias e secas) que assolavam o país, também a expansão da guerra civil e a fraca ajuda dos países socialistas, fez com que no país se agudizasse a crise financeira, econômica e social e o governo de Moçambique procurasse se redefinir, sobretudo, no que tangia às parcerias econômicas, isto é, o país iria procurar novos aliados e novas estratégias político-econômicas. Segundo, para agudizar esta crise em 1983 Moçambique, contra todas as expectativas, teve uma grande adversidade relativamente à ajuda do bloco socialista do leste europeu. Segundo Castel-Branco⁹⁶ (1994, p.103):

“Moçambique tentara da Comunidade da Ajuda Mútua Econômica (CAME), mas não conseguira especialmente porque a União Soviética – seu principal parceiro político e econômico – não estava disposta a subsidiar a economia moçambicana ao nível do que já vinha fazendo em relação a Cuba e Vietname. O país não conseguia fontes alternativas de financiamento externo, nem parceiros com que partilhar os custos e, alias [...] no mesmo período as receitas de divisas haviam diminuído por causa do boicote econômico da África do Sul contra Moçambique, da aplicação de sanções internacionais contra a Rodésia do Sul e do efeito combinado da redução das exportações e deterioração dos seus termos de troca relativamente as importações.”

Podemos perceber que se estava numa situação de colapso econômico iminente e para estas duas situações se impunha encontrar novos parceiros e abrir-se a novos desafios, especificamente nas relações de produção e nas relações diplomáticas. Neste contexto impunha-se a busca de “novos” parceiros que pudessem ajudar no equilíbrio da situação econômica do país.

As relações internacionais e de cooperação entre Moçambique e muitos países ocidentais de modo de produção capitalista, especificamente os Estados Unidos da América e a Inglaterra eram, na sua maioria, anteriores ao período da luta de libertação colonial, aliás, alguns moçambicanos se estabeleceram nos EUA, como foi o caso de Eduardo Mondlane e Kamba Simango. No entanto, no que se refere à sua relação de cooperação, há que ressaltar que no início da luta de libertação colonial, segundo Cabaço (2014), as primeiras armas eram de origem e

⁹⁶Carlos Nuno Castel-Branco (1994). Moçambique: Perspectivas Econômicas. Universidade Eduardo Mondlane, UEM. Maputo. Moçambique

apoio americano e inglês e John Kennedy teria feito pressão sobre Portugal, para que se concedesse independência à Moçambique e a outros países sob seu domínio, o que foi rejeitado, com a alegação de que Portugal não possuía colônias e que estas eram suas províncias ultramarinas, isto é, prolongamento de Portugal além mar.

Ao assumir posições e concepções marxista-leninistas como política social e econômica do Estado moçambicano pensavam os dirigentes moçambicanos que estariam criando laços mais profundos entre Moçambique e a União Soviética, como afirma Veloso⁹⁷ (2006):

“Ao nos ligarmos essencialmente ao campo socialista para a solução dos nossos problemas internos, relegando para segundo plano e até hostilizando os EUA e os seus aliados mais próximos, estávamos momentaneamente a perder de vista o objetivo estratégico central, o interesse nacional vital, que era exatamente o desenvolvimento do país [...]. O interesse nacional passou a ser definido em relação aos objetivos de curto prazo e em oposição a superpotência que são os EUA e ainda [...] O fato é que, ao escolhermos ser partido marxista-leninista, pensávamos conseguir o apoio maciço da URSS e do campo socialista que ela liderava, ou seja, o apoio do socialismo científico para resolvermos em tempo recorde os problemas do povo.”

Vale recordar que tomando esta opção político ficava muito mais favorável para a URSS ter um pólo de apoio definido o que sempre seria melhor que uma possível situação contrária, onde, por exemplo, estaria a URSS em permanente renegociação com o partido político em caso de um sistema político que permitisse outro cenário político.

Em face a esta situação de identidade política ideológica as relações com o ocidente passaram para o segundo plano e, posteriormente, as mesmas foram ativadas face à situação crítica em que o país se encontrava devido à conjuntura político-econômica e social. Se examinarmos a declaração de Veloso, vemos que a vontade de satisfazer a vontade de aquisição e manutenção do poder político (como os mais destinados ao ato –vanguardistas -) foi mais importante que resolver os problemas do país, isto confirma o dizer de Samora Machel, que os problemas eram primeiro políticos e depois administrativos. Ora, podemos depreender que a questão de opção política (marxista-leninista), relacionava-se com a vontade do político ou seja do desejo por parte deste pela manutenção do poder político e seu exercício e, posteriormente a resolução administrativa das questões do país.

⁹⁷Jacinto Veloso (2006). Memória em vô rasante. RLINLD.Maputo. Moçambique

Esta situação torna-se controversa até mesmo para o exercício e manutenção do poder político, pois por um lado, internamente, verificava-se o intensificar da guerra civil (aleadamente devido às políticas públicas existentes), incapacidade de internamente o país produzir quer matéria prima, quer bens de capital e tudo isto associado às calamidades naturais que aconteciam no país. Por outro lado, no contexto das relações externas de Moçambique, já em 1983 a Rússia teria rejeitado a entrada de Moçambique a comunidade econômica por si dirigida por razões econômicas e pelas mudanças internas na Rússia. A ascensão de Gorbatchov à liderança do país efetuou mudanças importantes, destacando-se a mudança de parceiros estratégicos de desenvolvimento e cooperação internacional, uma vez que para Gorbatchov, a cooperação com os países do terceiro mundo não era prioridade (Cabrita⁹⁸, Cf. 2012), e isto obrigou o país a procurar “novos” parceiros de cooperação internacional.

⁹⁸Segundo João Cabrita (2012). “A ascensão de Gorbachev ao poder assinalou importantes mudanças na política externa da União Soviética. “A seguir à minha eleição como secretário-geral do Partido Comunista em Março de 1985”, refere Gorbachev num artigo de opinião, (6) “os nossos objetivos internacionais imediatos incluíam acabar com a corrida às armas nucleares, reduzir as forças armadas convencionais, resolver os numerosos conflitos regionais envolvendo a União Soviética e os Estados Unidos, e substituir a divisão do continente europeu em campos hostis por aquilo que eu chamei de casa comum europeia”. E salienta Gorbachev: “Compreendíamos que isto poderia ser alcançado apenas se trabalhássemos com os Estados Unidos”. Um dos estudiosos do processo soviético e das relações entre a União Soviética e os países do Terceiro Mundo é Melvin Goodman, que durante cerca de 25 anos desempenhou as funções de analista de questões soviéticas junto ao Departamento de Estado e da CIA. Num livro publicado em 1991, Goodman menciona que “logo de início, Gorbachev manifestou a intenção de proceder mudanças políticas, em particular em relação ao Terceiro Mundo”. As mudanças introduzidas pelo líder soviético, diz Goodman, “indicavam que Gorbachev dava prioridade à melhoria das relações com os Estados Unidos e o Ocidente, e a soluções políticas, em vez de militares, para problemas do Terceiro Mundo”. Por ocasião do 27º Congresso do PCUS, realizado em Abril de 1986, lê-se na obra de Goodman, “Gorbachev sublinhou que gostaria num futuro próximo de mandar regressar as forças soviéticas que se encontravam no Afeganistão”. Um ano depois, salienta Goodman, a União Soviética havia retirado mais de 100,000 soldados desse país. Em consonância com a nova política de Moscou, entidades soviéticas passaram a enunciar os princípios orientadores da linha definida por Gorbachev. Goodman cita o caso de Andrei Kozyrev, vice-chefe da Administração das Organizações Internacionais a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético. Num artigo publicado na revista Relações Internacionais deste Ministério, Kozyrev argumentou que o “envolvimento direto e indireto de Moscou em conflitos regionais havia resultado em perdas colossais, dando lugar a um aumento da tensão internacional, justificando a corrida ao armamento e prejudicando o estabelecimento de laços mutuamente vantajosos com o Ocidente”. Segundo Kozyrev, a “ajuda militar concedida a regimes do Terceiro Mundo contribuiu para conflitos prolongados com uma oposição que depende de apoios externos, sem contrapartidas para Moscou em função da enorme assistência

Perante este contexto de crise social e estrutural cabia à FRELIMO, como condutora dos destinos políticos e econômicos do país, garantir novas estratégias que pudessem minimizar a degradação social e econômica. Assim, foram dados os primeiros passos com vista a melhorar esse cenário. Vale lembrar que já em 1981, teria sido rejeitada, por Washington, a ajuda a Moçambique, e a acusação aos EUA por espionagem o que culminou com a expulsão dos diplomatas americanos em Moçambique.

Devido a necessidades urgentes, Moçambique teve de mais uma vez se voltar para os EUA (afirmamos voltar pelo fato de no início da luta de libertação colonial os EUA estiveram

econômica por ela prestada”. Kozyrev concluiu que “não fazia qualquer sentido desenvolver relações com regimes do Terceiro Mundo na base da sua oposição à influência ocidental”, tendo apelado para uma “cooperação econômica e tecnológica mutuamente vantajosa”. Num outro artigo publicado conjuntamente com Andrei Shumikhin na mesma revista, Kozyrev afirmou que “o apoio soviético, direto e indireto, prestado a certas forças e regimes no Terceiro Mundo propensos ao uso da força para a resolução de problemas internacionais deu azo a acusações propagandísticas de que a União Soviética apostava na expansão e que tencionava utilizar a redução de tensões na Europa para ficar em posição de vantagem em relação ao Ocidente no Terceiro Mundo”. Fundamentalmente, as reformas de Gorbachev refletiam a difícil situação econômica em que a União Soviética se encontrava, razão pela qual afigurava-se necessário reduzir drasticamente as despesas militares e rever a prestação de ajuda econômica a países do Terceiro Mundo. Nikolai Shmelyov, um dos defensores das reformas empreendidas por Gorbachev, declarou perante o Congresso dos Deputados do Povo em 1988 que a União Soviética “enfrentava o colapso econômico e que por esse motivo devia cortar ajuda ao Terceiro Mundo”. Shmelyov deu como exemplo os 6 mil milhões de dólares concedidos anualmente a Cuba e Nicarágua, montante esse que “devia ser usado para manter o equilíbrio do mercado de consumo na União Soviética”. Goodman aponta ainda o “artigo de referência” da autoria de Vyacheslav Dashichev, membro do Instituto para a Economia do Sistema Socialista Mundial, e um dos defensores das reformas empreendidas por Gorbachev. Na opinião de Dashichev, “a URSS havia feito uma avaliação incorreta da situação global e ignorado o efeito que a conduta da Moscou a nível do terceiro Mundo havia tido”. No mesmo estudo, Goodman faz notar que “a moderação da política de Moscou para com o Terceiro Mundo e o ênfase dado por Gorbachev à criação de relações estáveis entre a União Soviética e os Estados Unidos haviam causado preocupação entre os aliados soviéticos”. Goodman cita os discursos de vários dirigentes de países do Terceiro Mundo proferidos durante o 27º Congresso do PCUS em Abril de 1986. Fidel Castro “lembrou Gorbachev de que havia sido vertido sangue no Terceiro Mundo e que a tarefa de desenvolvimento econômico era tão importante como o evitar de uma guerra nuclear.” O dirigente etíope, Mengistu Mariam, acrescenta Goodman, “instou os soviéticos a não atribuírem aos conflitos regionais uma prioridade inferior à das questões nucleares”. O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, diz Goodman, apelou para uma maior assistência, tendo feito recordar que “Angola sofrera não apenas os efeitos da guerra mas da deterioração da situação económica internacional””. João Cabrita (2012) IN Jornal Canal de Moçambique. Março.

presentes na ajuda a Moçambique). A ajuda americana só foi possível graças ao pedido da então Primeira Ministra Britânica Margaret Thatcher ao Presidente Reagan, em 1983 para atender as preocupações do Governo de Moçambique (Abrahamsson⁹⁹, 2001, p.202-207).

É neste contexto que Moçambique fez concessões aos EUA e à África do Sul no fim de 1983, o que terminou com os Acordos de Nkhomati em 1984, com o objetivo de fazer com que os países ocidentais oferecessem ajuda (Abrahamsson, op.cit) e em simultâneo criar condições para que a África do Sul não apoiasse o movimento de “bantismo” em ação em Moçambique. E foi assim, sob pressão interna e externa, que Moçambique aderiu às Instituições de Bretton Woods, o que implicava em seguir novas formas de agir no cenário da economia política, com a abertura a reformas estruturais. Gobe¹⁰⁰ (1994) argumenta que as reformas econômicas iniciadas em 1987 tinham como principal objetivo restabelecer os equilíbrios macroeconômicos e restaurar um ambiente conducente ao desenvolvimento econômico, revertendo as tendências marcadamente contrárias ao crescimento, que até então se registravam e a consequente degradação social, sem perspectiva de qualquer melhoria.

O autor afirma ainda que a aceitação dos princípios por parte do governo nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) levou ao desenho do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), posteriormente designado de PRES (ao incorporar o componente social, com o intuito de minimizar o impacto negativo dos programas sobre os grupos populacionais mais vulneráveis) e a realização destes objetivos seria conseguida através da implementação de um conjunto de medidas específicas que incluíam a desvalorização da moeda nacional; a restrição da expansão monetária através da elevação das taxas de juro, combinada com a imposição de limites de crédito e redução de financiamento pelo banco central dos déficits governamentais; a redução das despesas governamentais; a reforma fiscal, a retirada do estado da atividade produtiva, através da privatização das empresas estatais e intervencionadas; a liberação dos preços, de forma a refletirem a escassez dos recursos.

Estas políticas, segundo Gobe (op.cit.6) “*caracterizam os modelos tradicionais de estabilização e ajustamento estrutural, com elementos específicos de economias em transição de*

⁹⁹Hans Abrahamsson. (2001). Aproveitando a Oportunidade: Espaço de Manobra Numa Ordem Mundial em Transformação. O caso de Moçambique.CEEI-ISRI e Padrigu. Maputo. Moçambique

¹⁰⁰Artur M. Gobe. (1994) A Situação Econômica do País. In Moçambique: Perspectivas Econômicas. (1994). Universidade Eduardo Mondlane. UEM. Maputo. Moçambique

uma economia centralizada para uma economia de mercado". Isto significava uma transição, também, nas relações e modos de produção no contexto moçambicano, que exigia uma separação entre governo e as instituições de produção econômica, sendo que o governo deveria atuar como instituição normativa e não como uma instituição simultaneamente normativa e executora e, ao mesmo tempo, se apresentavam condições para o liberalismo-econômico.

Podemos questionar o que esta mudança significou na relação entre a FRELIMO, partido único e detentor do poder e as novas abordagens econômicas trazidas pelas Instituições da Bretton Woods. Podemos dizer que inteligentemente a FRELIMO partindo do ditado africano que diz *"só se pede a quem a gente pensa que nos pode dar"* isto é, quando se pede a alguém algo, assumimos a real possibilidade de que ele nos pode dar e segundo, temos a convicção que se for necessário se submeter a condicionalismo, assim será para obter o ganho pretendido. Assim o Partido foi sempre se conduzindo nesta onda de navegar convenientemente até que definitivamente se abre ao ocidente.

Capítulo III. Natural Não Treme

“Mwanene Ari vha vha”

(O Dono está aqui, nada acontece sem sua permissão e desejo)

A seção anterior terminou questionando o que significou a adesão de Moçambique às instituições de Bretton Wood e outros organismos financeiros e sua relação com o poder. Para podermos responder esta questão retomaremos a uma característica forte da FRELIMO, desde o início da luta de libertação colonial até à independência.

Durante o processo de sua formação e estabilização, como vimos em Cabaço (2014) e Mondlane (1995), a FRELIMO teve sempre uma capacidade de fazer “amigos” e estabelecer relações diplomáticas saudáveis, por sinal até mesmo em relação a muitos países ocidentais (capitalistas). Esta relação com muitos países capitalistas termina após a FRELIMO ter aderido ao quadro político-ideológico marxista-leninista, num momento em que se disputava o domínio da geopolítica internacional. É neste contexto que são criadas as condicionantes para a diminuição da intensidade das relações diplomáticas entre Moçambique e esses países e, mais tardiamente, com o surgir da guerra civil, essas relações ainda se deterioraram mais.

Moçambique não tinha muita escolha face às adversidades anteriormente mencionadas o que o colocava em uma situação de necessidade de reavivar essas relações deterioradas sob o risco de um colapso total. Neste sentido, isso implicava, nomeadamente, aceitar a reestruturação do modelo da economia política, aceitar as orientações trazidas pelos doadores e, sobretudo, readaptar o seu quadro político-ideológico às novas relações político-econômicas, aliás, como demonstra Abrahamsson, foi assim que se reescreveu a nova constituição de 1990, para acomodar as exigências da economia de mercado impostas pelos “doadores” capitalistas.

As ações com vista às mudanças começaram a ocorrer de uma forma sistemática. Em 1984 foi aprovada a lei sobre o investimento estrangeiro direto, na mesma década criou-se o GPIE¹⁰¹, que visava ajudar os investidores a identificar possíveis áreas de interesse e investimento. Recordar-se que mesmo no auge das nacionalizações as empresas não nacionalizadas tinham um controle rígido sobre os seus investimentos e lucros. Isto é claramente

¹⁰¹ Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro (GPIE)

notório em Machel, que em 1979 afirmou que “*as empresas privadas devem ser apoiadas pelos diferentes organismos estatais e financeiras de maneira a assegurarem o cumprimento das tarefas que lhes cabe no quadro do plano*”. Esta declaração enquadra-se no contexto de uma economia planificada centralmente.

Este processo transitório de uma modalidade de controle “absoluto” das estratégias económicas e financeiras de um país, em outras palavras, a mudança de um sistema socialista para o liberal (economia de mercado) foi analisado por Rona-Tás,¹⁰² que nele distingue diferentes fases: a) a fase da erosão, na qual o estado combate a deterioração sob seu controle e concede apenas um espaço limitado de manobras ao setor privado.

O governo permite a participação do setor privado em atividades comerciais de uma maneira restrita, mantendo as leis de forma menos rigorosa e controla os setores estratégicos das finanças, agricultura e indústria. Este foi o caso, em Moçambique, das empresas do setor privado, que acabaram sobrevivendo às nacionalizações, sobretudo de 1983 em diante. Para o autor Rona-Tás, a fase seguinte à erosão é a b) *transição*, que se inicia quando o estado constrói instituições apropriadas ao setor privado, aprova a legislação e promulga leis para a economia de mercado, veja-se no caso o GPIE e a abertura da FRELIMO. Vale lembrar que no V Congresso foram assumidas novas posições face às relações económicas e financeiras. Foi assim que se eliminaram as restrições aos membros partidários da FRELIMO relativamente à acumulação de capital, bem como a barreira relativa à quantidade de empregados/trabalhadores nas machambas¹⁰³ dos membros da FRELIMO) o que demonstra esse momento de transição, quando se começa a reconhecer a abertura para novas posturas na relação com a economia.

É neste contexto que Cabaço afirma que o V Congresso da FRELIMO viria a significar o ponto de virada no modelo das relações de produção entre os diferentes atores em Moçambique. Segundo Cabaço, é neste congresso que o então Presidente do Partido FRELIMO, Joaquim Chissano, fez a seguinte afirmação: “*esta coisa de nos definirmos como marxistas nos dificulta na tomada de decisões*”. Ora esta posição acabou de alguma forma vincando, na medida em que deste congresso saíram decisões fundamentais para os novos rumos, tanto do país, como da

¹⁰² Akos Rona-Tás (1994). The first shall be the Last? Entrepreneurship and Communist Cadres in the Transition From Socialism. In *American Journal of Sociology*. 100.

¹⁰³ Machamba, no português moçambicano significa campos de cultivo

FRELIMO detentora do poder.

A grande questão que redefiniria as relações de poder em Moçambique¹⁰⁴ começava a alicerçar-se, isto é, nesta nova forma de estar o partido teve de se readaptar para manter o poder. É nesta perspetiva de reestruturação do sistema político financeiro do país que se responsabiliza ao Estado o dever de recompensar aos membros da FRELIMO, nomeadamente os membros militantes da FRELIMO e necessariamente aos antigos combatentes através da disponibilização a seu favor das empresas estatais, como forma de, segundo Pitcher (op.cit.807) de superar a idéia generalizada, de que estes seriam excluídos da acumulação de riquezas pelas novas tendências político-econômicas, ponto este levantado por Bellucci (op.cit190-194).

A conjuntura social, política e econômica era, então, propícia às novas abordagens político-financeiras, na medida em que politicamente estavam claras as tendências do abandono do sistema socialista – nas elações de produção, até então baseadas na destruição completa do sistema capitalista de produção (orientação marxista) -. Estava, igualmente, demonstrada uma adesão substancial, contrariamente ao propalado durante a guerra colonial e parte significativa do período pós-independência, ao capitalismo.

Com efeito, estrategicamente a FRELIMO conseguiu fazer uma transição, quer político-ideológica, quer político-econômica que a garantisse e mantivesse no poder de forma coesa, contrariando, como aponta Rona-Tás ao sucedido nos países do leste Europeu onde em circunstâncias similares esta transição culminou com a perda de poder de vários partidos únicos em favor de partidos com outras orientações políticas.

A questão que se coloca é: como foi que a FRELIMO conseguiu manter o poder contrariando muitos outros contextos de mudança? Há alguns aspetos que se tornam indispensáveis para compreender todo este processo. O primeiro tem uma relação com o tempo. Os períodos de mudanças de uma estrutura sócio-política para outra em Moçambique pós-independente eram relativamente muito próximos: resumidamente, teve-se a independência (1975), dois anos depois se implanta o marxismo-leninismo (1977), cinco anos depois dessa implantação Moçambique adere a Cláusula de Berlim (1982), e inicia negociações com as instituições do FMI e BM (1982/3) e quatro anos mais tarde abre-se ao liberalismo (1987), ou

seja, todos estes eventos ocorrem no espaço de tempo curto com a FRELIMO no poder e o mais importante, com uma população ainda a querer entender as novas dinâmicas políticas econômicas e expostas a crise da fome, miséria, guerra civil e em completo domínio do poder coercivo do partido-Estado.

A FRELIMO estava no poder e tinha total controle das forças coercivas do Estado Moçambicano o que implicava ter capacidade de controle e decisão sobre a população no geral, pelo menos oficialmente (mesmo que contexto de guerra). Por outro lado, aos novos/antigos amigos de Moçambique não interessava, quem estivesse no poder em Moçambique. Para estes a prioridade era criar condições para obtenção do lucro e deste modo, desde que a FRELIMO cumprisse com os preceitos que garantiriam a entrada de uma economia de mercado e salvaguardasse os seus objetivos os demais aspetos políticos eram irrelevantes.

Ora, é nesta onda que a FRELIMO conseguiu ultrapassar esta barreira basicamente de duas formas. Por um lado, cria-se a elite econômica associada a FRELIMO e, ao mesmo tempo, são indemnizados pelo Estado os membros da FRELIMO e assim, estes se beneficiam das privatizações das empresas do estado, habitações, transporte etc assegurando-lhes, ao mesmo tempo, que o seu sucesso dependeria da sua ligação ao poder estatal exercido pela FRELIMO como partido único, a saber, como um partido-estado. Por outro lado, a segunda forma, foi aceder às normativas dos doadores e de outros parceiros através do “cumprimento” das vontades destes.

Aqui, mais uma vez, retomamos a estratégia da FRELIMO usada no início da luta armada, que consistiu em garantir, também, a sua aceitação e legitimidade num processo de fora para dentro, ou seja, os doadores contribuíram para a estabilização da FRELIMO no poder como o representante legal do estado moçambicano a partir do momento em que esta se abriu aos interesses desses doadores.

Seria legítimo questionar se interessava na verdade aos financiadores e doadores que o país fosse ou tivesse uma democracia e liberalismo econômico pleno ou se o mais importante era existirem condições de capitalização dos interesses desses países e suas multinacionais? Não nos interessa debater esta questão. No entanto, sou favorável ao ponto de vista de Nguenha (2004) quando afirma que nem a FRELIMO em a RENAMO ganharam a guerra. Esta foi ganha pelos

¹⁰⁴Iremos retomar esta questão nos próximos capítulos relativos a novas formas de dominação e manutenção de

interesses internacionais que viram seus objectivos e condições de lucro criadas. Assim, não estava em causa para os ocidentais a existência ou não de uma democracia, mas de condições estruturais e políticas de capitalização.

Como dissemos a FRELIMO soube adaptar e manter-se no poder. No contexto moçambicano há um conjunto de frases que tendem a demonstrar a “apropriação” e “legitimidade” da presença de um sujeito, bem como do seu poder em um dado espaço. Iniciamos o texto com o título “*natural não treme*”, ditado Makhuwa¹⁰⁵ que faz alusão ao fato de o dono do lugar ter todos os instrumentos de controle e poder sobre a sua terra/ lugar/espaço, e adicionamos outro provérbio também Makhuwa que diz “*mwanene ari vha vha*”, o que literalmente significa que nada acontece na terra/lugar do “dono” sem que isso seja do seu consentimento e desejo. Este fenômeno serve para caraterizar o que aconteceu com as reformulações políticas, econômicas e financeiras no país.

A FRELIMO como partido único nunca se abalou perante as exigências das instituições, pois, tinha o domínio e o controle do estado, o que a tornava “proprietária”, recordemo-nos que depois da independência, o Estado ficou subordinado ao partido único que tinha o exército e os serviços de segurança (a temida SNASP) como seus braços armados.

Como dissemos anteriormente, secundando os pensamentos de Newitt, Mosca e Isacmann e Isacmann, uma das primeiras atividades da FRELIMO foi a instalação da máquina operativa ideológica que consistiu em marcar a sua presença nos diversos organismos estatais. Este aspeto permitiu a presença do partido em todos os níveis da sociedade, fazendo com que as ações fossem vistas como resultantes de uma coordenação hierárquica, cujo centro era o Bureau Político da FRELIMO, atual Comissão Política. Deste modo, todas as atitudes eram tomadas em nome da FRELIMO e de seu poder ou seja, teve uma função de estruturante, entendendo isto como um processo Bourdiano no qual há uma mútua transformação resultante das dinâmicas sociais, assim, enquanto a FRELIMO estruturava a sociedade esta, também, o estruturava em função da situação contextual e, é nesta lógica que ela vai se adaptar perante este novo quadro.

De fato, o sistema político, econômico e financeiro reformulou as estruturas anteriormente

poder.

¹⁰⁵Língua moçambicana falada majoritariamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e parte considerável de Zambézia.

existentes, mas não foi nunca capaz de desinstalar a estrutura psico-política e ordenativa, quer dos órgãos do Estado, quer dos órgãos sociais e culturais o que levou a uma presença constante, ainda que invisível, da FRELIMO, criando condições para que os “acessos” dependessem, não da capacidade individual e institucional, mas da aceitação pela FRELIMO, o que criava bases para que as ações fossem continuamente determinadas e definidas por ela, ou seja, não importava a capacidade financeira de um Estado ou grupo de investimento e sim a aliança deste com a FRELIMO, pois toda máquina burocrática estava sob controle absoluto deste partido.

A FRELIMO conseguiu estrategicamente adaptar-se as exigências necessárias para que se pudesse ajudar ao país que passava por uma crise muito intensa causada por vários fatores e por via disto garantir que se mantivesse no poder. Ora, este aspeto traduz-se na introdução de novos pressupostos com relação ao exercício poder. Este deixa de se restringir somente ao político e passa a fazer uma relação com a acumulação do capital pelos membros da FRELIMO ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de investimento estrangeiro direto.

1.1. Nascer Outro com a Mesma Essência

“com independência ganhamos o direito de decidir o que queremos e cometer nosso próprios erros”

Armando Emílio Guebuza (Ex-Presidente de Moçambique, 2015)

Nas secções precedentes pudemos verificar todo um processo que tem origem na luta de libertação nacional e culmina com a FRELIMO como sendo o único detentor do poder político em Moçambique. Nessas secções pudemos verificar que o país vai sofrendo processos de mudanças em um curto espaço de tempo desde a montagem efetiva da maquina administrativa colonial a partir da segunda década do século passado até a independência. Estas transformações vão ocorrer em vários segmentos da sociedade (econômicos, culturais, políticos, sociais) e consequentemente deixarão suas marcas que estarão presentes até hoje.

Nesta seção nos debruçaremos sobre, basicamente, duas outras transformações que irão ocorrer com mais ênfase nas questões econômica, no entanto, com efeitos diretos na manutenção do poder político. Iremos tratar da passagem de Moçambique do sistema político-econômico socialista ao sistema neoliberal e as transformações que ocorreram na FRELIMO para que mantivesse no poder perante esse novo cenário. No entanto, vale lembrar que na secção anterior levantamos o seguinte questionamento: Seria legítimo questionar se interessava na verdade aos financiadores e doadores que o país tivesse uma democracia e liberalismo econômico pleno ou se o mais importante era existirem condições de capitalização dos interesses desses países e suas multinacionais?

Procuraremos então responder a este questionamento também. Para analisarmos quer as questões acima ditas, bem como responder a esta pergunta começaremos por demonstrar um conjunto de requisitos impostos pelo FMI e BM aos países da África Subsaariana como condição para sua ajuda.

Neste quesito, em 1984 Moçambique assinou a convenção de Lomé¹⁰⁶ que segundo Bellucci (op.cit.186) impôs condições para que pudesse negociar as suas dívidas e assim aderir ao FMI e BM que impõem um programa de ajustamento estrutural (PAE) que teve as seguintes características:

- *Abertura ao mercado mundial buscando vantagens comparativas, com taxas de câmbio equilibradas;*
- *Liberalização interna que oferecesse liberdade de comércio, redução do papel do Estado, através de um amplo processo de privatizações, e diminuição das suas tarifas;*
- *Redução e reestruturação das despesas do estado, visando ao equilíbrio do balanço de pagamentos e das contas internas; e*
- *Aumento dos preços agrícolas e apregoamento da “verdade dos preços” isto é, a eliminação de subsídios e taxas. Vide Bellucci (op.cit. 202).*

Desta feita podemos levantar as seguintes questões: o que isso significava para as decisões que a FRELIMO deveria tomar e conseqüentemente a manutenção do seu poder? Como poderia sobreviver a maioria da população que durante os últimos anos foi sempre induzida a agir dentro de uma planificação centralizada? Aqui nestes questionamentos encontramos o fundamento da nova estratégia da FRELIMO. É nesta base que surge o neoliberalismo moçambicano.

Como seria então este neoliberalismo moçambicano? Discutir o liberalismo impõe um debate sobre a sua origem e as diferentes formas de compreensão. Por forma a nos focalizarmos mais no nosso objetivo para discutir o (neo)liberalismo no contexto moçambicano começaremos por procurar entender o conceito de liberalismo, porem, não sendo este nosso debate, somente apresentaremos a discussão de Bobbio, no qual o autor apresenta o percurso e as distintas formas de compreender o liberalismo e que circunstancialmente poderemos usar. Isto se torna importante na medida em que nos ajuda entender como enquadrar Moçambique e deste modo, discutir o

¹⁰⁶ Um acordo de associação dos países africanos, caribe e do Pacífico com a União Européia, para ações de cooperação.

(neo)liberalismo nesse contexto.

O Liberalismo em Moçambique deve ser entendido olhando para um contexto de domínio e controlo absoluto do partido FRELIMO sobre o Estado, como diriam Sumich e Howana (2007) no contexto de Partido forte e Estado fraco. Ora, se fizermos um breve recuo as exigências dos organismos da Bretton Woods iremos verificar que este novo fenómeno para Moçambique ocorre em moldes diferentes dos da Europa, América, Japão. Em Moçambique esta realidade não surge de dentro, mas sim, ela é imposta sobre o Estado Moçambicano através de autores externos (estatais e privados), nomeadamente FMI, Banco Mundial, EUA, Alemanha. *Então que liberalismo foi trazido e como ele se constituiu em Moçambique entre 1983 à 1992?* O que estes “novos amigos” de Moçambique, como vimos, exigiam era uma ausência do estado no controle da estrutura económico-financeira.

Enquadrando-se num liberalismo em que se luta contra a participação do Estado nas atividades económicas e se põe a concorrência como a forma de alcance da liberdade individual e sua satisfação. E neste modelo de liberalismo o Estado é apenas regulador das normas que permitem ao igual acesso e direitos ao mercado dos diferentes autores.

Havia então uma necessidade de se readaptar às novas exigências a população em geral e em particular a classe dirigente, nomeadamente aos dirigentes do Estado Moçambicano. A população em geral o processo pode ser considerado simples na medida em que esta ainda estava sob controle absoluto do estado, alias, como afirma cabaço (2014) “...*tivemos que ir ao campo e explicar as pessoas que já podiam se organizar segundo as suas vontades mas que a FRELIMO é que estaria a controlar o país (o que implicitamente deixa claro que outros poderes ainda não era permitidos de se manifestarem), era necessário explicar que haviam novas mudanças decididas pela FRELIMO para desenvolver mais rapidamente o país e ai entramos em contradição com aquilo que durante anos vínhamos a ensinar as populações, mormente, a idéia das aldeias comunais, as cooperativas etc*”. e mais ainda como vimos em Nguenha (2014) o povo moçambicano esta mais exposta a situações de deveres do que de direito. Este discurso mostra que havia uma convicção clara na FRELIMO de um controle sob a população e que esta assumiria seu posicionamento, sobretudo, pelo fato de se saber que quem detinha e exercia o poder era esta organização.

Paralelamente a população no geral, existia a classe de dirigentes que não podiam continuar na estrutura geral do aparelho do estado uma vez que uma das orientações da Bretton Woods era que o estado diminuísse as suas despesas para garantir o equilíbrio da balança de pagamentos internos. Isto gerou um mal estar que como dissemos antes, secundando Bellucci (2007), havia um receio da classe dirigente em passar pelas condições em que a maior da população estava exposta.

Assim, em face desta situação houve três tipos de ações que reconfiguraram a estrutura social, política e econômica de Moçambique, a saber: a) as que permitiam a reconfiguração do modelo social e da economia política; b) as que permitiam o enriquecimento dos membros da FRELIMO independentemente das formas e, finalmente c) a internacionalização do bom nome da FRELIMO como cumpridor das orientações. Deste modo se abre espaço para analisar como o poder estrutural foi ativado pela FRELIMO para que garantir que nesse período de transição fosse garantido o seu poder.

Para entender o poder estrutural pegaremos emprestado a concepção de Susan Strange¹⁰⁷, que propõe a existência de diferentes tipos de poder estrutural que operam em conjunto para efetivar o poder estrutural como um todo. Embora em seu estudo se foca em mercados, usaremos seus conceitos para mostrar a estruturação do contexto de Moçambique. É assim que vamos considerar diferentes tipos de poder estrutural que foram ativados pela FRELIMO e é, possível graças a possibilidade de antes de tudo identificar qual é a fonte desse poder em termos estruturais, ou seja, o que determina as estruturas da política econômica, social nos estados: as suas instituições sócio-políticas, as suas empresas, seus parceiros internacionais etc, e com base nisso entender quais as fontes de poder nas diferentes estruturas.

Somente deste modo podemos entender os três tipos de decisões tomadas que permitiram a reconfiguração do país nas diferentes partes constituintes. Com efeito, no que tange ao modelo social e de economia política, a FRELIMO fez-se valer pelo capital histórico-político que adquiriu pela história de luta de libertação colonial, o que lhe garantiu a governação do país. Assim, para se fazer valer como governo do estado de Moçambique em vários segmentos da sociedade instalou organismos de informação e segurança do estado como os grupos dinamizadores, a SNASP, secretárias partidárias e outros núcleos que na verdade já funcionaram

nas zonas libertadas sob outras formas. Outrossim, havia uma consciência quase que geral de que a FRELIMO controlava todas as instituições de coerção e isso fez com que as suas decisões fossem muitas vezes assumidas sem rejeição por parte dos grupos alvos, na medida em que há uma compreensão pela população de que é o Estado quem garante a sua segurança. Há no entanto que reconhecer que casos ocorrem na lógica do que Ball (2006)¹⁰⁸ denomina de efeitos de segunda ordem de qualquer política. No qual assistimos uma rejeição ou atitudes contrárias das orientações oficiais, alias, pode ser o caso das posições da RENAMO e seus simpatizantes. No entanto, reconhecendo isto, podemos assumir que esse fenômeno da compreensão geral sobre o estado prover a segurança enquadra-se no que a autora denomina de chamamos estrutura de segurança a todos os meios que proporcionam segurança à população.

Assim, o exercício do poder é efetuado por quem assegura a segurança. Quase sempre, é à instituição Estado que devido às suas características, cabe garantir a segurança às pessoas e às empresas. Aqui encontramos a particularidade de o Estado estar imerso sobre o partido. Ademais, a estruturação político-administrativa do novo Moçambique após a independência foi garantido pelas estruturas de segurança anteriormente mencionadas.

Coube a FRELIMO, então, de forma sábia usar este poder/controlar as forças na medida em que qualquer contra-ação presumia ir contra o que estado determinou mesmo que em contexto de mudança. Consequentemente, como vimos em Cabaço (2014), se no partido a “nova orientação” político-econômica era a de transformação da sociedade, nem que fosse necessário o uso da “alma militar”, esta procurou reestruturar-se segundo essa nova orientação, pois, se usarmos a estrutura de segurança fica claro que a FRELIMO tinha o domínio através de controle do exército, tribunais e outros serviços de segurança e a população sabia disso. Esta possibilidade de mudança na estrutura social significou uma aceitação do diferente em oposição à unicidade do estado, - o que permitiu a possibilidade de manifestação de outras formas em oposição a perspectiva da construção do “Homem Novo”, de um estado socialista-científico, de uma economia planificada que inicialmente se propôs a FRELIMO em fazer e não só, significou também a possibilidade de ação fora do pensamento unificado.

¹⁰⁷Susan Strange. 1994, *States and Markets*, 2nd edition, Pinter Publishers, London.

¹⁰⁸ Stephen Ball (2006). *Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: Uma Revisão Pessoal das Políticas Educacionais e da Pesquisa em Política Educacionais*. In *Curriculo sem Fronteira*. V6 nr 2. Pp10-32, Jul/Dez. 2006

Como resultado, pudemos verificar o buscar contínuo pelas comunidades ou grupos de interesse de vários traços idiossincráticos peculiares, aliás, como advoga Catopola (2011) é neste contexto que surgem as associações dos amigos de Cabo Delgado, Associação dos Naturais de Nampula, Associação dos naturais da Zambézia, etc como resposta a essa nova possibilidade de cada indivíduo poder ser o que lhe identifica particularmente.

No âmbito da economia política uma das mudanças “simples”, porém, com bastante carga na nova relação econômica política entre o governo e o restante da sociedade é através da mudança do uso permanente do povo para a população. A palavra povo¹⁰⁹ leva uma relação que impõe a presença de um guia orientador para todo o grupo, que é necessariamente o que a FRELIMO sempre foi, mesmo que assumamos que não existia uma capacidade de abrangência absoluta de todo o território moçambicano e, por sua vez a palavra população no remete a um grupo de pessoas que, no entanto, ações podem não ser articuladas por um guia único desde que condições de vivência em comunidade mantida ou seja, assiste-se a um distanciamento entre o corpo dirigente e o restante da população dando a população também responsabilidade sobre si mesma.

Segundo Cabaço (2014) *“neste período mudamos, e a mudança, começa quando deixamos de reconhecer que existia um povo e passamos a tratá-los por população”*. Portanto, assim, se em algum momento havia um guia ativo, a partir desse momento essa relação começa a desfazer-se, ou seja, o estado já não estava ali para dizer o que se devia fazer, para resolver a partir de ações concretas e presencialmente as atividades do “povo”, mas estava presente para reger novas formas de fazer e viver a vida sem sua ação interventiva direta.

É partindo deste distanciamento que se vai reconfigurando a sociedade moçambicana. Chamá-riamos nesta fase de pré-capitalista, onde a necessidade de acumulação de capital obedeceu a critérios nublosos. Neste contexto levantam-se vários questionamentos, a saber: como foi possível esse distanciamento entre a população e a elite política? Quem tinha condições para acumulação de capital naquele contexto? Para podermos abordar esta questão é necessário que observemos algumas decisões tomadas por diferentes instituições, nomeadamente o Banco

¹⁰⁹ Povo, como dito, é originário do latim, "populu/populi". Tudo que se adapta aos interesses do povo, isto é, que emana do povo, ou que a ele pertence, e chamado "popular". A palavra "povo", refere-se a um grupo de seres humanos unidos por um fator comum, tal como a nacionalidade, cor da pele, religião, país, etc. Por sua vez, a palavra que define sua raiz grega, "demo". tem bastante influência na nossa linguagem atual, como por exemplo,

Mundial, o FMI e a FRELIMO.

Conforme vínhamos dizendo anteriormente Moçambique entre 1980-1986 teve uma crise muito forte abrangendo a produção interna, a capacidade financeira do país, a falta de mão de obra, crise da seca, guerra civil que se alastrava em grande velocidade e sob estas condições o governo de Moçambique viu-se obrigado a redefinir suas estratégias de cooperação internacional.

O BM e FMI conforme mostramos antes, apresentaram um conjunto exigências para adesão ao seu crédito. Porém, uma questão ficou em aberto, se o estado devia afastar-se do controle centralizado e planejado da economia era necessário que existissem nacionais, também, com capital financeiro – recordemo-nos esta questão seria contra-revolução, pois incorria a uma das formas de exploração do homem pelo homem - Em um debate sobre as causas de muito enriquecimento em Moçambique Abdul Magid Osman ex ministro (1986-1996) *disse em 1990 que "Moçambique precisa de uma elite de empresários*. Esta percepção, como aponta, Hanlon (2006) fez com “*a velha elite socialista acreditasse que devia ser ajudada a tornar-se a nova elite capitalista*”.

Este pensamento não é abstrato, mas sim resultado do conhecimento e reconhecimento de existência de um capital simbólico adquirido e que o mesmo atribui mais direitos a estes que aos demais sem o mesmo capital e que por conseguinte é a maioria da população. No entanto a grande questão é: como teria sido feita esta ajuda?

O FMI e BM pretendiam que o país fosse aberto ao mercado e para tal estavam convitos que era, sim, necessário a existência de uma elite econômica. Assim, foi “*fechando os olhos*” para os destinos da propriedade estatal e dos valores que eram alocados para os diferentes projetos. Como aponta Bellucci (op.cit.191-193) “[...] *onde, como e quando aplicar os fundos ofertados era decidido pelos doadores, e as verbas iam “diretamente” aos beneficiários*”, *através de programas particulares e das ONGs. [...] Cabe lembrar que “diretamente aos beneficiários” significava não passar pelo Estado, mas, não obstante, pouco mais de 20% dos valores doados chegavam aos necessitados, ficando o restante com intermediários “não-governamentais*”. *Foi nesse período, manuseando as verbas referidas para assistência e a emergência que surgiram os primeiros bolsões de corrupção no aparelho do Estado*”. Estes casos de desvio eram do

"democracia" (governo do povo). que é um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas

conhecimento destas instituições no entanto, para elas o importante era garantir que num futuro breve pudessem exercer sua influência nas demais políticas econômicas do país. É neste contexto que se injeta diretamente grandes quantidades de dinheiro as ONG's que muitas vezes não só não cumpriam com o plano de aplicação, como também não justificavam o seu uso.

Por outro lado a FRELIMO ciente desta necessidade de criar a elite política teve o mesmo tipo de atuação, porém, não injetando diretos em ONG's ou sociedade civil, mas dando acesso a dinheiro, acesso a crédito muito alto aos seus membros sem que estes apresentassem qualquer garantia de devolução, aliás, como aponta Hanlon¹¹⁰ (2006) a título de exemplo entre muitos “*Em*

está com os cidadãos (povo), direta ou indiretamente, por meio de seus representantes eleitos.

¹¹⁰ Joseph Hanlon apresenta um quadro resumo os acontecimentos ligados a acumulação do capital em Moçambique no período de transição. Segundo este autor “Durante a guerra era essencial usar o dinheiro dos bancos para manter a economia a funcionar. Num país hierarquizado como Moçambique, qualquer funcionário bancário seguiria as instruções do Presidente. E na nova economia de mercado o sistema bancário era essencial para promover empresas e negócios moçambicanos. Tudo isto levou a empréstimos que poderiam não ser honrados e todavia não se devem considerar “corruptos”. Mas a transição para a economia de mercado levou a práticas cada vez mais questionáveis. Em 1988 a Caixa de Crédito Agrário e de Desenvolvimento Rural (CCADR) usou dinheiro dos fundos de contrapartida dos doadores para dar “empréstimos” a militares e membros do aparelho partidário, sabendo de antemão que os empréstimos não eram para pagos pelos beneficiários. A CCADR era gerida pelo BPD. A privatização tinha começado; os bancos emprestaram dinheiro a empresários moçambicanos para comprar e reabilitar companhias estatais - e para os carros de luxo e as viagens ao estrangeiro que a nova elite exigia. O Ministro das Finanças, Magid Osman, avisava em 1990 contra “a actual tendência que leva à criação de uma classe baseada em negócios dúbios e que exige várias gratificações e protecção do Estado”. Funcionários bancários começavam a aprovar empréstimos em troca de comissões de 10%, sabendo que os empréstimos nunca seriam pagos”. Mesmo em 1986 havia já corrupção significativa entre os militares e ao mesmo tempo os comerciantes que tinham acumulado riqueza durante os dias da candonga se tornavam cada vez mais visivelmente poderosos. Uns tantos funcionários seniores do BdM eram corruptos e começaram a apoiar famílias de origem asiática nos seus negócios ilegais em divisas. Comerciantes houve que não se importaram de ser vistos a ir a casa de um alto funcionário do BdM com sacos de notas de Rand. Um melhor sistema de registo teria permitido apanhar alguma desta má conduta mas qualquer melhoria no sentido da eficiência era bloqueada por pessoas dentro dos bancos que precisavam da cobertura dos antigos sistemas. Com a “viragem ao Ocidente”, a ajuda duplicou de 359 milhões de US\$ em 1985 para 710 milhões em 1987. Havia corrupção a altos níveis em Ministérios e Secretarias de Estado. No começo dos anos 90, pelo menos duas figuras seniores da “nomenclatura” local tinham contas no estrangeiro superiores a 3 milhões de US\$. E no final dos anos 80 falava-se de pessoas próximas da presidência que já usavam dinheiro da ajuda para acumulação pessoal. Banqueiros idóneos contaram-nos de pessoas próximas do Presidente dando instruções para que fossem dados empréstimos a certas companhias ou dinheiro vivo a certas pessoas. O Projecto de Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas do Banco Mundial, de 1989, emprestou 32,6 milhões de US\$ através do Banco Comercial de Moçambique, BCM, do BdM. O avaliador do Banco Mundial, Luís Landau, escreveu em 1998 que 90% destes empréstimos nunca seriam pagos. E mais: “Diz-se que o Banco Mundial exerceu bastante pressão sobre a administração dos bancos

1988 a Caixa de Crédito Agrário e de Desenvolvimento Rural (CCADR) usou dinheiro dos fundos de contrapartida dos doadores para dar "empréstimos" a militares e membros do aparelho partidário, sabendo de antemão que os empréstimos não eram para pagos pelos beneficiários. A CCADR era gerida pelo BPD.

Portanto, está aqui presente o que Strange (op.cit.) denomina de Poder da Estrutura Financeira entendido como o somatório de todas as questões ligadas à disponibilidade e concessão de créditos aos países, empresas e particulares, e todos os fatores que determinam a variação da taxa de câmbio. Mais do que a evolução operada nos sistemas financeiros nacionais, o exercício do poder da estrutura financeira verifica-se na mobilidade do sistema financeiro internacional, que por sua vez, não deixa de ser uma das consequências das mudanças estruturais neste sistema. Como aponta Pereira (2009), temos, assim, uma estrutura financeira que tem um peso substancial nas relações de poder entre os países (neste caso entre instituições do FMI e BM), e que determina, na maior parte dos casos, as estratégias de desenvolvimento dos mesmos. Vale lembrar que esse era o propósito do FMI e BM. No entanto, fazemos questão de frisar que no caso em particular, empréstimo do termo, este poder atua na capacidade de determinar o fluxo e a direção dos destinos do capital financeiro.

Esta acumulação só era possível mediante dois fatores, o primeiro era, como vimos, relativo a estrutura financeira e o segundo é relativa a quem podia ter acesso. Não bastava ser membro do partido FRELIMO mas sobretudo saber sobre o que existia, o que podia passar a ser propriedade privada, que recursos mobilizar para essa aquisição. Isto implicou que somente uma

para assegurar o desembolso expedito dos fundos do projecto; isso prejudicou ainda mais a qualidade do crédito dos sub-empréstimos." Por outras palavras, a pressão do Banco Mundial encorajou os empréstimos corruptos. O Projecto de Reestruturação das Empresas Industriais do Banco Mundial era parecido e emprestou cerca de 29 milhões de US\$ a companhias estatais privatizadas. Poucos empréstimos foram feitos até 1995 e o período de graça, antes de começar o reembolso do empréstimo, é de 5 a 7 anos, e por isso não é possível saber se estes empréstimos serão pagos. Mas como estão agora a começar a vencer, isso pode estar na origem das provisões adicionais para crédito mal parado pedidas pelo BCM e pelo Banco Austral.

Numa entrevista a 13 de Julho de 2001, James Coates, Representante Residente do Banco Mundial, disse que não tinha nenhuma lista de pessoas a quem o dinheiro do Banco tinha sido emprestado. Disse que isso era da inteira responsabilidade do BdM que é também responsável pelo reembolso ao Banco Mundial e esse sim, deve ter a lista. Carlos Cardoso escreveu que a opinião pública via o BPD e o BCM como o "saco azul" para as altas entidades do governo e do partido FRELIMO e fez notar que é convicção generalizada que os bancos financiaram a campanha para as eleições de 1994.

parte restrita do Partido e governo com bastante influência pudesse se adaptar a futura forma de estar na estrutura que se criava, especificamente, onde existia uma classe capitalista, melhor dizendo, uma classe com acesso a bens de capital.

Strange apud Pereira (2008), a esses domínios baseados no conhecimento de informação, controle de canais de informação, controle das idéias denomina de estrutura de conhecimento. Assim, parafraseando Strange (2008), *“a estrutura de conhecimento abrange todo o conhecimento existente, como é compreendido, e os canais pelos quais os pensamentos, idéias e conhecimentos são comunicados, através dos quais incluem determinados indivíduos, empresas e Estados e excluem outros [...] o exercício desta estrutura de poder é, em geral, efetuado de forma negativa, isto é, tem poder quem detém um determinado conhecimento e não o transmite”*. Este poder era detido pelos membros do partido com acesso ao governo e outras instituições do estado e, sobretudo, com poder de decisão a nível central do partido.

A FRELIMO pretendeu desde cedo ser um partido dirigente e esta concepção o conduziu em vários momentos desde a sua formação até aos dias de hoje. Paralelamente a idéia de partido dirigente (vanguardista) pretendeu também que se formasse um Estado Coeso e para tal a idéia presente foi de um Estado forte e centralizado. Esta posição de um estado nesta natureza foi modificada necessariamente pela conjuntura social, econômica que o país se encontrava. Sendo que a alternativa passou por ser partido Forte e Estado enfraquecido, desde que se garantisse que o mesmo existisse. Questiona-se como então se comportaria o partido neste processo de neoliberalismo.

Começamos por falar em liberalismo exatamente, porque queríamos mostrar como foi o processo através do qual o país tornar-se primeiro liberal para em seguida passar para o neoliberalismo. Vimos que a idéia de um estado ausente na vida econômica e nas atividades individuais em Moçambique foi trazida por agentes externos que pretendiam supostamente ajudar o país e para tal contribuíram para o enfraquecimento da confiança do povo sobre o governo e do sistema político vigente.

O grande alvo destas políticas trazidas era o mercado, isto é, a possibilidade de um mercado mais aberto que pudesse garantir captação de lucros às organizações e instituições

multinacionais, melhor dizendo, uma espécie de primeiros passos do “capitalismo tardio¹¹¹”. No entanto, o passado e o presente de Moçambique caracterizado pela onipresença da FRELIMO que assim estruturou o país fez com a ausência do Estado no controle de mercado tivesse características próprias. Não bastava ter condições de estar no mercado era preciso “aceitar” colaboração da estrutura de poder político presente no país, paradoxalmente, situação de exploração similar a colaboração dos antigos chefes tradicionais aos portugueses segundo a percepção do movimento de libertação e dos primeiros do novo estado.

Esta situação cria uma complexa sociedade neoliberal na qual o mercado é aparentemente livre na medida em que a entrada nele, no que tange aos grandes investimentos dependia da vontade dos membros da FRELIMO que demonstra agência¹¹² deste partido, ou seja, estava presente um grau de liberdade exercido pelos indivíduos face aos seus constrangimentos sociais (Walsh, 1998: 33; Waters, 2000: 15-16). Não obstante a esse fato, como vimos, o principal objetivo das instituições era que o mercado fosse liberado, como garantia de ajuda, o que colocava o governo do dia sob pressão mas, ao mesmo tempo estas Instituições tinham a consciência que por pouco poder que tivesse a FRELIMO para decidir as suas ações mesmo nessa situação crítica precisavam do apoio da FRELIMO, por forma a não pôr pelo menos em causa a soberania do Estado.

Por outro lado a FRELIMO tinha consciência de que apesar de ter poder político, precisava, também, do apoio financeiro da Bretton Wood por forma, até mesmo, de garantir o seu poder. Hanlon demonstra em seu estudo que apesar de uma enorme pressão por parte destas instituições sobre o governo da FRELIMO este conseguiu tirar proveito dessa pressão garantido que as privatizações beneficiam-se mais uma vez aos seus membros. A título de exemplo apresentamos o debate do autor sobre os casos das privatizações dos Bancos Comercial de

¹¹¹ Segundo Ernest Mandel (1972) o capitalismo tardio teria como elementos distintivos a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. Seria mais propriamente uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo (e portanto, da produção) tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais.

¹¹² Segundo Walsh e David. F. (1998), “Structure/agency”, em Chris Jenks (org.), *Core Sociological Dichotomies*, Londres, Sage Publications, pp. 8-33. e Waters, Malcom (2000 [1994]), *Modern Sociological theory*, Londres, Sage Publications. Concordam que conceito de agência é geralmente utilizado para dar conta do grau de liberdade exercido pelos indivíduos face aos seus constrangimentos sociais.

Moçambique (BCM) e do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), Vide Hanlon¹¹³. Desta interdependência de agência surge a terceira alternativa relativa aos interesses dos dois grupos. O neoliberalismo moçambicano.

Este nasce sob condições de depredação do Estado Moçambicano com o apoio do BM e FMI com a finalidade de por um lado garantir a liberalização do mercado e por outro a criação de uma elite econômica Moçambicana. No entanto, antes demais definiremos o neoliberalismo.

Seus apoiantes defendem uma extensa liberalização econômica, livre comércio e a redução da despesa pública como forma de reforçar o papel do setor privado na economia. No contexto de Moçambique o comércio passou a ser livre, no entanto a economia não foi liberada totalmente, ou melhor, foi liberada à condição e, finalmente a despesa pública não diminuiu, pelo contrário aumentou por vários motivos entre os quais as despesas relativas à logística militares face a guerra civil que ocorria no país.

Esta possibilidade de decidir em função do seu direito ganho, como aponta Armando Guebuza¹¹⁴ atribui, também, o direito ao governo de então e ao partido FRELIMO de decidir

¹¹³ Um estudo do Banco Mundial de 1991 sugeria que, estando o BCM e o BPD em tal barafunda, o melhor era fechá-los. Isto nunca chegou a ser uma opção a sério, mas Magid Osman, como Ministro das Finanças, queria-os privatizados - sentia que eles estavam demasiado corrompidos para continuarem a ser bancos do Estado e não era possível controlá-los. Mas outros opunham-se à privatização e queriam os bancos em ordem. O Ministro das Finanças Comiche e o Governador Maleiane do BdM receberam instruções políticas nesta matéria e inicialmente o objectivo era melhorar a eficiência do sector bancário e da capacidade regulatória do BdM. Maleiane anunciou finalmente que o BCM e o BPD seriam privatizados só em Março de 1995. A privatização do BCM era uma das sete "condições necessárias" da Estratégia de Assistência ao País, CAS, do Banco Mundial, em 7 de Novembro de 1995. Isto significava que se o BCM não fosse privatizado, o Banco Mundial podia terminar o seu programa e cortar a ajuda a Moçambique. (Acabar com a protecção à indústria do caju foi uma "condição necessária" muito mais controversa desse famoso CAS). O documento-quadro de política do FMI e Banco Mundial, de 11 de Abril de 1966, exigia a privatização de ambos os bancos em 1966. O Banco Mundial e estava convencido de que haveria bancos internacionais interessados no BCM e no BPD. Houve interesse inicial em ambos os casos mas os potenciais compradores desistiram mal olharam para os livros. Havia demasiado caos e mau crédito, para além dos sistemas caóticos de contabilidade. Em 1996 o Ministro das Finanças Tomás Salomão admitiu que desde 1992 o governo já tinha metido 650 mil milhões de Mt no BCM, que na altura já era mais de 100 milhões de US\$. Havia más relações entre o Banco Mundial e o BPD relativamente à questão da privatização. A tensão entre Firmino Santos, o elemento de coordenação do processo de privatização no BdM, e Simon Bell, o economista do Banco Mundial em Maputo, aumentou. Foi dito ao pessoal do Banco que estavam proibidos de falar directamente com Simon Bell e tinham de tratar com ele através do BdM. Mas o FMI e o Banco Mundial mantiveram a pressão. O BPD foi finalmente privatizado em meados de 1996, mas nenhum banco estrangeiro queria o BPD. No início de 1997 o FMI disse que a ajuda a Moçambique ia ser cortada se o BPD não estivesse privatizado no fim de Junho. A privatização ocorreu no entanto ela foi feita por indivíduos ligados a FRELIMO e seus interesses.

¹¹⁴ Armando Emilio Guebuza (Ex-presidente da República de Moçambique 2004-2014) in

também quem tinha direito a beneficiar-se dos bens do estado, numa ótica de clientelismo¹¹⁵ e patrimonialismo¹¹⁶, que como aponta Nuno Castel-Branco¹¹⁷ eram os verdadeiros ou os mais patriotas (dirigentes da e na luta de libertação nacional) que tinham esse direito. Esta posição de Castel-Branco pode ser sustentada pela posição de Alberto Joaquim Chipande¹¹⁸ que quando questionado sobre o fato dos dirigentes da FRELIMO serem ricos respondeu nos seguintes termos “*e se fossem ricos? Qual o mal? Não foram eles que trouxeram a independência de que estais a usufruir?*” submetendo deste modo a uma relação de troca por compensação onde a prior quem luta na luta de libertação nacional tem por direito adquirido o direito de ser rico. Esta resposta nos conduz ao debate inicial – o que significa aceitar o discurso de formação da FRELIMO em Tanzânia ou Gana? Retomaremos este debate mais a diante.

É nesta condição que se reconfigura a nova realidade social e política moçambicana, na qual contrariamente aos pressupostos de uma sociedade igualitária e sem classe dominantes dá origem uma sociedade de exclusão, pois para ter mesmos acessos dependia não do fato de ser

¹¹⁵ Clientilismo, segundo ALFIO MASTROPAOLO (2010) termos como clientela e Clientelismo não podem ser considerados como patrimônio exclusivo da pesquisa antropológica. Esse uso o encontraremos, em primeiro lugar, nas pesquisas sobre modernização política e sobre as realidades sociais em transformação entre o tradicional e o moderno, onde o modo capitalista de produção e a organização política moderna, apoiada num aparelho político-administrativo centralizado, se compenetraram, mas não conseguiram abalar completamente as relações sociais tradicionais e o sistema político preexistente. De fato, embora o impacto com as estruturas do mundo moderno provoque rupturas na rede de vínculos da clientela, embora as relações de dependência pessoal sejam formalmente excluídas, tudo isso tende, contudo, a sobreviver e a adaptar-se, seja em face de uma administração centralizada, seja em face das estruturas da sociedade política (eleições, parlamento, partidos). Há apenas uma diferença fundamental: enquanto na sociedade pré-moderna, os sistemas de clientela formavam verdadeiros e autênticos microssistemas autônomos, que, excepcionalmente, sobrevivem como tais, apresentando-se como alternativa do sistema político estadual, no sistema político moderno, eles tenderão a coligar-se e a integrar-se numa posição subordinada ao sistema político. É importante à semelhança do Clientelismo tradicional, tem, por resultado, não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais. Envolve formas de aquisição do consenso através de permuta e, por isso, fenômenos de personalização do poder, aliás extremamente evidentes. Só nos podemos referir ao tema em termos extremamente esquemáticos: onde as classes subalternas gozam de uma cidadania política incompleta e seus partidos são rotulados ou impelidos a tornar-se partidos, "anti-sistemas" (no que transparece um modelo bem diverso de hegemonia capitalista), os estratos intermédios são, por sua vez, encorajados a traduzir a desagregação de classe que os caracteriza por uma fragmentação política que seja diretamente proporcional à importância do seu consenso para a estabilidade do sistema.

¹¹⁶ Patrimonialismo Este modelo é caracterizado pela não distinção entre o que é patrimônio público e o que é patrimônio privado. Em outros termos, a *res publica* (coisa do povo) se confundia com a *res principis* (coisa do príncipe). Esta forma de administração pública predominou no período pré-capitalismo, quando o monarca exercia o domínio sobre os bens públicos e particulares, sem qualquer necessidade de prestar contas à sociedade. O patrimonialismo é caracterizado pela forte presença das seguintes características: nepotismo, corrupção, ineficiência, improvisado, falta de profissionalismo, ausência de métodos de trabalho, falhas de planeamento, entre outras.

¹¹⁷ Nuno Castel- Branco em entrevista a RDP-AFRICA 26.06.2015

moçambicano, mas de ser moçambicano que esteve na luta de libertação nacional pelo lado da FRELIMO e dando origem a biopolítica (este conceito será analisado mais adiante no próximo capítulo). Isto só é possível graças a existência de uma conjuntura de fatores anteriormente nomeados entre os quais se destaca o controle das forças coercivas (policia, forças armadas, tribunais) e também ao fato de a história do povo moçambicano até então ser definida por um povo apenas com deveres e obrigações (Ngoenha, 2014), nas quais se releva a obrigação de obedecer.

Como afirmou Cabaço (2014) “*a FRELIMO é um partido de origem e alma militar, pelo que esteve sempre presente nela a idéia de ordem e disciplina para os seus integrantes e nas suas ações*”, este fato determina a relação permanente de obediência por parte da população mesmo que, como veremos a seguir, com a renúncia por parte do Comitê Central da FRELIMO no V Congresso em ser um partido Marxista-Socialista.

¹¹⁸Alberto Joaquim Chipande. Combatente da Luta pela Independência. Ex-ministro da Defesa. In <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2009/08/chipande-e-riqueza.html>

Capítulo IV – A Melhor Sombra é para Quem Madruga

Nos capítulos anteriores fizemos um percurso que nos permitiu identificar a origem da FRELIMO, o processo de sua inserção na sociedade moçambicana e a sua formatação em função daquilo que esta compreendia como sendo o ideal de Estado-Nação. Pudemos verificar, também, algumas decisões e posições tomadas que contribuíram para que se fortalecesse como a única instituição de decisão política, mesmo que, com existência de outras forças na sociedade.

Neste capítulo nos ateremos na análise, descrição e discussão do novo percurso de Moçambique com ênfase na nova realidade resultante do V Congresso da FRELIMO em 1989. Neste congresso, segundo Azevedo *et al*¹¹⁹ (2003) foi decidido que se abandonaria o marxismo-leninismo. Foi também aqui que em simultâneo foi dada ao Presidente Chissano a abertura para negociações com a RENAMO e a Introdução do multipartidarismo no país, posições essas sancionadas pela Assembléia Popular nesse mesmo ano (vide Nuvunga¹²⁰. 2013).

Estas mudanças significaram, necessariamente, uma alteração em toda uma forma de ver e agir na estrutura social, e cultural do país entre as quais a primeira de todas é na possibilidade de se pensar e ser diferente, ou seja, como diria De Brito (*op.cit*) deixava-se de lado a idéia de unidade homogenia que se pretendeu construir com o socialismo científico para uma unidade baseada na diversidade e, neste caso específico, no que tange ao pensamento político abre-se a possibilidade de outras formas de alcance e exercício do poder.

Estas mudanças, como apontamos, foram fruto da crise conjuntural (econômica, social e política) que contribuiu de certa forma para que a mudança do pensamento na FRELIMO ocorresse. Todavia, vale lembrar que face ao nosso objeto de estudo vamos-nos, por ora, cingir na questão política que determinou este evento.

¹¹⁹Azevedo, Mario; Nadozie, Emmanuel e João, Tomé Mbuia (2003) *Historical Dictionary of Mozambique*. Second Edition. African Historical Dictionaries, No. 88. The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Maryland, and Oxford

¹²⁰ Nuvunga, Adriano. (2013). *From Former Liberation Movement to Four Decades in Government. The Maintenance of the FRELIMO State*. Tese de Doutorado (não Publicada). ESSEX. Holanda.

1.1. A Transição

O V Congresso da FRELIMO acontece num período de múltiplas transformações nos contextos interno e externo que tiveram uma influência direta para os panoramas social, cultural, econômico e político. Na Rússia, por exemplo, para o contexto externo, o principal aliado de Moçambique o processo de implosão ia ganhando mais terreno devido a crise de capitais (Harvey, op.cit) o que de certa maneira, foi agravando a sua capacidade de sustentação, apoio financeiro e político a muitos dos seus aliados.

Não obstante a este fato, a queda do muro de Berlim, em 1989 significava claramente a perda de um dos principais apoios político-econômicos e, ao mesmo tempo, o início da perda de poder de influência soviética sobre alguns países. Por outro lado, o sistema ideológico capitalista mostrava sua força sobre os países mais pobres, sobretudo ao nível da África com a perspectiva de economia de mercado e para complementar a África do Sul punha término ao regime do *Apartheid*, o principal financiadora da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO)¹²¹.

¹²¹ Moçambique a partir de 1976 viu-se envolvida numa guerra civil perpetuada pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Segundo Azevedo at all (2003) RESISTÊNCIA NACIONAL MOÇAMBICANA (RENAMO) (MOZAMBIQUE NATIONAL RESISTANCE) (MNR) or MOVIMENTO DE RESISTANCE MOCAMBICANA (MRM) (MOZAMBIQUE NATIONAL RESISTANCE MOVEMENT) (MNRM). The precise origins of RENAMO are yet to be ascertained accurately. Unfortunately, most analysts have based their writings solely on interviews held with the late Ken Flowers, former Rhodesian intelligence officer, who claimed to have founded RENAMO. While some attribute its years of formation (1975–77) to the Portuguese intelligence commandos, known as flechas, who aimed to track down and neutralize FRELIMO activities and sympathizers, others stress its original links to the Rhodesian Special Branch of the army and intelligence, a type of scout's organization made up of both Rhodesian and Mozambican recruits. The armed scouts were sent to Mozambique to serve as intelligence guides and interpreters about the whereabouts and activities of the Zimbabwe African National Union (ZANU) in the then People's Republic of Mozambique. However, so far, no study has been able to pinpoint the moment these "insurgents" became RENAMO and turned their attention to the overthrow of the FRELIMO government. Two points are clear nevertheless: The white Southern Rhodesian regime, particularly after Mozambique closed its borders to comply with United Nations sanctions in March 1976 until the Lancaster House Agreement that led Zimbabwe to independence in 1980, provided logistical, military, and financial assistance to the group; and the new guerrilla group was not only intent on neutralizing ZANU's objectives but also planned to destabilize the FRELIMO government, which was totally supportive of Robert Mugabe's nationalist movement. Following Lancaster House, South Africa assumed Rhodesia's role not only to obtain information on African National Congress (ANC) activities in southern Mozambique but also to retaliate against the Marxist Mozambique government's support of the ANC and the South West People's Organization (SWAPO) and its active participation in the Southern African Development Coordination Conference (SADCC). Established in 1980 by the front-line states, SADCC was diametrically opposed to South Africa's "constellation of states" policy announced in November 1979. The extremely diverse composition of RENAMO in its formative years sheds some light on its nature and goals. RENAMO emerged as an organization of individuals purged from FRELIMO, particularly after February 1977, when the front was transformed into a Marxist-Leninist vanguard party. Some veteran guerrilla fighters who had been disbanded to allow the creation of a conventional army joined the new opposition. Portuguese citizens, such as Orlando Cristina, an ex-PIDE (Polícia

Internacional de Defesa do Estado) agent, and millionaire Jorge Jardim, former undersecretary of state to António Salazar and landowner in the colony, saw their property and role taken away as a result of the new socialist policies. Former African and Portuguese military and political collaborators within the defeated colonial regime and some intellectuals who disagreed with the Marxist-Leninist approach, such as Domingos Arouca and Miguel Murupa, decided not to support but to fight the newly installed Maputo government.

As FRELIMO attempted to impose its new policies, which were quite often haphazardly and hurriedly implemented, discontent became a natural phenomenon in the urban areas as well as in the countryside, where collective farms and cooperatives became the new lifestyle and mode of production. While some had legitimate grievances, others simply refused to accept change. Both of these elements became the core components of what turned out to be RENAMO by the end of 1977. Whatever the motives, this amalgam of guerrillas with heterogeneous political backgrounds was led by one unifying goal: the overthrow of the FRELIMO Marxist government at all cost, including assistance from the pariah states of Southern Rhodesia and South Africa, an accommodation that turned out to be the most embarrassing stigma as RENAMO sought national and international recognition as a legitimate guerrilla movement. RENAMO received radio facilities at Gwelo, Rhodesia, in 1976, and began broadcasting in Portuguese as the Voice of Free Africa (*Voz da Africa Livre*). South Africa allowed continuation of the broadcast at Phalaborwa in Transvaal after April 1980. Rhodesia also provided the rebels with a military base at Bindura along the Mozambique border. In 1980, South Africa made Zabostad available to the insurgents. By this time, RENAMO had established two major bases inside Mozambique on the foothills of Gorongaza, one of them located on the very 5,500-foot plateau later known as Casa Banana. The base controlled an 800-meter airstrip. Realizing the scarcity of its resources, RENAMO, which by 1979 counted only a few thousand guerrillas and open supporters, chose to operate in small groups of 200 and 300 men in an effort to split and confuse FRELIMO's conventional forces. Their goal was to paralyze the country through destruction of the communication and transportation infrastructure and elimination or physical punishment of FRELIMO leaders, members, and sympathizers, beginning in the rural areas and slowly moving into the urban centers. One of RENAMO's first major successful attacks was on the fuel depot at Munhava, on the outskirts of Beira, on March 23, 1979, causing fire and extensive damage. However, on October 13 through October 22, 1979, the *Forças Populares de Libertação de Moçambique* (FPLM) (Mozambican Liberation Popular Forces) stormed the two Gorongozo bases, capturing much ammunition, killing some 100 guerrillas, and taking 22 prisoners. During the assault, RENAMO's first president, André Matadi Matsangaissa, was wounded and died while trying to escape in a helicopter. The assault was so successful that FRELIMO declared RENAMO, "the internal reactionaries" and *bandidos armados* (armed bandits), defunct. RENAMO leaders, including Afonso Dhlakama, the next president, feared that the remaining 500 men might not be able to withstand the FRELIMO challenge. Against the odds, however, and in spite of internal leadership strife that followed Matsangaissa's death, RENAMO rebuilt its headquarters in the Gorongozo Mountains, and Dhlakama emerged as its new supreme commander and president. Once again, however, FRELIMO struck back at Gorongozo in June 1980 and captured Sitatonga base. To celebrate the victory, Samora Moisés Machel himself landed on Casa Banana and said, "We have broken the back of the snake." Yet, RENAMO had not been fatally wounded. It reemerged even more determined, 17,000 men strong. It rebuilt the bases, and by 1983 it was operating in seven of the 11 provinces of Mozambique, including Inhambane in the south, and threatened Maputo City itself. The Beira Mutare railway and its 228-kilometer (137-mile) pipeline (the so-called Beira Corridor) were paralyzed, the Cahora Bassa dam was neutralized through sabotage of its pylons, and electricity from Pretoria to Maputo was interrupted. At least 26 cooperantes had been abducted; 12 of them, including two Soviet geologists, were executed in 1982. Trains were ambushed (one derailment killed 14 people and wounded 50 others on August 9, 1982), and in December 1982 the Beira fuel depot was once again blown up, causing an estimated damage of \$35 million. The reemergence of RENAMO surprised FRELIMO, which seemed unable to stem the tide of destruction. To worsen the situation, several FRELIMO faithful, some of whom were in high positions—such as Jorge Costa, a top security officer, the ambassador to Lisbon, the first secretary at the Mozambique embassy in Harare, and the finance director in the presidency in Maputo—defected in 1982. Some joined RENAMO. To meet the crisis, FRELIMO recalled to duty some of the former guerrillas, created militias throughout the country, and distributed guns to the population. In Sofala, by the end of 1982, about 40 percent of the people were armed, while in the capital 30,000 men and women were organized into militias. The FPLM initiated a more aggressive campaign against RENAMO hideouts and resumed the policy adopted in 1979, when the death penalty of executing RENAMO sympathizers and captured guerrillas was introduced. In November 1982, Mozambique enlisted the active involvement and deployment of 3,000 to 6,000 Zimbabwean troops particularly along the Beira Corridor, stationed at Chimoio. RENAMO, however, continued to frustrate all these efforts. At the end of 1982, the government estimated that, since the inception of their activities, the so-called armed bandits had caused damage and military expenditures in the amount of \$3.8 billion and had "destroyed 840 schools, 12 health

clinics, 24 maternity clinics, 174 health posts, 2 centers for the handicapped, 900 shops, and kidnapped 52 foreign technicians.” RENAMO’s successes were so disconcerting that in March 1983 FRELIMO’s Council of Ministers declared the effort to “wipe out the bandit gangs” as Mozambique’s “absolute priority.” Adopting a “total strategy” against the enemy, President Samora Machel and Defense Minister Alberto Chipande initiated a diplomatic offensive to solicit financial and military assistance from the West and traveled to Britain, France, West Germany, and Portugal, held public executions of “traitors” as a deterrent, and liberalized the government’s economic policies. The relentless RENAMO attacks, particularly in Zambezia, Tete, and Nampula (where former SADCC projects on the Malawi-Nacala railway and roads were being severely jeopardized and constantly halted), coupled with South Africa’s retaliation for Mozambique’s support of the African National Congress, forced Machel to sign the Nkomati Accord with Prime Minister Pieter Botha on March 16, 1984. While South Africa promised to stop assistance to RENAMO, Mozambique pledged to force the ANC to evacuate its military bases from Mozambican territory. South Africa did not, however, abide by its pledge, and RENAMO seemed to grow even stronger following the signing of the accord. By 1985, its activities had spread throughout Mozambique’s 11 provinces. As a result of a June 12, 1985, summit of Machel, Mugabe, and Nyerere in Harare, Zimbabwean troops and Tanzanian advisers (about 1,000) began to play an offensive rather than a defensive role in the Mozambican struggle against the insurgents. Thus, on August 28, 1985, Zimbabwean “crack” troops, assisted by Mozambique assault helicopters, parachuted over Casa Banana, which they captured along with incriminating documentary evidence linking the South African Defense Forces, through Colonel Van Niekerk, with RENAMO. Dhlakama was not captured, however, and RENAMO’s activities continued unabated (some more cooperantes were kidnapped), although the government subsequently claimed to have destroyed several enemy bases and killed 1,000 “rebels” during the second half of that year. The deteriorating situation in Mozambique led to the Pretoria talks between FRELIMO and RENAMO mediated by South Africa in early October 1985. The Pretoria Declaration announced an aborted cease-fire, with each side blaming the other for the failure of the parallel talks.

To the consternation of the Zimbabwean troops, Casa Banana, left to the FPLM in August 1985, fell to RENAMO forces on February 14, 1986, after RENAMO had also occupied Caia on December 18, 1985, and Marromeu (where they destroyed the sugar refinery) in January 1986. At the end of 1985, the railway from Maputo to South Africa functioned only at 33 percent of its capacity and the Swaziland line at 38 percent, while several railway bridges near the border with South Africa had been blown up by the guerrillas. RENAMO spoke of a “final offensive” against Maputo, which was under constant attack. Thus, in February 1986, FRELIMO resumed execution of RENAMO suspects. Although assistance from the West was trickling down, in March 1986 Machel signed a five-year arms pact with the Soviet Union, following his visit to Moscow. On April 12, 1986, government morale was restored temporarily when Zimbabwean troops recaptured Casa Banana. A few weeks earlier, however, in their attempt to recapture Marromeu, the Zimbabwean forces had lost Colonel Flint Magana, who died in a helicopter crash for which RENAMO claimed credit. In addition, RENAMO was said to have started urban “terrorism” that year, when mines were found along Maputo beaches, and bombs exploded in the capital city and Beira. To further counter RENAMO’s threat, Machel, Zambian president Kenneth Kaunda, and Zimbabwean president Robert Mugabe held a minisummit in Zambia in mid-October 1986, out of which came a plan or plot, now confirmed, to overthrow the Malawi government for its alleged assistance to RENAMO. Machel’s death in an airplane crash as he returned from the minisummit further complicated the Mozambican situation. Machel had accused Malawi’s president Hastings Banda of letting his country be a conduit for South African military and reconnaissance planes (which dropped reinforcements for RENAMO, particularly during the period immediately following the Nkomati Accord) and a sanctuary for rebel forces. Consequently, in December 1987, Mozambique and Malawi signed a joint security pact, the latter pledging to seal its borders to RENAMO military activities. By April 1987, some 300 Malawian troops were stationed along the Nacala-Malawi railway near the Mozambique border. Although, in 1987, the Mozambique government claimed to have slowed down RENAMO’s activities considerably, RENAMO’s destructive impact refuted the claim. In October 1987, RENAMO ambushed several convoy vehicles traveling from Maputo on the main highway, killing 270 people. Furthermore, its guerrillas even dared to cross the border into Zimbabwe and Zambia, causing several casualties there. RENAMO also claimed that, on December 14, 1987, some 117 FRELIMO soldiers at Caia had defected to its ranks.

In spite of the seeming victories of destruction and death, RENAMO’s reputation, already suffering from accusations of terrorist tactics, was severely damaged in mid-July 1987, when the FRELIMO government announced to the world that RENAMO guerrillas had massacred 424 innocent people at Homoine in Inhambane Province. RENAMO denied the charges and blamed FRELIMO soldiers, and requested that an independent international team be allowed to investigate the incident. The FRELIMO government refused to allow such an investigation. On December 17, 1987, FRELIMO announced a six-month amnesty, which, according to the government, had

convinced some 200 guerrillas to turn themselves over by January 1988. Most likely because of the worsening situation, the presence of Eastern bloc and Cuban troops increased in Mozambique by the end of 1987 to 1,000 Soviets, 2,000 Cubans, and 500 East Germans. Meanwhile, the internecine carnage, worsened by the drought, continued in the country, and RENAMO, whose bases were still well established on the foothills of Gorongosa, claimed to have a force of 22,000 with 30,000 more being trained. RENAMO made most rural areas and towns, including the 50-mile radius around the capital city itself, unsafe. In November 1988, it also claimed to have cut off electricity to Maputo for three days, destroyed military installations in Gurue and bridges in Gaza, burnt a railway locomotive between Mapai and Mabalane, and occupied several towns in Manica Province, including Vila de Junta, Vila de Rotunda, and Vila do Dondo. Simultaneously, RENAMO attempted to improve its reputation abroad by upgrading its representation in Portugal, West Germany, the United States, Canada, and some African states, and by facilitating direct communication with Gorongosa. Journalists were also allowed to visit Casa Banana. Within RENAMO, however, there were two major opposing views, a development that posed a threat to the movement. One view insisted on disassociating the organization from South Africa and developing stronger ties with the West, particularly the United States. The other wished to maintain the status quo while pursuing an aggressive international campaign to counter FRELIMO's successes abroad. Observers have attributed to this internal conflict the assassination of Evo Fernandes, the movement's secretary-general, near Lisbon on April 20, 1988; the deaths of two important leaders—Mateus Lopes and João de Sousa—reportedly killed in a single-car accident in Malawi on their return from a meeting with Dhlakama in Gorongosa; and the defection of Paulo Oliveira to FRELIMO in early 1988. RENAMO spokespeople denied South African involvement at that stage: They claimed that the existence of the Nkomati Accord, coupled with MNR's sabotage of Cahora Bassa, disruption of rail transport to South Africa, and interruption of electricity from Pretoria to Maputo proved that RENAMO was acting independently from the apartheid regime and that, in fact, it was fighting both the Mozambican and South African governments. Earlier assistance from Southern Rhodesia and South Africa, however, has never been denied by RENAMO officials. RENAMO representatives claimed that the sources of assistance to the movement were the people of Mozambique and several African countries as well as some Arab states (which they never identified publicly). They further told the world community that their weapons were mainly those they captured from FRELIMO. FRELIMO, on the other hand, increased its official contact with the South African regime, as illustrated by the September 12, 1988, summit in Songo, Tete, between Presidents Joaquim Chissano and Pieter Botha. Likewise, it accelerated contact with the West, as demonstrated by Chissano's visit to the United States in 1987 and Mozambique's acceptance of assistance and terms from the International Monetary Fund in 1987 and 1988. However, FRELIMO refused to directly negotiate with RENAMO, which it still considered a "gang of armed bandits and terrorists," insisting that only South Africa could speak for them. In 1989, there were signs that FRELIMO could not win the war against RENAMO, which stepped up its activities every time the Mozambique government refused to accept the concept of a peaceful settlement. Nonetheless, hopeful signs emerged from a FRELIMO Congress. On July 31, 1989, Chissano read a "Statement of Principles" as a basis for negotiations with the "enemy." Yet, RENAMO increased its activities in the central and southern provinces, Zambézia, Manica, Sofala, Gaza, and Maputo itself, and occupied the strategic town of Luabo on the Zambezi River on August 19, 1989. The apparent successive and successful military campaigns waged by RENAMO must be seen as one of the reasons why FRELIMO decided to resume exploratory negotiations in early December 1989 and its announcement of multiparty national elections scheduled for 1991. However, because of the bickering and accusations of bad faith by the two sides, the war continued in 1990. It ended only in 1992, and RENAMO was legalized as a political party, unsuccessfully contesting the presidential and legislative elections of 1994 and 1999, although it captured 112 seats in 1994 and, in alliance with some of the opposition, 117 of the 250 seats in 1999. Notwithstanding its tainted reputation stemming from its war tactics, RENAMO has been completely integrated into Mozambique's political life, drawing its strongest support from the central and northern provinces of the country. However, relations with FRELIMO have remained strained as a result of the 1994 and 1999 disputed elections and the personal ambitions of leaders in both parties. Bickering within RENAMO and the attempt to remove Afonso Dhlakama from leadership, thus preventing him from running as president of the country for the third time, may well result in the splitting of the party in the near future.

Internamente, a presença das instituições financeiras impondo uma nova postura na relação Estado vs Economia, Estado vs Política e não obstante o agravar da guerra civil levado à cabo pela Resistência Nacional de Moçambique, contribuíram para uma nova mudança político, cultural e econômico.

Vale lembrar que estamos cientes da guerra civil que assolou o país por cerca de 16 anos e sobre um conjunto de consequências políticas, sociais, econômicas e culturais. No entanto, como dissemos antes o nosso debate recai sobre as decisões tomadas pela FRELIMO que contribuíram para a formatação da sociedade e em simultâneo a manutenção do poder. Desta feita, não cabe aqui discutir, as causas da guerra mesmo que se entenda que ela tenha sido resultante de posição político-ideológica assumida pelo estado moçambicano após 1975 e/ou insatisfação do colonialismo que se sentiu perdendo seu espaço político, econômico, cultural etc. Assim, doravante, nós cingir-nos-emos no debate sobre o novo contexto político que surge em Moçambique após os Acordos Geral de Paz (AGP), em 1992, entre o Governo de Moçambique, liderado pela FRELIMO e a RENAMO. Fica assim delineado que o nosso foco dará atenção a novas formas de manutenção do poder político em Moçambique após o período em referência.

Em 1990 é aprovada a nova constituição da República Popular de Moçambique e entre as principais modificações cujo efeito reestruturou a sociedade moçambicana foram a introdução do multipartidarismo, o direito a associação e o deixar de ser um país marxista. Estas mudanças criaram condições para uma nova realidade. A segunda Constituição do País abre espaço para novas realidades, assiste-se a permissão a liberdade de imprensa, a liberdade de associação, a eleições multipartidárias. No âmbito econômico, assistimos ao liberalismo do mercado, assistimos a privatizações e o início da descentralização dos planos e programas de desenvolvimento.

A guerra civil que assolava o país, já em processo de negociação desde o início de 1990, entre a FRELIMO e a RENAMO entrava para uma fase crucial. Se o argumento da guerra, que nesta altura já tinha feito mais de quatro milhões de refugiados nos países vizinhos, mais de um

milhão de mortos, destruição de milhares de postos de saúde e escolas, era a “democratização” do País com a nova constituição esse argumento tornava-se enfraquecido.

Se por um lado a RENAMO encontrava-se num processo de isolamento, pois a África do Sul seu principal aliado retirava-se do cenário em face a pressão internacional sobre o *apartheid* e os sinais claros de uma nova forma de convivência o que dificultaria apoio a RENAMO, por outro lado a seu favor: a crise econômica no qual o país estava mergulhado obrigava a negociação da paz, para além de que a 60%¹²² do país estava sob o controlo da RENAMO, cuja base de apoio nas comunidades rurais se baseava no fato desta organização dar apoio e incentivar a práticas tradicionais das comunidades, segundo Chistian Geffrey 1997. Recordemos que no âmbito da criação do “Homem Novo” vários aspetos culturais foram excluídos inclusive as lideranças tradicionais.

Em Face destes fatos os acordos de paz interessavam as partes do conflito: a FRELIMO e a RENAMO pelo que o Acordos do Geral de Paz (AGP) em 1992 foi unanimemente aceite e assinado. Deste modo, o processo de pacificação do país requeria um esforço de integração bastante grande e equilibrado. A guerra, como afirma Fry (2003) criara novas categorias: refugiados (internos e externos ao país) e desmobilizados de guerra. Nisso era preciso inserir estes indivíduos na vida quotidiana esquecendo ou deixando o passado recente para trás.

A Nova constituição (1990) apesar de esta entrar em vigor (discursivamente) nesse mesmo ano, a manifestação prática desta constituição começa fazer sentido depois dos acordos gerais de paz. Aqui aparecem os primeiros questionamentos diretos sobre a história de Moçambique nos jornais (o Jornal Savana, março 1993, escreve sobre a morte de Eduardo Mondlane), surgem as primeiras associações regionais (Associação dos Naturais e Amigos de Cabo Delgado), primeiras festas regionais na cidade de Maputo principalmente (festa dos Zambezianos, Beirenses, etc.), surgem os primeiros partidos Políticos diferentes da FRELIMO e RENAMO¹²³.(Mazula, 1996).

¹²² João M Cabrita (2003). Mozambique: the Tortuous Road for democracy. University of Cape-town.

¹²³ A RENAMO só depois dos acordos Gerais de Paz é que se institucionaliza como partido político

A nova constituição permitiu a abertura para criação de um sistema multipartidário, contudo dois aspetos podem ser ressaltados. Primeiro o multipartidarismo começa a ser efetivo somente depois dos Acordos Geral de Paz. Antes desse acordo, a constituição assim permitia, mas o receio de pronunciamento contra a política da FRELIMO de uma forma aberta e frontal faz com que só depois da RENAMO partidarizar-se surjam outros partidos, isto é, somente depois de 1992. Com a transformação lenta da RENAMO como partido vários outros institucionalizaram-se e, deste modo, ganhando coragem para esse enfrentamento à FRELIMO, não obstante a constituição permitir esse fato há cerca de três anos. O segundo aspeto é que não foi a meu ver, a constituição que impôs as primeiras eleições multipartidárias e presidências no país. Estas eram uma exigência do Acordo Geral de Paz e as condições impostas pelas organizações da Bretton Wood as quais Moçambique pretendia aderir, portanto, não foi a constituição mas um somatório de acontecimentos políticos, econômicos.

A realidade atual de Moçambique demonstra como vários aspetos culturais vão reaparecendo, o *lobolo*¹²⁴, a medicina tradicional, o uso das línguas em escolas (programas de ensino bilíngüe) a aprovação pelo Conselho de Ministros em 10 de Junho de 1997 da Política Cultural de Moçambique (conhecida como Lei 12/97), em que se destaca o reconhecimento dos diferentes patrimônios culturais de Moçambique, o *lobolo* passa a ser considerado casamento legal (nova lei de família 2007), a medicina tradicional passa a ser discutida oficialmente a partir do Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura (MINEC – no período 2004-2009 era um único Ministério, sendo que atualmente estão separados em Ministério da Cultura e Ministério da Educação), é legalizada nesta década a *AMETRAMO* (Associação dos Médicos Tradicionais), as línguas nacionais passam a ser usadas oficialmente nos programas do ensino Bilíngües, a aprovação da lei 15/2000 sobre a autoridade tradicional (régulos – designação dos líderes tradicionais), anteriormente eliminados a favor dos Grupos Dinamizadores (vide Manuel de Araújo sobre os Grupos Dinamizadores), entre outros aspetos.

Podemos assumir que no contexto de Moçambique a crise interna (escassez de liquidez, fome, cheias e guerra civil), a crise na Rússia, a queda do Muro de Berlim, o fim do “*apartheid*”

¹²⁴ Casamento tradicional, no qual o noivo e sua família, paga uma espécie de compensação aos pais da noiva e familiares.

e a guerra civil foram fatores estruturantes para o novo estado moçambicano (1990 em diante) em oposição ao fator marxismo-leninismo implementado sobretudo entre 1975 a 1983. Neste sentido, se no contexto marxista leninista tínhamos ou se pretendeu uma sociedade onde o pensamento político-cultural-financeiro devia convergir num único pensamento orientado numa base vanguardista, o novo contexto permitia a diferença da percepção política-cultural-financeira baseada no princípio da diversidade e igual acesso, sobretudo ao poder político ou seja, dentro do processo de criação da cultura moçambicana, definindo a cultura, neste caso específico, segundo De Mello¹²⁵ (2005) como “conjunto da obra humana (conjunto de comportamentos, práticas e costumes que os indivíduos adquirem enquanto membros da sociedade)” e, partindo da idéia da cultura nacional como discurso, vide Hall (1992). Deste modo, podemos admitir que a necessidade da cultura concebida no modelo marxista-leninista para Moçambique no período os independência deixa de ter validade, aliás, segundo Haviland¹²⁶ (1989)

“a cultura consiste nos valores abstratos, crenças e percepções do mundo [...] as pessoas mantêm a cultura para lidar com problemas ou questões que lhes dizem respeito. Para que ela sobreviva precisa de satisfazer as necessidades básicas daqueles que vivem com suas regras, para fornecer sua própria continuidade e proporcionar uma existência ordenada para os membros. Ao fazê-lo, a cultura deve encontrar um equilíbrio entre o interesse próprio dos indivíduos e as necessidades da sociedade como um todo e, finalmente, a cultura tem que ter a capacidade de mudar, a fim de se adaptar a novas circunstâncias ou para percepções alteradas das circunstâncias existentes”.

Portanto, se se esgotam as necessidades para quais as foram criadas os valores e as crenças (inclui-se aqui o cultural, político, econômico, social, religioso, etc) há uma necessidade de reinventar-se outros valores nas diferentes esferas de organização social, incluindo, na política¹²⁷.

Neste contexto a questão que se coloca é: como foi reinventada a manutenção do poder em Moçambique atendendo as mudanças do quadro organizacional político recente? Vale lembrar que presente realidade permitia a disputa pelo alcance do poder por qualquer uma

¹²⁵ Luiz Gonzaga de Mello. Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas. 12ª Edição. Editora Vozes. Petropolis. 2005

¹²⁶ William A. Haviland. Cultural Anthropology. 6 Edition. University of Vermont. 1989

¹²⁷ a organização política termo refere-se aos aspectos da organização social especificamente preocupados com a gestão dos assuntos de política pública de uma sociedade, em outras palavras, é o sistema de relações sociais que prevê a coordenação e regulação de comportamento, na medida em que o comportamento está relacionado com a manutenção da ordem pública.

organização político ou indivíduo desde que cumprisse com as formalidades instituídas. Assim como a FRELIMO conseguiu manter o poder?

1.2. *Os Três Pilares do Poder no Moçambique Democrático*

Com a nova Constituição da República de 1990 as condições de acesso ao poder deveriam, à luz da mesma, depender da aceitação do povo, isto é, sendo o país multipartidário o processo de aquisição do poder estaria dependente de eleições. É nessa base que se assentará o novo “*modus operandi*” para o exercício de poder político.

O multipartidarismo pressupõe de imediato, a existência de condições para o exercício da democracia ou pelo menos para que variadas forças conspirem o poder e isto é só possível em contextos onde ocorre a democracia. No entanto, para um estudo sobre este fenómeno começaremos partindo da proposta de Mazula¹²⁸ segunda a qual “*estuda-se e avalia-se a democracia pela maneira como os três sujeitos (Estado, Instituições e o cidadão) atuam na satisfação dos seus interesses [...] não basta por conseguinte, para os objetivos do projeto tomar a democracia como governo do povo, ater-se à separação formal dos poderes, ou à consagração dos direitos humanos e cívicos na lei maior da nação, a constituição. Importa, sim, o seu funcionamento e o atendimento ao cidadão*”. Deste modo a nossa análise nesta secção procurará entender como a idéia do exercício “*democrático*” constitui a base para a manutenção do poder pela FRELIMO. Isto implicará entender e desenvolver um debate sobre a democracia em Moçambique.

A idéia democracia ou contextos de ocorrência de práticas democráticas não é nova em Moçambique. No início de luta e com o aparecimento das zonas libertadas o princípio que vigorava era o da democracia. Aliás, Mondlane (1995) afirma que a FRELIMO se movia pelo centralismo democrático - definido no início deste debate -. Isto pressupõe o conhecimento de mecanismos de envolvimento dos diversos atores sociais na tomada de decisão sobre os seus destinos. Se por um lado há essa compreensão que, alias é legítima, pois envolvia os demais na tomada de posições, por outro lado, é importante compreender como se entendia a democracia.

¹²⁸ Mazula, Brazao. As Eleições Moçambicanas: Uma trajetória da Paz e da Democracia. In: Mazula, B. *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo. Imprensa Universitária. 1995

Já teríamos falado do centralismo democrático e a participação que, resumidamente, podemos reiterar que era o processo no qual se constituiu de dois elementos contraditórios, por um lado, pretendia a participação de todos, por outro, condicionalismos, sobretudo, de caráter lingüístico contribuíam sobremaneira para que a participação de “todos” fosse de fato limitador e não includente.

Esta questão torna-se interessante se olharmos para algumas abordagens de certos pensadores que entendem a democracia como um complexo. Como aponta Pamela Abuya¹²⁹, esta foi ao longo dos tempos entendida como “governo do povo” traduzindo, na prática, como liberdade de expressão (isagonia), igualdade perante a lei (isonomia) e o respeito igual de todos os homens (isotimia). No entanto, segundo Abuya (op.cit.312) o mesmo conceito evoluiu e passou a ser percebido como governo da maioria, baseado no princípio de igualdade, justiça social, liberdade, tolerância e equidade. Isto nos leva a uma percepção que a democracia passa a incidir não somente na idéia de igual, mas na criação de condições sociais capazes de satisfazer não uma maioria, mas os elementos todos inseridos no contexto democrático específico.

Neste sentido, para Abuya (op.cit), estamos perante um governo democrático quando os interesses, direitos e liberdades individuais não são apenas reconhecidos e respeitados, mas também protegidos e assegurados pelo Estado e por outras instituições de governação. Aqui se introduz o Estado como uma entidade geradora e seguradora dos princípios que garantem, resumidamente, o igual acesso a vida plena (entendo a vida pelo direito, a liberdade, a justiça social).

Recuando para a definição apresentado por Mezserus (op.cit.19), na qual O Estado é definido como “*é essencialmente uma estrutura hierárquica de comandos*” fica aqui claro que ao estado cabe, necessariamente, garantir que consiga ser capaz de exercer e manter comandos para que os governos e governados a si dependentes sejam democráticos.

¹²⁹ Abuya Pamela. Democracy in Africa: A Challenge to Philosophers in The New millenium. In: Presbey, Gail M ET all (Ed.) Thought and Practice In African Philosophy. Nairobi: Konrad Adenauer Foudation. 2002

Um governo é definido como democrático, segundo Dahl, quando responde a cinco critérios: participação efetiva, igualdade de voto; obtenção de informação esclarecida; exercício de controle final sobre a agenda e a inclusão de adultos. (Dahl.p.49). Assim, um governo democrático basicamente cria condições permanentes para a inserção dos seus na vida e agenda nacional permanentemente.¹³⁰ Entretanto, como aponta Mazula (2002) “*não basta que serem livres de nome e constar da constituição do país; é necessário que se lhe garantam o as oportunidades (direito) de participação na governação*” e, acrescentamos de opinar sobre qualquer que conste da agenda nacional.

É sob esta visão que se olhar para o contexto africano, onde constitucionalmente muitos países são democráticos, podemos verificar vários cenários que criam condições para um não acreditar da democracia e seu papel. Abuya (op.cit.317 e 319) adverte que esta percepção é fruto da constante tendência de alguns governos africanos retomarem ao mono-partidarismo. Não obstante a este fato, Moyo¹³¹ argumenta que em muitos países a democracia é um fenômeno secundário, pois muitas vezes os africanos têm conhecimentos sobre a democracia, gostariam de poder escolher seus chefes através da votação, no entanto, entre a possibilidade de poder escolher um teto e votar a preferência será na resolução do problema de habitação.

Nesta ótica a democracia fragiliza-se e, paralelamente a este fato, segundo Moyo a própria democracia resulta do desenvolvimento econômico. Assim, segundo a mesma autora, a democracia não pode ser vista como pré-requisito para o crescimento econômico, mas o desenvolvimento econômico será o pré-requisito para a democracia¹³², pois, a democracia plena só existe quando há uma classe média capaz de impor ao governo a prestação de contas, ou seja, analisar o contexto democrático requer compreender, também, o seu nível de desenvolvimento. Esta perspectiva torna a ação democrática condicionada a um debate sobre o que é desenvolvimento.

¹³⁰ Dahl, Robert. Democracia. Trad. Teresa Braga. Lisboa. Tilgráfica-Sociedade Gráfica. Coleção, Memórias do Mundo. 2000

¹³¹ Dambisa Moyo. In <https://www.youtube.com/watch?v=4Q2aznfmCYU> revisitado em 30 de Julho 2015

¹³² Dambisa Moyo, procura demonstrar que através de quadros, que te há uma relação direta entre o nível de desenvolvimento e crescimento econômico e a democracia. Onde quanto maior for o PIB de um país, maior é o exercício democrático.

Alguns autores como Hanlon e Smart¹³³ (2008), Abuya (2002), Tallenaere¹³⁴ (2002) Dahl (2000) advogam que a democracia no contexto africano passa por um processo de estabilização no qual há uma necessidade de um permanente diálogo entre os diferentes agentes. Nisto é preciso ter sempre em consideração que este processo se enquadra no âmbito da chamada segunda onda democrática.

No contexto de Moçambique a democracia foi introduzida sob condições específicas. Como vimos o país quando se abriu ao multipartidarismo encontrava-se ainda em guerra civil entre a RENAMO e o Governo da FRELIMO. Os acordos de Paz assinados a 04 de Outubro 1992 deram o término desse conflito armado.

Este fato entre as várias condicionantes impunha a inserção dos ex-militares da RENAMO no contexto social, cultural e político. Outrossim, era necessário que se formasse um único exército, que fossem desarmados soldados da RENAMO e que se despartidarizasse o Estado Moçambicano. Assim este, o estado, devia ser inclusivo, apartidário, criando um estado democrático na óptica de Mazula (op.cit.25), onde a democracia é *“capacidade e oportunidade de convivência social-política-económica, na diversidade de idéias, opiniões e culturas, para realização de um desenvolvimento real, em cada tempo e lugar”*. Esta visão de Mazula configura a democracia ideal, porem, o passado histórico-político-militar de Moçambique configurou a estrutura social, cultural e política tende a resistir às novas dinâmicas. Assim, este passado será uma pré-condição e fator determinante no processo de instalação e manutenção do exercício democrático que o país assume.

Com efeito, a democracia será um “pêndulo” entre a guerra vs paz; legalidade vs ilegalidade; legitimidade vs imposição e desta situação que Moçambique entre as suas particularidades democráticas atuais (2014/5/6)¹³⁵ têm um parlamento constituído de três partidos, onde um dos quais tem assumidamente um exército (RENAMO) e, outro controla as forças de defesa do estado (FRELIMO) e uma comissão de paz, que funciona como parlamento

¹³³ Hanlon, Joseph e Smart Teresa. Há mais Bicicletas: mas há desenvolvimento? MIssanga. Maputo. 2008

¹³⁴ Tallenaera, Marc. Democracias e Eleições em Moçambique: Teoria e Prática. VolI. In Brazão Mazula. Moçambique: 10 Anos de Paz. Cood. Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento. Maputo. 2002

na medida que há acordos e leis aqui criados e posteriormente implementados sem que as mesmas passem pelo Parlamento. Isto só é possível porque, como afirma Bekee¹³⁶ o período que se segue logo após os acordos de paz criou mutua vulnerabilidade militar entre a FRELIMO e a RENAMO causada pela ausência de instituições e devido a a falta de confiança entre as partes.

Do Rosário¹³⁷ ressalta estes aspectos argumentando que “*a FRELIMO resulta da Luta de Libertação Nacional, com a transformação da Frente em partido político e a RENAMO, que resulta em grande medida da conjuntura geopolítica da região e do mundo, estrutura-se a partir do conflito armado que desencadeia contra o poder estabelecido e só após conversações se transforma em partido político*”, Com efeito, o processo democrático resultará de um hibridismo entre paciência, tolerância e ameaça pela, como diz Cabaço (2014), “*alma militar*” e é esse aspecto que impõe o medo entre as partes mesmo em condições de paz. No entanto, a paz não se deve resumir no calar das armas, mas sim deve, sobretudo, criar possibilidade de viver-se em harmonia e sem medo do “outro”.

Sendo assim, o viver em harmonia implica também entre muitos aspectos poder exercer o poder dentro de um pacto social de respeito, igualdade, justiça. É neste percepção que as primeiras eleições multipartidárias no país em 1994 foram o marco institucional e político do início do exercício da democracia.

No entanto, vale fazer menção como aponta Bekee (2008) que este período é bastante frágil mesmo entre os partidos - a RENAMO teria se convertido em partido político à luz dos acordos gerais de paz – pois, estes ainda não tinham desistido de suas posições Político-Militares, isto é, as posições e capacidade militar dos dois principais intervenientes mantinham-se. Isto condiciona a prior a democracia, pois, fica clara a idéia de liberdade, inserção e igual acesso condicionada posição militar.

¹³⁵ Somente a título de exemplo fixemos uma extensão temporal em relação ao período estipulado como o da nossa pesquisa: 1975-2010

¹³⁶ Bekee, Dorina. *Implementing Peace Agreement: Lessons From Mozambique, Angola and Libiria*. Palgrave. Macmillan.2008

¹³⁷ Do Rosário, Lourenço. *Gestão Política em Situação Multipartidária. – Partido No Poder*. In: Do Rosário. *Singularidades II*. Texto Editores. 2007

È,contudo, preciso realçar que mesmo perante estas posições político-militares o caso de Moçambique continuou surpreendente, pois, não foi discutida a questão da partilha de poder, nem a divisão territorial, se mantendo tudo dentro da ordem da carta da OUA sobre as fronteiras. Estes fatos em si proporcionam e cristalizam a convicção segundo o qual o poder deveria ser alcançado a partir processo democrático, isto, entendendo a democracia aqui, como momento pelo qual o político/partido põe-se a disposição dos demais abrindo a possibilidade de ser escolhido para governar por um período.

A possibilidade de se dispor aos demais para ser escolhido na democracia representativa de Moçambique dependia da possibilidade de, para concorrer as eleições presidências, de estar ou não ligado a um partido, no entanto, para fazer parte do poder legislativo dependia rigorosamente de uma filiação partidária. É neste contexto que a RENAMO nasce como partido financiado pela cooperação internacional com maior destaque para a ONU. Em Contra partida, como aponta Hanlon e Smart (op.cit) a FRELIMO era o único partido com estrutura. Podemos assim dizer que o processo de criação dos partidos em Moçambique e da sua participação nas eleições dependeu da disponibilidade financeira das agências internacionais o que de alguma forma, formata uma democracia específica onde a vontade ou disponibilidade de se dispor para ser escolhido provêm de factores externos.

Este aspecto tem uma grande influência na concepção democrática do país. A democracia em Moçambique vai ter peso maior quando vista de fora para dentro, no entanto, menor peso quando olhada de dentro para fora. Como resultado, internamente - como veremos mais adiante - há um questionar permanente sobre a ordem democrática que, alias, como demonstram os dados do Conselho Constitucional (1998;1999;2003;2004;2014;2015) entre eleições municipais, eleições presidenciais e legislativas a média de abstenção é de cerca de 48%. Isto nos remete a um questionamento se existe ou não democracia, atendendo, aos seus cinco aspectos apresentados por Dahl (2000), (1).participação efectiva (estariamos perante uma participação efectiva quando mais de metade da população não toma decisão sobre os seus destinos?) (2) igualdade de voto (aqui o voto é igualmente distribuído e pesado) (3) obtenção de informação esclarecida (ate que ponto os órgãos de informação informa de forma equitativa, clara as mensagens dos “outros” há redundantemente queixas sobre o faoto dos meios de comunicação

sobretudo públicos darem primazia ao partido FRELIMO?; (4) exercício de controle final, estudos Mazula (2015) apontam, para o caso de Inhambane por exemplo, cerca de 80% da população não conhecer seus deputados e não saber como solicitar a prestação de contas quer do governo quer dos deputados e finalmente, (5) sobre a agenda e a inclusão de adultos, até que ponto existe a inclusão se uma das grandes queixas, vide relatório da Human Right Watch que aponta por exemplo o facto de se colocarem as urnas em locais distantes, onde muita gente adulta não pode ir votar, sobretudo nas áreas onde a FRELIMO tem poucos eleitores. No entanto, há possibilidade de escolha voluntária de quem representará ou conduzirá os anseios do povo.

A questão que se coloca é: em face a estes aspectos levantados que tipo de democracia temos e como foi que a FRELIMO manteve o poder neste período cuja base para governação foi a escolha democrática?

No contexto de Moçambique a democracia assume-se pelo ato de realizarem-se eleições municipais, presidenciais e legislativas. Esta percepção advém do facto de 72% dos nossos inquiridos quando questionados se o país é ou não democrático terem respondido afirmativamente que sim. E quando questionados porquê, a maioria considera democrático, porque as pessoas podiam votar - sinónimo de escolher -, ou seja, o que está em causa não é o que pressupõe a democracia, como vimos em Dahl (2000) Mazula (2002, 2004), mas o facto de ter a possibilidade de votar. Isto significa que há uma responsabilização “cega” a quem se vota daí que, não é importante, por exemplo a prestação de contas, o conhecimento dos seus governantes e seus mandatários (deputados), como nos elucida Mazula (2015).

Isto tem suas consequências nas formas de manutenção do poder, na medida em que não se avalia nem as ações, nem as competências de quem exercita o poder, mas se escolhe para o poder em função de outras variáveis: históricas, étnicas (vide Carlos Serra(2000). O Eleitorado Incapturável), monetárias.

1.3. Recriando a Obtenção e Manutenção do Poder Político

A FRELIMO é um partido “*natural*” o domínio do discurso sobre a história de luta de libertação nacional o manteve no poder por esse longo período, alias, como apontam os casos do México com o Partido Revolucionário Institucionalizado e o Partido do congresso na Índia, Chama Cha Mapinduzi da Tanzânia provindos das lutas de libertação colonial. Estes partidos têm comum o fato de estarem no poder desde as independências e mantendo o discurso de libertadores.

A apropriação da história em Moçambique cria condições para que por um lado uma quantidade de indivíduos veja a FRELIMO como o único capaz de criar condições de desenvolvimento. Neste sentido a FRELIMO tem sabido lidar com os elementos de controle do discurso protegendo o tipo de informação histórica que pode circular e que não põe em causa o heroísmo dos seus membros, alias, Joaquim Chipande¹³⁸ em entrevista a estação de televisão STV em 2012 afirmou o seguinte “*os antigos combatentes têm o direito de ser ricos porque libertaram o país*”. Se por ventura a FRELIMO não tivesse controle domínio da história poder-se-ia pôr em causa heroísmo de alguns indivíduos e conseqüentemente desacreditar todo o fundamento primário, logo após a independência no qual a FRELIMO se proclamava como guia do povo moçambicano em conseqüência de ter liderado e com sucesso a luta de libertação nacional. O que esta aqui em causa, em uma primeira fase é na verdade o que antes questionamos: o que significa assumir um ou outro discurso sobre a FRELIMO.

Por detrás desta afirmação esta implícita a idéia e convicção de um certo capital simbólico reconhecido e legitimado pela sociedade que não só atribui mais direitos, como resultante de um histórico reconhecido e legitimado sobre os outros, como também competências aos indivíduos nestas circunstâncias. Nesta ótica cabe criar condições para o controlo da informação histórica nos diversos níveis: mídia, academia, esfera pública; e mais, este controlo de informação não se circunscreve ao debate dos acontecimentos histórico da luta armada em si, mas também a todo um conjunto de questões que poderiam pôr em causa a credibilidade da FRELIMO como único protagonista da história.

Nesta ótica cabe criar condições para o controle da informação histórica nos diversos níveis: mídia, academia, esfera pública; e mais, este controle de informação não se circunscreve ao debate histórico, aliás, como afirma Arendt (op.cit) a política faz pelo debate e isto implica, para um contexto democrático fazer um controle da palavra, pois é nela que se encontra ancorada o acesso ao poder; como afirma Do Rosário (p.214) “*com o passar do tempo todo processo de conquista do poder, através da ação, passou para o plano verbal, a ação é substituída pela palavra*”, o que implica que o controle e domínio da palavra passam a ser dois fundamentos do poder.

Este fenômeno de controle de informação em Moçambique foi feita basicamente de duas formas: através do controle e gestão dos órgãos de informação e comunicação de maior circulação e abrangência que, por sua vez, estes estão sob controle absoluto da FRELIMO; por outro lado, através de estratégias de cooptação que Segundo Wheimer¹³⁹ (p56) “*é, na substância, um mecanismo de centralização e concentração do poder. O Estado é dirigido no sentido de resistir, habilmente, às interpelações da história, da diversidade cultural e da descentralização [...] o Estado não confia no cidadão, na sociedade. Adotam-se medidas de acomodação e evitam-se reformas profundas*”. Onde potenciais opositoristas (entre pensadores, políticos, jornalistas, membros da sociedade civil e sindicalistas) são integrados no sistema através gratificações, cargos e pouco ou nada fazem em relação a possibilidade de criação de uma democracia crítica.

Esta idéia de democracia crítica é contestada por Walter Lippmann, Jornalista americano e um importante teórico da democracia liberal, baseando-se no que denominou de Revolução na Arte Democrática vai procurar demonstrar que as sociedades devem ser geridas por um grupo específico que tem informação, conhecimento e inteligência. Para este autor apenas um grupo especializado de indivíduos estão preparados para perceber os interesses comuns que escapam completamente a opinião pública e só podem ser compreendidos e administrados por uma “classe especializada” de “homens responsáveis” que são suficientemente aptos para entender como as coisas funcionam. Este é um pensamento muito ligado a noção de vanguarda leninista, onde os

¹³⁸ Alberto Joaquim Chipande, ex-ministro da DEFESA e Conselheiro do Estado

¹³⁹ Wheimer, Bernard. MOçambique Dez Anos de Paz: Democracia, Governação e Reformas. In Mazula, Brazão. 10 Anos de Paz. CEDE. Maputo.2002.

intelectuais conduzem as massas para uma revolução. Neste caso é para o interesse comum, a democracia.

Desta forma, o pressuposto por detrás deste pensamento é que há uma necessidade de juntar esses sujeitos e, que há uma classe destinada a gestão dos outros, pois, segundo a percepção que se tira em Lippmann os outros são espectadores – recordando que todo indivíduo tem uma agência, não concordamos que seja exatamente espectadores, mas indivíduos com campo de ação limitada.

Para que se execute com sucesso este empreendimento de poder, existe uma necessidade, controle de informação e mais do que isso da propaganda política na qual o grupo especializado se encarrega de produzir, divulgar informação “necessária” e, segundo Chomsky (2003) contrariar a informação quando inconveniente criando consensos que, é o propósito da Democracia. Aliás, segundo Edward Bernays, apud, Chomsky (op.cit.30) através do que denominou de “engenharia do consenso”, que define como a “essência da democracia”.

Neste pensar, as pessoas que são capazes de construir o consenso são aquelas que dispõem dos recursos (mídias, capital) e do poder para fazê-lo – a comunidade dos negócios – e é para elas que se trabalha (vide Chomsky. P30). É a partir desta fase – comunidade de negócios - que se desenvolve o segundo pilar da manutenção do poder pela FRELIMO, assumindo o controle do discurso histórico como o primeiro. O controle de discurso histórico cabe nesta “engenharia de consenso” por forma a garantir a legitimidade do “grupo predestinado” a governar.

Assim podemos afirmar que a criação de um discurso histórico estruturante gera uma legitimação nos processos sociais de exercício de poder uma vez que este é, também, compreensão que o outro tem de uma capacidade de impor suas vontades (esta capacidade pode ou não ser pelo uso da força).

Como afirmamos nas paginas anteriores condições estruturais da conjuntura política e econômica ao nível interno e externo criaram bases para o surgimento de uma sociedade onde,

como aponta Ratilal¹⁴⁰, “*a economia do mercado foi idolatrada [...] no país, outrora respeitado pela sua honradez, pela sua dignidade e humildade, passaram a prevalecer os ditames do mercado selvagem [...] num país vivendo da caridade e da ajuda internacional, a luta pelo poder individual e partidário sobrepôs-se ao interesse nacional*”. No entanto, esta realidade faz-se presente num contexto multipartidário.

Como vimos em Do Rosário (2007) com o passar do tempo o poder deixou de ser obtido pela ação e passou a ser pela via da palavra. Entendemos como a via democrática onde cada sujeito individual ou coletivo procura através de suas estratégias de comunicação propor-se como o “ideal” para o exercício do poder e num sistema multipartidário. Aqui se procura obter um governo representativo que, segundo Gallagher e Mitchell¹⁴¹ (2006) “*o governo é um governo representativo, quando as pessoas não governam a si mesmo diretamente, mas sim delegam a tarefa de política a um conjunto menor de funcionários públicos para a tomada de decisão . Nas sociedades democráticas esses representantes são eleitos*”. É neste processo de ser eleito que se fundamenta a necessidade de criar condições para ser eleito que, não basta somente ter disposições legais e legítimas para tal mas, sobretudo, que consiga estar presente para todos e em todos. Isso só é possível com a disponibilidade de capitais.

A capacidade financeira da FRELIMO faz toda diferença neste processo de eleger representantes. A disponibilidade financeira deste grupo resulta de uma miscelânea de fatores que funcionam automatizados frutos de processos históricos de acumulação quer do capital simbólico anteriormente falado e a partir desta, a acumulação do capital político e para em seguida garantir o capital financeiro.

Esta visão de necessidade de um capital financeiro para este grupo e em simultâneo garantir a hegemonia tanto política e econômica foi primeiramente lançado por Armando Guebuza¹⁴². Este teria dito, segundo Nuno Castel-Branco (2015), numa palestra em 1987 no Hotel Cardoso, na cidade de Maputo “*que era necessário criar uma burguesia nacional capaz de*

¹⁴⁰ Prakash Ratilal. Ex-Governador do Banco de Moçambique. Prakash Ratilal (depoimentos) In: Brazão Mazula. Moçambique Dez Anos de Paz. CEDE. Maputo. 2002

¹⁴¹ Gallagher, Michel e Mitchell, Paul. The Politics of electoral Systems. Oxford University Press. 2005

¹⁴² Ex-Presidente da República entre 2004-2014

gerir os destinos do país em face da nova realidade política-econômica” de acordo com o Nuno Castel-Branco, a essa burguesia o antigo presidente se referia aos considerados os mais patriotas, aqueles que estiveram presentes na luta de libertação nacional. Esta percepção está por detrás a concepção segundo o qual uns têm mais direitos que os outros como resultado da história. Neste sentido essa burguesia era a mais indicada para fazer a acumulação do capital.

Pitcher (2003), Mosca (2004), Hanlon (2006) e Bellucci (2007) numa abordagem similar a de Castel-Branco, procuram demonstrar como uma acumulação do capital financeiro foi feito através de apropriação dos bens dos estado, através do uso dos bancos, estatais, através do tesouro por governantes ligados a FRELIMO. Tudo isto foi em comunhão com os governantes que serviram de tampão pelo compromisso partidário e individual, aliás, nesta mesma perspectiva Prakash Ratilal (op.cit.371) afirma o seguinte *“Nos últimos anos a filosofia política e econômica foram transformadas profundamente [...] novos ricos apropriaram-se ilicitamente dos bens públicos, o descalabro de dois bancos estatais serviram para acumular riqueza de poucos. A moeda transformou-se em bem supremo, e em seu nome tudo era valido [...] Contratos deixaram de ser assinados, a corrupção disseminou-se, juizes e policias entre muitos outros foram corrompidos.”* Se atendermos a quem detinha o poder nesta altura e relacionarmos que estávamos antes num sistema monopartidário, então podemos ficar claros que eram pessoas ligadas a FRELIMO que tinham acesso a essa possibilidade acumular nestes moldes.

No entanto, esta instituição coesa fez questão de sempre “abafar” os casos por forma a salvaguardar os interesses do grupo, isso implicava duas linhas claras: na primeira que os membros desta organização se mantivessem unidos quer pela causa política quer pela causa financeira. Na segunda, como resultado das permissões de atos ilícitos os indivíduos fossem criadas oligopólios privados que garantissem que toda atividade empresarial e comercial ficassem refém da existência da FRELIMO, ou seja, havia condições “naturalizadas” para um acumular de capital e numa relação circular o poder → capital → poder. Dois empresários moçambicanos que doravante os denominarei de Comentador 1 e Comentador 2 dão sustento a essa relação.

O Comentador 1 afirma o seguinte: *“beneficiei sim da minha posição como muitos empresários que você vê hoje aqui, mas podemos dizer que era necessário a existência de moçambicanos com*

capital para enfrentar os estrangeiros. Eu lhe pergunto onde íamos buscar se não tínhamos tido tempo para nos capitalizar? Seria justo entregar de novo a terra aos estrangeiros? Usamos aquilo que podíamos, infelizmente o Estado[.] Hoje vivo do meu esforço em manter os negócios e ajudo ao partido, que também me ajuda a manter a minha atividade empresarial.” Se atendermos que quem detém o poder e determina o fluxo de energia para a sociedade, facilmente podemos compreender que este empresário precisa para sobreviver desse suporte partidário.

Na mesma linha de pensamento o Comentador 2 afirma o seguinte “*Eu preciso do partido e que tenho hoje devo-o, por isso, ajudo sempre [...]Por isso estamos na FRELIMO, temos vantagens de ser do lado vencedor e uma mão lava a outra*”. Podemos ficar claros com base nestes dois depoimentos que há uma consciência que ser da FRELIMO implica três aspetos: o primeiro, à semelhança de muitos partidos a cobrança de cotas é algo comum entre os membros deste partido, no entanto, aos empresários acresce se outra responsabilidade, a de contribuir mais. Com efeito, vale dizer que ser da FRELIMO garante possibilidade de enriquecimento dos seus membros e, no que tange ao grupo, garante possibilidade de manter o poder.

Assim a sociedade estrutura-se em volta da intenção de pertencer ao partido como sinónimo de acesso à oportunidades, numa pura dupla ação racional¹⁴³. Uma em relação aos fins (Weber¹⁴⁴), na qual “na a qual a ação é estritamente racional. Toma-se um fim e este é, então, racionalmente buscado. Há uma escolha dos melhores meios de para realizar um fim e, a outra escolha é em relação aos valores, porque se assume que os valores que garantem a existência social é o compartilhar dos mesmos valores que os demais, neste caso, valores e ideais da FRELIMO.

È, contudo, importante fazer menção ao fato de que, o que esta em causa não é o fazer o emponderamento dos nacionais. Vários países fazem esta prática como forma de garantir a presença do nacional na contínua gestão dos destinos do país, aliás, um exemplo deste fenómeno na atualidade é a África do Sul com a iniciativa do *Black Empowerment*, que tinha um propósito

¹⁴³ Estamos cientes do debate sobre a teoria de ação racional, no entanto, serve-nos aqui para demonstrar a instrumentalização recíproca entre as partes envolvidas nesse processo em que se baseia num cálculo sobre alcance de melhores resultados.

¹⁴⁴ Max Weber.

de capitalizar os nacionais negros que pelo processo histórico sempre foram excluídos dos acessos. Não deixa de ser verdade que, também, neste caso houve aproveitamento político. O que aqui se questiona é o modo pelo qual a capitalização do nacional foi feita através de processos muito pouco claros. Por outro lado, o que aqui se levanta é a exclusão a outros nacionais e, ate mesmo alguns participantes da luta de libertação nacional.

No modelo de capitalização apresentado conduz-se a uma estrutural social-político no qual as pessoas se reúnem em volta dos interesses comuns políticos como um fim econômico, abrindo espaços para dois fenômenos, a saber: a cleptocracia, que ocorre quando o sistema público governamental é tomada pelo poder político e transforma esse poder político em valor econômico. Nesta prática todos os poderes muitas vezes se encontram corrompidos e os diversos atos não podem ser julgados, condenados pondo em causa o Estado de Direito. Para além deste fenômeno se assiste ao surgimento da biopolítica.

O que isto tudo significa para existência de um governo representativo baseado em eleições? E o que isso significa para a manutenção do poder? Primeiro de tudo é que, aparentemente, todos os concorrentes têm as mesmas condições de participação no processo eleitoral.

Assumindo que para as eleições deve existir disponibilidade financeira esta posição torna-se inconsistente se atendermos que a FRELIMO tem a vantagem de ter consigo a maior parte dos indivíduos que detém o poder financeiro ligados ao interesse de manter o poder para obter capital e, não obstante, controla o maior fluxo financeiro e de mercados do país, pelo que qualquer concorrente esta em desvantagem para obtenção de apoios. Não obstante a isso, a estratégia de cooptação também depende dessa disponibilidade. No mais, uma freqüente reclamação nas eleições multipartidárias em Moçambique tem sido relativa a compra de votos, cartões de eleitores, a não existência de condições de deslocamento de delegados de mesa da oposição para lugares distantes, etc.c.

Sendo assim, o segundo pilar para a manutenção do poder tem sido o controle do sistema financeiro e econômico através do político, e este garantido, por sua vez, pelo empresariado numa típica relação maussiana, dar-receber-retribuir.

Um sistema democrático propõe-se ser de igual acesso e tratamento a todos os indivíduos dessa sociedade. A questão que se coloca é: porque não atuam as instituições responsáveis pela manutenção democrática de um estado de direito?

A resposta a esta questão lava-nos ao terceiro pilar da manutenção do poder da FRELIMO, neste fase. A partidarização do Estado constitui o terceiro fundamento do poder. Para podermos entender este fenômeno, começaremos por abordar o conceito de partido. Para Anna Oppo¹⁴⁵ “*ao se analisar o desenvolvimentos dos partidos viu-se como eles foram um instrumento importante, senão o principal, através grupos sociais sempre mais vastos imergiram no sistema político, e como, sobretudo, por meio dos partidos, tais grupos puderam exprimir de modo mais ou menos completo, as suas reivindicações e as próprias necessidade e participar, de modo mais ou menos eficaz, da formação das decisões políticas*”. Assumindo esta posição podemos afirmar que o partido, como definiu Weber é uma associação de indivíduos para um fim, neste caso político e, aqui se adicionarmos a perspectiva de Lenine (op.cit.19) onde o partido tem como objecto conspirar o poder fica cada vez mais clara a idéia que o partido procura através do poder satisfazer as vontades políticas de um certo grupo de indivíduos. No entanto, ressalta aqui que o poder não é de todos os indivíduos, mas de alguns numa certa coletividade.

Este fator faz toda diferença, pois o Estado compreende um conjunto de todos indivíduos do mesmo por forma a garantir a sua existência dentro de um território, o que equivale a dizer que o Estado é uma espécie de “*umbrella*” no qual a diversidade dos membros não importa para sua constituição, salvo em situações específicas, quando se pretende um Estado puritano. No entanto, como nos faz lembrar Bonavides¹⁴⁶ (2015;p117)

¹⁴⁵ Anna Oppo, in Bobbio, Norberto at All (2010). *Dicionário de Ciências Políticas*. Editora UnB. 13ª Edição. Brasília. Brasil. 2010

¹⁴⁶ Paulo Bonavides. *Ciência Política*. 2ª Edição. Editora Malheiros.SP. Brasil. 2015

“uma das características do Estado, é a sua natureza integrativa ou associativa que faz com que o portador do poder do estado, do ponto de vista jurídico, não seja a pessoa física nem várias pessoas físicas – caso de um partido – mas sempre indispensavelmente a pessoa jurídica, o Estado [...] inquestionavelmente, esse traço fundamental se cifra no caráter inabdicável, obrigatório ou necessário de participação de todo indivíduo numa sociedade estatal”, no mais, continua o autor, “é o estado que possui o monopólio de coação organizada e incondicionada, não somente emite regras de comportamento senão que dispõe dos meios materiais imprescindíveis com que impor a observância de princípios porventura estatuídos de conduta social. Examinada atentamente a natureza o poder estatal, verifica-se que todo Estado, comunidade territorial, implica uma diferenciação entre governantes e governados, entre os que mandam e os que obedecem, entre os que detém o poder e os que se sujeitam”

Este posicionamento de Bonavides (2015) nos permite entender o estado como capaz de absorver as diferenças entre os indivíduos dentro do seu caráter integrativo e obrigatório de todo indivíduo pertencer a um estado e que este impõe regras de comportamento, uma vez que possui capacidade para o efeito. Assim o estado por possuir esses mecanismos capazes de impor aos indivíduos suas “vontades” torna-se como um agente determinante na estruturação da sociedade. Claro que a dinâmica dos sujeitos do estado impõe também ao estado a sua modificação permanente constituindo-se também estruturada. Bourdieu (1984). Neste sentido o estado deve se opor ao partido no que tange a sua abrangência de elementos que o constituem.

Oppo (2010) aponta ao fato de os estados modernos serem dirigidos por partidos que, em sua percepção nascem de um contexto em que a gestão do poder é entregue a “representação do povo” ou seja, isto se insere em contexto de participação no processo de decisões políticas. Assim sendo, em contextos multipartidários está-se perante situação em que a *prior* há várias formas de percepção sobre a natureza do tipo de decisão política se deve tomar, o que impõe a possibilidade escolha, em norma a mais consensual – pela maioria em contextos eleitorais -. Assumindo o consenso numa perspectiva da posição com maior aderência e concordância, fazendo assim uma clara contrariedade a situação monopartidária em que um partido assume que o seu pensamento é o prevalecente.

Com efeito, o partido no contexto de Estado situa-se a nível de instituição intencionalmente dirigida ao governo dos cidadãos. Isto significa que os partidos estão integrados

no estado como elementos de representação do povo; aquela instituição que vai exercer o poder no estado. No entanto, vale lembrar que, como nos aponta Bonavides (op.cit.116) que o Estado moderno resume basicamente o processo de despersonalização do poder, a saber: a passagem de um poder de pessoa, a um poder de instituições, de um poder imposto pela força a um poder fundado na aprovação do grupo, de um poder de fato, a um poder de direito, constituindo assim um estado de Direito.

No nosso caso de estudo afirmamos que o terceiro pilar para a manutenção do poder pela FRELIMO, depois do Acordo Geral de Paz, foi é a manutenção de um estado partidarizado. Passe a redundância, partidarização é um substantivo, e isto nos remete a idéia de objetivação do estado, isto é, tornar o estado objeto, neste caso do partido, o que lhe retira o poder de ter “vida própria” e também a necessidade de retirar-se/diminuir o seu agenciamento, alias, Machel (1980)¹⁴⁷ na Sessão de Alargada de Conselho de Ministro a 6 e 7 de Fevereiro 1980 mostra essa percepção de que o Estado é um passivo.

No seu discurso intitulado Transformar do Aparelho de Estado e Instrumento de Vitória logo de imediato retira capacidade de ação do Estado, sendo este dependente de ações de outrem. No mesmo discurso Machel (1980.p1) faz a seguinte afirmação: *“Aparelho de Estado é o instrumento fundamental para a aplicação da política do Partido em todos os domínios sociais; é pois o instrumento fundamental para a construção do socialismo no nosso País.”* .

Repare-se que há uma inversão da ação. Não é o partido que tem ações que satisfaçam o estado, mas a estrutura do estado que se deve adaptar as políticas do partido. Isto se torna mais claro logo de imediato ao afirmar Machel que *“O Aparelho de Estado ainda não conseguiu ser o instrumento para a realização integral das decisões do Partido. [...]O Aparelho de Estado ainda não consegue ser um instrumento eficaz de exercício do poder pelo povo. Quer dizer, não está devidamente estruturado, não se organizou +para assumir o seu papel histórico.”* Há duas ilações que destas intervenção podemos de imediato extrair. A primeira diz respeito a Ideia de partido mandar no estado e através deste se materializar o desejo do povoe a necessidade de criar

um estruturalismo estatal no qual essa estrutura obedece a comandos partidários. Isto nos submete a objectivação do estado ou seja partidarização do estado.

Este processo é feito através de transferências do poder político, sobretudo, do estado ao partido. Isto não significa que o partido passe a ser integrativo ou associativo como vimos em Bonavides no que tange ao Estado, mas que este, o partido, passe a controlar os demais segundo as suas vontades, ou seja, o partido passa a deter os meios de integração e obediência. Estes meios podem ter diversa natureza (político, financeiro, coercivo, etc) em nome do estado onde este processo é feito através de dominação e controle dos diferentes órgãos do poder, aliás, Oppo (2010), Bonavides (2015) aponta para existência nos estados modernos de uma separação dos diferentes poderes a saber: executivo, legislativo e judiciário. Com a partidarização do estado criam-se mecanismo de controle destes poderes que podem agir em nome do interesse maior o Estado, porém defendendo o partido como quem dita as regras do estado.

Visto que o estado em norma detém o poder, nestes casos, com a sua partidarização desaparecem os limites de separação entre a ação do partido como algo constituinte do estado e o estado tomado como coletividade também perde o seu papel. Neste sentido, cabe nos trazer a definição instrumental de Mezserus (2005), na qual o estado é tido “*como um estrutura hierárquica de comandos*” e aqui, se associarmos a perspectiva de Chauí (2001) na qual no estado há um conjunto de pessoas que universalizam um pensamento que passa a ser assumido como o geral, podemos afirmar que no contexto de Moçambique estamos num cenário em o estado é apenas instrumento de manutenção do poder.

Este posicionamento é perceptível se tomarmos em consideração aos relatórios da Human Wacth (1999, 2004, 2009), do Centro de Estudos de democracia e Desenvolvimento (2004,2009) e IESE (2009), (CEDE 2005;2009;) apontam os processos eleitorais, que em princípio deviam garantir um estado de direito – aquele baseado na aprovação e não na força – como sendo permanente e sistematicamente anômalos, constituídos de várias práticas não democráticas, no entanto defendidas legalmente pelo estado como processos normais através dos

¹⁴⁷ Samora Machel. Transformar o Aparelho de Estado um Instrumento de Vitória. Coleção Palavras de Ordem. N 18.

órgãos competentes. Por exemplo, os partidos da oposição quase sempre recorrem ao Conselho constitucional para reivindicação de variados aspectos que comprometem o sistema de votação – nos períodos eleitorais -.

As anomalias a salientar são as reclamações que garantem a transparência desse processo: É normal que os partidos da oposição fiquem sem seus membros (fiscais) nas mesas de votação porque aos mesmos não lhes foi atribuída as credenciais que o permitiria o acesso à mesa de contagem de voto (vide, casos de Zambézia, Nampula, Manica e Sofala reportados nos relatórios da CEDE (2004, 2009), Observatório eleitoral (2004, 2009), Human Watch Rights (2010) sobre o processo eleitoral em Moçambique). Noutros casos os partidos de oposição vieram acusar a Comissão Nacional de Eleições órgão, constituído proporcionalmente entre os diferentes partidos com acento na Assembleia da República, de não ser integrativo. Dissemos anteriormente que o CNE era proporcionalmente constituído o que de alguma forma poderia garantir a fiscalização das ações deste organismo. No entanto, é no braço operativo deste órgão que se materializam essas ações limitantes à oposição. Casos há, como aponta Hanlon (2005) nos quais há evidências claras e flagrantes de enchimento de urnas com votos a favor da FRELIMO, no entanto, nada é feito, sendo que na maioria das vezes os mesmos são tidos em conta na apuração dos votos.

Isto é possível quando os mecanismos de controle e dominação estão sob uma dada liderança não estatal, mas sim partidária. É aqui que entra o papel do poder jurídico. Este é claramente dependente do poder político uma vez que a nomeação para os principais cargos judiciais está refém da decisão e escolha do Presidente da República. Os escolhidos muitas vezes não atuam imparcialmente, sendo que mesmo tendo em consciência das situações que ocorrem durante o processo eleitoral, muitas vezes legalizam, quis dizer todas as vezes legalizam os resultados a favor da FRELIMO. É caso para fazer menção a uma abordagem feita por Do Rosário¹⁴⁸ na qual criticava a inoperância das Universidades públicas na construção da crítica. Este disse o seguinte “*não se pode ir contra quem o dá dinheiro, e mante o seu sustento*”.

¹⁴⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=t32pB1gIC0Y>

Esta observação é válida para o Conselho constitucional que delibera sobre os processos eleitorais e seus resultados, ou seja, se nos recordarmos que segundo Lippman a democracia procura produzir consenso, esses são trazidos aqui, no contexto de Moçambique pelas instituições de legalidade e não necessariamente pela legitimação dos resultados da votação, isto é, a idéia do consenso legal é a predominante para o tipo de democracia. Este posicionamento leva a anterior questão na qual dizíamos que o importante era a votação, na medida em que não esta em questão se houve maior ou menor participação no processo, não esta em questão quem foi mais votado, mas o principal foco é quem foi legalmente tido como vencedor.

É importante salientar que esse monopólio de controle, coação e da força não se aplica necessariamente ao físico, é também extensivo ao psicológico. O grande debate hoje no contexto político de Moçambique é sobre a despartidarização do estado, que implica a retirada em instituições estatais de células do partido FRELIMO.

São estas células partidárias que muitas vezes estão por detrás de garantias de promoção dos membros do partido em detrimento dos outros. Isto esta assente na observação feita por Chissano em 1999 no discurso do seu empossamento Presidente da Republica afirmou o seguinte *“fiz o meu governo segundo confiança política, os meios técnicos obtêm a qualquer preço”* isto leva a dizer que os outros estão excluídos independentemente da sua capacidade e competência e, atendendo ao fato de as instituições do estado serem controladas pelas células do partido resultantes do processo histórico de formação do estado nação Moçambique significa que o acesso ao poder, sobretudo, não é igualitário na medida em que os órgãos estatais estão politicamente controlados.

Deste modo, vai se gerando uma sociedade bipolar, nós e eles, onde o pensamento político não compreende o Estado, mas sim os partidos. A sociedade se estrutura de modo que as causas não são do estado, mas dos partidos. A inserção no estado se confunde com a inserção no partido e por via disso o estado que devia ser integrativo se torna discriminatória.

Assim a FRELIMO age como estado, assumindo o seu papel e seu poder. A este propósito do poder da FRELIMO, Macamo¹⁴⁹ não podem ser explicações simplistas que abordem o contexto moçambicano e, sobretudo, presença da FRELIMO no Estado. Para este autor, a tese central é que muito do poder deste partido resulta da crença segundo a qual o partido é onnipotente e onnipresente. Este poder, segundo Macamo se constitui à medida que se vai fazendo fê nela e que, fundamentalmente, esta percepção de poder faz com que os dirigentes do partido se considerem com esse poder e que tudo se deve fazer em nome do partido.

Esta percepção de Macamo peca pelo fato de o autor ignorar que o capital simbólico dá um conjunto de atributos constitutivos de autoridade¹⁵⁰ a quem o detém e que é partindo deste fato que advêm a legitimidade do seu poder e, conseqüentemente, a crença. No entanto, essa sua autoridade se produz como resultado de lutas anteriores bem sucedidas o que equivale a dizer que esta crença não é abstrata.

Há, contudo, que relembrar que no poder existe necessariamente a percepção de uma das partes, que um dos lados possui uma capacidade de impor a sua vontade. Assim sendo, neste caso, o poder é uma relação dialógica entre quem tem essa capacidade de impor (não importa sob que meios) e quem não tem essa capacidade (que se deve submeter sob pena de sanções).

Assim, esse posicionamento mesmo que baseado na crença – para o caso de Moçambique - existem evidências, trazidas de situações anteriores onde, indivíduos sofreram sanções por desconsiderar esse poder. Com efeito, não se trata apenas de uma questão de crença, mas um diálogo permanente com o passado recente e o presente. Outrossim, se entendermos o poder como resultante de uma ação conjunta onde de um grupo cujos interesses se comungam, o que implica compreender uma ação intra-grupo e em simultâneo inter-grupo podemos afirmar que essa crença no poder da FRELIMO é um dos sinais claros do seu poder estrutural, no qual se

¹⁴⁹ Elísio Macamo. O Poder da FRELIMO (I) . in Jornal Notícias. 24.03.2008

¹⁵⁰ Aqui definimos a autoridade na perspectiva de Arendt (1954; p.134-135), onde ela é definida como uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade” – isto é, sua legitimidade - e em relação a qual seu poder pode ser confirmado. [...]para o governo autoritário proponho a forma de pirâmide. A pirâmide, com efeito, é uma imagem particularmente ajustada a uma estrutura governamental cuja fonte de autoridade jaz externa a si mesma, porém cuja sede de poder se localiza em seu corpo, do qual a autoridade e o poder se filtram para a base de maneira tal que cada camada consecutiva possua autoridade, embora menos que a imediatamente superior, e onde, precisamente devido a esse cuidadoso processo de filtragem, todos níveis, desde o topo até a base, não apenas se acham firmemente integrados no todo mas se inter-relacionam como raios convergentes cujo ponto focalé topoda pirâmide, bem como fonte transcendente da autoridade acima dela.

configura (social, psico e culturalmente) o meio no qual se pretende agir. Neste sentido, a crença no poder da FRELIMO não é apenas na instituição, mas na coletividade o que implica uma rede de relacionamento entre os “*inside*” e “*outsiders*”.

O capital simbólico dá garantias de legitimidade e por via disso a – crença, baseada nos feitos anteriores -, mas o que esta em causa não é esse capital simbólico, é o que se faz com essa legitimidade. É, logicamente aqui, no fazer algo com a legitimidade reconhecida onde reside a percepção da onipresença e onipotência da FRELIMO que é resultado da reificação do mito de salvador/libertador, do mito dos grupos de vigilância, do mito da vanguarda cujos suportes os encontramos em diversos extratos sociais e configurações institucionais que mantêm esse mitos. Assim, a sociedade se molda baseada na percepção do medo – onde as pessoas agem sob pressão de serem sancionadas – sob a percepção de segurança e vanguarda – aqui as pessoas se fundamentam na história da luta, na independência que foi bem sucedida.

Neste ponto, paradoxalmente, concordamos com Macamo que o poder basea-se na crença, na medida em que esta não precisa que seja experimental, bastando que se acredite que ela exista para que se aceite, todavia, essa crença é objetivada, daí se explicar tudo como ação da FRELIMO e sacralizar-se o poder da mesma (respeito, medo, adoração ao/pelo poder da FRELIMO).

Poderíamos questionar o seguinte: na perspectiva da Arendt a autoridade não existe quando a mesma passa ou se impõe pela força, podemos dizer que nesse caso de Moçambique a FRELIMO não tem autoridade ou tem poder é sem autoridade?

Para responder esta questão é necessário que se considerem dois aspetos em permanente intersecção: o primeiro, diz respeito ao papel do discurso do vencedor. Este elege os melhores, seleciona a história e produz a verdade fatural que dá o capital histórico-político. O segundo aspeto é a autoridade, aqui entendida como consentimento resultante do reconhecimento dos feitos da FRELIMO. Estes em conjunto, numa relação dialógica produzem, reproduzem, cristalizam e mantêm-se o discurso legitimador da autoridade. Assim, transforma-se a legitimidade em poder e impõe o reconhecimento do discurso sob diversas formas não coercivas,

mas obrigatórias através escolas, mídias, instituições estatais. Com efeito, cria-se um processo ideológico na perspectiva de Chauí (2001;p.131-132)¹⁵¹.

É partindo desta criação ideológica que a partidarização do estado é configurada na medida em que os valores, idéias, regras, normas vão naturalizar-se com a presença do partido FRELIMO nas instituições públicas e, por outro a gestão do estado como partido.

¹⁵¹ “*um conjunto lógico, sistemático e coerente de representação (idéias e valores) e de normas ou regras que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera de produção*”

Capítulo V: Democracia no Poder ou Poder na Democracia: Problemas e Conceitualização na Luta Pelo Poder

Como dissemos antes a conjuntura nacional e internacional contribuíram para que, quer a FRELIMO quer a RENAMO entendessem que existia uma alternativa aos seus propósitos e esta não era senão a assinatura dos Acordos de Paz que viria a acontecer em 1992. Isto significava a necessidade de reestruturar o sistema político, embora, já legalmente tivesse sido assumida desde 1990 com a nova constituição da República. No entanto, por cerca de 16 anos os valores simbólicos sempre foram determinados pela FRELIMO e era preciso reinventar novos símbolos

A RENAMO acabava de sair das matas, onde por cerca de 16 anos hostilizou o povo, destruiu infra-estruturais e criou condições, como aponta Hanlon¹⁵² (1986) para um retardar do desenvolvimento de Moçambique. No entanto, era necessária a existência de condições, face ao AGP, para que este movimento, ora transformado em partido pudesse também aspirar alcançar o poder através de procedimentos assumidos como os indicados para o efeito, Eleições Multipartidárias. A Questão que se coloca é: estaria a RENAMO interessada no alcance do poder político?

Se entendermos o partido na perspectiva de Lenine (op.cit.34) na qual o partido tem com objetivo de alcançar o poder, podemos assumir que sim. No entanto, é preciso entender a essência deste movimento. Todavia, fica claro que a primeira e mais saliente questão é o fato deste partido ser de natureza militar na sua origem, alias segundo André Matsangaíssa em entrevista a rádio “*Voz de África Livre*” em 1979 citado por Alex Vines¹⁵³ afirma o seguinte “*We are not interested in policy making, later we will have to work out politics but first communism must go from our country*”. Isto mostra que houve uma evolução no pensamento deste movimento e, alias, faz jus ao posicionamento de Minter (2004) quando afirma que as causas da origem das guerras muitas vezes podem não ser as mesmas que a sustentam com o passar do tempo.

¹⁵² Joseph Hanlon, *Apartheid's Second Front: South Africa's War Against its Neighbours*, Harmondsworth: Penguin Books, 1986

¹⁵³ Alex Vines, *RENAMO: Terrorism in Mozambique*, (London: James Currey, 1991). A revised edition of this book was released in 1996, including information about the Mozambican peace process. Alex Vines, *RENAMO: Terrorism to Democracy in Mozambique?* (London: James Currey, 1996).

Com efeito, esta posição nos leva a perceber que o principal deste movimento era uma luta contra o posicionamento político-econômico assumido pela FRELIMO após a independência nacional. No entanto, como forma de angariar apoios internacionais a sua estratégia discursiva viria a introduzir novas razões para justificar as suas ações de hostilidades. É neste contexto que em seu congresso apresenta o seu manifesto nas quais se destaca o seguinte:

- a necessidade criação de um estado multi-partidário;
- Uma economia livre com base na iniciativa privada
- um estado respeitando os direitos do homem , onde todos os cidadãos são iguais perante a lei; -
- A existência de sistemas de saúde públicos e privados e de educação que ajude aos desfavorecidos ;
- O estado como um garante da infra-estrutura econômica;
- O desmantelamento imediato de instrumentos usados para suprimir os direitos dos cidadãos ;
- Respeito pelos organismos internacionais e relações internacionais baseadas no respeito mútuo e não interferência e;
- Aprovar uma nova constituição baseada nos princípios da democracia política e econômica, e respeito pelos direitos dos seus cidadãos.

Há aqui uma evolução nos objetivos da luta fazendo *jus* ao que Matsangaíssa afirmara anteriormente que o seu foco não era naquele momento político, mas econômico. No entanto, podemos concordar com Vine (1996) quando afirma que está era uma estratégia para garantir apoiantes, o que viria acontecer nas diferentes frentes. No entanto, vale lembrar que na política, praticamente deste a sua formação, como aponta Robison (2006), a partir da África do Sul vários Portugueses e o regime do *apartheid* foram apoiando a RENAMO por um lado para desestabilizar o regime político-econômico da FRELIMO e por outro porque segundo a África do Sul Moçambique dava suporte e apoio aos membros do Congresso Nacional Africano (ANC) que lutava contra o modelo político na África do Sul.

Economicamente, como aponta Serapaio¹⁵⁴ muitos portugueses pretendiam regressar a Moçambique e reaver seus bens, explorar os recursos existentes e não obstante a este fato, estrategicamente Moçambique se encontra bem localizada para o desenvolvimento através de seus corredores. Culturalmente, alguns autores como Geffray¹⁵⁵ e Cahen advogam que a população aderiu a RENAMO como resultado da alienação que foi exposta pela FRELIMO que consistiu na eliminação das suas autoridades locais, eliminação de muitos dos seus valores culturais etc, portanto, todos estes elementos juntos viriam a contribuir para a instalação de forma mais consistente da RENAMO no seio do território moçambicano.

A crise econômica, as calamidades naturais e a conjuntura internacional viriam, como dissemos a acelerar essa vontade de paz e, que uma vez alcançada era necessário disputar o poder. E aqui temos uma questão fundamental a saber: como a RENAMO se reinventa para poder disputar o poder? Podíamos começar por falar dos vários partidos que existem ou existiram em Moçambique ou ainda os que concorreram nas eleições presidenciais. No entanto, assumimos desde já, que a RENAMO é um fator estruturante da sociedade moçambicana à semelhança da FRELIMO e este fato nos leva a ter de lhe dar uma relevância maior nesta secção.

Sob as mesmas linhas da FRELIMO este movimento vai procurar inserir-se no debate político e este o faz tendo principal argumento a “*democracia*”. Segundo Afonso Djakama¹⁵⁶ “*A RENAMO sempre lutou e vai lutar para o povo ter seus direitos [...] a nossa luta é para sermos todos iguais {...} por isso sou o pai da democracia*”. Este posicionamento procura legitimar as ações tidas no passado como forma de criar e constituir o capital simbólico necessário para que haja, à semelhança da FRELIMO, todo um reconhecimento do seu papel na construção de um estado democrático de direito, isto é, o capital simbólico que dá sustento a RENAMO procura-se assentar na idéia de democracia.

Ao afirmar-se pai da democracia o primeiro sinal que dá é de propriedade. Se por ventura dissesse “*nós somos os pais*” esta mensagem tornava-se ampla e integrativa o que

¹⁵⁴ Luis Benjamim Serapaio. Mozambican Foreign Policy and the West 1975-1986. Munger Africana, Library Notes.

¹⁵⁵ C. Geffray and M. Pedersen, “Sobre a Guerra na Provincia de Nampula e Consequencias SocioEconomicas Locais”, Revista Internacional de Estudos Africanos, No 4-5, January-December 198

¹⁵⁶ Afonso Djakama, Presidente da RENAMOem entrevista a Televisão STV (2003)

equivaleria a uma generalidade que pode ser também atribuída aos outros políticos, sobretudo se entendermos que o discurso sobre o exercício democrático ser um dos trunfos da FRELIMO desde os primeiros anos da sua fundação até finais dos anos 80.

Esta frase em termos de apropriação (histórico-político) não se difere da frase a “*FRELIMO lutou contra o colonialismo português*” que de imediato restringe os intervenientes que devem ser beneficiários das consequências que deste fato advêm.

Como afirma Fiori (2011) é através do discurso que o político se manifesta e cria seus alicerces na sociedade e, aliás, no novo contexto no qual o poder se alcança através da palavra torna-se fundamental ser capaz de produzir textos politicamente coerentes e aceites, isto é, usando o que Hymes (1976) denomina de competência comunicativas¹⁵⁷. Ademais, as manifestações culturais/históricas fazem-se sentir no uso da língua (linguagem) como parte integrante da cultura e influenciam a forma como os falantes das línguas organizam os seus discursos segundo seus interesses.

Para Enkvist¹⁵⁸ (1987;p27) “*certas transformações num texto (oral ou escrito) num dado ato comunicativo ocorrem provocadas por certas forças que estão para além da frase (contexto, participantes, objetivos, etc)*”. Estes aspectos serão determinantes na produção da informação que se pretende dar no ato comunicativo.

Para análise dessas forças que ocorrem para além da frase, nós podemos recorrer a noção de macrolinguística introduzida por James¹⁵⁹ onde o texto pode ser analisado em dois sentidos vertical – em termos de unidades linguísticas mais largas – e, horizontal, na qual abrange os domínios socioculturais expressos através de meios lingüísticos.

Um estudo vertical situa-se no nível da forma e responde a questões de como as frases são construídas dentro de unidades supra-frasais ou textos e, um estudo horizontal enquadra-se na abordagem funcional, porque olha para os sentidos em que as pessoas se ocupam da língua para o

¹⁵⁷ Competência comunicativa, capacidade de um falante produzir textos que respondem a um dado contexto social

¹⁵⁸ Enkvist, N.E.(1987). *Text Linguistics For Applied: An Orientation*. In Connor, U e Kaplan, R.B (Eds) (1987). *Writing Across Language: Analysis of L2 Text*. Addison Wesley Pub. Comp. Inc

¹⁵⁹ James, Carl. (1980). *Contrastive Analysis*. London. Longman

seu uso, se quisermos, para alcançar seus objectivos. É necessário, porém, realçar que as duas formas de análise não se excluem, elas são, sim, complementares. Contudo, a distinção entre ambas é de carácter metodológico embora, a análise funcional (análise de discurso) seja mais extensiva que a formal (análise de texto).

Este na verdade é o núcleo desta secção, procurar demonstrar como a RENAMO, pelas razões acima ditas, fator estruturante do contexto político moçambicano, procura entrar para o cenário político criando legitimidade. Nisto, assumimos desde já que há uma linguagem que procura gerar condições de legitimidade deste partido para o acesso e exercício do poder.

Para Lopes¹⁶⁰, fazendo uma análise ao processo comunicativo, afirma há que entender que *“Durante o processamento de discurso, existem normalmente dois pressupostos que devem ser considerado: “Primeiro, que o falante esta preocupado em fazer-se entender pelo ouvinte (povo moçambicano), que tem algum conhecimento do ouvinte e que assume o seu papel; segundo, que há que ter em conta que a fala é um processo interativo e que isso implica ter que se dar uma dupla atenção aos modos como o ouvinte interpreta a codificação do falante das funções do discurso conceptual e comunicativo”*.

Deste modo, há, então, que se assumir que no processo de comunicação o verdadeiro objectivo e a real finalidade dos falantes é a produção de sentidos, que só aparecem quando existe a conjugação linguística vertical e horizontal.

A questão que se coloca em face ao novo modelo de obtenção de poder no Moçambique pós-guerra é: que sentidos produz a RENAMO(partido conotado como destruidor) para legitimar a sua escolha no poder? Para podermos responder a essa questão é primeiro de tudo necessário compreender que discurso foi produzido por forma este partido justificar-se no seio da sociedade moçambicana e não só.

Para Fiori (2011) pode-se compreender o discurso como objeto cultural produzido a partir de certas condicionantes históricas, na relação dialógica com outros textos. Este aspecto

¹⁶⁰ Lopes, a. J. The Roll Of Prior Language on Target Language Discourse Processing. Comunicação apresentada na II Conferência LASU (Linguistic Association for SADC (Universities). Sumario publicado em The Second Conference Report. Editado por: A. Pongweni

nos leva a trazer à superfície a necessidade de produção de um discurso que remeta aos ouvintes para um passado. A RENAMO vai produzir discursos ligados à história, alias, Marx e Angel já teriam dito no artigo *Ideologia Alemã* que não se pode fazer da linguagem uma realidade autônoma, como os idealistas fizeram com pensamento, pois o nem o pensamento e nem a linguagem constituem um domínio autônomo porque são reflexos da vida real e [imaginária] ou seja, nos discursos se procurará criar uma realidade, melhor dizendo, se procurará constituir uma verdade.

Ora quando a RENAMO, através do seu presidente afirma “*ser o pai da democracia*” Isto implica dizer, chamando Arendt, que entramos para o domínio do político e neste, requiere-se a construção de uma verdade fatural, aquela que é socialmente construída, depende de testemunhas e produzindo deste modo o debate, que é a essência da política.

No entanto, é necessário que se compreenda que existem alguns elementos anteriores a essa fala, nomeadamente, a percepção que o falante tem sobre o seu ouvinte em relação a verdade que segundo Fiore¹⁶¹ (2011) age a quatro níveis: (INTRODUZIR AQUI FIORI SOBRE O QUE O FALANTE PROCURA). No primeiro nível, há uma percepção/reconhecimento quer do falante quer do ouvinte que houve uma guerra cujos efeitos foram devastadores. No entanto, não esta em causa esse fato, a guerra. Mas o que se compreende como as causas da mesma.

É na produção da compreensão das causas da guerra, que a RENAMO procura passar uma justificativa sobre a guerra, segundo a qual, não interessa a guerra em si e seus efeitos devastadores, mas a percepção sobre as causas da guerra, a ordem democrática.

Com efeito, justifica-se como tendo lutado para que haja um país democrático. Este tipo de discurso demonstra que o falante (RENAMO) tem o conhecimento sobre o ouvinte (povo) e, é esse que faz com que a RENAMO justifique-se pelo o que o ouvinte não sabe, ou seja, é necessário fazer o ouvinte saber a causa da guerra: a democracia. No entanto, se nos recordarmos

¹⁶¹ Fiori, F. *Linguagem e Ideologia*. (2011). Serie Princípio, nr 137. Editora Atiea. Edição Revista e Atualizada. Rio de Janeiro. Brasil

da posição de Matsangaíssa, na entrevista a *Voz da África Livre*, anteriormente citada, podemos compreender ou pelo menos questionar se essa é, de fato, a causa primeira da guerra.

Este posicionamento teria sido levantado por Egidio Vaz¹⁶² quando a firma que a RENAMO passa por transformação entre finais da década 70 e início da 80, onde no início atua sem uma agenda política e posteriormente já com uma assumida. Ao mudar a sua perspectiva traz a superfície a uma agenda de luta para o acesso ao poder. Deste modo, é necessária a criação de um factor de legitimação do discurso e em simultâneo do acesso ao poder. Vale lembrar que nesta fase a palavra passa a ser o meio pelo qual, supostamente se obtém o poder uma vez que a conjuntura internacional e os acordos de paz exigiam.

Esse papel da palavra, dispor-se para ser escolhido, é de alguma forma salientada por Sen¹⁶³ (2007) que afirmou que em seu entender a democracia foi o maior evento do século XX na medida em que de forma mais justa o acesso ao poder e a possibilidade de definir os destinos coletivos passaram a depender da vontade da maioria e esta passou a ser uma forma estar. Essa vontade é fruto de um reconhecimento social das qualidades/aptidões de um indivíduo ou grupo de indivíduos para puderem levar avante os anseios da maioria. No entanto, este reconhecimento constrói-se, sobretudo, a partir de um discurso. Vejamos a títulos elucidativos os seguintes dizeres de alguns entrevistados quando questionados sobre o apoio a RENAMO.

- Ibrahim Mansur, 24 anos. Entrevista realizada no dia 14.9.2015: *“eu apoio a RENAMO porque luta para o povo, pelo menos vai ao mato e obriga a FRELIMO a fazer alguma coisa para o povo como a democracia”*.
- Janime Manhiça, 31 anos. Entrevista realizada no dia 12.11.2015: *“ninguém pode dizer que a RENAMO não faz nada pelo povo, pelo menos a gente vê. Temos a democracia, temos a liberdade. Agora a FRELIMO sabemos que o que fazem é para “eles””*.
- Basílio Cossa, 49 anos Entrevista realizada no dia 22.09.2015: *“a FRELIMO já lutou*

¹⁶² Jornalista e consultor de comunicação social Independente em jornal O País.2015.08.24

¹⁶³ Amartya Sen (2010).

para o povo e agora luta para o bolso e não faz nada pelo povo. Então é melhor acreditar nos jovens como os do MDM que têm sangue novo e querem mudar de verdade o país. Na RENAMO não dá, são bandidos e criados pelos brancos que não queria sair mandar aqui”.

- Joaquim Nitasse Bento, 57 anos. Entrevista realizada no dia 13.10.20015. *“não há mais partido que foi feito pelo povo e para o povo como a FRELIMO. A FRELIMO é único que lutou e luta para o povo. Veja a democracia, as escolas. Voce sabe e vê o que eu vejo que é feito para o povo”.*

Os trechos discursivos acima citados demonstram uma clara percepção sobre os partidos e o seu papel. É baseada nessa compreensão que surge o apoio a um ou outro grupo político. Para Ibrahim Mansur e Janime Manhiça e existe uma clara compreensão que as ações da RENAMO se justificam como sendo elemento de salvaguarda e apoio aos interesses do povo em contra posição ao que é feito pela FRELIMO. No entanto, ao analisarmos os pontos de vista de Basílio Cossa traz-nos outra percepção. Nessa, há dois elementos a ter em conta: o primeiro que existe um processo de mudança onde numa primeira fase a FRELIMO era para o povo e em seguida a mesma se fecha a um grupo restrito.

No entanto, há uma rejeição em simultâneo, muito provavelmente FRUTO da “estória” de origem da RENAMO. Finalmente, em Joaquim Nitasse Bento vemos um discurso exactamente semelhante ao de Ibrahim porém com a mudança dos protagonistas. Neste a FRELIMO é que tem feito pelo povo inclusive a democracia.

Ora, dos nosso entrevistados, 13 inquiridos, correspondendo a 32% eram entre membros/simpatizantes/apoiantes da RENAMO sendo que 65% eram do sexo masculino e 35% do sexo feminino. 13% com ensino superior e 82% nível médio. destes 84% estavam empregados e, finalmente a média de idade situa-se entre 25 à 35 anos. Destes 81% não sabiam a origem da RENAMO, não conheciam andré Matsangaíssa. No entanto, todos sabem com uma relativa precisão que a RENAMO lutou contra o governo da FRELIMO entre 1976 a 1992. Todavia conhecem a história da RENAMO.

26 entrevistados, correspondendo a 65% do total dizem ser entre membro, simpatizante, apoiante da FRELIMO. Dos quais 61% são do sexo masculino, 39% do sexo feminino. Destes 54% têm ou frequentam o curso superior. 35% têm ou curso médio e 4% têm o ensino básico. Destes, 86% são empregados. A idade média deste grupo situa-se entre 31 a 60 anos. Destes, 87% sabe sobre a origem da FRELIMO concordam com a versão oficial (adquirida sob várias fontes, escola, livros, rádio e televisão sobretudo) e tem opinião formada sobre a origem da RENAMO, na sua maioria como fruto de apoios e interesses estrangeiros. A maioria, cerca de 80% sabe que existiu André Matsangaíssa e o identifica como bandido, no entanto, 86% não sabem que ele militou pela FRELIMO; Uma resposta interessante é “nunca soube, nunca disseram que foi da FRELIMO”.

Dos dados ora apresentados a variável idade é a única que determina com mais frequência uma maior ou menor opção por um ou outro partido. Este aspecto tem uma relação directa com o contexto de aprendizagem sobre os partidos. Como anteriormente vimos entre 1976 à 1990, um período de formação do estado moçambicano e que se caracterizou por um estado centralizador forte, que dominava e tinha o controle de todo processo de produção de discurso histórico-político de Moçambique faz com que as pessoas que estivessem mais expostas aos discursos produzidos nesse contexto tenham na sua maioria um conhecimento sobre a FRELIMO e sua história; tenham um conhecimento da existência de André Matsangaíssa como o líder da instabilidade social e política de Moçambique.

No entanto, é mesmo pelo controle do discurso que uma grande maioria não sabe que o mesmo já teria sido militante da FRELIMO. Quando o entrevistado assume que não sabe porque nunca lhe foi dito, significa que os principais meios de informação e comunicação, neste caso, rádio, escola, televisão e jornais públicos não davam esta informação.

Não obstante a este facto, tendo em consideração a mesma variável idade, estes sujeitos estiveram e viveram mais expostos as atrocidades da guerra, fazem parte do contexto de luta de libertação nacional e possivelmente de uma ou outro modo directamente envolvidos o que lhe dá uma maior aproximação a FRELIMO.

Um fenômeno contrário se assiste quando a idade tende a diminuir. Quanto menor for a idade e a distância temporal com a luta libertação nacional, maior é a possibilidade de aproximação aos outros partidos que não sejam a FRELIMO. Assim sendo, é necessário que se veja o contexto de aprendizagem da história de Moçambique. Nisso é preciso entender que estes entrevistados estão mais expostos a diversidade de informação sobre muitos dos fatos históricos, resultante da liberdade de expressão, existência de fontes alternativas de história.

Outrossim, a existência de alternativas de justificação das causas da guerra ela *per si* cria condições para novos reconhecimentos. Ora, quando Janime Manhiça: afirma que *“ninguém pode dizer que a RENAMO não faz nada pelo povo, pelo menos a gente vê. Temos a democracia, temos a liberdade. O que esta em causa é um reconhecimento fruto de “outro discurso” em oposição ao oficial. Vale lembrar, que o discurso oficial sempre caracterizou a RENAMO como bandidos, desestabilizadores. Por outro lado, estas pessoas estão expostas a situações de análise contextual em que têm a possibilidade de decidir segundo suas experiências. É somente por esta razão que o mesmo entrevistado por um lado, mostra ter conhecimento de uma ação verificável (luta pela democracia por parte da RENAMO).*

Se nós nos recordarmos que a RENAMO, através de Matsangaíssa teria mostrado não ter pretensão política e fazermos uma relação com o fato de os entrevistados reconhecerem a RENAMO por lutar para democracia, então vemos que o que esta em causa não são as ações, mas os discursos produzidos sobre as causas das ações. Assim, é pela mesma razão que não interessa aos simpatizantes, apoiantes, membros da RENAMO a história sobre a sua origem, mas as causas que se conhecessem como sendo o motivo da sua luta, ou seja, concordarmos com Lopes (op.cit.156) quando afirma que *“Durante o processamento de discurso, existem normalmente dois pressupostos que devem ser considerado: “Primeiro, que o falante esta preocupado em fazer-se entender pelo ouvinte (povo moçambicano), que tem algum conhecimento do ouvinte e que assume o seu papel; segundo, que há que ter em conta que a fala é um processo interativo e que isso implica ter que se dar uma dupla atenção aos modos como o ouvinte interpreta a codificação do falante das funções do discurso conceptual e comunicativo”, isto é, a RENAMO tendo um conhecimento sobre os seus ouvintes (sobretudo o contexto em que se inserem)*

procura produzir um discurso, contrário ao da FRELIMO, que exalta para o reconhecimento da sua legitimidade a origem do partido e os motivos da sua formação. Na RENAMO a sua origem não é fundamento para o reconhecimento da legitimidade. Este é criado baseando-se nas causas das ações, Luta pela democracia.

É por esta razão que fazem sentido os discursos de Basílio Cossa e Joaquim Nitasse. Estes entrevistados conhecem a origem da RENAMO (não interessa se verdadeira ou não) e faz com que estes a identifiquem como algo nocivo, resultante de interesses estrangeiros. Esta percepção resulta do discurso sobre a RENAMO que foi produzido pelo estado moçambicano entre 1980 à 2014, no qual assim se caracterizava esse movimento armado, isto é, o acesso a um determinado tipo de discurso condiciona a possibilidade de reconhecimento da legitimidade do “outro”. É verdade, que a maioria dos entrevistados já teria nascido na década de 80.

No entanto, a sua vida activa política ganha maior peso a partir da década de 90 períodos em que o multipartidarismo, liberdade de expressão ganham um maior destaque na arena política. Não obstante a isto, se olharmos para vários discursos actuais, nomeadamente os ligados a nova guerra que Moçambique esta envolvida várias são as intervenções oficiais nas quais o governo assume que a RENAMO age à reboque de interesses estrangeiros. Por exemplo em Kathupa (2016) na Assembléia da republica justificando o fato do Governo ter feito dividas de forma anti-constitucional afirma que *“a ação do governo foi correta pois na Assembléia da Republica tem partidos que respondem a interesses estrangeiros”*. Nunca se aventou alguma hipótese, pela FRELIMO de a RENAMO poder ter seus interesses próprios.

Como resultado dos discursos produzidos quer, principalmente, FRELIMO e RENAMO, nós encontramos no país uma democracia cujo sentido real é o de manutenção e aquisição de poder e não de construção da democracia. Isto fica bem patente se olharmos para nossa pesquisa quando pretendemos entender o que as pessoas compreendem sobre o significado democracia.

Numa amostra de constituída por 45” informantes”, dos quais 60% homens e 40 % mulheres; 38% estudantes do Curso superior e 46% com nível básico e 6% outros níveis. Foi curioso notar que para 68% dos informantes a democracia é o povo no poder. Para 18% a democracia é escolher seus representantes para governar. Quando questionados porque devemos

ser democráticos? Para cerca de 80% deve ser o povo no poder pois este é que sabe o que quer e deve definir seu destino e 11% dos entrevistados respondeu que devíamos ser democráticos porque cada uma tem sua opinião, que equivale a somos diferentes.

Face aos dados que aqui apresentamos parece-me claro que o grande senão da nossa jovem democracia reside nos seus alicerces. Creio, pelos dados, que esta foi criada com um “*Deficit Gnosiológico*” que urge modificá-lo. Esta percepção que antes de tudo a democracia é povo no poder (por sinal advogada pela FRELIMO desde a luta de libertação nacional) e que ela existe para o povo escolher seu representante tem a sua parte de razão, no entanto, não constituem só por si a um fator de surgimento da democracia. Parte do nosso problema actual reside na origem¹⁶⁴ da compreensão da democracia, pois ignora o seu principal fundamento, a diferença entre as pessoas.

Neste sentido, para falarmos de um estado democrático (que é necessariamente inclusivo) é preciso desmitificar a compreensão de que o diferente não faz parte do estado, e massificar a percepção de que a diferença é por sinal fator de desenvolvimento como propôs Marx. Alias o fator central dos nossos problemas na nossa jovem democracia, reside no facto de, nunca, ao moçambicano “comum”, foi preparada a compreensão do principal fundamento democrático.

Desde a sua origem à (re)introdução no início da década de noventa (90), pautou-se pela explicação do resultado da democracia: *o povo estará no poder; o povo escolhe que governa; o povo é que manda*. O fundamento democrático é a diferença. As pessoas só escolhem quem as deve governar porque cada uma delas é diferente e tem sua opinião e é nesta base que as opiniões convergentes juntam-se em blocos de escolha.

Sem essa óptica da noção de diferença na democracia, fica claro que sempre haverá exclusão a partir do político, que foi e será sempre o pressuposto de formação do estado e, por conseguinte, uma via, também, para exclusão do acesso ao poder pelos “outsiders” do discurso oficial da luta de libertação colonial. .

¹⁶⁴ Quando me refiro a origem não tem necessariamente uma relação com o facto visível do problema, mas obrigatoriamente com o aspecto invisível do mesmo. Por exemplo, Se eu tiver um furúnculo no braço, muito provavelmente terei dor de braço. A primeira origem da dor do braço pode ser o sinal visível, o furúnculo. Porém, a minha questão não esta no visível, mas nas causas originais do furúnculo que pode ser, por exemplo um fruto ingerido. É necessário termos a capacidade de olhar não para a questão que sobressai, mas para a que provoca esse sobressair.

Se compreendermos a diferença como fundamento democrático, compreende-se também, que viver é em sociedade (no estado) é, necessariamente, viver e conviver com o outro e que esse deve ser também, levado em consideração.

Os dados da nossa pesquisa tendem a demonstrar que o real problema situa-se ao nível do discurso que é produzido para o exercício do poder no contexto democrático. Em norma, nos estados democráticos o papel do gestor político é assegurar que cada vez mais crie condições de inserção e sua aceitação (inclui-se do pensar da filiação política) através de acções integrativas.

Ora ao não se aceitar um pensamento diferente como age-se dentro da lógica do partido e não na lógica de estado. Esta forma de agir, na lógica de defesa do partido, garante vantagem para quem detém e exerce o poder, pois, num contexto em que não há responsabilização, prestação de contas aos demais membros da sociedade quem controla o poder tem maiores condições de manipular as estruturas que condicionam as regras democráticas, pois, parte em vantagem uma vez que determina o campo de acção do “outro”.

Considerações Finais

No presente estudo nos propusemos pesquisar sobre as estratégias para aquisição e manutenção do poder político em Moçambique entre 1975 à 2016. Este estudo levou-nos a fazer um percurso sobre a história política de Moçambique, sobretudo, a partir de 1962, ano da formação da FRELIMO, pois só assim era possível perceber como este então movimento militar passou a detentor único do poder, fruto de um “*trespasse*” do Governo Português, em 1974 – ao Primeiro Governo de Moçambique pós-independência.

É importante que se ressalve o fator militar como determinante nesse processo de transição do poder, alias, uma das condições para que a FRELIMO deixasse de combater os militares portugueses em Moçambique era que o Governo Português aceitasse-a como o único e legítimo movimento em Moçambique de luta para a independência.

Assim, a semelhança da maior parte dos processos descolonização, os movimentos militares foram os sucessores das antigas colônias e, quer pela conjuntura internacional que os reconhecia como representante do povo quer pelo capital histórico e simbólico que esses movimentos de libertação adquiriram nas lutas pelas independências.

Como argumentam alguns autores a conjuntura internacional e as características de muitos países africanos levaram a necessidade de construção de Estados-Nações que optaram por ser estados centralizados fortes chegando, em certos casos, a estados totalitaristas. NO entanto, como pudemos verificar não se tratava de uma questão estrutural do Estado-Nação, mas de uma forma desses movimentos manterem-se no poder, eliminando qualquer concorrência, alias, vimos em Machel essa perspectiva. No caso de Moçambique, assistimos ao nascimento de um estado centralizador forte onde toda ação tinha seu ponto de partida nas percepções dos Órgãos Centrais da FRELIMO.

Com a independência de Moçambique assiste-se a um processo de instalação do aparelho político-administrativo. No entanto, este já sob inteira responsabilidade da FRELIMO criou estratégias que visassem, por um lado, a consciencialização da presença do estado moçambicano, o que significava preparar as pessoas para que entendessem que dali em diante o estado seria gerenciado por moçambicano e, por outro lado, como afirmou Cabaço (2014), era necessário ensinar as pessoas sobre o que é o estado e,

O Estado “novo” limitou as suas liberdades de pensamento, associação, tradicionais, religiosas entre outras, criou condições para que somente uma forma de pensar fosse válida. Este processo foi conseguido através da instalação em várias instituições do estado, de grupos ou setores de gestão política e gestão de segurança do estado.

Isto demonstra a percepção que se tinha sobre a necessidade de se criar uma consciência política nos moçambicanos à semelhança da tomada durante a luta de libertação colonial, onde se consideraram de melhores pensamentos as que provinham de uma determinação política dos órgãos centrais do movimento e, mais tarde com a independência, do partido.

Essa consciência política não recaía sobre a possibilidade de acesso ao poder, mas sobre a obediência às idéias da FRELIMO marxista-leninista, isto é, onde determinadamente existia um grupo escolhido, a vanguarda, para liderar as massas.

Se no processo de descolonização, sobretudo, nos primeiros momentos era a necessidade de unidade nacional em torno dos objectivos da luta armada, nos primeiros anos depois da independência o foco não fugiu muito, isto é, havia a compreensão da necessidade de construção de um estado, e que este só era possível sendo um estado centralizador forte e com uma única visão política.

É nesta ótica que todo o processo de planificação e pensar o país passou a ser dependente da perspectiva da definida pela FRELIMO, que sendo um partido assumido como marxista-leninista fechou as portas para quaisquer que fossem eventuais vontades políticas diferentes das suas. É nesse contexto ideológico que se produz um estado monopartidário e vanguardista fruto da vontade de manter o poder e com apoio internacional, sobretudo leste europeu.

Assim, tal como no início da luta armada em 1964 onde a FRELIMO tinha bem definido seu objetivo, luta até a vitória final, tinha também depois da independência a clara percepção que só era possível criar o estado moçambicano através de um posicionamento firme no que tange ao tipo de estado e ideologia política a ter-se em conta, isto é, na percepção da FRELIMO só seria possível construir o país, mantendo-se no poder como partido e condição necessária para existência do estado moçambicano.

Isto só foi possível graças a simbiose que existiu entre o partido como instituição privada e os órgãos do estado que passaram a ser a extensão da FRELIMO. Assim, a FRELIMO tinha o domínio das forças e o poder de coerção isto em nome do estado.

Este aspecto teve suas consequências nos diferentes quadrantes da vida social, econômica, política e cultural de Moçambique, entre elas o não reconhecimento das diferenças entre os diferentes atores moçambicanos nos campos acima citados, tudo isto numa orientação vertical, onde no extremo alto, estavam os comandos (dirigentes da FRELIMO) e no extremo mais baixo povo.

Assim, olhando para o cenário logo após a independência no que tange ao político-econômico a população devia estar em conformidade com as perspectivas da FRELIMO. Se no contexto colonial o acesso dependia da assimilação, no logo após a independência o acesso dependia da concordância com a orientação política desenhada pela vanguarda. Este aspecto só é possível quando há um controle absoluto dos instrumentos de dominação: o exército, a polícia e os órgãos de justiça.

Vale, contudo, fazer menção ao fato de que neste período ocorrerem dois fenômenos intrinsecamente ligados. Havia um reconhecer da população do papel da FRELIMO na condução da luta de libertação e essa era reforçada pela história única, o que lhe conferia um capital histórico e simbólico que lhe conferia certa legitimidade. Ao mesmo tempo houve a capacidade deste, então movimento, consolidar sua posição de dominação do povo – falamos de dominação, quando o poder é exercido através do recurso aos instrumentos de coerção (Arendt, 1954).

É nessa condição de controle dos meios de coerção que muitas vezes os governantes não conseguiam distanciar a noção de estado como aglutinador, sujeito de inserção coletivo do partido, grupo, privado de indivíduos cujo objectivo é, como diria Lenine, lutar pelo poder. Este aspecto reflete uma percepção do partido como entidade máxima e única. vide o seguinte trecho do primeiro Hino Nacional de Moçambique:

*“Viva, viva a FRELIMO,
Guia do povo moçambicano...”*

É preciso lembrar que este é o primeiro verso do hino que começa vangloriando o partido como o centro da ação do povo que seria na verdade uma condição indispensável para existência do estado moçambicano.

Se no contexto social-político colonial a maior parte dos moçambicanos não tinha acesso a uma vida condigna, com a construção da idéia de socialismo, da democracia popular povo cria-

se a percepção de que todos podiam a mesmo direito e que as decisões eram do povo. Alias, um dos efeitos da política das nacionalizações foi essa idéia e sentimento de igualdade, dignidade.

Esta “igualdade”, todavia, era apenas no que tangia a cultura social, histórica e econômica, mas não no acesso ao poder, pois, a FRELIMO sendo um partido da vanguarda – onde somente pessoas determinadas podiam exercer o poder.

A conjuntura internacional foi mudando a uma velocidade que muitas vezes não permitiu que Moçambique consolida-se os seus processos político-econômicos e, aliado a isso, as calamidades naturais, a guerra civil constituíram, também, o mote para a mudança na abordagem que se tinha sobre o estado moçambicano. É assim que o país se vê na necessidade de abrir-se quer ao mercado internacional e aos novos modelos de modo de produção, quer nas formas de abordagem do poder político.

Havendo novas abordagens a serem trazidas para o exercício do poder político era necessário que se criassem condições para a manutenção do poder políticos. Como vimos a FRELIMO que exercia o poder nessa altura teve de reestruturar a sua filosofia partidária. É nesta fase que a acumulação do capital passou a ser um dos aspectos primordiais para assegurar o poder numa lógica da biopolítica – não esta em causa o fato da acumulação de capital, mas o modelo de acesso ao capital é que é bastante questionável na medida em que não se respeitou muitas vezes a coisa pública, não foram feitas as acumulações dentro de ética e moral exigidas-; a partidarização do estado, aliado ao controle dos organismos/instituições de decisão eleitoral, judicial, coerção e principais mídias torna-se elementos de legalização do poder e- aqui muitas vezes os órgãos de decisão simplesmente ignoraram ou deram por encerrado muitos casos onde não se respeitou a lei, não foram usados critérios transparentes tanto na acumulação do capital, como na tomada de decisões até mesmo eleitora.

Na verdade este aspecto teve um duplo sentido, permitiu que certa camada pudesse acumular capital e bens e ao mesmo tempo, fez com que todos estes indivíduos que gozassem desse “privilégio” de acumulação unissem-se mais, quer pelo motivo histórico de luta de libertação colonial, quer pelo motivo econômico-financeiro de acumulação de bens e capital, que no que tange ao controle e exercício do poder passa a ser determinante na nova configuração para seu acesso.

Na nossa tese nos propusemos a analisar e descrever as estratégias que estavam por detrás da aquisição e manutenção do poder político em Moçambique entre 1975-2014, e para tal se levantou como hipótese de trabalho a seguinte: *O domínio e poder sobre as narrativas históricas da luta de libertação nacional determinaram o lugar dos diferentes agentes do poder, permitindo a inclusão e exclusão dos sujeitos da história no exercício do poder político em Moçambique.*

Os nossos dados permitiram-nos estar de alguma forma de acordo com esta hipótese, no entanto, pudemo-nos aperceber também que a mesma evoluiu, ou melhor, foi se adaptando as condições contextuais internas e externas de Moçambique, nomeadamente as condições de políticas (introdução do multipartidarismo) e abertura do mercado (neoliberalismo). Deste modo, podemos afirmar que o capital simbólico, histórico da luta de libertação nacional permitiu o acesso e legitimação do poder da FRELIMO entre 1974-1990. No entanto, não foi somente o controle e domínio das narrativas de luta de libertação colonial que asseguraram manutenção do poder, mas, também, a capacidade interna da FRELIMO em reestruturar-se, sobretudo na sua relação com acumular de capital, sobretudo. Alias, fizemos menção antes mudança radical das perspectivas da FRELIMO sobre cumular de capitais depois do V Congresso (1989).

Vale porem lembrar, voltando as estratégias de manutenção de poder, o fato de não fazermos menção do controle dos órgãos de coerção, justiça, da polícia e exército que deviriam estar sob domínio do estado, pois estes sempre se mantiveram ligados e controlados pela FRELIMO.

Estamos cientes que a análise do poder político abarca outros domínios, por exemplo, o poder local, o municipal. No entanto, dois aspectos são fundamentais a reter. Por questões de tempo não foi possível abarcar tudo que diz respeito ao poder político e segundo, a natureza do nosso estudo recaia sobre o poder político geral e não específico.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMSSON, Hans. *Aproveitando a Oportunidade: Espaço de Manobra Numa Ordem Mundial em Transformação*. O caso de Moçambique. Maputo: CEEI-ISRI e Padrigu. Maputo, 2001.

ABUYA, Pamela. Democracy in Africa: A Challenge to Philosophers in The New millenium. In: Presbey, Gail M ET all (Ed.) *Thought and Practice In African Philosophy*. Nairobi: Konrad Adenauer Foudation. 2002

Acordos de Lusaka foram assinados entre o Estado Português e a FRELIMO, que visava a transferência do poder político e administrativo de Moçambique a FRELIMO. Publicado no Diário do Governo, I Série, n.210, de 9 de Setembro de 1974. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06> visitado a 02/09/2014

ACSELRAD, Henry (org). *Cartografias Sociais e Territórios*. IPPUR/UFRJ.Rio de Janeiro. Brasil. 2008

ANDERSON, Bennedit. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos: um Depoimento de Mário Pinto de Andrade*. Biaasu: Nô Pintcha, Ano II nr.225.

ANTONIO Disse Zengazenga, antigo combatente da Luta de Libertação Nacional, in <http://d101589010207184652.typepad.com/blog/2012/07/fundadores-da-FRELIMO-quem-s%C3%A3o.html> visitado em 28/05/2014

APPIAH, Kwane Anthony. *Na casa do Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannan. *Entre Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates), 1954.

ARCHER, Margaret. *Realist Social Theory: A Morphogenic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

AZEVEDO, Mario; Nnadozie, Emmanuel e João, Tomé Mbuia (2003). *Historical Dictionary of Mozambique*. Second Edition. African Historical Dictionaries, No. 88.The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Maryland, and Oxford

BADIE, B. La Diplomatie de Connivence. Les Derives Oligarchiques du System International. Paris: Le Decouverte, 2011.

BAILEY, F G (1969). *Strategems and Spoils*. Oxford. Blackwell

BELLUCI,, Beluce. *Economia Contemporânea em Moçambique*. Educacn. Rio de Janeiro. Brasil. 2007

BEKEE, Dorina. *Implementing Peace Agreement: Lessons From Mozambique, Angola and Libiria*. Palgrane. Macmillan. 2008

BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África*, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por. Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

BOBBIO, R; Matteucci, N; Pasquino, F. *Dicionário de Política*. Vol I. Brasília: Editora UNB, 2010.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 2ª Edição. Editora Malheiros.SP. Brasil. 2015

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A Produção de Crenças: Contribuição Para Uma Economia dos Bens Simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2001.

_____. *Coisas Ditas*. (2004). Editora, Brasiliense. São Paulo

BRITO, Luís. de. O Poder entre a Utopia e realidade. In Sopa. A (org) *Samora Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores, 2001.

CABAÇO, José L. *Identidades, Conflitos e Liberdade*. In. Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas de língua Portuguesa, n4/5. 2004. Lisboa.

CABAAÇO, José L. *Identidades, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: UNESP, 2009.

CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Latiovento. 1999.

CABRITA, João Manuel. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Cape Town; University Cape-town. 2003.

_____. IN *Jornal Canal de Moçambique*. Março, 2012.

CAHEN, Michel. "Mozambique, Histoire géopolitique d'un pays sans nation", *Lusotopie*, Paris, L'Harmattan, 1-2, 1994, pp. 212-266 Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/cahen94%25202.pdf>

CHAUI, Marlene. *O que é Ideologia?* 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

CASTEL-BRANCO, Nuno. *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM, 1994.

CLASTRES, Pierre. *Sociedade Contra o Estado*. Porto: Afrontamento, 1979.

Moçambique. Comité Central da FRELIMO (art 44, CRPM, 1975).

Constituição da República de Moçambique de 1990.

Constituição da República de Moçambique de 2004.

COLEMAN, J. In: Albert Adu Boahen. *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

DAHL, Robert. Democracia. Trad. Teresa Braga. Lisboa. Tilgráfica-Sociedade Gráfica. Coleção, Memórias do Mundo. 2000

DARCH, C e HEDDGES, D. 'Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal: as raízes do exclusivismo político em Moçambique, 1969-1977,' in: Glauca Villas Bôas (ed.), *Territórios da língua portuguesa— culturas, sociedades, políticas: anais do IV Congresso Luso-Africano-Brasileiro*, 1 a 5 de setembro de 1996 (Rio de Janeiro: IFCS, 1999).

DE MELLO, Luiz G. Antropologia Cultural. Iniciação, Teoria e Temas. Pretropolis. 12ª. 2005

Dicionário de Sociologia. Presença. Brasil. 2003.

DIOP, C A. *Historia Geral da África*. Brasília: UNESCO. 2010.

DO ROSÁRIO, Lourenço. Gestão Política em Situação Multipartidária. – Partido No Poder. In:

DO ROSARO, Lourenço. *Singularidades II*. Texto Editores. 2007

Douglas, Mary. *Purity and Danger*. London: Routledge e Kegan Paul, 1966.

Cabaço, Jose L. Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação. Tese de Doutoramento. USP. São Paulo. 2007.

Enkvist, N.E.(1987). Text Linguistics For Applie: An Orientation. Inn Connor, U e Kaplan, R.B (Eds) (1987). *Writing Across Language: Analysis of L2 Text*. Addison Wesley Pub. Comp. Inc

Entrevista ao Jornal Verdade. In 14.03.2014.

In: <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/44892-lingua-veda-participacao-de-mais-de-80-de-mocambicanos-nos-processos-democraticos>. Visitado em 29.07.2014

- Ferreira, Ricardo F. *Afrodescendente: Identidade em Construção*. Rio de Janeiro/São Paulo: Pallas, 2004
- Fiori, F. *Linguagem e Ideologia*. (2011). Serie Princípio, nr 137. Editora Atiea. Edição Revista e Atualizada. Rio de Janeiro. Brasil
- Firmino, Gregório. *A “questão linguística” na África Pós-Colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.
- Firmino, Gregório. *A Situação do Português em contexto Multilíngue de Moçambique*. In In <http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/pdf/mes/06.pdf> visitado em 20 Julho 2011.p 1-33
- Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*, Graal. 7ª Edição, São Paulo, Brasil. 1978
- Moçambique. FRELIMO. *Rumo ao Socialismo*. 3º Congresso. 3 a 7 de Fevereiro de 1977. Maputo.
- Fry, Peter. “Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesa e britânica na África Austral”, in *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira., 2003.
- Gallagher, Michel e Michell, Paul. *The Politics of electoral Systems*. Oxford University Press. 2005
- Geffray, Cristhian and M. Pedersen, “*Sobre a Guerra na Província de Nampula e Consequências SocioEconômicas Locais*”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, No 4-5, January-December 198
- Genro, Tarso Fernando. *Moçambique a Caminho do Socialismo*. Porto Alegre: Movimento, 1982.
- Giddens, Anthony. *O Mundo em Descontrole*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2011.
- Gobe, Artur M. *A Situação Econômica do País*. In *Moçambique: Perspectivas Econômicas*. (1994). Universidade Eduardo Mondlane. UEM. Maputo. Moçambique. (1994)
- Groppali, Alessandro. *Doutrina do Estado*, São Paulo, Saraiva 1966
- Habermas, Jürgen.. *Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalização Social*. UNESP. SP. (2001)
- Hall, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós- Modernidade*. In. Da Silva, Tomaz Tadeu (trad.). DP & A. Editora. 1992
- Hall, Stuart. *Quem Precisa da identidade*. In *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Editora Vozes. Da Silva, Tomaz Tadeu (org). 1997

Hanlon, Joseph *Apartheid's Second Front: South Africa's War Against its Neighbours*, Harmondsworth: Penguin Books, 1986

Hanlon, Joseph e Smart Teresa. *Há mais Bicicletas: mas há desenvolvimento?* MIssanga. Maputo. 2008

Haviland, William A. *Cultural Anthropology*. 6 Edition. University of Vermont. 1989
Hobsbawm. Eric. *Nations and Nationalism Since: Programme, Myth, Reality*. Canto. 1870.

Isaacman, A e Isaacman, B. *Mozambique: From Colonialism to Revolution 1900-1982*. Profiles/ Nations of Contemporary Africa. 1984

James, Carl. (1980). *Contrastive Analysis*. London. Longman

Johnson, A G. *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Editora. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1997

Jornal Africa Today.Nr 12.1965 entrevistado por Ronald Chilcote WMR Interview, "The Voice of the Awakened Continent", by Marcelino dos Santos.(World Marxist Review v. 7, no. 1, p. 55-58, (January 1964) no site <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/1884/show/1880/rec/4> visitado em 12/05/2013visitado em 26/05/2014

Junqueira, Lilia. *A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea*. Estudos sociológicos. Araraquara. 2005

Kuper, Adam. *O Retorno do Nativo*. In revista Horizontes antropológicos. Ano 8. Nr 17. P.213-237. Junho 2002

Lenine, V; Trotsky, L; Moreno; N. *Teoria e Organização do Partido*. William Felipe (org). Coletânea de Textos de Lenine, Trotsky e Moreno. Sundermann. São Paulo. 2006

Liesegang, Gerald. *Novas Estruturas Políticas em Moçambique*. In Serra, Carlos. *História de Moçambique*. Tempo/UEM. Maputo. 1982

Lopes, Armando. J. *The Roll Of Prior Language on Target Language Discourse Processing*. Comunicação apresentada na II Conferência LASU (Linguistic Association for SADC (Universities)). Sumario publicado em The Second Conference Report. Editado por: A. Pongweni Macagno, Lorenzo. *Fragments de Uma Imaginação Nacional*. In RBCS Vol. 24 no 70 junho/2005

Macagno, Lorenzo. *Lusotropicalismo e Nostalgia Etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique*.in Revista Afro-Asia nr 28. 2002

Macagno, Lorenzo. “Os paradoxos do assimilacionismo: “usos e costumes” do colonialismo português em Moçambique (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.1996.

Macagno, Lorenzo. Multiculturalism in Mozambique? Reflections from the field. 2009

Macamo, Elisio. “*Nação Moçambicana Como Comunidade de Destino*”. Lusotopie 1996, pp. 355-364

Machado, L. T. *Concepções Políticas do Estado e a Questão nacional nos Séculos 19 e 20*. Mandacaru. São Paulo. 2000

Machel, Samora. 1974, Mensagem ao Povo de Moçambique, por ocasião a tomada de posse do governo de transição em 20 de Setembro de 1974

Machel, Samora ao Jornal Zimbabweano. Pode ser visto no site seguinte: <http://www.youtube.com/watch?v=bvj0Feg5vpI> visto em 14.09.2014

Machel, Samora. Discurso do Presidente de Moçambique na abertura da 7ª Sessão do C.C., In “*Datas e documentos da história da FRELIMO:*”, 2ªed, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1975. pp.433.

Machel, Samora. *Declaramos Guerra ao Inimigo Interno*. Editora Quilombo Ltda. SP. Brasil

Mahluza, F in http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/01/ visto em 25.02.59

Mandel, Ernest. *Capitalismo Tardio - uma tentativa de explicação marxista*. Universidade de Berlim. 1972

Marcelino dos Santos in <http://comunidadeemocambicana.blogspot.com.br/2012/09/marcelino-dos-santos-nao-perdoa-aos.html> visitado em 14/09/2014

Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Cosac e Naify. Rio de Janeiro. 2003

Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Costa, Luiz Claudio de Castro. Editora Martins Fontes. São Paulo. Brasil. 2001

Mbembe, Achille. *As Formas africanas de Auto-inscrição*. In Revista estudos Afro-Asiaticos. Ano 23. Nr1. PP 171-209. 2001

M'Bokolo, Elikia. *Historia de Africa*. Tomo II. Edufba, Brasil. Salvador. 2001

Meszáros, Istvan. *O Poder da Ideologia*. Biotempo Editorial. São Paulo. Brasil. (2004)

- Minter, William. *Os Pro e Contra do Apartheid*. Moçambique. @004
- Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Nosso Chão. Maputo. 1995
- Mondlane, Eduardo. Excerto de entrevista publicada em «Portuguese Colonies: Victory or Death». Instituto Cubano del Libro, Havana, Cuba. Abril 1971
- Janet Mondlane. In Maghenzi, N. *O Meu Coração esta nas Mãos de um Negro: uma Historia da Janet Mondlane*. Maputo. CEA. 1999
- Mosca, J. *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Instituto Piaget. Lisboa. 1999.
- Moyo, Dambisa. *O Vencedor Leva Tudo: A Corrida Chinesa Por recursos e seu Significado para o Mundo*. Leite, Cassio Arantes (trad). Objetiva. São Paulo. 2013
- Newitt, Marlyn. *A History of Mozambique*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press. 1995
- Nguenha, S. Intercultura, *Alternativa à Governação Biopolítica?* Publiflix. Maputo. 2011
- Ngunga, Armindo. *O Papel das Línguas e Comunicação Social na Construção da Identidade Moçambicana*. Comunicação Apresentada na II Conferencia Nacional de Cultura. Maputo de 13 à 17 de Maio. Moçambique. 2009
- Nuvunga, Adriano. (2013). From Former Liberation Movement to Four Decades in Government. The Maintenance of the FRELIMO State. Tese de Doutoramento (não Publicada). ESSEX. Holanda
- Oliveira, Roberto Cardoso. *Caminhos da Identidades: Ensaio sobre a Etnicidade e Multiculturalismo*. UNESP. Paralelo 15. São Paulo. Brasil. 2004
- Oppo, Anna in Bobbio, Norberto at All (2010). *Dicionário de Ciências Políticas*. Editora UnB. 13ª Edição. Brasília. Brasil. 2010
- Organização da Unidade Africana. *Carta Africana*. Gana. 1963
- Pereira, José Carlos Fernando de Azevedo. *Relações Econômicas Entre Africa do Sul e Moçambique: Cooperação ou Dominação?* Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa. 2009

Pitcher, M. Anne. Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. University of Colgate. Department of Political Science. Vol. XXXVIII. (2003)

Ratilal, Prakash. Depoimentos In: Brazão Mazula. *Moçambique Dez Anos de Paz*. CEDE. Maputo. 2002

Raul Howana entrevistado por Lorenzo Macagno em Outubro de 1996

Rona-Tás, Akos. *The first Shall be the Last? Entrepreneurship and Communist Cadres in the Transition From Socialism*. In America Journal of Sociology. 100. 1994

Santo, M. In <http://comunidadeemocambicana.blogspot.com.br/2012/09/marcelino-dos-santos-nao-perdoa-aos.html> visitado em 14/09/2014

Serapaio, Luis Benjamim. *Mozambican Foreign Policy and the West 1975-1986*. Munger Africana, Library Notes.

Serra, Carlos. *História de Moçambique*. Vol I. Revista Tempo. Maputo. 1982

Scott, John (Org). *Sociologia: Conceitos-Chave*. Zahar. Rio de Janeiro. 2006

Sokefeld, Martin. Debating self, Identity and Culture in Anthropology. Current Anthropology. Volume 40. 1990

Shubin, V. *The Hot Cold War: The URSS in Southern Africa*. Pluto Press. University of Kwazulu-Natal Press. 2008

Subuhana, Carlos. *Minha História/Trajectoria de Vida Inserida na Problemática da Construção da Cidadania e da Nação Moçambicana*. USP. Casa das Africas. 2002

Strange, Susan. *States and Markets*, 2nd edition, Pinter Publishers, London. 1994

Stuart Hall. 1992. *A identidade na Pos-modernidade*. 11ª Edição. São Paulo, DP & A Editora. Brasil

Sumich, J. *Sobre as Elites Moçambicanas*. In revista Análise Social. Vol. XLIII. 2008

Sumich, J e Howana, J. Strong Party and Weak State? FRELIMO and Survival Through The Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State- Making. December 2007. Crises State Research Centre

Tallenaera, Marc. Democracias e Eleições em Moçambique: Teoria e Prática. VolI. In Brazão Mazula.

Taylor, Charles. *Multiculturalismo*. Instituto Piaget e Epistemologia e Sociedade. 1994

Tempels, P.: *La Philosophie Bantu*. Paris. (1993)

Vaz, Egidio . Entrevista Josnal O Pais. em jornal O País.2015.08.24

Vines, Alex. *RENAMO: From Terrorism to Democracy in Mozambique?* Londres. James Currey. (1996).

Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=b1AUc-OGIWs> visto a 14.09.2014

Walsh, David. F. (1998), “Structure/agency”, em Chris Jenks (org.), *Core Sociological Dichotomies*, Londres, Sage Publications, pp. 8-33.

Waters, Malcom (2000 [1994]), *Modern Sociological Theory*, Londres, Sage Publications.

Weber, M. *Economia e Sociedade*. New York. Bredmiste. Press. 1922

Wheimer, Bernard. Moçambique Dez Anos de Paz: Democracia, Governação e Reformas. In Mazula, Brazão. 10 Anos de Paz. CEDE. Maputo.2002.

Wolf. Eric. Encarando o Poder in Review. *American Anthropologist*. Nr 92.1990

Woodward, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual. In, Da Silva, Tomaz. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Editora vozes.

Zengazenga, A D, in <http://d101589010207184652.typepad.com/blog/2012/07/fundadores-da-FRELIMO-quem-s%C3%A3o.html> visitado em 28/05/2014

Zamparoni, Valdimir D. *Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques cf. 1890- c.1940*. Tese Doutorado. USP. 1998

ANEXO I

Lista De Entrevistados Citados

1. Prof. Doutor Hama Thai – General do Exército na Reserva. Ex Ministro da Defesa. .
Cidade do Maputo. 2016
2. Prof. Doutor Ivo Garrido – Ex-Ministro da Saúde. Membro da Comissão de verificação
da FRELIMO. Cidade do Maputo. 2016
3. Prof. Doutor Luís Cabaço. Ex Ministro da Informação. Cidade do Maputo. 2014/2015
4. Dr. Alcídio Ngoenha – Ex-Ministro da Educação. Deputado da Assembleia da República
Pela FRELIMO. Cidade do Maputo. 2016
5. Filipe Paunde – Secretário Geral do Partido FRELIMO. Cidade do Maputo. 2016
6. Brazão Mazula – Ex- Presidente da Comissão Nacional de Eleições. Cidade do Maputo.
2015/2016/2017
7. João Cabrita – Investigador . Cidade do Maputo. 2015/2016
8. Ibrahim Mansur – Simpatizante da RENAMO. Cidade do Maputo. 2016
9. Janime Manhiça- Simpatizante da RENAMO. Cidade do Maputo. 2016
10. Basílio Cossa – Simpatizante do MDM. Cidade do Maputo. 2016
11. Joaquim Bento – Simpatizante da FRELIMO. Cidade do Maputo. 2016
12. Joaquim Adalberto Dava – Sem partido. Cidade do Maputo. 2016
13. Josefa Sulemane – Simpatizante da FRELIMO. Cidade do Maputo. 2016
14. Sandra Abdulcarimo – Sem Partido. Cidade do Maputo. 2016
15. Comentador 1 – Empresário e Membro da FRELIMO. Cidade do Maputo. 2016
16. Comentador 2– Empresário, Político e Membro da FRELIMO. Cidade do Maputo.
2015/2016

ANEXO II

Entrevistados Não Citados

1. Abdul Saidlamine. Cidade do Maputo. 2016
2. Aderson Luís. Cidade do Maputo. 2016
3. Fernando Rafael . Cidade do Maputo. 2016
4. Carlos Alberto mavala. Cidade do Maputo. 2016
5. Domingos Serafim. Cidade do Maputo. 2016
6. Kátia Abudo. Cidade do Maputo. 2016
7. Isidro Bernardo Nkutuela. Cidade do Maputo. 2016
8. Joaquina Liria Matavele. Cidade do Maputo. 2016
9. José Mazula. Cidade do Maputo. 2016
10. Justino Tomas. . Cidade do Maputo. 2015
11. Maria Sefania Magid. Cidade do Maputo. 2015
12. Mario Augusto Sumaile. . Cidade do Maputo. 2015
13. Mussa Saide Junior. Cidade do Maputo. 2015
14. Nafisa Ibrahim. Cidade do Maputo. 2015
15. Sebastião Nhanale. Cidade do Maputo. 2015
16. Zeferino Calisto Chilenje. Cidade do Maputo. 2015

ANEXO III

Roteiro de Entrevistas

Tema 1 – Origem e formação da FRELIMO

- Origem, como compreende a fundação
- Quem foi como se encontraram
- Onde esteve entre 1960-1964
- Quando entrou para a FRELIMO
- Como entende o desentendimento entre as “alas” da FRELIMO 1964-1968

Tema 2 – O Processo de Independência

- Havia alternativa a uma política democrática
- Quem eram/o que se entende por inimigos de Moçambique
- Qual era a percepção de país que se tinha e o que fundamentava
- Era possível um Moçambique para todos? Como?
- Qual era a importância a que se dava a formação (debate sobre existência ou não técnicos /quadros)
- O que compreende como socialismo e que relação faz com a perspectiva socialista assumida pela FRELIMO

Tema 3 – Mudanças Sociais, Políticas e Econômicas

- Entre 1983/4-1990 Moçambique muda de estratégias nos diversos campos notoriamente no econômico o que condiciona esta “nova” abordagem
- O que significou liberalismo econômico e político para um partido marxista-leninista?
- Qual foi a principal mudança na FRELIMO na abordagem do social
- Como a FRELIMO se adaptou a necessidade de concorrência, acumulação

de capital?

- Houve abertura para todos os moçambicanos terem os mesmo direitos e acessos ao econômico?
- Se a lógica da FRELIMO era a de não acumulação, como compreende que muitos casos que prejudicavam o país, comprovados não fossem levados a responsabilização e responsabilidade?
- Compreende que existe alguma vantagem econômica em optar por ser da FRELIMO? Respondendo Sim, como ficam os não simpatizantes.

Tema 4 - Democracia e Acesso a Vida Digna

- Como compreende o Estado?
- Existe algum limite entre o Governo e Partido em Moçambique
- Há núcleos da FRELIMO nos Ministérios e outras instituições públicas, fariam parte estes do governo? Há uma necessidade de estes núcleos funcionarem nessas instituições?
- Os outros partidos podem formar núcleos nas instituições públicas do estado?
- Como Compreende a democracia?
- Porque devemos votar? Há uma prestação de contas aos votantes? Como isso acontece.

Tema V – Formação dos Partidos Políticos Mediáticos

- Conhece RENAMO/FRELIMO/MDM
- Formação, seus primeiros lideres

- As causas da sua participação em guerras

ANEXO IV

O ACORDO DE LUSAKA (1)

Reunidas em Lisboa de 5 a 7 de Setembro de 1974 as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.

2. A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO.

3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente Acordo:

a) Um Alto-Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa;

b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;

c) Uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

4. Ao Alto-Comissário, em representação da soberania portuguesa, compete:

a) Representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português; b) Assegurar a integridade territorial de Moçambique;

c) Promulgar os decretos-leis aprovados pelo Governo de Transição e ratificar aos actos que envolvam responsabilidade directa para o Estado Português;

d) Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique e o respeito das garantias mutuamente dadas, nomeadamente as consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem;

e) Dinamizar o processo de descolonização.

5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique.

Compete-lhe, nomeadamente:

a) O exercício das funções legislativa e executiva relativas ao território de Moçambique.

A função legislativa será exercida por meio de decretos-leis;

b) A administração geral do território até à proclamação da independência e a reestruturação dos respectivos quadros;

c) A defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens; d) A execução dos acordos entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português; e) A gestão económica e financeira do território, estabelecendo nomeadamente as estruturas e os mecanismos de controle que contribuam para o desenvolvimento de uma economia moçambicana independente;

f) A garantia do princípio da não discriminação racial, étnica, religiosa ou com base no sexo; g) A reestruturação da organização judiciária do território.

6. O Governo de Transição será constituído por:

a) Um Primeiro-Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a acção do governo e representá-lo.

b) Nove Ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna; Justiça; Coordenação Económica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação;

c) Secretários e Subsecretários a criar e nomear sob proposta do Primeiro-Ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratificada pelo Alto-Comissário;

d) O Governo de Transição definirá a repartição da respectiva competência pelos Ministros, Secretários e Subsecretários.

7. Tendo em conta o carácter transitório desta fase da acção governativa os Ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo Alto-Comissário na proporção de dois terços e um terço respectivamente.

8. A Comissão Militar Mista será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o controle da execução do acordo de cessar-fogo.

9. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo às zero horas do dia 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique) nos termos do protocolo anexo.

10. Em caso de grave perturbação da ordem pública, que requeira a intervenção das Forças Armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo Alto Comissário, assistido pelo Primeiro-Ministro, de quem dependem directamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique.

11. O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo o comando das forças policiais atualmente existentes dependerá do Alto Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição.

12. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da Integridade do território de Moçambique contra qualquer agressão.

13. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português afirmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respectivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo.

Para o efeito serão constituídas durante o período de transição comissões especializadas mistas e ulteriormente celebrados os pertinentes acordos.

14. A Frente de Libertação de Moçambique declara-se disposta a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome de Moçambique desde que tenham sido assumidos no efetivo interesse deste território.

15. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas de colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de Moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da Nação Moçambicana. Por outro lado, acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal.

16. A fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente será criado em Moçambique um Banco Central, que terá também funções de banco emissor. Para a realização desse objectivo o Estado Português compromete-se a transferir para aquele Banco as atribuições, o ativo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino. Uma comissão mista entrará imediatamente em funções, a fim de estudar as condições dessa transferência.

17. O Governo de Transição procurará obter junto de organizações internacionais ou no quadro de relações bilaterais a ajuda necessária ao desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente a solução dos seus problemas urgentes.

18. O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo.

19. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do presente Acordo, que, com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abre uma nova página na história das relações entre os dois países e povos.

A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases de uma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique.

Lusaka, 7 de Setembro de 1974.

Pela Frente de Libertação de Moçambique:

Samora Moisés Machel (Presidente).

Pelo Estado Português:

Ernesto Augusto Melo Antunes (Ministro sem Pasta).

Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros).

António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial).

Victor Manuel Trigueiros Crespo (conselheiro de Estado).

Antero Sobral (Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique).

Nuno Alexandre Lousada (tenente-coronel de infantaria).

Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa (capitão-tenente da Armada).

Luís António de Moura Casanova Ferreira (major de infantaria).

Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho.

9 de Setembro de 1974.

Publique-se.

Presidente da República, António de Spínola.

(1) Publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210, de 9 de Setembro de 1974.

ANEXO V

PRIMEIRO HINO NACIONAL DA REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

1975-2003

Viva, viva a FRELIMO,
Guia do Povo Moçambicano!
Povo heróico qu'arma em punho
O colonialismo vencerá.
Todo o Povo unido
Desde o Rovuma até o Maputo,
Luta contra imperialismo
Continua e sempre vencerá.

Refrão:

Viva Moçambique!
Viva a Bandeira, símbolo Nacional!
Viva Moçambique!
Que por ti o Povo lutará.

Unido ao mundo inteiro,
Lutando contra a burguesia,
Nossa Pátria será túmulo
Do capitalismo e exploração.
O Povo Moçambicano
De operários e de camponeses,
Engajado no trabalho
A riqueza sempre brotará

Refrão:

Viva Moçambique!
Viva a Bandeira, símbolo Nacional!
Viva Moçambique!
Que por ti o Povo lutará.